

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO,
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E
EMPREGO NAS PERIFERIAS URBANAS**

MEC/99 - PRODASEC/URBANO

Documento Final

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGOS NAS PERIFERIAS URBANAS

DOCUMENTO FINAL

.Promoção

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA-MEC/SG

*PROGRAMA DE AÇÕES SOCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS PARA
POPULAÇÕES CARENTES DO MEIO URBANO - PRODASEC/URBANO*

Organização

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UFBA

Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público

Centro de Recursos Humanos - CRH

Salvador, 1981

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Rubem Ludwig - Ministro

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa - Reitor

Os pronunciamentos aqui divulgados não foram
revistos pelos autores.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E
EMPREGO NAS PERIFERIAS URBANAS

COORDENAÇÃO GERAL

Antonio Cabral de Andrade - Gerente Geral do PRODASEC

Margarida Maria Costa Batista - Diretora do ISP

CENTRO DE RECURSOS HUMANOS - CRH

Luiz Augusto Fraga. Navarro de Brito - Coordenador do Documen_
to Básico

Iracy Silva Picanço Nadya Araújo Castro Nilza Souza
Santos

PRODASEC

Cândida Rosilda de Melo Oliveira ■ Itana Maria
Carneiro da Cunha Moraes Gladis A. Bottaro
Marques Yolanda Vettiner

CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES PARA O SETOR PÚBLICO - ISP
Equipe de Coordenação

José Carlos Dantas Meirelles Judite
Amélia Lago Dultra

Equipe Técnica

Delfina Garrido Novaes
Jandyra Leite Simões
José Roberto Dantas
Maria Ângela Carvalho Costa Santos
Miriam Carvalho da Silva
Neuza Adorno Farias
Suzana Maria Soares Meirelles
Terezinha Machado Aguiar

Equipe de Apoio

Adenair Caciquinho Cirne

Edgar Abbehusen

Carlos Alberto Lima Mota

Célia Marly Campos de Souza

João de Carvalho

Janice Alves Barbalho

Julieta Braga Ico da Silva

Leticia Kelsch Espinola

Manoel Brito Lima

Maria José Souza Rodrigues

Marina Flores Maltez

Neide Garcia Sa Barreto

Salomão Alves Ferreira

Vitor Meireles Neto

Wilson Garrido Santos

S U M A R I O

APRESENTAÇÃO	7
PARTE I - INFORMAÇÕES GERAIS	39
PARTE II - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS	57
1 - ABERTURA E APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO SUBEDUCA ÇÃO	59
2 - CONFERÊNCIAS	97
2.1 - Os Programas Moveis Urbanos - Estratégias e Avaliação - <i>Ricardo Daza</i>	99
2.2 - Capacitação e Emprego em areas Marginaliza- das - <i>Eduardo Vargas</i>	117
2.3 - Programa de Desenvolvimento Social da Pro- vincia de Córdoba - <i>Jorge Arrambide</i>	125
.4 - Escolas de Produção - <i>Jacinto Blanco</i>	147
2.5 - A Capacitação para o Trabalho como Instru- mento de Participação nos Setores Populares no Desenvolvimento Comunitário Nacional <i>Jacinto Lechiguero Antón</i>	159
3 - COMUNICAÇÕES	181
3.1 - Experiência da Escola Salesiana do Trabalho <i>Lourenço Bertolusso</i>	183
3.2 - Projeto Operário - <i>Tereza Cristina Sá Barre_to dos Santos</i>	191
3.3 - Apoio ao Setor Informal Urbano - <i>Walter de Carvalho</i>	199

3.4	- Programa de Ações Comunitárias - MOBREAL - <i>Rosa Duran Stepanenko</i>	305
3.5	- Programa de Educação Ambiental de Ceilandia- <i>Gladis A. Bottaro Marques e Maria de Lourdes A. Bastos</i>	315
3.6	- Espaço para Aprender/Comunidade - <i>Lya M. Rego e Lyria M. Paiva</i>	331
3.7	- Um Sistema de Ensino Brasileiro onde o Jovem Aprende Trabalha e Ganha - <i>Shigeo Mizoguchi.</i>	347
3.8	- O SENAI e a Experiência em Projetos de Construção Civil - <i>Jefferson Bueno</i>	355
3.9	- A Teleducação no SENAC - <i>Maria Violeta Vilas Boas</i>	369
3.10	- A Experiência dos Centros Sociais Urbanos - <i>Solano Filardi</i>*	377
3.11	- Projeto de Atendimento ao Pré-Escolar - <i>Joel Hollanda Cordeiro e Maria Madalena R.dos Santos</i>	405
3.12	- Sistema Especial de Promoção Educativa do Menor - <i>Telma Lúcia Menezes de Medeiros</i> ...	423
4	- PAINEL: PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS PARA AS POPULAÇÕES CARENTES DO MEIO URBANO - PRODASEC/URBANO.	433
5	- ENCERRAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO.	507

APRESENTAÇÃO.

Acham-se aqui reunidos neste volume textos e do_ aumentos que consubstanciam os trabalhos desenvolvidos durante o Seminário Internacional de Educação, Formação: Profissional e Emprego- nas Periferias Urbanas que se realizou em Salvador, Capital do Estado da Bahia, Brasil, sob os auspícios do Progra_ ma de Ações Socio-Educativas e Culturais para Populações Ca_ rentes do Meio Urbano - PRODASEC, do Ministério da Educação e Cultura do Governo Brasileiro, no período de 25 a 29 de agosto de 1980.

Trata-se de rico e farto repositório de relatos, experiências e reflexões de grande significado e da maior uti_ lidade para quantos — estudiosos, governantes e administrado_ res — se interessem pelo problema da marginalidade social das populações pobres que se localizam nas zonas periféricas dos grandes aglomerados urbanos dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, em especial as cidades latino-america nas. Contém lições que devem ser meditadas pelos que se dedi_ cam ao estudo e a solução dessa inquietante questão social de nossa civilização e de nosso tempo.

Como seria natural esperar-se em tarefas desta natureza, do ponto de vista literário ou formal, o trabalho não guarda um estilo, nem mesmo certa linha de uniformidade. São, com efeito, textos cujos autores os não reviram, produzi_ dos em momentos e circunstancias diversas, apresentados oral_ mente durante o Seminário, que foram recolhidos em gravações e nem sempre resgatados em sua integra ou perfeita correção .

LISTA DE PARTICIPANTES

A

ABERIDES ALVES DE AZEVEDO

SEC/PE - Rua Siqueira Campos, 312
50.000 - RECIFE - PE.

ABÍLIO ORTIZ DE MATOS

ETF/PA - Av. Alm. Barroso, 1.155 - MARCO
66.000 - BELÉM - PA

ADELAIDE MUSSI SANTOS

UFBA - Reitoria - Rua Augusto Viana, s/n9 - Canela
40.000 - SALVADOR - BA.

ALAIN TOBELEM

OIT/DF - MTb - 3º andar
70.000 - BRASÍLIA - DF.

ALCINA MARIA DE FRANÇA

SME/GO - R. 18 - Esg. c/R. 15 - Centro
74.000 - GOIÂNIA - GO

ALDINA ANÁLIA A. TADDEO CONDE

SME/SP - Av. Paulista, 21.980
01.000 - SÃO PAULO - SP.

ALDO GOMES DA COSTA

SEC/AM - Av. João Coelho, 20
69.000 - MANAUS - AM.

ANA ELIZABETE LOFRANO A. DOS SANTOS

INEP/DF - SCS - Adf. Araguaia, 5° andar
70.000 - BRASÍLIA - DF.

ANA MARIA LACERDA

ETF/PE - Rua Henrique Dias, 609 - Derby
50.000 - RECIFE - PE.

ANA MARIA LOPES ROLAND

MEC/SEAC/PRONASEC/RURAL - Esplanada dos Ministérios
70.000 - BRASÍLIA - DF.

ANA MARIA SILVA DA SILVEIRA SEC

- Rua Rui Barbosa, 188
69.900 - RIO BRANCO - AC

ANDRÉ MESQUITA MEDEIROS SEC/SE -

Av. Ivo do Prado, 39 8 40.00 0
- ARACAJU - SE

ÂNGELA SANTOS DA COSTA

MINISTÉRIO DO TRABALHO - Sist.Nac.de Emprego-SCS Q.05-B1.B Lj.82
70.000 - BRASÍLIA - DF

ANGELIS RUFINO LUCIANO CNI/RJ -

Av. Nilo Peçanha, 50 20.000 -
RIO DE JANEIRO - RJ

ANTHONY C. TRAVERS

OIT/DF - Cx. Postal 04-401-403
70.000 - BRASÍLIA - DF.

ANTONIETA DE AGUIAR NUNES

FSS/OSEC/FMU/SP - Rua Enêas Siqueira Neto, 34 0 - G, Embuias
01.000 - SAO PAULO - SP

ANTONIO ADALA CARNIB

SEC/PI - Centro Administrativo, Bl.1 - 1° and. Av. Pedro Freitas
64.000 - TEREZINA - PI

ANTONIO DE ALBUQUERQUE SOUZA FILHO

SEC/CE - Rua Ten. Benévolo, 1.0 55
60.000 ~ FORTALEZA - CE

ANTONIO CABRAL DE ANDRADE

MEC/SG/PRODASEC - Ministério da Educação e Cultura - 4° anda
70.000 - BRASÍLIA - DF

ANTONIO CARLOS BECKMAN

SEC/MA - Rua Osvaldo Cruz, 77 5
65.000 - SÃO LUIS - MA

ANTONIO CARLOS VALADARES SEC/SE -

Av. Ivo do Prado, 39 8 43.000 -
ARACAJU - SE

ANTONIO GUIDO DE ARAÚJO FLECHA

SEC/MG - Pça. Liberdade, s/n°
30.0 00 - BELO HORIZONTE - MG

ANTONIO PEDRO DE SOUZA CAMPOS

SENAI/RJ - Av. .Nilo Peçanha, 50 - 29° andar
20.0 00 - RIO DE JANEIRO - RJ

ÁUREA CELESTE SERRUYA HAGE

SEC/PA - Rua Almirante Barroso, 3.107
66.000 - BELÉM - PA

C

CÂNDIDA ROSILDA DE MELO OLIVEIRA

MEC/SG/PRODASEC - Ministério da Educação e Cultura - 4° andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

CARLINDA GODOY DE MATTOS

FUNDESCO/SETRABES - Av. Estados Unidos, 18-B - 5° andar
40.000 - SALVADOR - BA

CARLOS ALBERTO BARRETO CAMPELO DE MELO SEC/PE

- Rua da Imperatriz, 166 - 29 andar 50.000 -
RECIFE - PE

CELCITA ROSA DA SILVA

SEC/CUIABA - Rua Regis Bittencourt, 80
78.000 - CUIABÁ - MT

CLÁUDIO MARTIN VIALE

Prog. de Desarrollo Social - Rua Laprida, 234
5009 - CÓRDOBA - ARGENTINA

CLÉLIA D'FREITAS CAPANEMA

SEC/DF - Anexo Palácio Burity, 9° andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

CRISÓSTOMO PIZZARO

PNUD/OIT-IPEA/CNRH - Edf. BNDE - 14° andar
70.000 - BRASÍLIA - DF.

D

DAYSE DE VASCONCELOS MAYER

UFPE- Campus Universitário - Eng. do Meio
50.000 - RECIFE - PE

DEURIS DE DEUS MORENO DIAS CARNEIRO

SEC/MA - Rua Osvaldo Cruz, 775 65.000
- SÃO LUIS - MA

DIONE VIOLETA DE MEDEIROS

SEC/RN - Av. Hermes da Fonseca, 64 2
59.000 - NATAL - RN

DORA CORTAT SIMONETTI

MEC/SEPS - Esplanada dos Ministérios - 6° andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

DIONIZIO JOÃO HAGE

SEC/PA - Pça. República, 1.020 - Edf. Costa Leite
66.000 - BELÉM - PA

E

EDILEUZA NUMES GAUDENZI

UFBA - Rua Araújo Pinho, 32 - Canela
40.000 - SALVADOR - BA

EDUARDO VARGAS

INA - San José - Costa Rica, apart. 5200
SAN JOSÉ - COSTA RICA

ELIANA MOURA COSTA MENEZES

SETRABES-BA - Centro Administrativo da Bahia - CAB
40.000 - SALVADOR - BA

ENY FERREIRA ARDEUGHY

MEC/CNEA - Av. L 2 Sul Q.60 4 - L 28
70.000 - BRASÍLIA - DF

ERALDO TINOCO MELO

SEC/BA - Rua da Graça, 292
40.000 - SALVADOR - BA.

EROTHIDES PINTO FROTA AGUIAR

SEC/PA - Pça. da República, 1.0 20 - Edf. Costa Leite
6 6.000 - BELÉM - PA

ESTHER SCHNABL DE ALMEIDA MEC/COAGRI -
Av. L 2 Sul 604 - L 28 70.000 -
BRASÍLIA - DF

EURIDES BRITO DA SILVA
SEC/DF - Anexo Palácio Burity, 9º andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

EVA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO
SEM/RN - Rua Dionizio Filgueira - Petrópolis
59.000 - NATAL - RN

F

FABIOLA MARIA SIMÕES FERREIRA VITAL
MEC/FENAME - .Pça. Inocêncio Galvão, 4 2
40.000 - SALVADOR - BA

FERNANDO DA ROCHA PERES
UFBA - Rua Araújo Pinho, 32 - Canela
40.000 - SALVADOR - BA

FIRMINO ALVES CAMPELO
SEC/AM - Av. Epaminondas, 600
69.000 - MANAUS - AM

FRANCISCA MARIA DE SOUZA NOGUEIRA
SEC/PE - Rua da Imperatriz, 166 - 3º andar
50.000 - RECIFE - PE

FRANCISCO BALTHAR P. VASCONCELOS

DR/PE - Rua do Hospicio, 619

50.000 - RECIFE - PE

FRANCISCO DA COSTA E SILVA SOBRINHO

SEC/PI - Centro Administrativo Bl.1 - 1º andar -
tas

64.000 - TEREZINA - PI

FRANCISCO LOPES

MEC/SG e OPS-S.E.M. Lote 19 - CP 04-0229

70.000 - BRASÍLIA - DF

G

GERALDO CHAVES DE CARVALHO

SETRABES - CAB - Edf. SETRABES - 1º andar

40.000 - SALVADOR - BA

GLADIS A. BOTTARO MARQUES

MEC/SEG - Esp. Ministérios - 4º andar s/400

70.000 - BRASÍLIA - DF

GONZALO VEGA

CINTEFOR/OIT - Vale Hermoso, 1.9 36 - Las Condes

SANTIAGO - CHILE

GRACIETE QUADROS FARIAS

MEC/FENAME - Pça. Inocêncio Galvão, 42
40.000 - SALVADOR - BA

GUAIRACÁ NUNES

Fundação Projeto Rondon/MI -.SAS Q. 1 BI. A
70.000 - BRASÍLIA - DF

GUILHERME BRANDÃO

MEC/SESU - Esp. Ministérios - B L, 3º andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

H

HARLEY PINHEIRO PADILHA

MEC/SG/PRODASEC - Ministério da Educação e Cultura - 4º andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

HENRIQUETA MARCOLINA Po C. CARVALHO MEC/CRH -

J. Pinheiro - Av. Amazonas, 9855 30.000 -
BELO HORIZONTE - MG

I

IAPONIRA VIRGOLINO DE CARVALHO SM/RN -

Rua Abdon Nunes, 743 - Tirol 59.000 -
NATAL - RN

IEDA MATOS FREIRE DE CARVALHO

UFBA - Av. Augusto Viana, s/n° - Canela
40.000 - SALVADOR - BA

ILDEGARDO ROSA SANTOS

SMEC/BA - Rua Independência, 8
40.0 00 - SALVADOR - BA

ISAVIBEL WANDERLEY

MEC/DR/BA - Lgo. Dois de Julho, 4 2
40.000 - SALVADOR - BA

ISIS CARNEIRO AGAREZ

CNRH/IPEA/SEPLAN - Edf. BNDE - 14° andar s/19
70.070 - BRASÍLIA - DF

ITANA MARIA CARNEIRO DA CUNHA MORAES

MEC/SG/PRODASEC - Ministério da Educação e Cultura - 4° andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

IVANI LIMA FEIJÓ

SEC/CE - Rua Tenente Benévolo, 1.055
60.000 - FORTALEZA - CE

IVANDRO DA COSTA SALLES

SEAC/RJ - Rua da Imprensa, 16 - Castelo
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

IVERALDO LUCENA DA COSTA

MEC/DAE - Esp. Ministérios
70.000 - BRASÍLIA - DF

IVO ANSELMO HOHN

SEC/MA - Av. Kennedy, s/nº
65.000 - SÃO LUIS - MA

IVO MEZZADRI

CFET/PR - Av. 7 de Setembro, 3165
80.000 - CURITIBA - PR

J

JACINTO BLANCO

ICASE - Estafeta Universitário
CIUDAD DO PANAMÁ - PANAMÁ

JACINTO LECHIGUERO ANTÓN

INCE - Av. Nueva Granada - Edf. Sede do Ince - 5º piso
CARACAS - VENEZUELA

JANETE CORE

MEC/CG - Esp. Ministérios - BI. H s/418
70.000 - BRASÍLIA - DF

JEFFERSON BUENO

SENAI/GO - Av. Anhanguera, 3576
74.00 0 - GOIÂNIA - GO

JOACY RODRIGUES LIMA

MEC/SEMOR - Esp. Ministérios, 4º andar - BI. L
70.000 - BRASÍLIA - DF

JOÃO ALBERTO SIMÕES

SMO/MTb - Esp.Ministérios BI. F - 3º andar - s/318
70.000 - BRASÍLIA - DF

JOÃO GUILHERME PONTES

Secretaria do Trabalho E Ação Social de Pernambuco '
5 0.0 00 - RECIFE-PE.

JOAQUIM COUTINHO

CEPED/BA - Rua Paraíba, 250
40.0 00 - .SALVADOR - BA

JOEL DE UOLLANDA CORDEIRO

SEC/PE - Rua Siqueira Campos, 312
50.000 - RECIFE - PE

JORGE ARRAMBIDE

Universidade Nacional de Córdoba - Laprida, 234
5009 - CÔRDOBA - ARGENTINA

JORGE FERREIRA SANTOS LABORDA

PRODASEC/BA - Rua da Graça, 292
40.000 - SALVADOR - BA

JOSÉ ADALBERON D'ALMEIDA

SEC/AL - Rua Barão de Alagoas, 141
57.000 - MACEIÓ - AL

JOSÉ ALCIONE PEREIRA

Div. Ed. ABRIL S/A - R. do Cortume, 571 - BI. A, 1º and. - Lapa
01.000 - SÃO PAULO - SP

JOSÉ DE ANCHIETA TAVARES RO CU A

ETF/CE - Av. 13 de Maio, 2.081
60.000 - FORTALEZA - CE

JOSÉ MARIA DE ARAÚJO SOUZA

MEC/CEBRACE - Rua Mata Machado, 46 - Maracanã
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

JOSÉ MARIA DE FRANÇA

SEC/GO - Rua 18 - Esq. Rua 15 - Centro
74.000 - GOIÂNIA - GO

JOSÉ MARIA NUNES MARQUES

UEFS - Campus Universitário - Km 3 - Br 116
44.100 - FEIRA DE SANTANA - BA

JOSÉ MEDEIROS

SEC/AL - Rua Barão de Alagoas, 141
57 000 - MACEIÓ - AL

JOSÉ SILVA QUINTAS

FNPM/DF - Setor Comercial Norte - Q. 2 - BI. K
70.000 - BRASÍLIA - DF

JOSÉ WALTER NUNES

MEC/DAE/SEA - Esp. Ministérios - 7º andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

JOSUÉ DA SILVA MELO

UEFS - Campus Universitário - Km 3 - Br 116
44.100 - FEIRA DE SANTANA - BA

JULCELINA FRIAÇA TEIXEIRA

MEC/SEPS - Ministério da Educação e Cultura - 5º andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

L

LEA MARIA DE ARAÚJO LIMA

SEC/ACRE - Av. Getúlio Vargas - Palácio Manoel Fontenele de Cas_
tro, 3º andar
69.90 0 - RIO BRANCO - AC

LEDA CARVALHO SOLIANI

Abril S/A - Rua Itabuna, 304
40.000 - SALVADOR - BA

LEDA JESUINO DOS SANTOS

Reitoria da UFBA - Av. Augusto Viana, s/n9 - Canela
40.000 - SALVADOR - BA

LEDA MARIA CHAVES TAJRA

MEC/DR/MA - Rua do Egito, 167
6 5.000 - SÃO LUIS - MA

LEONARD MERTENS

OIT/PNUD - Lucas Aleman, 16 5 - 2º piso
MÉXICO, 6 DF

LOURDES FERREIRA BARROS FMTE/MA

- Av. Kennedy, s/nº 65.000 -
SÃO LUIS - MA

Pe. LOURENÇO BERTOLUSSO

Escola Salesiana do Trabalho - Av. Pedro Miranda, 2.40 3
66.000 - BELÉM - PA

LÚCIA BENEVIDES

MEC/SG/SEPLAN - Ministério da Educação e Cultura - 4º andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

LUÍS EDUARDO CARNEIRO DA COSTA SEC/RN

- Av. Hermes da Fonseca, 642 59.000
- NATAL - RN

LUÍS EDUARDO MEDEIROS DE OLIVEIRA

FENAME/BA - Pça. Inocêncio Galvão, 42-2º andar
40.000 - SALVADOR - BA

LUIZ PISANI PINTO

Org. Int. Trabajo Proy BRA 76 - OIT
70.000 - BRASÍLIA - DF

LUIZ MÁRCIO RIBEIRO VIANNA SEC/MG -

Pça. Liberdade, 2º andar 30.000 -
BELO HORIZONTE - MG

LUIZ MARTINS LARRUBIA

CENAFOR - Rua Rodolfo Miranda, 6 36
01.000 - SÃO PAULO - SP

LUZIA COSTA DE SOUZA

PRONASEC/RURAL REP. COAGRI - Esp. Ministérios Bl^L s/621
70.000 - BRASÍLIA - DF

LYA MACHADO REGO

LBA - Av. Gal. Justo, 275 - BI A - s/707
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

LYRIA MOREIRA PAIVA

LBA - Av. Gal. Justo, 275 - Bl. A - DEPEX

20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

fl

MÁRCIA ABIGAIL CARNEIRO DIAS

MEC/SEPS - Ministério da Educação e Cultura, 5º andar

70.000 - BRASÍLIA - DF

MÁRCIA MARIA NEVES TEIXEIRA

PRODASEC/BA - FUNDESCO - SEC - Rua da Graça, 292

40.000 - SALVADOR - BA.

MARCOS A. E. L. S. COIMBRA

Fund. João Pinheiro - Av. João Pinheiro, 146 - 3º andar

30.000 - BELO HORIZONTE - MG

MARIA AGLAIR COELHO FERREIRA DIAS

SEC/MA - Rua Osvaldo Cruz, 775

66.000 - SÃO LUIS - MA

MARIA ANALIA COSTA MOURA

UFBA/FACED - Av. Reitor Miguel Calmon - Campus do Canela

40.000 - SALVADOR - BA

MARIA ÂNGELA CAMPELO DE MELO

UFPE - Av. Moraes Rego - Cidade Universitária

50.000 - RECIFE - PE

MARIA CARMEM VIEIRA MOREIRA SEC/CE -
Rua Ten. Benévolo, 1.0 55 60.00 0 -
FORTALEZA - CE

MARIA CONCEIÇÃO COSTA E. 5. OLIVEIRA
SEC/CESUN - Av, Edgard Santos, s/nº - Ent. Saboeiro
40.000 - SALVADOR - BA

MARIA DA PENHA ASSIS SEC/GO
- R. 15 Esq. R. 18 74.000
- GOIÂNIA - GO

MARIA DE LOURDES ABADIA BASTOS Gov.
DF-EQNM 4/6 BI. D Lojas 1/2
70.000 BRASÍLIA - DF

MARIA DE LOURDES BITTENCOURT
MOBRAL - Vise. Ou: o Preto, 69-1º andar - Botafogo
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

MARIA DO CARMO BRANDÃO FERRAZ
SEC/PE - R. Siqueira Campos, 312
50.000 - RECIFE - PE

MARIA DO SOCORRO NINA HOHN
SEC/MA - R. Osvaldo Cruz, 775
65.000 - SÃO LUIZ - MA

MARIA ISABEL SOUZA DE AZEVEDO SEC/RN -
Av. Hermes da Fonseca, 642 59.000 -
NATAL - RN

MARIA LAÍS MOUSINHO GUIDI

MEC/INEP - SCS - Edf. Araguaia - Q. 13 - Lt. 20/21
70.000 - BRASÍLIA - DF

MARIA LIDUINA CORREIA LEITE SEC/CE -

Rua Ten. Benévola, 1.0 55 60.000 -
FORTALEZA - CE

MARIA LÚCIA ISMAEL MORICONE

SEC/DF - Anexo Palácio Burity, 9° andar
70.00 0 - BRASÍLIA - DF

MARIA MADALENA RODRIGUES DOS SANTOS

SEC/PE - R. Siqueira Campos, 312
50.000 - RECIFE - PE

MARIA ONOLITA PEIXOTO CATÃO

MEC/SEPS/CRH João Pinheiro - Av. Amazonas, 5855
30.000 - BELO HORIZONTE - MG

MARIA STELLA NEVES PEREIRA

UFMG/Cidade Universitária - Reitoria, 6° andar
30.000 - BELO HORIZONTE - MG

MARIA SULAMITA ALMEIDA VIEIRA UFCE

- Av. da Universidade 60.000 -
FORTALEZA - CE

MARIA VIOLETA VILLAS BOAS

SENAC/RJ - Rua Dona Mariana, 48 - Botafogo
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

MARIA VARINA RODRIGUES PEREIRA

SECM/SE- Rua Apulcro Mota, s/n°

49.000 - ARACAJU - SE

MARIEN ASSIS DE ABREU

MEC/SEA - Esp. Ministérios, 2° andar

70.000 - BRASÍLIA - DF

MARÍLIA MIRANDA

MEC/SG/SEPLAN - Esp. Ministérios, 4° andar - s/420

70.000 - BRASÍLIA - DF

MARLUZA MOURA BALARINE

SEC/ES - Praia Sua - Av. César Hilal, 1.111

29.00 0 - VITORIA - ES

MARLY MARINHO AMÉRICO DOS REIS

SEC/MTS

79.100 - CAMPO GRANDE - MTS

MARTA COELHO

MEC/SEAC-Rua da Imprensa, 16 - s/505

20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

MIRIAN VASCONCELOS

UFCE - Rua Capitão Francisco Pedro, s/n°

60.000 - FORTALEZA - CE

MOISÉS WAISSIAN

SETRABES/ASPLAN - CAB

40.000 - SALVADOR - BA

N

NEMÉSIO DIÓGENES NETO

SENAI/BA - Rua Conselheiro Saraiva, 26 - 4° andar
40.000 - SALVADOR - BA

NEYLAR COELHO VILAR

Fund. Emílio Odebrecht - Av. Magalhães Neto - Edf. Desenbanco
7° andar
40.000 - SALVADOR - BA

NILZA MARIA FREIRE DE QUEIROZ

ASPLAN/REITORIA/UFBA - Rua Augusto Viana, s/n°
40.000 - SALVADOR - BA

NORMA COSTA PEREIRA

SUDENE - Av. Moraes Rego, s/812
50.000 - RECIFE - PE

NÚBIA PRATES

MEC/SG/ASSESSORIA IMPRENSA - Esp. Ministérios - 4° andar s/40 3
70.000 - BRASÍLIA - DF.

O

ODILON DE ALBUQUERQUE MELO

SEC/PE - Rua da Imperatriz, 166 - 2° andar
50.000 - RECIFE - PE

OSCARINA ARAÚJO DOS SANTOS

SEC/PA - Pça. da Republica, 1.0 20 - Edf. Costa Leite
66.00 0 - BELÉM - PA

P

PALOMA JORGE AMADO COSTA

MEC/SEAC - Rua da Imprensa, 16
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

PEDRO DEMO

MEC/SG - Esp. dos Ministérios, 4º andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

PETRONÍLIA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA

CEE/RS - Rua Carlos Chagas, 55 90.000
- PORTO ALEGRE - RS

R

RAIMUNDA RODRIGUES

MEC/SEPS •- Esp. dos Ministérios, 6º. andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

REGINA CELI NOGUEIRA

OPS - Setor de Embaixadas Norte, L 19
70.000 - BRASÍLIA - DF

REMY POMPÍLIO FERNANDES DE SOUZA

Projeto Róndon - Forte São Diogo - Porto da Barra
40.000 - SALVADOR - BA

RICARDO DAZA

SENA - Calle 76, nº 19-0 8
BOGOTÁ - COLÔMBIA

RUY DO CARMO P. AGUIAR

SENAI - Setor de Autarquias Sul - BI.O - 5º andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

ROBERTO NAVARRO DE O. ALMEIDA

ETF/PE - Rua Henrique Dias, 609 - Derby
50.000 - RECIFE - PE

ROGÉRIO CÓRDOVA

MEC/CAPES - SAS - Q. 6 - L. 4 - BI. "L"
70.070 - BRASÍLIA - DF

RÓMULO DE ARAÚJO C.C. DE LACERDA JÚNIOR

ETF/PE - Rua Henrique Dias, 609 - Derby
50.000 - RECIFE - PE

ROSA DURAN STEPANENKO

MOBRAL/RJ - Rua Voluntários da Pátria, 53 - 5º andar
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

RUTH DANTAS CABRAL

Ação Cristã Pr5-Gente - Ceilandia
70.000 - BRASÍLIA - DF

RUy SANTOS FILHO

ETF/DA - Rua Emidio dos Santos, s/nº - Barbalho
40.000 - SALVADOR - BA

SANDRA CORDEIRO FILISMINO

SEC/CE - Rua Tenente Benévolo, 1.055
60.000 - FORTALEZA - CE

SANDRA LUIZA FREIRE

SEC/MTS - Rua Padre João Crippa, 2.113
79.100 - CAMPO GRANDE - MTS

SHIGEO MIZOGUCHI

MEC/CENAFOR - Av. Rodolfo Miranda, 636
01.000 - SÃO PAULO - SP

SIDNEI SAVERBRONN

MEC/CENAFOR - Rua Rodolfo Miranda, 636
01.000 - SÃO PAULO - SP

SOLANGE SILVANY RODRIGUES LIMA

UFBA/ACPLAN - Rua Augusto Mana, s/n9
40.000 - SALVADOR - BA

SOLANO FILARDI

PNC SU - Edf. BNDE, 17º andar, s/7 - SBS
70.000 - BRASÍLIA - DF

SÔNIA BARRETO VIEIRA

Fundação Mar. TV Educativa - Rua Armando Vieira, s/n9 -
65.000 - SÃO LUIS - MA

STELA BORGES GUEDES

UFBA/ASPLAN - Rua Augusto Viana, s/n9
40.000 - SALVADOR - BA

STÉLIO DIAS

SEC/ES - Av. César Hilal, 1.111 - Praia Suá
29.0 00 - VITORIA - ES ■

T .

TÂNIA JATOBÁ

MEC/FENAME - Rua da Imprensa, 16 - sala 1.512 - Centro
20.0 30 - RIO DE JANEIRO - RJ

TÂNIA ZACARIAS

UFBA/FACED/PROTAP - Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº
Campus do Canela
•10.000 - SALVADOR - BA

TELMA LÚCIA MENEZES DE MEDEIROS

SEC/RN - Rua Trairi, s/nº 59.000
- NATAL - RN

TEREZA CRISTINA SÁ BARRETO DOS SANTOS

SEC. HABITAÇÃO - Av. Agamenon Magalhães, 700
50.000 - RECIFE - PE

THOMAZ COSTA

CNDCT - Av. W-3 Norte, 50 7 - BI. B
70.000 - BRASÍLIA - DF

TITO CARVALHO DIAS DE OLIVEIRA

SENAC/DN - Rua Dona Mariana, 48-5° andar
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ

V

VÂNIA PEREIRA LIMA

SAT - Rua da Imprensa, 16-9° andar
20.0 30 - RIO DE JANEIRO - RJ

VANIZE RODRIGUES D'ÁVILA LINS

SEC/PE - Centro Administrativo - BI. 1 - 4° andar
50.000 - RECIFE - PE

VERA LÚCIA DOMINGUES PASTORELO

MEC/SG/PRODASEC - Ministério da Educação e Cultura - 4° andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

VERA REGINA MICHELINI ANSARAH

SME/SP - Av. Paulista, 2.198
01.000 - SAO PAULO - SP.

W

WALTER DE CARVALHO

SUDENE - Rua Sete de Setembro, 144 - s/817

50.00 0 - RECIFE - PE

WANDA SILVA MORAES

ETF/BA - Rua Emídio dos Santos, s/nº - Barbalho

40.000 - SALVADOR - BA

WILFRED WOLL

UNESCO - Caixa Postal 04-0063

70.300 - BRASÍLIA - DF

X

XERXES PESSOA DE LUNA

ETF/PE - Rua Henrique Dias, 609 - Derby

50.00 0 - RECIFE - PE

Y

YEDA CALMON DE ARGOLO AZEVEDO

SME/BA - Rua da Independência, 08 - Nazaré

40.000 - SALVADOR - BA.

YOLANDA VETTINER

MEC/SG/PRODASEC - Ministério da Educação e Cultura - 4° andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

ZILMA PARENTE GOMES BARROS

MEC/SEPS - Ministério da Educação e Cultura - 5° andar
70.000 - BRASÍLIA - DF

Parte I

INFORMAÇÕES. GERAIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

A política setorial do Ministério da Educação e Cultura aponta, entre outras linhas de ação programática prioritária, a educação para as populações carentes do meio urbano como uma forma de contribuir com a luta contra a pobreza. A constatação de escassa oferta de oportunidades frente à magnitude da demanda por serviços educacionais nas populações pobres urbanas, junto com a necessidade de modificações significativas na abordagem das ações educacionais para atenderem às necessidades, aos interesses e problemas dos diversos grupos da população carente, levaram o Ministério da Educação e Cultura a instituir o Programa de Ações Socio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas. O Programa, criado pela Portaria Nº 01 de 2 de janeiro de 1980, tem dois objetivos:

- . Promover a ação integrada dos órgãos de educação e cultura, vinculados ao Ministério da Educação e Cultura, Estados, Municípios e Setor Privado, para o desenvolvimento de ações que beneficiem as populações carentes urbanas; e,
- . Integrar a ação dos órgãos do Setor Educação e Cultura com os programas no campo social, em particular nas áreas de desenvolvimento de comunidade, desenvolvimento urbano, emprego, habitação, formação profissional, saúde e assistência social que se dedicam a atender às necessidades básicas dos grupos pobres urbanos.

Nas diretrizes que orientam a execução do Programa, visualiza-se claramente a importância atribuída ao relacionamento educação, formação profissional e emprego, salientando a necessidade de não superestimar o papel da educação como agente de mudança social e de eliminação ou redução da pobreza crítica, principalmente quando atua isoladamente.

OBJETIVOS

Possibilitar o intercâmbio de experiências sobre inovações que estabelecem a relação educação, formação profissional e emprego;

Obter subsídios para a operacionalização, a nível de projetos, do Programa de Ações Socio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas.

TEMAS

Experiências de ações integradas no campo da educação, formação profissional e emprego nas periferias urbanas, no Brasil.

Experiências de ações integradas no campo da educação, formação profissional e emprego nas periferias urbanas, em alguns países da América Latina e de outras regiões.

Atuação dos organismos internacionais no campo da coope

reção técnica a programas de educação, formação profissional e emprego nas periferias urbanas.

Aspectos operacionais e metodológicos na relação educação, formação profissional e emprego nas periferias urbanas.

METODOLOGIA

Elaboração e apresentação de um Documento Básico sobre as experiências brasileiras no campo de Educação, Formação Profissional e Emprego nas Periferias Urbanas com a finalidade de servir de material de trabalho no Seminário

Sessões plenárias

- apresentação das experiências brasileiras e de outros países
- apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho

Grupos de trabalho

- debate do tema *correspondente*
- elaboração do relatório do grupo

LOCAL E DURAÇÃO

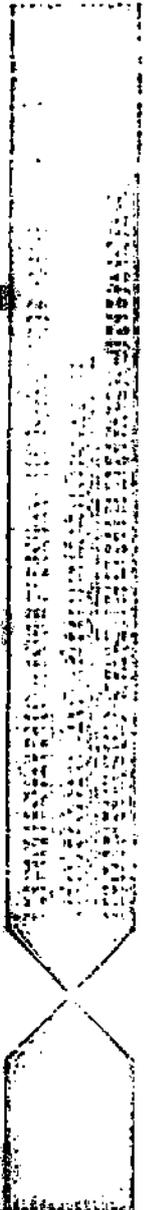
De 25 a 29 de agosto de 19 80
Salvador Praia Hotel Av.
Presidente Vargas, 2338 (Av.
Oceanica, trecho de Ondina)
Salvador - Bahia - Brasil

PROMOÇÃO

Ministério da Educação e Cultura
Secretaria Geral
Programa de Ações Sócio-Educativas e
Culturais para as Populações Carentes
do Meio Urbano - PRODASEC/Urbano

ORGANIZAÇÃO

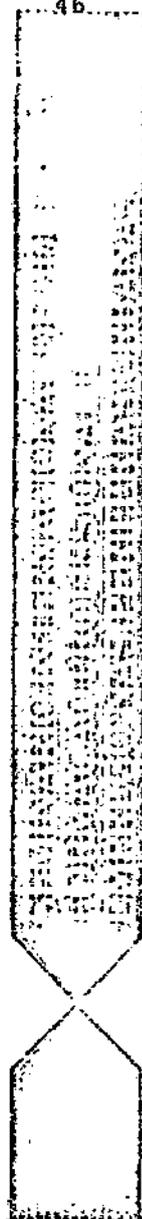
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Centro de Estudos Interdisciplinares para o
Setor Público - ISP
Centro de Recursos Humanos - CRH



MEC/80 - PRODALC/URBANO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO NAS PERIFERIAS URBANAS

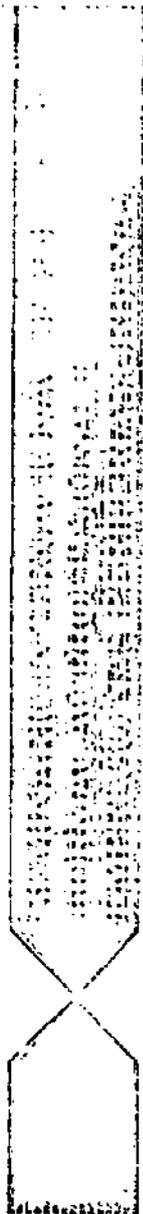
Data	Hora	Atividades	Responsáveis	Local
25.08.80	09:00 às 10:15	Abertura	Prof. Lafayette de Azevedo Pondé	SALÃO
		Comunicação: Subeducação	Presidente do CFE	NOBRE
	10:15 às 10:30	Intervalo	Dr. Pedro Demo	DA
	10:30 às 12:00	Apresentação do Documento Básico	Secretário Geral Adjunto do MEC	REITORIA
	14:00 às 14:15	Inscrição dos participantes	Dr. Antonio Cabral de Andrade	DA
	14:15 às 14:30	Informação sobre a metodologia do Seminário	Dr. Luis Augusto F. Navarro de Brito	UFBA
	14:30 às 15:00	Comunicação: Experiência da Escola Salesiana do Trabalho	Dra. Margarida M. Costa Bacista	
	15:00 às 15:30	Comunicação: Projeto Operário	Pe. Lourenço Bertolusso	SALVADOR
	15:30 às 15:45	Intervalo	Dra. Tereza Cristina Sá Barreto	PRAIA
	15:45 às 16:15	Comunicação: Apoio ao Setor Informal Urbano	dos Santos	HOTEL
	16:15 às 18:15	Reunião dos GT's	Dr. Walter de Carvalho	



MEC/59 - PRODASEC/URBANO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO NAS PERIFERIAS URBANAS

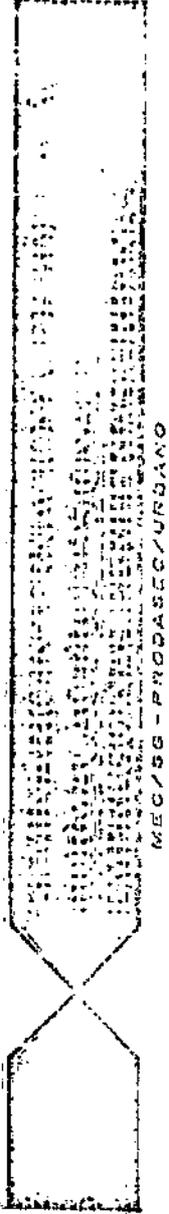
Data	Hora	Atividades	Responsáveis	Local
26.08.80	08:30 às 09:30	Conferência: Programa Móveis Urbanos: Estratégias Y Evaluacion	Dr. Ricardo Deza	SALVADOR PRAIA HOTEL
	09:30 às 09:45	Intervalo		
	09:45 às 10:15	Comunicação: Programa de Ações Comunitárias - MORRAL	Dra. Rosa Stepanenko	
	10:15 às 10:45	Comunicação: Programa de Educação Ambiental de Ceilândia	Dra. Gládis Botaro Marques Dra. Ma. de Lourdes Abadia Bastos	
	14:00 às 16:00	Reunião dos GTs		
	16:00 às 16:15	Intervalo		
	16:15 às 16:45	Comunicação: Espaço para Aprender/Comunidade	Dra. Lyria Moreira Paiva Dra. Lya Machado Rego	
	16:45 às 17:45	Conferência: Capacitação Y Empleo em Areas Marginalizadas	Dr. Eduardo Vargas	



1957/58 - FUNDASEC/URBANO

SEMINÁRIO INTEF AÇÃOAL DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO NAS PERIFERIAS URBANAS

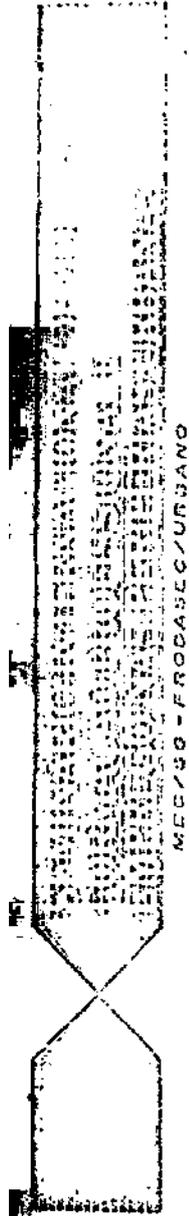
Data	Hora	Atividades	Responsáveis	Local
27.08.80	08:30 às 09:30	Conferência: Programa de Desarrollo Social de la Provincia de Cordoba	Dr. Jorge Arambide	SALVADOR PRAIA HOTEL
	09:30 às 09:45	Intervalo		
	09:45 às 10:15	Comunicação: Um Sistema de Ensino Brasileiro onde o jovem aprende, trabalha e ganha.	Dr. Shigeo Mizoguchi	
	10:15 às 10:45	Comunicação: O SENAI e a Experiência em Projetos de Construção Civil.	Dr. Jefferson Bueno	
	10:45 às 11:15	Comunicação: Sistema de Teleducação do SENAC	Dra. Ma. Violeta Vilas Boas	
	14:00 às 16:00	Reunião dos GTs		
	16:00 às 16:15	Intervalo		
	16:15 às 17:15	Reunião dos GTs		



MEC/56 - PRODASEC/URBANO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO NAS PERIFÉRIAS URBANAS

Data	Hora	Atividades	Responsáveis	Local
28.08.80	08:30 às 09:00	Comunicação: A Experiência dos Centros Sociais Urbanos	Dr. Solano Filardi	SALVADOR PRAIA HOTEL
	09:00 às 09:15	Intervalo		
	09:15 às 11:15	Reunião dos CTS		
	14:00 às 15:00	Conferência: "Escolas de Produção"	Dr. Jacinto Blanco	
	15:00 às 15:15	Intervalo		
	15:15 às 17:15	Painel: Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano-PRODASEC/URBANO	Secretários: Dr. Eraldo Tinoco Melo Dr. Joel de Hollanda Cordeiro Dr. Antonio de Albuquerque Souza Filho Dr. Dionizio João Hage	



MEC/30 - FRODASEC/URBANO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPTECO NAS PERIFERIAS URBANAS

Data	Hora	Atividades	Responsáveis	Local
29.08.80	08:30 às 09:00	Comunicação: Projeto de Atendimento ao Prê-Escolar	Dr. Joel de Hollanda Cordeiro	SALVADOR PRAIA HOTEL
	09:00 às 09:15	Intervalo	Dra. Ma. Madalena Rodrigues dos Santos	
	09:15 às 09:45	Comunicação: Sistema Especial de Promoção Educativa do Menor	Dra. Telma Lucia Menezes de Meeiros	
	09:45 às 10:45	Conferência: La Capacitación Para El Trabajo como Instrumento de Participación de Los Sectores Populares en El Desarrollo Comunal y Nacional.	Dr. Jacinto Lechiguero Antón	
	14:00 às 15:30	Apresentação dos relatórios nos GT's		
	16:30 às 17:00	Apresentação dos relatórios em plenário		
	17:00 às 18:00	Encerramento		

INFORMAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DO SEMINÁRIO

50

- 1-0 Seminário constará de Sessões plenárias e grupos de trabalho.
- 2 - Nas Sessões plenárias haverá: conferências (com 1 h. de duração) comunicações (com 30 min. de duração) um painel composto pelos Secretários de Educação da Bahia, Pará, Pernambuco e Ceará (estados onde já se iniciou a implantação do PRODASEC) .
- 3 - Haverá 4 grupos de trabalho que se reunirão diariamente e funcionarão simultaneamente, cada um dos quais trabalhará os seguintes temas :
 - . *GT:I - EXTENSÃO E MELHORIA DO ENSINO DO 1º GRAU (INCLUSIVE PRÊ-ESCOLAR) A POPULAÇÃO CARENTE.*
 - . *GT II - DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA.*
 - . *GT III - EDUCAÇÃO-PRODUÇÃO.*
 - . *GT IV - ASPECTOS INSTITUCIONAIS ADMINISTRATIVOS E FINANCETROS.*
- 4 - As Plenárias e os GTs serão coordenados por Secretários do MEC e Secretários de Educação dos Estados.
- 5 - Haverá para cada GT um roteiro para orientar as discussões e facilitar o desenvolvimento dos trabalhos-
- 6 - Cada GT terá uma equipe de redação composta de um gerente ou técnico do PRODASEC nos Estados, um técnico das diferentes Secretarias do ITEC aqui presentes e um representante da equipe central do ODASEC.
- 7 - A equipe de redação terá a responsabilidade de fazer o registro das discussões, e de elaborar os relatórios dos GTs.
- 8 - Os relatórios elaborados pelas equipes de redação serão submetidos à apreciação de seus respectivos GTs antes de serem levados ao conhecimento do plenário.

GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO I - EXTENSÃO E MELHORIA DO ENSINO DO 1º GRAU (INCLUSIVE PRÉ-ESCOLA) À POPULAÇÃO CARENTE

x. Características especiais da escola de 1º Grau em áreas de população carente:

a) Escola com serviços complementares para suprir deficiências das famílias carentes-:

. Alimentação escolar (preferentemente com utilização de alimentos produzidos na própria comunidade ou em áreas próximas);

. Saúde escolar (utilização do professor como agente do sistema nacional de saúde - para ações preventivas de identificação de doenças, orientação aos alunos e às famílias; para encaminhamento aos serviços de saúde, dos alunos, etc.) .

b) Escola com características especiais de organização e funcionamento (em particular para compatibilizar a atividade educacional com o mundo do trabalho, levando em consideração o fato de que grande parte dos alunos estudam e trabalham):

. Horários flexíveis (viabilidade de sua implantação; problemas técnicos, administrativos e de custos e formas de superá-los);

. Calendário flexível, ajustado, na medida do possível as características estacionais da atividade econômica e do mercado de trabalho urbano (viabilidade de sua implantação; problemas técnicos, administrativos e de custos e formas de superá-los)

. Currículo flexível;

. Funcionamento da unidade escolar durante todo o ano (cur

- sos especiais no período de férias; utilização das instalações para outras atividades de interesse da comunidade; problemas técnicos, administrativos e de custos e formas de superá-los);
- . Vinculação das escolas com unidades de produção onde trabalham os alunos carentes;
 - . Estreita vinculação da escola com a comunidade, muito mais no sentido de a escola servir a comunidade, que no do aproveitar--se dos escassos recursos desta em seu benefício (v.g. esquemas de trabalho "voluntário" que podem constituir-se num mecanismo adicional de exploração dos grupos carentes):
 - . Esquema de compra locais de bens e serviços necessários a instalação e funcionamento da unidade escolar (material de construção, móveis e equipamentos escolares; serviços de limpeza, conservação e reparação, etc);
 - . Problemas técnicos e administrativos para o funcionamento e a operacionalização do sistema;
 - . Utilização dos locais escolares pela comunidade para outras atividades de interesse desta. •

Atendimento ao pré-escolar:

- . Atendimento em áreas abertas ou em locais cobertos (evitar construções específicas para o atendimento, pela impossibilidade de dispor dos recursos necessários para garantir ampla cobertura);
- . Formas de atendimento que permitam uma elevada relação aluno/professor. Utilização de pessoal da comunidade (especialmente as mães) no apoio aos programas;
- . Aproveitamento dos programas de atendimento ao pré-escolar para "entrada" no grupo familiar, envolvendo progressivamente todos os membros da família em programas educacionais.

GRUPO II - DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

1, Características de projetos que devem ser apoiados pelo PRODASEC:

- a) Baixo custo unitário de atendimento;
- b) Concentração das ações nos problemas fundamentais dos grupos carentes: emprego e renda; saúde, alimentação e nutrição; legalização da posse da terra, urbanização, etc;
- c) Possibilidade de rápida expansão de cobertura;
- d) Ampla participação da comunidade na identificação das necessidades, na formulação e execução dos projetos;
- e) Envolvimento de toda a família e não apenas de alguns de seus componentes;
- f) Ação intersetorial, envolvendo, além da comunidade, diversos órgãos públicos.

Aspectos operacionais:

- a) Relação entre a estrutura intermediária criada (Grupos Coordenadores, a nível da Secretaria de Educação) e a estrutura local a nível do bairro;
- b) Organização da estrutura a nível do bairro. Algumas alternativas:
 - . Utilizar a estrutura local já existente no bairro, vinculando a ela o projeto;
 - . Criar uma estrutura especial no bairro, integrada pelos órgãos que neles desenvolvem projetos (o órgão responsável pelo projeto mais importante poderia coordenar; os demais) e por representantes da comunidade;
- c) Fluxo de recursos. Formas de avaliação e de controle.

- . Para financiar a instalação do aluno no mercado de trabalho, depois de concluído o curso;
- . Formas mistas.

Instalação no mercado de trabalho dos egressos de cursos em escolas de produção ou de programas de qualificação profissional:

- a) Criação de um fundo (a ser administrado pela Escola ou por uma instituição de crédito) para financiar:
 - . A aquisição de ferramentas e instrumentos de trabalho;
 - . A compra de equipamentos para instalação de oficinas;
 - . O aluguel de local (compra ou construção);
 - . O capital de giro para a operação da unidade de produção.
- b) Sistema de tutela pela Escola, das unidades de produção criadas, por um período de 2 a 3 anos após o término dos cursos.

Aproveitamento do potencial de capacitação de mão-de-obra de grandes e medias empresas em beneficio de empregados de pequenas e micro-empresas ou de pessoas desempregadas:

- a) Tipos de programas de capacitação oferecidos pelas grandes empresas que podem adaptar-se às necessidades das micro e pequenas unidades de produção ou dos desempregados e subempregados;
- b) Como mobilizar esse potencial. Como retribuir as empresas o esforço adicional que se lhe exige;
- c) Papel do SENAI e do SENAC no apoio a tais programas

Participação dos seguintes organismos nd' linha de educação-produção:

- a) Escolas Técnicas Federais;
- b) SENAI, SENAC e PIPMO;
- c) Sistema Nacional de Emprego (SINE);
- d) CEBRAE;
- e) DAMPI (Confederação Nacional da Indústria).

*GRUPO III ~ EDUCAÇÃO-PRODUÇÃO**Escolas de Produção:*

- a) A partir de que nível devem funcionar (1º e 2º Grau);
- b) 0 componente produtivos na escola-produção de 1º Grau:
 1. Como identificar os bens e serviços a serem produzidos
 2. Articulação da atividade produtiva com o currículo:
 - . Atividade produtiva totalmente integrada
 - . Atividade produtiva desenvolvida fora das atividades normais da escola.
 3. Destino da produção:
 - Para a escola ou outra unidade do Sistema Educacional ;
 - . Para o mercado representado pelas produções carentes;
 - . Para o mercado representado por programas de desenvolvimento social que operam na área (assistência social; saúde; lazer etc);
 - . Para o mercado externo a comunidade carente.
 4. Forma de comercialização e entidade responsável:
 - . Comercialização pela cooperativa escolar;
 - . Comercialização pela escola;
 - . Entrega dos produtos a uma instituição pública ou privada que se responsabiliza pela comercialização;
 - . Outras formas.
 5. Destino da renda gerada:
 - . Para a manutenção da escola;
 - . Para os alunos e suas famílias (descontados os custos de produção).

GRUPO IV - ASPECTOS INSTITUCIONAIS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

1. Planejamento- com base geográfica x planejamento por nível de ensino Ou por insumos ou recursos utilizados no processo ensino-aprendizagem:

- a) Requisitos para o planejamento com base geográfica;
- b) Estrutura organizativa e operacional a nível local (bairro) e na Secretaria de Educação e estruturas intermediárias;
- c) Planejamento com base geográfica como processo mais adequada para o planejamento participativo.

2. Aspectos aspectos administrativos e organizacionais:

- a) Composição do Grupo Coordenador Estadual e suas funções. Papel da equipe técnica da Secretaria da Educação, responsável pelo PRODASEC;
- b) Relações entre a equipe técnica e os outros órgãos técnicos da Secretaria;
- c) Relações entre a estrutura criada a nível da Secretaria e a nível local (bairro). Papel da estrutura local;
- d) Processo de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle. Papel dos distintos órgãos;
- e) Relações entre a Secretaria de Educação e os órgãos executores de projetos financiados com recursos do PRODASEC/URBANO;
- f) Relações entre o PRODASEC e outros programas do MEC que operam com sistemática distinta. Como promover a integração das ações a nível nacional e local.

3. Participação de alguns órgãos no Programa:

- a) CFE e CEE;
- b) Universidades.

PARTE II

*DESENVOLVIMENTO DOS
TRABALHOS*

ABERTURA

SUBSTITUTO DO VICE-REITOR - PROF. CLÁUDIO VEIGA - Tenho a honra de declarar aberto este importante Encontro e passo a direção dos trabalhos ao Professor Lafayette Pondé representante do Senhor Ministro da Educação e Cultura.

PROF. LAFAYETTE PONDÉ - Senhoras e Senhores prezados companheiros da Universidade Federal da Bahia. É sempre com prazer indizível que volto a esta casa e revejo aqueles que trabalham com devotado entusiasmo pela manutenção do renome desta grande Instituição de Ensino. Tenho a honra, neste momento, de representar o Ministro Eduardo Portella. Em seu nome declaro instalado o Seminário Internacional de Educação, Formação Profissional e Emprego nas Periferias Urbanas, promovido pela Secretaria Geral do MEC em função do seu Programa de Ações Socio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano.

Este Seminário se realiza sob a coordenação da Universidade Federal da Bahia a cujo Reitor estendo minha saudação e minha homenagem pelo prestígio da sua colaboração, e pelo apoio que todos esperamos para o êxito dos trabalhos que aqui se desenvolvam. O destaque particular do Seminário está não somente na matéria sobre seu estudo - a educação como instrumento de integração social de populações desassistidas - mas também pelo propósito do Ministério da Educação de não deixar que fiquem no papel as intenções do seu 39 Plano Setorial. Esta reunião é o primeiro passo e por isso mesmo o mais importante para execução desse programa no qual os órgãos do MEC se articulam com outros setores federais, em particular os Ministérios do Interior e do Trabalho, os serviços educacionais dos Estados e dos Municípios, as Universidades e demais instituições de ensino nos seus diversos níveis, assim como os diferentes centros de ações comunitárias todos convocados para o esforço de reduzir,

quando não dissolver, os tons de vida sub humana encravados nas cidades nos quais não somente se esteriliza, com o próprio sentimento da dignidade da pessoa, toda uma força de trabalho produtivo mas fermenta uma fonte de violência desagregadora da comunidade social,' com reflexo direto no curso do nosso desenvolvimento.

Permito-me lembrar nesse instante as palavras do Ministro Eduardo Portella que podem valer de ternário deste encontro. É a periferia urbana multiplicada por migrações sucessivas particularmente fascinadas pelo mito da cidade, que aí não encontram estratégias de educação articuladas com estímulos de sobrevivência e ingressam no mundo marginal da violência e do crime. a urgência da implantação de mecanismos ageis ca-pazes de educar e ocupar a uma so vez. A busca desses mecanis-mos a urgente busca de mecanismos agéis capazes de educar e ocu_ par é a razão deste Seminário e a sua causa final em função da qual, como já se disse, será necessário talvez redefinir o pa pel do MEC no sentido de uma conjunção maior com os governos lo-cais em termos de um sistema nacional de planejamento educacio nal. A educação básica é um imperativo incondicionado da orga_ nização política e a todos deve ser estendida como um bem cole_ tivo de que é beneficiária a nação mais do que as pessoas. Por isso dizia Ruy e não nos cansa repetir sua advertência que deve_ ria ser gravada como diretriz de todos os governos. A educação geral do povo é, exatamente, na mais literal acepção da pala-vra, o primeiro elemento ordem, a mais decisiva condição da superioridade militar, a maior de todas as forças produtivas. Se comunicassemos ao povo a faculdade de ler e de pensar teríamos lançado o amplo e grande fundamento do qual decorreria quase tudo o mais do que nos é preciso. O que falta aos nossos financistas em geral é o singelo rudimento das ciências das finanças, de que o primeiro elemento de fertilização da terra consiste na fecundação do entendimento do povo, que a produtividade de um País está na razão direta da propagação da ciência entre seus

habitantes , que uma nação será sempre tanto mais pobre quanto menos difundida se achar nas camadas populares a educação e o saber positivo. Não é a terra, dizia Ruy, não é a terra nem o numerário o que constrói a riqueza das nações. É a inteligência do homem a lei fundamental da verdadeira ciência das finanças.

O continuado esquecimento dessa lei fundamental exige de todos nós hoje um trabalho intensivo para recuperação do tempo e dos espaços perdidos, um trabalho urgente como quer o Ministro Eduardo Portella, para implantação de procedimentos * ágeis e capazes de educar e ocupar a uma só vez. O desordenado crescimento urbano é um desafio de ordem universal. O rápido aumento das populações, o encurtamento das distâncias resultante da melhoria e multiplicação dos sistemas de comunicação e transportes, as possibilidades de novos empregos em razão das inovações tecnológicas, a expectativa de melhores condições de trabalho, de habitação, higiene, de conforto e até mesmo a atração da aventura pelo ilusório deslumbramento das construções suntuárias, derramam sobre as cidades sucessivas correntes migratórias de diferentes níveis de ordem familiar, moral e cultural. A cidade perde a sua feição de vizinhança, seu primeiro sentido de refúgio e segurança dos homens e até espanta hoje pensar que alguma vez, se tenha admitido que os seus ares é que faziam livres o homem e por isso há quem diga que ninguém está satisfeito com a forma que a cidade hoje tomou porque nem como mecanismo funcional, nem como ambiente social ela corresponde às esperanças que a civilização moderna despertava.

Somos um País predominantemente urbano. Em 1970, já 52% da nossa população vivia em cidade de mais de 50.000 habitantes , o crescimento industrial desenvolveu esse processo de concentração maior nas capitais. O Rio de Janeiro tem mais de 1.000.000 favelados. Desde a década de 1960 a mortalidade

infantil aumentou de mais de 50% em São Paulo; nas demais cidades há cerca de 10.000.000 de brasileiros menores abandonados. Um esforço para abrir nessa massa um raio de luz tem as conexões de um movimento de salvação nacional. E esse é o esforço do Ministério da Educação.

Em 1971, o eminente Professor Paulo Zing, Educação da Capital de São Paulo, atentando para a gravidade do problema, acentuava com agudeza a necessidade de definir os objetivos educacionais nas áreas metropolitanas face das duas realidades básicas da educação moderna: a sociedade urbanizada e o domínio absoluto da comunicação de massa. E alarmava a evasão escolar, ainda uma realidade na grande São Paulo agravada do fato grave de não haver vida familiar normal entre as populações marginalizadas. Dizia ele que havia cerca de 600.000 jovens, entre 12 e 18 anos marginalizados na capital, na fronteira do vício, do crime, da subversão, aceitando apenas as próprias lideranças boas ou más; e, ainda agora, informa o Secretário da Educação do Rio de Janeiro, somente no Rio de Janeiro, que ainda é a capital espiritual do País, há cerca de 1.800.000 menores carentes ou desassistidos. Esse quadro desolador repete-se e se multiplica no País inteiro como um pesadelo: a vida urbana em sobressalto diário, a estrutura social minada pelo poder desagregador dos que não conhecem escola, não têm família, não têm trabalho, não têm esperanças, não têm sequer respeito humano.

O propósito do Ministério da Educação é estender a essas populações o instrumento que as pode salvar: a educação; a educação a que elas têm direito, o direito que se funda mais do que no texto da constituição do País, do que na letra da declaração universal dos direitos do homem, na própria noção de dignidade humana. Para realização desse propósito o Ministério convocou este Seminário do qual espera subsídios objetivos, adequados, exequíveis, capazes de mobilizar

não somente os diversos sistemas de ensino, em termos de educação formal, mas também os processos de natureza extra escolar. Em reuniões como esta mais valiosos talvez do que as teses e comunicações não de ser os debates, os debates que as ilustrem e as fortaleçam. Aqui estão educadores, especialistas, professores, homens de alta cultura conjugados no mesmo interesse. Meus votos expressam a confiança do Ministro Eduardo Portella no pleno êxito deste trabalho,

Declarando instalado, pois, o Seminário, eu passo a palavra ao Professor Pedro Demo, Secretário Geral Adjunto do MEC, para fazer a comunicação sobre o assunto.

PROF. PEDRO DEMO - SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO DO MEC -
Senhor Presidente do Conselho Federal de Educação e representante do Ministro da Educação e Cultura, Senhor representante do Reitor desta Universidade, demais colegas da mesa, meus amigos. Numa comunicação muito breve devo aqui deixar algumas ideias relativas ao tema, que poderiam servir como pontos fundamentais dos debates.

Dentro dessa preocupação e entrando logo em aspectos reais, gostaria de levantar uma das preocupações que mais nos têm afligido ultimamente, com respeito aos programas de ações sócio-educativas e culturais para periferia urbana, bem como para a área rural. Trata-se da objeção muitas vezes levantada de que nós estaríamos possivelmente incorrendo em subeducação. A ideia é a seguinte: uma oferta educacional demasiadamente adaptada ao mando da pobreza tende a ser uma educação pobre. Não estaríamos com isto privilegiando essas populações ou sacralizando a discriminação? Creio que o que nos estamos tentando fazer nada tem a haver com subeducação; mas deve-se reconhecer que a objeção é muito importante e também que nós incorremos todo dia nesse risco de estarmos ofertando a estas populações os resíduos do sistema.

Daí cabe a pergunta: como superar essa problemática? Em primeiro lugar, gostaria de acentuar que não temos, de maneira nenhuma, começando agora a perceber ou a ver o problema da subeducação. Ela já existe de longa data e poderíamos, talvez, dizer que a educação que propomos hoje para as populações carentes do País, esta sim, é tipicamente subeducação. Não caberia aqui mostrar outra vez os dados relativos das *estruturas* básicas do nosso ensino brasileiro mesmo

porque já foram divulgados na imprensa pela Secretaria de 1° e 2° graus, aqui presente e que jamais fugiu ao debate no sentido de mostrar que, realmente, nós temos, no momento, uma oferta profundamente desadaptada, talvez pela surpreendente razão de querermos tratar de forma igual grupos extremamente desiguais. Essa tentativa de imaginar que os grupos carentes tenham a mesma condição de absorver e de acompanhar a oferta educacional que fazemos para os grupos privilegiados acarreta para os grupos carentes uma inevitável subeducação. Isto ressalta, particularmente, o caráter seletivo da oferta educacional que decepa, com impiedade, aquelas pessoas que, exatamente por serem carentes, não conseguem sobreviver no sistema. Então montamos mais que um sistema de educação, montamos um sistema de seleção e quem mais precisa de educação é exatamente quem menos tem chance de recebê-la. Onde poderíamos ver alguns elementos que definiriam a característica de subeducação da nossa oferta atual? Poderíamos ver em pontos tais como: a educação está submetida a preceitos legais incompatíveis com seu nível sócio-econômico (eu me refiro ao nível dos grupos de baixa renda); há conteúdos curriculares que violentam o mundo diário de sobrevivência, dificultando a possibilidade de utilização prática; outros são estranhos à cultura local e regional revertendo-se em colonialismo; padece de pedagogismo, no sentido de não unir o processo pedagógico ao processo de desenvolvimento sócio-econômico e político; inculca o senso por um desenvolvimento mimetista não prioritariamente voltado para a satisfação das necessidades básicas, veiculando uma cultura localmen

te supérflua e de elite; traduz excesso de expectativa social porque, sozinha, a educação não é o móvel de ascensão social que se imagina; baseia-se demais no conceito formal de escola quando, na verdade, o que sucede dentro da escola pode ser o menos importante para a população carente, sob impacto excessivamente homogeneizante; esconde-se a transmissão dos interesses dominantes, traduzidos facilmente numa educação que colabora muito mais para o aumento da produtividade do que para o aumento dos salários do trabalhador.

Por certo todas essas características que poderiam ser aprofundadas em inúmeros debates, a mim pareceriam suficientes para demonstrar que a prática que temos hoje em dia está dentro de um ambiente claro de subeducação.

Colocada a questão de como superá-la acho que uma das primeiras realidades é reconhecer aquilo que seria um parametro fundamental de qualquer política social, ou seja, uma política social, só é social se for distributiva, ou seja, se privilegiar o grupo desprivilegiado. Outras noções, nesse sentido normalmente são assistencialistas não seriam política social. Dentro desta ótica, o que deveríamos fazer seria oferecer a todos a mesma educação, e acrescentar para os grupos de baixa renda uma complementação tal, que os privilegiasse dentro do sistema. Esta seria, certamente, a postura correta, contudo isto não é possível por inúmeras razões, das quais podemos destacar:

Primeiro nós não teríamos jamais recursos suficientes, particularmente numa época de penúria econômica como a que estamos vivendo, para conseguir oferecer à população carente esse excesso de educação;

Segundo seria até certo ponto uma proposta estranha aos próprios grupos carentes, porque eles, premidos pela sobrevivência, não teriam como dedicar tempo ainda maior à

educação; nós teríamos que retirar-los do ambiente do trabalho, do ambiente de sobrevivência, talvez trazê-los para a sala de aula ou para qualquer iniciativa não formal de educação, o que, talvez, fosse extremamente difícil.

O que resta como alternativa viável e fundamental é oferecer uma educação que vá ao encontro do mundo de sobrevivência desses grupos carentes. Isto compensa, então, a simplificação aí introduzida. Nós praticamos, certamente, uma educação, até certo ponto utilitária, mas, se a educação para o pobre, não for sobretudo útil, não será nada, será puro enfeite. Por isso a ligação importante que fazemos, com as categorias do trabalho, com as categorias da produção, com as categorias da sobrevivência e particularmente com a categoria da cultura. Tenho a certeza de que esse conceito de cultura já amplamente veiculado nas preocupações educacionais, ainda não foi abordado satisfatoriamente e mereceria um amplo debate. Sempre dizemos que, para esses programas adaptados ao mundo da pobreza, é essencial o conceito de cultura tecnicamente falando, o quadro de referência da educação.

O conteúdo da educação e sua maneira de organizar-se é uma proposta cultural. Nós não nos referimos certamente ao conceito clássico e elitista de cultura, contra o qual também colocamos nenhuma objeção, porque, obviamente, a elite tem o seu direito próprio, a sua própria cultura mas não referimo-nos à cultura ligada ao conceito de política social e aqui podemos destacar pelo menos três pontos importantes:

O primeiro significa o reconhecimento daqueles traços fundamentais que caracterizam a comunidade pobre; aquelas coisas que definem as ambiências que eles vivem; aquilo que caracteriza a comunidade e que deve ser o conteúdo fundamental de qualquer proposta curricular;

O segundo significa a cultura da sobrevivência, ou, resumindo muito, a arte de viver com salário mínimo; isto

caracteriza profundamente essas populações que podem, inclusive, aliar ao caráter da sobrevivência o caráter artístico, o cultivo do espírito, o refinamento intelectual, não intelectual como nós gostamos dentro de uma Universidade, mas intelectual como eles são porque também entendem da vida sabem o que é bom e o que é bonito; jamais se poderia defender a ideia de que eles não têm cultura; eles têm cultura sim, não têm a nossa, (estamos talvez confundindo falta de cultura com falta de acesso ao poder) ;

O terceiro elemento importante do conceito de cultura é o que traz de conteúdo democratizante, participativo, porque fortemente ligado a conotação comunitária e refere-se nesse sentido a todas as propostas que tentam organizar a educação dentro das características da própria comunidade, com os próprios recursos da comunidade, com os elementos já existentes na comunidade, tentando traduzir aquilo que seria de fato uma educação adaptada ao mundo dos grupos mais pobres da sociedade.

Esta é, sem dúvida, uma tarefa muito complexa. Os programas não podem, certamente, levantar demasiadas pretensões, muito menos o MEC imagina resolver sozinho esta questão. Acho que isto está claro, porque a própria crítica feita no Ministério com relação ao pedagogismo, significa, sobretudo, conhecer que o Ministério sozinho é voz perdida no deserto. Temos que entender todo esse esforço de maneira interdisciplinar; temos que dialogar profundamente com os Ministérios assomolhados, particularmente o Ministério do Interior, do Trabalho, da Agricultura e outros que se envolvem com o problema da pobreza no País.

Colocadas essas premissas, todas elas sempre discutíveis, mas, certamente, também muito justificáveis, é possível montar uma oferta educacional que, apesar de ser adap

tada ao mundo da pobreza, não é pobre. Pode ser realmente um movei de ascensão social, pode traduzir para o pobre uma vantagem específica, pelo menos no sentido de que o que ele aprende na escola ou fora da escola com esse tipo de programa lhe seja diretamente útil, seja expressão das necessidades básicas que ele mesmo vive, e com isso possa reduzir-se, visivelmente o caráter extremamente seletivo da nossa oferta de educação atual. É o que buscamos com esse programa de ações sócio-educativas e culturais para as periferias urbanas aqui, em debate; é por isso também que não o tratamos sozinho do ponto de vista apenas do MEC, mas sim junto com outros parceiros, outras categorias, outros especialistas de outros ministérios. Deste debate esperamos ideias novas e, sobretudo, um amadurecimento das experiências, para que, pelo menos, possamos errar cada vez menos. Mui-to obrigado.

PROF. LUIS AUGUSTO FRAGA NAVARRO DE BRITO

-

Professor Pedro Demo, meus colegas: Este documento básico está dividido em quatro partes fundamentais:

A primeira onde são discorridas algumas preliminares teóricas; uma segunda que discute aspectos da educação, formação profissional e emprego nas áreas carentes urbanas; outra terceira, onde se faz uma apresentação do programa de ações sócio-educativas e culturais para as populações carentes - o PRODASEC; e finalmente, uma quarta em que se descrevem experiências de atuação sobre periferias urbanas.

Eu vou ocupar-me da apresentação das duas primeiras partes, as duas seguintes ficarão a cargo do Dr. Antonio Cabral de Andrade.

A primeira parte, como disse, intitula-se preliminares teóricas. Nela, busca-se, de um lado, identificar as áreas urbanas periféricas e, de outro, fazem-se algumas aborda

gens teóricas, sobre educação, formação profissional e emprego, no que diz respeito a caracterização das áreas periféricas urbanas desenvolve-se, historicamente é claro, em pinceladas o crescimento dos fenômenos de urbanização e de industrialização no País. Para justificar o aparecimento desses chamados sons periféricos têm-se três fatores fundamentais que vêm influenciando na maior dimensão do problema: a pauperização, claro, o segundo seria a especulação desordenada do solo e, finalmente, a política habitacional realizada através do BNH. A conjugação desses fatores, no modo de ver daqueles que elaboraram parte desse documento, que foram as professoras Iraci Picanço, Nadia Castro, Nilza Souza Santos e eu mesmo, a conjugação desses fatores faz com que existam ou pareçam existir quatro formas de bons sons periféricos ou módulos de populações carentes. Um primeiro que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, onde o periférico conserva seu sentido original; Uma segunda forma é decorrente da desvalorização de áreas cujas funções transferiram-se para outros espaços tornando-se acessíveis a segmentos pior remunerados, proliferando o expediente dos aluguéis de imóveis ou de cômodos cuja desvalorização não decorre da deterioração material da habitação, mas, ao contrário, ela é consequência da deterioração de valor do espaço; a terceira seriam as invasões especialmente na forma de favelas que, em verdade, configuram um tipo de solução habitacional no nosso modelo periférico de crescimento urbano; o, finalmente, o quarto tipo que estaria representado nos programas mais recentes do Banco Nacional de Habitação tais como PROFILURBI ou PROMORAR.

Uma vez, portanto, fixadas ideias gerais sobre caracterização das populações carentes, procura-se lembrar, no documento, as abordagens teóricas mais recentes sobre educação, formação profissional, e emprego. Claro, que, de um lado, desenvolvendo alguns subsídios, todos eles oriundos da teoria do capital humano, onde o aporte da educação parece super valori-

zado e, de outro, orientações teóricas que são montadas a partir da crítica dessa posição anterior. Nessa parte do documento, colocam-se varias afirmações e várias indagações como hipóteses de trabalho, a saber. A educação aumenta o nível geral de emprego por duas razões: um aumento da propensão a consumir bens e serviços de alta intensidade de mão-de-obra e por que permite atender demandas insatisfeitas de pessoal qualificado. A educação melhora o padrão de emprego, ao facilitar a transferência de mão-de-obra do setor tradicional para o setor moderno de uma economia em desenvolvimento. A educação reduz o desemprego diretamente ao postergar o momento de ingresso do jovem na força de trabalho. A educação melhora a eficiência da mão-de-obra empregada; a educação melhora a situação do emprego a longo prazo ao incidir sobre a redução de taxa de natalidade e ação sobre as disponibilidades de mão-de-obra. A mão-de-obra qualificada, através do sistema de educação e formação profissional, pode criar sua própria demanda, promovendo a criação de novas empresas ou de postos de trabalho desempenhados de forma independente. Finalmente, talvez, a indagação maior: a educação aumentaria os níveis de renda dos trabalhadores.

Discutidas essas proposições, com um propósito crítico, e ao mesmo tempo, com um propósito de suscitar a discussão dos participantes deste seminário, passamos, então, para a segunda parte do trabalho, com um caráter mais analítico, sobre aspectos da educação, formação profissional e emprego nas áreas carentes urbanas. Nesta parte são destacados três aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito, à própria problemática educacional nessas áreas. O segundo descreve rapidamente alguns programas profissionalizantes, conhecidos de nós todos; e, finalmente, tenta-se uma convergência dessas ações educativas em relação ao emprego.

Quanto à problemática educacional nas áreas ca

rentes urbanas, este assunto é discutido em duas vertentes básicas. Uma tentativa da montagem de um esboço de diagnóstico da educação nessas áreas. Para fazer esse esboço escolhemos como, talvez, os mais significativos parâmetros a relação entre oferta e demanda nessas populações carentes e o seu rendimento escolar, e finalmente o papel que as entidades coletivas desempenham nestas áreas. A relação entre a oferta e demanda, como parece óbvio ressalta baixos índices de escolarização. O documento apresenta alguns dados de caráter nacional utilizando também como exemplo um levantamento feito em Salvador, em 1975, pela Cia. de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. Este estudo, que divide a população de Salvador em três grandes estratos, nos leva a concluir que enquanto no estrato de renda mais alta, a oferta de 1º e 2º graus estaria saturada, nas áreas correspondente ao estrato B, com nível de renda mais baixo, o deficit seria de apenas 2,6%, enquanto que no estrato C, que corresponde à renda mais baixa, o deficit se elevaria a mais de 50%. Em torno disso são feitos vários comentários de como se desenvolve esta oferta e como se reprime a demanda das populações pobres. Quanto ao rendimento escolar, que é também um problema nacional, procura-se destacar, que se ele é grave, o é muito mais nos estados mais pobres. Utiliza-se um exemplo: comparando a situação no Estado da Guanabara e no Estado de Sergipe. Em cada grupo de 1.000 alunos matriculados em 1960 na 1ª série do curso primário no Estado da Guanabara, 354 iniciaram o ginásio em 1964, 151 concluíram em 1970 o curso colegial, e 48 eram recebidos no ano seguinte em instituições do ensino superior. Na mesma época verificados os resultados correspondentes no Estado de Sergipe entre os 1.000 estudantes que frequentaram a 1ª série do primário, 72 chegaram ao ginásio (observe-se que na Guanabara 354 iniciaram o ginásio) 34 concluíram o colegial (na Guanabara 151 o concluíram), enquanto apenas 9 ingressaram no curso superior (no Estado da Guanabara

os Ingressantes foram 48). Em seguida faz-se uma comparação dentro das grandes cidades , salientando o estudo o rendimento mais baixo exatamente nas zonas periféricas onde as vezes nem sequer existem escolas.

Por fim, o terceiro parâmetro utilizado na tentativa desse esboço da problemática educacional nessas áreas, é o esforço corretivo das diversas entidades coletivas que funcionam nas periferias urbanas. Refiro-me a sindicatos, igrejas, associações de bairros, etc. , salientando-se, inclusive , o aporte que essas entidades trazem, na parte referente à própria profissionalização do ensino. Naturalmente que este é um assunto que merece uma investigação mais detida; conhece-se muito pouco dos conteúdos e das próprias técnicas utilizarias na ação pedagógica desenvolvida por essas entidades. Mas a primeira ideia que se tem do trabalho desenvolvido por elas já é bastante para assinalar a importância da contribuição desses letivos. Depois desse pequeno esboço, há em item onde se discute o significado da educação nessas populações carentes. Claro, tem-se de partir da ideia frequentemente divulgada da educação vinculada à comunidade social, mas, além do confrontamento entre esse discurso e o que as populações têm, de fato, em relação a educação, procurou-se fazer uma comparação com a prática educacional; e a partir dessa prática, colocamos algumas hipóteses sobre a ideia, ao contrário negativa, que, às vezes, aparece nessas populações em relação à educação. Esse capítulo conclui que a oferta da rede escolar existente reduz ou inviabiliza o eventual papel da educação como motor de mobilidade horizontal ou vertical. Seria preciso instituir novos programas nas áreas carentes, inclusive programas profissionalizantes , ou facilitar a demanda e o ingresso em unidades fora dessas áreas, para que a educação possa talvez mudar o seu atual papel estabilizador e produtivo.

A partir daí, o documento, como disse, descreve

alguns programas de formação profissional. Com a introdução, que se detém, sobre desenvolvimento do ensino industrial do País ele aponta como primeiro exemplo dessa formação profissionalizante o SENAI, em seguida descreve alguns programas profissionalizantes, também do SENAC, do PIPMO, do Movimento de Educação de Base, MOBRAL e da Legião Brasileira de Assistência. Depois de descrever esses programas e a regulamentação feita a través da Lei 6.297/75, que permitiu que as pessoas jurídicas deduzam do seu imposto de renda o dobro das despesas comprovadamente realizadas em projetos de formação profissional, parte-se para a terceira parte desse capítulo sobre aspectos da educação.

Essa parte (como é relativamente pequena eu vou me permitir ler) é por assim dizer a síntese das duas anteriores. Não se dispõe no País de um estudo em profundidade sobre as relações entre as ações educacionais, formação profissional e emprego nas periferias. Os elementos existentes discorrem nas sobre a repercussão de determinados cursos ou programas em contextos ocupacionais espaciais estritamente delimitados. Apesar de instituído, há quase 10 anos, o ensino profissionalizante do 2º grau não foi ainda, de fato, avaliado no âmbito nacional. Os programas de formação e capacitação de mão-de-obra, de seu turno, ressaltados talvez aqueles dirigidos para o Comércio e a Indústria tornam-se difíceis de uma aferição mais precisa. Tratando-se das áreas carentes urbanas, as implicações divulgadas das atividades educativas sobre o emprego, são induzidas, genericamente, da própria estratégia de sobrevivência dos pobres. Já se assinalou o diminuto papel da "escola na profissionalização, em geral realizada pelos estabelecimentos privados e alguns deles mantidos por entidades coletivas. Ressaltou-se ser demais, nas populações carentes, a presença constante da escola como um estágio que pouco ou nada contribui para obtenção de emprego. Por outro lado, a formação profissional desenvolvida por agências como as mencionadas

no capítulo anterior, alcança uma parcela muito reduzida dos trabalhadores das zonas periféricas, de sorte que parece inexistir um correlacionamento, pelo menos de imediato, entre as ações educativas desempenhadas e o mercado de trabalho. Nisto se apura, alias, uma coerência lógica, na medida que os empregos oferecidos para as populações carentes exigem muito pouco ou quase nada dos requisitos e habilidades tradicionalmente promovidos pelas instituições educacionais; inclusive, a oferta insuficiente de serviço corresponderia em verdade ao pequeno significado econômico da educação, ainda que isto não seja uma característica desse segmento. Seria ingênuo, por certo, acreditar-se que a intensificação e facilitação da oferta das escolas de cursos de capacitação, modificaria a estrutura do mercado de trabalho e, por consequência, ampliaria as oportunidades de melhores empregos; mas será também socialmente injusto se, com esse pretexto, o poder público continua a reprimir a demanda, educacional das populações de baixa renda negando-lhes o direito a educação.

Pretendendo responder a estas inquietações, as políticas alternativas que têm sido com frequência recomendadas, tanto nos Países em desenvolvimento como naqueles industrializados, informam dois modelos abrangentes: as políticas de compensação ou de reforços e as políticas participativas. Esses modelos, ainda que pregonizem, por igual, uma intervenção peculiar do Estado no processo educacional das populações carentes, divergem de modo substantivo em seus pressupostos ideológicos e em suas linhas de interferência.

As políticas de compensação ou de reforço partem da premissa de que é possível promover o princípio da igualdade de acesso e de ascenso escolar no contexto vigente. Para tanto, as clientelas mais pobres devem merecer uma discriminação positiva, como dizem os ingleses, isto é, um tratamento diferenciado capaz de suprir as deficiências sócio-cultu

rais. Esta pedagogia de apoio faz-se dentro da escola e no meio ambiente que circunda e condiciona o alunado.- No primeiro caso, devem ser repensados e adaptados a estrutura da escola, os conteúdos de ensino, os planos de curso e os exames, de modo a alcançar-se um rendimento Ótimo da escolarização. No que se relaciona ao meio ambiente, deve a administração pública assistir a unidade familiar e os alunos com serviços compensatórios, habitação, saúde, etc., que favoreçam condições para o desempenho de um bom trabalho escolar.

As políticas participativas de seu turno, acreditam na educação como um processo de respostas às necessidades humanas e que, por isso mesmo, devem envolver ativa e conscientemente todos os seus agentes. Isto significa que a educação não se exaure na escola e que esta não se pode isolar da construção de requerimentos dos objetivos sociais em dinâmica permanente. A concepção dessas políticas de ampla participação deve sugerir ao Estado o reconhecimento e o estímulo das ações pedagógicas exercidas pelos sujeitos coletivos muitas vezes importantes, das áreas periféricas e a concessão de uma autonomia crítica às escolas.

Claro, que a todas essas políticas são opostas muitas reservas. Entre as mais incisivas, teme-se que as políticas de compensação ou de reforço institucionalizem a escola do pobre e portanto a duplicidade do sistema educacional; além disso, o compensar o que falta à família, leva a considerar as crianças como pequenos sistemas deficitários. Quanto as políticas participativas objetiva-se, sobretudo, que a transferência tutelar do Estado sobre as ações educativas, como um todo, redundará em uma prática inconciliável, com as matrizes teóricas do próprio modelo.

De todo modo, sobre qualquer das políticas alternativas, observa-se uma preocupação governamental generali-

zada em retomar de alguma sorte as estratégias de ensino de outra época quando, aí o documento cita uma revista da UNESCO "Inovacion" , a aprendizagem organizada estava presa ao processo de socialização. Os indivíduos aprendiam de seus pares, e graças a uma participação ativa do trabalho e as atividades comunitárias. A experiência do trabalho era' um meio de educação indispensável. As atitudes em relação a aprendizagem e em relação ao trabalho se desenvolviam simultaneamente. Nesta perspectiva em que o ensino não é apenas consumo, parece inserir-se o programa de ações sócio-educativas e culturais para as populações carentes do meio urbano, de cuja caracterização e formas de operacionalização, se ocupará o Dr. Antonio Cabral de Andrade. Muito Obrigado.

DR. ANTONIO CABRAL DE ANDRADE - Muito obrigado. Vou dedicar-me em particular às duas últimas partes do documento, numa exposição sobre o Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas com apresentação de algumas experiências de intervenção sobre periferias urbanas , precedida essa apresentação de uma tentativa de formular uma tipologia que permitisse uma classificação dessas experiências. Quanto ao programa peço inicialmente desculpas aos aqui presentes que já tiveram várias oportunidades de ouvir-me , porque por mais que procure modificar a exposição, evidentemente terei que repetir muitas coisas, já esquecidas. Mas, como há pessoas presentes que ainda não tiveram essa oportunidade, vou me permitir essa repetição inevitável.

Como foi dito aqui, o Programa surgiu como uma concretização da nova postura do Ministério da Educação no sentido de procurar colocar a educação como instrumento na luta contra a pobreza. Criaram-se dois programas, particularmente nessa, mesma linha, o de Educação Rural e o de Educação para Periferias Urbanas. Este último, de educação para Periferias Urbanas, considera que se trata de uma ação sobre uma cliente_

la carente, essa ação não pode ser exclusivamente educativa, ela tem que ser baseada pelo menos em três elementos fundamentais: a prestação de um serviço educacional, a possibilidade de aumentar os níveis de emprego e a de melhorar a situação de renda dessa população, tudo a curto prazo.

Não mais estamos pensando na ideia de que vamos educar uma pessoa, para que depois essa pessoa vá obter renda. Essa população pobre não pode esperar o tempo que representa permanecer no sistema educativo sem receber nenhum ingresso. Nós temos que procurar assegurar, durante o próprio processo educativo, a possibilidade de essas populações, os alunos e suas famílias disporem de um mínimo de renda. Outro elemento que parece fundamental a esse programa é o oferecimento de serviços de saúde e de alimentação que, para essas populações carentes, têm um nível de importância igual senão superior aos próprios componentes educativos. Poderíamos dizer que o programa tem um tripé: o serviço educacional propriamente dito, a ação sobre o emprego e a renda, e a ação sobre saúde e alimentação. Não vamos discutir qual deles é mais importante, mas achamos que todos são indispensáveis.

O programa se desenvolve destarte a partir de três grandes linhas de atuações.

A primeira é expansão e melhoramento do ensino de 1º grau, aí incluído o pré-escolar, e que procura não apenas expandir serviços educacionais que existem para essas populações carentes. Não se trata, como algumas propostas de certos estados foram apresentadas, simplesmente de dizer: essa população não tem escola, vamos colocar a escola, o professor é mau treinado, vamos treinar o professor, falta de material didático e pedagógico, vamos oferecer esse material. Trata-se de tentar oferecer um serviço educacional diferente. Notem bem, nós vamos assumir o risco do dualismo educacional, vamos cor

rer o risco de chegar à escola pobre. Queremos, porém, insistir na necessidade de uma educação diferente, não necessariamente pior (pode ser melhor), deixando de lado certas propostas um tanto românticas que cuidam da população brasileira, como se nela não houvesse distinções de classes. Então, é fundamental para nós, o reconhecimento de que essa situação social diferenciada apresenta requisitos também diferenciados

Quais seriam então os elementos característicos desse 1º grau e dessa educação pré-escolar para as populações carentes? Poderíamos classificar esses componentes em dois grupos. O primeiro deles é o grupo que está naquela linha compensatória; trata-se, neste caso, de oferecer a clientela pobre, elementos

adicionais dos quais os alunos de uma escola de classe média não necessitam, porque são atendidas perfeitamente no seio da

Família. Uma escola para uma população carente ela tem que ter serviços adicionais. E esses serviços estão especialmente na linha de alimentação, nutrição e saúde. Poderíamos também acrescentar algum tipo de material escolar. Então, a primeira diferença fundamental seria a de que essa escola teria a mais, em relação às outras escolas de classe média ou de classe alta, como condição indispensável, a capacidade de oferecer serviço de alimentação, nutrição, de saúde e também o oferecimento de certo material escolar. Este seria o componente compensatório ou adicional que a escola deveria oferecer.

Ao lado disso achamos que essa escola também lidada com uma clientela que tem problemas diferentes e por isso também, deve ter outros elementos, não mais adicionais, mas simplesmente diferentes. Quais seriam eles? Em primeiro lugar, um grau de envolvimento maior com a comunidade. Nós podemos dizer que toda escola deveria estar envolvida com a comunidade; mas se a escola onde meus filhos estudam não está envolvida com a comunidade não há grandes problemas, eu nunca fui a uma reunião de pais e professores, e não acho que o defeito da formação de meu filho se deva a isso. Mas se se trata de uma

escola para uma população carente, esse envolvimento é condição indispensável, e também, ele deve ser feito de uma forma diferente. Aqui vai uma certa crítica a algumas propostas de relação escola/comunidade que partem da ideia de que a comunidade deve ajudar a escola. Então vamos mobilizar o trabalho voluntário dos pais para que venham no fim de semana pintar a escola, reformar a escola. Nós achamos que mobilização de esforço comunitário em benefício da escola é um princípio que deve ser adotado na escola de classe média ou na escola de uma população pobre. O sentido dessa relação é muito mais de que a escola ofereça coisas a essa comunidade, não que ela não possa recorrer à comunidade, mas a tônica do envolvimento é muito mais no sentido escola/comunidade que no sentido comunidade à escola. Ora, não vamos pedir trabalho voluntário a uma população carente, que trabalha 14 horas por dia, e que dispõe do fim de semana para descansar ou para através de um biscoito complementar sua renda familiar. Pedir a essa população trabalho voluntário significa aumentar o grau de exploração, a que já está submetida. Vamos envolvê-la, mas envolvê-la com um sentido econômico; vamos, a partir da escola, contratar o serviço dessa população, em vez de trazer população de fora; vamos dinamizar a produção de material de construção local, a produção de móveis escolares na própria área, de maneira que a partir da demanda gerada pela escola, se forme um fluxo econômico que melhore as condições de vida dessa comunidade.

Assim, o nosso sentido de envolvimento da escola com a comunidade é um envolvimento por um lado econômico; a escola gera uma demanda, que deve ser atendida pela comunidade, produzindo um impacto econômico na situação de emprego e de renda dessa população. Outra característica é de que a escola põe à disposição da comunidade o seu serviço, as suas instalações. A comunidade deve, porém, participar da administração da escola, deve opinar sobre os serviços educacionais que lhe foram oferecidos, É esse o tipo de envolvimento, escola-

comunidade, que estamos propondo dentro do programa e que, em certa maneira, difere de algumas outras propostas de relação escola-comunidade. Outro elemento que nos parece vital nessa escola de 1º grau e pré-escolar, que estamos chamando de escola diferente., consiste no envolvimento de toda a família no processo educacional. Nós podemos começar uma ação, pela criança de 7 a 14 anos ou pelo pré-escolar. Sempre a idéia que temos é de que devemos envolver toda a família no processo educativo. Não vamos ficar apenas no pré-escolar, na criança de 7 a 14 anos, temos que envolver o pai, a mãe, toda a unidade

Familiar, através de ações evidentemente diferenciadas. Outra característica que deveríamos considerar, é que essa escola tem que coexistir com a ideia, que pode não nos agradar, de que a criança pobre precisa trabalhar e de que nós não temos e não

os ter nos próximos 20 anos recursos suficientes para evitar que isto ocorra, para compensar a família pobre, dessa perda de renda que representa mandar o filho à escola. Por menos que nos agrade, temos que conviver com essa ideia de que a criança pobre, durante muitos anos (esperemos que não sejam tantos) precisará trabalhar e estudar.

Temos que conciliar estudo e trabalho; temos que uma escola que funcione em horários variados, que se ajuste ao calendário do próprio mercado de trabalho e que tenha ou outro tipo de flexibilidade, indispensável para manter esta articulação escola/trabalho. Em resumo, estas seriam as ideias que temos sobre o que seria essa primeira linha de extensão e melhoria do ensino do 1º grau e pré-escolar.

Quanto ao que chamamos desenvolvimento e ação comunitária, a ideia é considerar que os projetos de desenvolvimento comunitário, embora não sejam exclusivamente educacionais têm um componente educacional importante. Trata-se, portanto, de identificar esses projetos e procurar apoiá-los, não todos, mas aqueles que cumpram com as condições que vou mencionar a seguir.

A primeira dessas condições é que sejam projetos de baixo custo unitário de atendimento. A segunda é que esses projetos possam ser ampliados para atender a grandes contingentes de população. Se a primeira aparece na maioria dos projetos de desenvolvimento comunitário, a segunda condição porém, quase nunca existe. Os projetos de desenvolvimento comunitário que são apresentados como tendo êxito, são em geral projetos de pequena cobertura, que têm um período de maturação muito longo, de 5 a 10 anos, que exigem um contacto permanente do técnico com a população beneficiária, para que consiga a confiança dessa população. Então, as técnicas de desenvolvimento comunitário, operam em grupos relativamente reduzidos. Se nós temos como uma clientela potencial do nosso programa em torno de 38.000.000 de pessoas – que são as que vivem em família de renda familiar mensal de até 2 salários mínimos, (notem bem, renda familiar mensal monetária) essa população situada nas 9 regiões metropolitanas do País, no Distrito Federal e nas 109 cidades de porte médio, definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – um programa para 10 ou 15.000 pessoas não nos resolve o problema. Temos que trabalhar na faixa de muitas centenas de milhares e milhões. Nós temos que definir esquemas operacionais que permitam operar com grandes números, mesmo com certo sacrifício da qualidade. Este é um desafio dos mais complexos que temos e, confessamos, ainda não sabemos como superar. A terceira característica dos projetos de desenvolvimento comunitário que deveriam ser objeto do nosso apoio, está ligada a ideia de concentrar a ação no essencial. (Aqui também temos tido muitas discussões). Quais os problemas centrais de uma comunidade carente? Os problemas são: emprego e renda, saúde, abastecimento de água, legalização da posse da terra. O problema do desporto, o problema do lazer, por exemplo, são problemas complementares. Estamos propondo que a ação se concentre nos elementos essenciais. Sobre isto há muita polêmica. Alguns dizem que, quando começamos a operar sobre uma população pobre, é conveniente começar atacando

problemas menos relevantes porque isso nos dá uma possibilidade de não fracassar de saída, de aprender e de ganhar tempo para, num segundo momento, entrar no ataque dos problemas essenciais. Não estamos de acordo com essa colocação. Achamos que é mais difícil trabalhar sobre os assuntos essenciais, o risco é maior, mas em contrapartida a motivação que tem essa população para responder ao programa é maior.

De maneira que preferimos sempre a segunda alternativa. Vamo-nos concentrar no essencial. Quando esses problemas estiverem equacionados, quando as ações estiverem em solução, então vamos acrescentando a se programa inicial, os componentes que caracterizamos como complementares. Experiências que tenho visto, na linha primeira, fazem com que, muitas vezes, o programa fique sempre apre acessórios. Sempre deixa para depois e depois nunca chega o momento em que os problemas verdadeiramente essenciais vão ser atacados. Eis, pois, algumas características dos projetos que nos consideramos que devem ser apoiados pelo programa.

A terceira linha é a que estamos chamando de educação-produção, Trata-se, como dissemos, daquela preocupação de reduzir a brecha entre estudo e trabalho, considerando o fato de que a população precisa estudar e trabalhar. Como vamos reduzir essa brecha?

Nos pretendemos atuar a partir de dois extremos: unidade educacional que é um extremo, e da unidade produtiva que é o outro extremo. Dentro da unidade educacional, a nossa proposta básica é a escola de produção da qual ha muitos exemplos no Brasil e em outros Países. Há muita discussão sobre o assunto, principalmente, quando se quer a escola de produção a nível de 1º grau. Quanto a escola de produção a nível de 2º grau, há muitas experiências, como disse, no Brasil: escola-Fazenda, escolas técnicas federais. Quando tratamos, po

rém, de escola de produção a nível de 1º grau, as resistências são bem maiores inclusive com certa reserva da própria legislação existente. Mas nos estamos dispostos a comentar esse tipo de escola de produção, porque sabemos que o menino pobre não chega ao 2º grau. Ele precisa da atividade produtiva mais cedo; podemos fazer que essa produção se dê dentro da escola, tirando do trabalho, portanto, o componente educacional que ele pode oferecer. Nós podemos montar um processo educacional a partir do processo produtivo. A segunda forma por que queremos atacar essa relação de trabalho, é procurando colocar os egressos dos programas de qualificação no mercado de trabalho. Durante muito tempo se pensava que os empregos existiam e que as pessoas não se empregavam porque não tinham qualificação. Isso foi generalizado na América Latina, principalmente a partir de meados da década de 60. Só nesta década é que se começou a questionar que o desemprego não é apenas fruto da escassez da mão-de-obra qualificada; o problema do desemprego e do subemprego é um problema de falta de capacidade do sistema produtivo para gerar os postos de trabalho necessários para atender à população que deseja trabalhar. Então, enquanto não gerarmos estes postos de trabalho, não vale a pena estar fazendo todo esforço de qualificação de mão-de-obra, porque o resultado desse esforço, o que ele vai gerar é uma elevação artificial dos requisitos de qualificação, que as empresas apresentam para contratar o seu pessoal. Está provado que a elevação dos requisitos educacionais e de qualificação tem sido muito superior ao que seria justificado, por exemplo, pelo próprio avanço tecnológico. É comum dizer-se que essa elevação se dá pelo progresso tecnológico. Mas não é verdade. A elevação se dá em ritmo muito maior. Eu cito sempre o exemplo do IPEA da Secretaria de Planejamento da Presidência da República onde todos os contínuos tem 2º grau e não estão preocupados em servir o café, mas em estudar para o vestibular. Então, nós temos uma oferta abundante de pessoas de 2º grau no mercado de trabalho de Brasília que estão dispostos a se empregarem de contí-

nuo numa repartição pública., com uma remuneração adequada. Então, o nível exigido pela própria instituição é muito superior ao requerido para o desempenho daquela ocupação.

Quanto mais nos limitarmos a atuar sobre a oferta, mais vamos gerar essa elevação artificial da demanda. . sempre continuaremos com aquela idéia de que há uma grande ta de pessoal qualificado no mercado; e sempre os requisitos profissionais vão-se elevar artificialmente. Esta visto que a situação não é assim; muitos estudos já feitos o comprovam perfeitamente. Basta se notar que, no ano 78, pelo sistema nacional de formação de mão-de-obra, ai incluídos SENAI, SENAC, PIPMO, SENAR e as empresas que se beneficiaram dos incentivos fiscais da Lei .6.297, foram treinados ou foram apresentados projetos de treinamento que envolviam 3.800.000 pessoas , ou seja aproximadamente, 10% da força de trabalho nacional. É esforço deveras significativo para um só ano. E esses números continuaram nos índices posteriores; no entanto continuamos a dizer, que falta mão-de-obra qualificada, que precisamos treinar mais gente.

A escassez hoje é muito mais seletiva, existe em algumas áreas. Há alguns problemas de qualidade, mas já estamos tendo problemas de excedentes de pessoas qualificadas em determinadas áreas.

Com esse panorama, não mais acreditamos que basta treinar a pessoa e o emprego estará esperando por ela. Fundamental é instalar essa pessoa no mercado; treiná-la para postos de trabalho existentes; e se esses postos não existem vamos financiar a sua criação. Então, uma proposta que aparece programa e a de financiar postos de trabalho para egressos de cursos de qualificação ou de cursos de profissionalização financiar a aquisição de ferramentas de trabalho, de máquinas; custear o aluguel de instalações, de oficinas e outros servi-

ços , evidentemente de pequena escala que pudessem ser instalados na comunidade pobre e depois servissem para dinamizar a atividade econômica dessa comunidade. Este é outro tipo de ação que queremos dentro dessa linha.

Por último, nós teríamos uma ação dentro da empresa. O Brasil vem desenvolvendo muitos esforços, já há muitos anos, para qualificar, através das empresas, o seu pessoal, inclusive com os incentivos fiscais oferecidos pela Lei 6.297. O que nós propomos agora é que uma empresa qualifique pessoal de outras empresas; que elas possam mobilizar esse potencial para atender às pequenas e até a micro-empresas. Sabemos que isso não é fácil. Sabemos que muito tipo de treinamento oferecido pela grande empresa não se adequa as necessidades da pequena e micro-empresa. Sabemos que muitas dessas empresas não estarão dispostas a participar desse tipo de programa, mas sabemos também que o Estado dispõe de mecanismos, incentivos , estímulos poderosos que podem mobilizar essa capacidade. De maneira que estamos começando um trabalho de identificar quais são as ocupações que teoricamente poderiam servir às empresas ou unidades menores, e por outro lado desenhar um sistema que permita indenizar as empresas do custo dessa formação ou dos dissabores que possa ter por entrar em programa dessa natureza.

O último componente dessa linha educação - produção significa o aproveitamento de efeitos indiretos em benefício da comunidade pobre. Já falei algo a respeito disso, mas queria acrescentar alguns elementos. A ideia seria que a escola concentrasse na própria comunidade pobre, que está na sua área de influência, a compra de bens e serviços de que ela necessita para se instalar ou para funcionar. Então, o que queríamos era chegar a um esquema em que o material de construção para a escola fosse produzido na comunidade; que os móveis escolares fossem produzidos na comunidade; que os serviços de conservação, reparação e limpeza fossem produzidos pela comuni

dade. Então, a partir da escola, se geraria um impacto econômico que poderia não ser muito grande, que poderia ser um impacto inicial a ser seguido por programas sociais na área de saúde, na área de previdência social, na área de assistência social. A soma dos efeitos desses programas, sim, teria um impacto relevante sobre a situação de emprego e de renda dessas famílias pobres.

O programa dispõe de um grupo nacional situado na Secretaria Geral do MEC, integrado de representantes das diferentes Secretarias de cada Estado; dispõe de grupos coordenadores ou executivos ou consultivos estaduais, estando à frente dos mesmos a Secretaria da Educação. A ideia do programa todavia é que ele é um programa intersetorial, que procura levar a população, não só o serviço educacional ruas o de saúde, ações que vão gerar emprego, ações que vão dinamizar setores produtivos, tudo isso concebido integradamente.

Essa característica da intersetorialidade tem

nos levado a um esforço de aproximação, a nível dos Estados e a nível federal, com outros Órgãos. A nível federal, estabelecemos um protocolo de cooperação com o Ministério do Interior para atividades no campo do Projeto RONDON, para ações no campo do desenvolvimento urbano e de habitação; estamos em negociações com o Ministério do Trabalho, para um protocolo referente a capacitação de mão-de-obra, emprego e desenvolvimento do artesanato; temos em mente também estabelecer protocolo com o Ministério da Saúde e da Previdência Social. A nível dos Estados, o grupo coordenador ou consultivo está integrado de representantes da Universidade Federal, da Escola Técnica Federal, da Secretaria de Saúde, do MOBRAL. É interessante assinalar que se procurou dar ao programa uma feição descentralizada, com os riscos que a falta de tradição do Ministério da Educação, de ação descentralizada, nos leva a assumir. O programa define com o Estado um volume de recursos para as linhas men

cionadas; os projetos específicos são aprovados a nível de Es_ estrutura, por esse grupo e são financiados pelo Estado. Isto re presenta uma mudança significativa em relação à forma de atua- ção de outros programas do MEC; tem, obviamente, seus riscos e também virtudes, se queremos, de fato, propor um planejamen_ descentralizado e participativo como está nas diretrizes de 'o do Ministério. Outro elemento é que o programa opera a uma ação territorialmente definida, ou seja nas regiões metropolitanas , cidades de porte médio, identificada, seleciona bairros por . série de critérios e nesses bairros procura atender a toda a população, integrando os diversos programas do MEC, e de ou s Ministérios ou de outras Secretarias. Tem sido uma difi_ culdade muito grande. Nós não estamos, no MEC, acostumados a esse tipo de operação; já conseguimos avançar muito nessa pas_ sagem. da ação centralizada a ação da estrutura intermediário . A nossa ideia, inclusive, é criar a nível de cada bairro uma estrutura organizacional, integrada de representantes dos ór gãos que vão desenvolver o programa, e de representante da pro pria comunidade. Isto ainda é uma ideia, não está funcionando. Em resumo, essas seriam algumas características do programa que vamos ter a oportunidade de discutir nos gru_ pos . Propuzemos quatro grupos de trabalho justamente que co brem três deles as linhas de atuação do programa. Então, se-gundo o roteiro que vai ser distribuído aos Senhores, o 1º gru po cobriria a linha de 1º Grau e Pré-Escolar, o 2º grupo cobri_ ria a linha de Desenvolvimento e Ação Comunitária; o 3º grupo cobriria a linha de Educação-Produção; haveria um 4º grupo vol-tado exatamente para os Aspectos Institucionais e Organizacio nais que têm sido um dos elementos mais complexos do próprio programa. Então, como vamos ter oportunidade, os Senhores vão receber esse documento hoje á tarde, eu passaria agora para o capítulo 4º.

Começa esse capítulo 49 com uma tentativa de classificar as experiências de atuação em periferia urbana. Classificamos essas experiências em três grandes grupos: experiências exclusivamente educacionais, experiências de desenvolvimento comunitário e experiências de educação-produção. Claro, esta é uma das formas de classificar; poderíamos ter "N" formas de classificação das experiências. O que fizemos, tendo em vista que essa classificação é perfeitamente criticável, foi tentar agrupar as experiências identificadas, que são numerosas. **Aqui** neste documento são apresentadas em quantidade mínima relativamente ao número de experiências existentes. Nos estamos surpresos com a quantidade de organismos e de experiências que estão em desenvolvimento neste País. Estamos fazendo um grande esforço para identificar e estudar essas experiências, para aproveitá-las. Não estamos procurando descobrir a pólvora, ou criar coisas que já estão feitas. Toda a nossa linha é de prestigiar as ações em execução, e para isso o primeiro passo consiste em identificá-las e conhecê-las;

Nessas experiências do primeiro grupo ou sejam experiências exclusivamente educacionais, nós consideramos sete tipos agrupados em duas grandes categorias.

A primeira consiste naquelas experiências que procuraram simplesmente expandir a periferia urbana: ampliar a rede escolar existente; treinar professores; melhorar o currículo, melhorar o material disponível nas escolas. As experiências procuram, de fato, levar à periferia urbana a escola que existe para outros grupos sociais. Ela não tem a preocupação de dar um tratamento especial a essa periferia. Se a escola de periferia é mal construída vamos construir uma com material de melhor qualidade, vamos melhorar o projeto; se o professor é mau qualificado, vamos treinar o professor. Não questiona o tipo de treinamento nem as características especiais que esse professor deverá ter, ou que o currículo dessa escola deveria ter.

Outro grupo de experiência nessa grande categoria, nós chamamos especificamente educacionais, são as que procuram dar tratamento diferencial. Entre elas vamos destacar as seguintes:

1 - aquelas que procuram vincular a escola regular, com a comunidade (aqui nós temos as experiências das associações de pais e mestres, o serviço de integração escola-empresa, como exemplos mais importantes). Essas experiências todas foram concebidas muito mais no sentido de a escola mobilizar o esforço comunitário, de captar o potencial disponível na comunidade e mobilizá-lo em seu benefício- A nossa linha seria pelo contrário de a escola oferecer à comunidade, até a própria associação de pais e mestres um tipo de orientação diferente; a caixa escolar deveria ser não um instrumento de captar recursos da comunidade, mas levar à comunidade pobre recursos do próprio programa. Notem que isso representa modificações significativas em relação às propostas tradicionais sobre a caixa escolar.

2 - as que ocorrem na área de alfabetização e suplência, principalmente cursos de alfabetização, experiência desenvolvida pelo MOBREAL, pelo movimento de educação de base e por outras instituições que vêm atuando nessa linha, também instituições que vêm dando qualificação para o trabalho. A reserva que teríamos de fazer é que nenhuma dessas instituições se preocupa com o emprego das pessoas. Sempre elas se voltam para a qualificação, porque partem do princípio de que, dando curso, a empregabilidade da pessoa seria elevada, as possibilidades que essa pessoa teria de conseguir um emprego seriam muito maiores. Também nesse grupo, estão-se desenvolvendo algumas experiências centradas no desenho de currículos e métodos adaptados às condições da população carente.. Há vários grupos trabalhando nessa linha de definir um currículo especial adequado a essa clientela. Então a idéia era atacar o problema

das populações carentes, com os instrumentos disponíveis no próprio setor educacional. Esta seria em suma a característica básica dessas experiências que chamamos de exclusivamente educacional.

O segundo Grupo foi de experiências de desenvolvimento comunitário, E aqui também consideramos três grandes blocos de experiências. O primeiro que seriam aquelas ações de tipo assistencialista mais tradicionais, vinculados à ideia, também já ultrapassada, de caridade; quer dizer: distribuir roupa, mobilizar trabalho voluntário da classe média para distribuir comida, distribuir brinquedos de Natal. Esse tipo programa que, ainda hoje, algumas obras sociais desenvolvem programas de caráter meramente assistencialista em que a comunidade, simples beneficiária, de nenhuma forma participa como agente desse processo. Felizmente esse tipo de programa está em franca decadência e, mesmo as instituições que vinham trabalhando nessa linha, hoje tendem a modificar a sua forma de operação. Este segundo Grupo é de projetos que procuram identificar o que poderíamos chamar de potencial ocioso da comunidade pobre, para mobilizar esse potencial. Seja o trabalho da população, sejam certos excedentes, restos, sobras que existem nessas comunidades, mas em benefício da sua população.

É interessante destacar que certas propostas, que aparecem nas chamadas estratégias de sobrevivência ou no estudo do setor informal da economia ou na chamada cultura da pobreza, em geral tenderam a valorizar excessivamente esse potencial disponível da comunidade. Elas imputam a má administração desses recursos; se se identificassem as potencialidades não aproveitadas, as sobras, a capacidade criativa dessas comunidades pobres conseguir-se-ia solucionar 80% ou 90% problemas da pobreza crítica. (Pessoalmente, não aceitamos essa colocação; achamos que os níveis de pobreza são tão baixos e que esse potencial existe, mas é muito menor do que se pen

sa.) Então passa-se a um otimismo exagerado que, segundo uma notícia jornalística que li alguns dias atrás e não sei se é verdadeira, teria levado um especialista em nutrição a propor que as populações carentes comessem ratos, porque os ratos tinham muita proteína e, com isso, além de resolver-se o problema nutricional também se estaria resolvendo um problema de saúde pública e de higiene. Que solução fantástica! O pobre com os ratos, constrói as suas casas com restos da produção industrial, mobiliza o seu trabalho "voluntário" para trabalhar gratas, a fim de obter os bens e serviços que outros grupos ou recebem gratuitamente do Estado ou têm capacidade econômica que lhes permite comprar no mercado. Então esse pobre não vai ser um elemento de pressão, não precisa reivindicar; o Estado não precisa se preocupar com ele porque a solução estaria na simples boa administração da pobreza.

Eu estou caricaturando essa colocação, mas acho que é importante que não montemos programas excessivamente à base dessa mobilização de potencial de trabalho ocioso existente na comunidade pobre. Existe esse potencial, algo que se pode mobilizar, mas o núcleo do programa nunca poderá basear-se fundamentalmente nesse tipo de proposta. É justamente essa uma das propostas que o programa nosso tem feito. Trabalho voluntário é um elemento complementar. Mobilização de potencial local é um elemento complementar, não pode ser caracterizado como centro da ação sobre a comunidade carente.

Também outro grupo de programas são aqueles que procuram organizar a população periférica e conscientizá-la. Esses programas dão muita ênfase a um aspecto de mobilização política, de organização social e, dentro deles, notam-se também uma variada gradação, desde programas que consideram que o problema da pobreza significa organizar a população para enfrentar a população não pobre (então o problema seria organizar para pressionar) até outros com que se procura simplesmente orga_

nizar para melhorar as condições de diálogo luas não necessariamente de confronto com a população não pobre. É interessante observar que, dentro desse grupo, notamos várias tendências em muito dos projetos que se vêm desenvolvendo, alguns dos quais não estão institucionalizados.

Por ultimo, teríamos o grupo de experiências que classificamos como experiências de educação-produção, onde teríamos as escolas de produção já mencionadas, a instalação no mercado de trabalho de egressos de cursos profissionalizantes ou de qualificação, os problemas de capacitação desenvolvidos pelas empresas e o sistema de compras locais de bens e serviços.

Este foi o quadro teórico que permitiu classificar as experiências que estão mencionadas neste documento. Essas experiências foram aqui resumidas a partir dos textos elaborados pelos próprios órgãos responsáveis, de maneira que vocês vão encontrar diferentes formas de apresentação às vezes uma ênfase maior nos aspectos positivos, com os aspectos negativos e as dificuldades menos destacadas. As informações nós a tomamos das instituições. Não as encampamos necessariamente. Como as experiências vão ser, em grande número delas, apresentadas aqui pelas próprias instituições, vai haver oportunidade para esse tipo de questionamento.

Num resumo um pouco longo esta seria a estrutura dos dois capítulos para cuja elaboração tivemos a oportunidade de colaborar. Muito Obrigado.

REITOR - PROF. LUIZ FERNANDO SEIXAS DF MACEDO COSTA -
Senhores Secretários do MEC, Professora Zilma Barros, Professora Alisson Mitraud, Senhor Subsecretário Geral do MEC Professor Pedro Demo, Professor Coordenador do Programa, Dr. Antonio Cabral Senhor Magnifico Reitor da Universidade de Feira de Santana,

Professor José Maria Nunes Marques , Senhores integrantes do Conselho Federal de Educação Professora Eurides Brito, Professor Navarro de Brito, Senhores representantes do SENAI, SENAC, SENAR, Senhor Secretário Nacional de Mão-de-obra do Ministério do Trabalho, Senhores Secretários da Educação de diferentes Estados , Ilustres conferencistas nacionais e estrangeiros , Dig_ níssimos Professores integrantes deste Seminário.

Devo, preliminarmente, apresentar-lhes as mi_ nhas desculpas pelo fato de não ter podido comparecer à insta_ lação destes trabalhos. Obviamente, somente motivos incontor_ náveis me impediriam de experimentar esse prazer. Não obstan_ te, esses motivos possibilitaram-me ainda a satisfação de che_ gar a tempo de apresentar-lhes as nossas boas vindas em nome desta Universidade e fazer apenas dois comentários.

O primeiro, para registrar a satisfação e o des_ vanecimento com que esta Universidade acolheu a sua escolha pa_ ra ser a sede deste importante Seminário. Trata-se de uma reu_ nião que se integra dentro das diretrizes gerais da política do MEC e esta Universidade sempre se enfileirou nessas diretri_ zes, por meio de pronunciamentos públicos, de documentos diver_ sos elaborados e, sobretudo pela conduta institucional perfei_ tamente sintonizada naquelas diretrizes. Por isso constitui um prazer muito grande, que seja ela a sede deste primeiro Se minário, tanto mais quanto ele representa um componente funda mental dessas diretrizes ou seja, aquele de fazer o estudo da formação a nível de periferias urbanas dentro de um programa geral que cuida de dar prioridade ao 19 e 29 Graus. Não obs_ tante esta definição do MEC, ainda assim, pela sua própria na_ tureza, não se pode conceber uma prioridade dada a 1° e 2° Graus sem que estejam implicitamente envolvidas as Universida_ des. Este entendimento da questão, que deveria ser generaliza do, por não ser, tem criado algumas dificuldades na tramitação de certos processos, inclusive na obtenção de alguns recursos

financeiros' como pode testemunhar o esforço empreendido pelo ilustre Secretário do MEC Professor Alysson Mitraud. Naturalmente não se pode entender o sistema de educação senão pela sua característica primária, que seria a sua própria organicidade; não se pode conceber que o 1º e 2º Graus sejam altamente prestigiados sem que se exija, por igual, a participação nesse prestígio do próprio ensino superior. Por outro lado, vale salientar que esta Universidade sente uma grande alegria na sua participação, neste Seminário, por estas razões.

O segundo comentário que deveria fazer, era o de, apenas singelamente mas de maneira muito cordial, apresentar a todos os senhores as mais sinceras boas vindas. Na realidade esta frase pode soar de maneira apenas protocolar. Não é, entretanto, isto. Eu lhes desejo realmente as boas vindas acrescida dos votos de um trabalho muito profícuo que já começa a se esboçar, que já se começa a anunciar por esse início de seção. Li, com muita atenção, antecipadamente, o trabalho do Professor Navarro de Brito e procurando me isentar para este pronunciamento de qualquer conteúdo catatímico, ainda assim, com toda isenção, eu classificaria o seu trabalho de excelente trabalho, à altura de participar dos melhores seminários de caráter internacional. Ainda tive oportunidade e prazer de ouvir o pronunciamento do Dr. Cabral com a objetividade e lucidez que caracterizam os seus pronunciamentos. Através desses indicadores já se fazem bem anunciados os resultados que serão obtidos através do esforço conjugado que os senhores aqui vêm desenvolver em benefício das periferias urbanas e desse estudo que o Seminário se propõe fazer.

Estas boas vindas, aqui apresentadas aos senhores, de uma certa maneira, seriam quase prescindíveis, porque, na realidade, a Universidade Federal, por sua própria natureza e casa que pertence a todas as autoridades educacionais e a Bahia, pelas suas próprias origens históricas, pertence a todos os brasileiros... Muito Obrigado.

PROFA. MARGARIDA BATISTA - Quero, em nome especificamente do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público, da Universidade Federal da Bahia, dar as boas vindas aos participantes deste Seminário e as linhas gerais para o nosso trabalho que ora se inicia.

O seminário constará de seções plenárias e grupos de trabalho. Nas seções plenárias haverá conferências com uma hora de duração e comunicações com 30 minutos, além de um painel composto pelos Secretários de Educação dos estados onde já se iniciou a implantação do PRODASEC ou seja da Bahia, Coará, do Ceará e Pernambuco. Sirá na 5a. feira. Nas conferências internacionais a critério dos conferencistas, poderão ser reservados 10 minutos para pedidos de esclarecimentos que serão feitos por escrito e encaminhados ao conferencista. Haverá 4 grupos de trabalho conforme já foi referido pelo Dr. Antonio Cabral, que funcionarão simultaneamente e se reunirão diariamente. Cada um desses grupos trabalhará os seguintes temas:

GRUPO I - EXTENSÃO E MELHORIA DO ENSINO DO 1º GRAU INCLUSIVO PRÉ-ESCOLAR À POPULAÇÃO CARENTE,

GRUPO II - DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

GRUPO III - EDUCAÇÃO - PRODUÇÃO

GRUPO IV - ASPECTOS INSTITUCIONAIS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS.

As plenárias e os grupos de trabalho serão coordenador por Secretários de Educação, aqui presentes, e também outras pessoas do MEC ou do Estado da Bahia. Haverá para cada

grupo ura roteiro que os senhores, já têm aí em mãos para orientar as discussões e facilitar o desenvolvimento dos trabalhos. Cada grupo terá uma equipe de redação que será composta de um Gerente ou técnico do PRODASEC, nos Estados, e de técnicos de diferentes Secretarias e órgãos do MEC, aqui representados e também um representante da equipe central do PRODASEC.

A equipe de redação terá responsabilidade de fazer o registro dos debates, das discussões e de elaborar o relatório a ser apresentado na ultima seção. Os relatórios serão submetidos previamente aos seus respectivos grupos de trabalho, depois serão encaminhados a seção plenária. Os senhores receberão a programação detalhada do seminário ainda no fim da tarde de hoje; muito obrigada.

CONFERENCIAS

CONFERÊNCIA

OS PROGRAMAS MÓVEIS URBANOS - ESTRATÉGIAS E AVALIAÇÃO Dr.*Ricardo Daza*

Dr. RICARDO DAZA - Como já foi anunciado, eu pertenço ao SENA, na Colômbia, um Instituto que cumpre as funções que aqui no Brasil correspondem ao SENAI e SENAC. O SENA, durante os últimos dez anos vem prestando serviços de formação profissional em áreas marginais urbanas. Para isso, tem atendido a um programa que leva o nome de Programa Móveis Urbanos. Os Programas Móveis Urbanos têm uma experiência muito larga da qual vou tratar de retratar-lhes a principal. Os programas passam por um período de reestruturação, de reorganização que decorre da evolução de sua experiência nos anos anteriores. Vou tratar de mostrar-a vocês em que consistem as linhas, os objetivos e os métodos dessa reestruturação. A primeira coisa que devo explicar, refere-se à população à qual se dirigem esses programas.

Os Programas Móveis começaram tendo como objetivo atender à população que, então, concebíamos como populações marginais, como populações periféricas. Porém, nos últimos anos, temos dado conta de que essas classificações, esses nomes não eram suficientes para o tipo de trabalho do SENA. A ideia de população periférica ou populações marginais não é suficiente para uma estratégia que busca incrementar emprego, ingresso, produção, utilizando como meio a capacitação, a formação profissional. O conceito de marginalidade está vinculado a teoria da existência de algo moderno, de um setor moderno e ao lado dele, de um setor marginal. Dentro dessa teoria, entende-se o problema como uma falta de integração entre dois setores. Nós, cremos que o problema não é de falta de integração. Cremos que a existência dessa população é uma consequência necessária do tipo de industrialização que vem ocorrendo

nos outros países. Não é de nenhuma maneira uma prova de desenvolvimento. Não é algo que se vá produzindo e reproduzindo à medida que cresce a estrutura industrial. Isso sucede, pensamos, por causas inerentes ao desenvolvimento tardio da indústria dos outros países, pela vinculação tardia ao mercado mundial, por processos abruptos, processos rápidos de industrialização que se acham em conjunturas criadas pelo mercado mundial, nas crises dos anos 30, nas guerras mundiais. Então cremos que se pode considerar que os setores que chamamos marginais constituem algo a parte, pensamos que são um produto da estrutura industrial e que esta estrutura industrial necessita, e por isso reproduzem a existência desses setores.

Outro conceito que também em algum momento utilizamos, é o de periferias, que aqui é utilizado. O conceito de periferias tem um inconveniente muito grande para o nosso trabalho. Periferia é uma determinação geográfica. Normalmente, as populações que nos preocupam ficam em áreas periféricas das cidades, por isso não passa de uma determinação geográfica, uma determinação de zona, e o problema, para uma estratégia de produção, para uma estratégia de emprego, é que as zonas não têm nada que ver com atividade econômica propriamente dita. Quando se parte do conceito de periferia e se pensa numa estratégia, por exemplo, de assessoria de empresas, de criação de empresas, cai-se no mesmo problema de criar empresas nas zonas e dizer: vamos criar uma empresa que deverá estar na zona, no bairro, no sítio onde reside essa população. O mercado para essa empresa, o definem na zona, senão no conjunto de mercado urbano.

Podéria, a este respeito para aclarar este ponto, contar-lhes uma experiência, entre as muitas que temos, uma experiência em Medellin, na segunda cidade da Colômbia, onde vimos um bairro, muito elevado, sobre uma montanha, uma área de difícil acesso para transporte, o mais periférico da cidade,

e ali se encontrou um grupo de senhoras que queriam produzir pão, fazer urna padaria. Para isto, além da assessoria as senhoras buscaram uma forma de obter crédito e comprar os fornos que necessitavam para fazer pão. E passaram a fazer pão e quando já estavam produzindo, o grupo se deu conta de que o transporte de pão desde o local no qual se produzia até o centro da cidade onde se comprava, faziam crescer os custos de tal maneira que a empresa não era rentável. Isto demonstrou conceito, na área urbana. Vocês podem pensar que a factibilidade, que as potencialidades de uma atividade econômica, estão definidas por princípios de educação ou princípios de venda da população. É necessário pensar num mercado urbano como uma totalidade. Se um grupo de pessoas vem a formar uma empresa, a área na qual deve estar a empresa, se define, por um mercado urbano e não pela zona na qual vive a gente que vai trabalhar nela.

Um terceiro conceito, com o qual estamos tendo problemas, é o conceito de comunidade, de desenvolvimento comunitário. Este conceito de comunidade é próprio da Antropologia, da Sociologia, e supõe a existência de interesses comuns, em um grupo humano. Quando se aplica às populações rurais que vivem na mesma área em que produzem, vivem ao redor da terra e, por serem vizinhos, vivem cercados, têm efetivamente interesses comuns, o conceito de comunidade é válido. Porém, nos setores urbanos é muito difícil falar de comunidade. É certo que essas populações vivem na mesma área porém, trabalham em pontos muito diferentes na cidade. Ser vizinho de outro, viver ao lado de outro, não significa de nenhuma maneira ter interesses em comum. Sabemos que esse conceito de desenvolvimento comunitário, esse conceito de comunidade pode ser útil quando os programas de que estamos tratando, são programas que buscam construir serviços que por sua natureza devem estar na área onde vive a comunidade: água, energia elétrica, todos os serviços de infra-estrutura, que estão necessariamente vinculados a área e podem ligar-se ao grupo como uma comunidade.

Porém, quando se trata de emprego, produção, constituição de empresa, defrontamos um problema, é que supomos a existência de relações que não existem, e fazemos os programas pensando em atender implicações que são impossíveis. E se gasta uma quantidade de recursos em esforços geralmente falhos. Isto que lhes estou dizendo corresponde muito da experiência que temos tido e que nos levaria a criticar estes conceitos. Propusemos então outro enfoque. Falamos de níveis informais habitualmente, setor informal. Preferimos falar de níveis, porque a palavra setor indica a existência de algo mais ou menos separado, de algo diferenciado. A idéia de níveis informais é a seguinte: pensamos que a estrutura industrial de um País como Colômbia, se caracteriza pela existência, ao mesmo tempo, de empresas muito grandes, empresas monopolistas, em alguns casos transnacionais, e simultaneamente, pequenas empresas, às vezes pequeníssimas empresas, que costumamos chamar micro-empresas ou trabalhadores independentes.

De um lado, vê-se que, as vezes, algumas empresas, duas ou três, detêm todo o mercado de um ramo de produção, de um setor, de uma atividade produtiva. De outro lado, em alguns setores da produção, sobrevivem pequeníssimas empresas. É uma estrutura heterogênea, que vemos em cada ramo de produção, em cada uma das atividades produtivas. Em algumas delas, encontramos um nível inferior, composto de pequenas empresas que se caracterizam por uma bárbara inversão de capital, aplicação intensiva na mão-de-obra, dificilmente relações salariais, relações de contratação ligadas a uso de mão-de-obra familiar, tecnologia atrasada. Todos esses aspectos peculiares a essas pequenas empresas ou atividades individuais formam o que chamamos de níveis informais.

O importante é que a população que vive nas periferias urbanas encontra as oportunidades de emprego nesses níveis informais e neles obtêm a capacitação de trabalho. Des-

de jovens, desde pequenos vinculam-se ao trabalho em pequenas empresas, nas quais são aprendizes. Saem de uma empresa e entram em outra e, ao longo de algum tempo, vão adquirindo qualificação em um ou vários ofícios.

De outra parte, esses níveis informais, mantêm um conjunto de relações com os níveis modernos, sobre os quais não vou estender-me. Haveria de dizer que os níveis modernos transferem parte dos custos aos níveis informais. Há uma relação pelas quais os níveis modernos permanentemente estão gerando atividades informais. Isto é uma relação muito complexa, basta por um momento afirmar que se trata não de um resíduo, senão algo que se produz como uma necessidade de desenvolvimento dos níveis modernos.

Por seu turno, os níveis informais crescem. Se for certa aquela teoria da marginalidade que crê que esses níveis vão desaparecer, que estão fadados a desaparecer pelo desenvolvimento, não teríamos situação como a que temos em Colômbia, onde, nos últimos dez anos, os níveis informais têm gerado 58% dos novos postos de trabalho. A quantidade de unidades de empresas do tipo informal tem crescido; é certo que sua contribuição à produção nacional não cresce, precisamente que elas se caracterizam por baixa produtividade, porém, enquanto quantidade de empresa, enquanto emprego gerado, os níveis estão crescendo.

Pensamos então que nosso ponto de partida para uma estratégia orientada para emprego para incrementar salários e produção, deve ser um trabalho com níveis informais, voltado para os níveis informais. Nessa conformidade o SENA usa duas estratégias para o trabalho com estes níveis, que são: estratégia incorporativa e estratégia promocional. Vou descrever-lhes a estratégia incorporativa.

A estratégia incorporativa, como indica o nome, busca incorporar mão-de-obra qualificada a postos de trabalho existentes em setores ou níveis modernos ou níveis informais. Este tipo de estratégia é a tradicional dos programas móveis, utilizada desde que nasceram, há alguns anos, e consiste essencialmente em dar cursos de capacitação, difundidos na área nas quais vive a população. Os cursos de capacitação, na forma tradicional em que se concebe a capacitação nas instituições de formação profissional, se limitavam a reunir um grupo de pessoas e oferecer-lhes um instrutor, um professor, que lhes ensinasse as destrezas de um ofício, lhes ensinasse a desempenhar um ofício- Chamavam-se de programas móveis para diferenciá-los dos centros fixos. O SENA tem uma grande quantidade de centros que são instituições formais como as que vocês seguramente conhecem aqui, o SENAC e SENAI. A população que vai receber o serviço de capacitação se dirige a estes centros, se inscreve, e ali recebe a capacitação.

Os programas móveis desprezavam os cursos, as equipes, os instrutores, as instalações nas quais a população vivia. De alguma maneira esta estratégia supõe pensar, como ao ver de um dos expositores o Dr. Cabral, talvez, que há postos de trabalho e que o problema é mão-de-obra qualificada, que o desemprego se deve ao fato de a população não saber trabalhar. Evidentemente isto é falso. O desemprego se deve à estrutura produtiva que não gera suficientes postos de trabalho. E uma estratégia deste tipo afeta somente o momento da capacitação das pessoas. Sem dúvida, durante muito tempo, o SENA dedicou-se principalmente nos programas móveis, a realizar cursos de capacitação e essa estratégia chegou a ter, nos 6 ou 8 anos, uma cobertura enorme, chegou a formar grandes quantidades de gente. Os efeitos e impactos que poderiam ter esses cursos não se verificaram.

Conhecemos por meio de avaliação parcial em al_

gumas cidades, casos que são para nós alarmantes. Vou mencionar um exemplo: em um bairro de Bogotá, ao longo de 3 anos, deram-se cursos de capacitação dos quais participaram 600 senhoras, aprendendo confecções, aprendendo a cozer camisas, pale-tós. Os cursos simplesmente chegavam no bairro, inscreviam as senhoras que quisessem participar deles, capacitando-as durante um certo período de tempo, e logo terminavam. Três anos depois, um grupo do SENA foi fazer uma avaliação, tratou de buscar cada uma das pessoas que se havia capacitado, utilizando para isto os registros que tirava de cada curso. Logrou encontrar 400 das seiscentas pessoas. Duzentas haviam desaparecido pela mobilidade das áreas urbanas, mudaram de residência. Porém, das 400 pessoas encontradas somente 3 estavam trabalhando em *confecção*. Isto pode ser um exemplo extremo, pode ser que em outros casos a situação seja menos grave, porém de toda a eira quer dizer que é necessário mudar muito a forma de atuar dos cursos. O resultado disso diz, que a estratégia incorporativa está reduzindo-se progressivamente e neste momento

das formas de reestruturação, consiste em reduzir a quantidade de ações dedicadas à estratégia incorporativa.

Reduzir a quantidade de cursos e melhorar sua qualidade. Que entendemos por melhorar sua qualidade? Cremos que em primeiro lugar, não podemos oferecer cursos em qualquer especialidade. Cremos que podemos oferecer cursos, somente naqueles ofícios, naquelas especialidades que podem demonstrar um dinamismo de criação de empregos suficientes; atividades em expansão, atividades que tenham uma demanda de mão-de-obra significativa. Isto parece lógico, é um princípio que deve toda formação profissional exigir. Não se pode dar formação profissional para ofícios nos quais não há trabalho. Sem dúvida, nos anos anteriores, a forma para oferecer os cursos, era ter em conta, não a demanda de mão-de-obra senão as expectativas da população. Então ao chegar a um bairro, se perguntava à comunidade se gostaria de estudar todo mundo dizia: gos-

tariamos de aprender confecções , queremos aprender a cozer, fa_ zer camisas, então se lhes davam cursos para confeccionar cami_ sas , sem levar em conta que possibilidades havia de encontrar trabalho nessa atividade. O primeiro principio é, então, fa_ zer cursos somente de atividades que têm mercado de trabalho, que têm grande demanda de mão-de-obra; menos cursos e ativida_ des, melhor seleção. É necessário porém melhorar alguns aspec_ tos secundários, como os horários para evitar que assistam aos cursos pessoas outras que não as previstas. Por exemplo, se o que queremos é atender a chefes de família, a homens, evitamos cursos pela manhã, quando os homens não podem ir. É necessá_ rio melhorar os conteúdos. Os Programas Móveis Urbanos, ini_ ciaram seu trabalho, simplificando os conteúdos dos programas dos cursos dos centros fixos, dos grandes centros, dos centros para o setor moderno. Simplesmente suprimiram-se algumas par_ tes e começou-se aí a atender as populações carentes , como vi_ mos aqui ontem com uma educação especial, não uma educação que seja simplesmente um pouco menos da que é dada a outros, senão algo que leve em conta suas características.

A segunda estratégia, que estamos começando a consolidar e melhorar, é uma estratégia promocional. Promocio_ nal, entende-se como ações destinadas a promover unidades pro_ dutivas que surgem dos níveis informais, especialmente se tra_ ta dessas duas coisas: oferecer serviços de assessoria e ca_ pacitação a pequenas empresas (entenda-se por pequenas empre_ sas também trabalhadores individuais).

No primeiro caso, trata-se de melhorar as empre_ sas de nível informal e no segundo caso trata-se de criar no_ vas empresas, que começando desse nível informal, possam conso_ lidar-se e ter cada vez melhores condições. Uma terceira for_ ma de ação que poderia caber dentro da estratégia promocional, que se parece um pouquinho com o que se chama desenvolvimento comunitário, são dois programas de autoconstrução de vivenda

ou construção por autogestão- Essa autoconstrução consiste em mobilizar o potencial de trabalho das populações carentes de moradia, para que elas mesmas construam suas casas com serviços de capacitação do SENA, de crédito e de serviços de infraestrutura de outras entidades.

Essas três formas de ação constituem a estratégia promocional. Vou referir brevemente cada uma delas. Esta estratégia promocional, não pode funcionar se não há crédito. O programa de capacitação profissional, por si mesmo, é insuficiente para lograr efeitos; em todos os casos é necessário que haja garantia de crédito. Para resolve-los, normalmente a tuamos pela via da coordenação inter-institucional, trabalhar) do em conjunto com entidades especializadas em dar crédito. Isso em alguns casos é fácil e em outros é muito difícil.

Vejamos o caso de assessoria a pequenos produtores , a produtores informais que consiste em oferecer-lhes serviços de capacitação e serviços de assessoria com a finalidade de incrementar a produtividade, a rentabilidade, e os salários. É pressuposto como objetivo, derivado de anos anteriores, incrementar-se a capacidade de regeneração de postos de trabalho. Para lograr isto, temos de ensinar uma metodologia que neste momento estamos experimentando com grupos de produtores em três lugares da Colômbia. Em geral, a metodologia consiste em buscar grupos homogêneos de produtores numa atividade; temos buscado só atividades em expansão e dirigimos nossos recursos para custear essas atividades, não qualquer atividade.

Encontramos, por exemplo, a fabricação de calçados que é uma atividade em expansão com muitos produtores informais. Buscamos, em primeiro lugar, um grupo homogêneo que tenha a mesma tecnologia, o mesmo capital, o mesmo número de trabalhadores, o mesmo produto. Uma vez que temos esse grupo, o submetemos a investigação a fim de determinar quais são os

problemas que o grupo tem, que os produtores encontram: problemas de mercado, de compra da matéria prima, tecnológicos, que fazem com que eles não tenham maior rentabilidade. Para isto aplicamos um conjunto de formulários de investigação, de análise, etc. Antes, temos um período de colaboração, de vinculação do programa, para as informações de que se necessita; num segundo momento a informação é posta no formulário, a levamos ao grupo e discutimos com eles. "Senhores, aqui está. Temos logrado identificar que estes são problemas sérios". Abre-se então uma discussão com o grupo para analisar quais são as soluções. Essas discussões devem dar origem às soluções. Parte das soluções são: capacitação, assessoria, e nesse caso podemos oferecer esses serviços; outra parte, crédito e investigação tecnológica. Nestes casos, é necessário que os promotores do SENA junto com o grupo se dirijam a entidades para tratar de comprometer a sua ajuda e lograr criar um projeto de cooperação institucional. Normalmente, quando o SENA está garantindo o Programa, as entidades dão crédito. Colaboram de várias maneiras. Simultaneamente, com isso cria-se um grupo de consultoria externa, com recursos técnicos do SENA, dos centros especializados do SENA.

De todo esse trabalho que consiste essencialmente num conjunto de reuniões que tende a identificar os problemas e as soluções, surge um projeto. O projeto compromete os recursos do SENA, de outras instituições, ordena as ações e o tempo, e permite executá-lo rapidamente. Algo um pouco mais extenso sobre isso pode-se encontrar no material que vai ser distribuído.

Em segundo lugar, empresas associativas. Entendemos que empresas associativas, são aquelas nas quais a propriedade dos meios de produção será comum a todos os trabalhadores, nas quais todos os trabalhadores associados, trabalham efetivamente na produção. É o que chamamos co-propriedade, co-trabalhos, autogestão. O grupo associado dirige a empresa,

o SENA limita-se a prestar-lhes assessoria.

Num projeto que tem funcionado nos últimos dois anos, com a cooperação técnica holandesa, temos realizado uma experiência, em três cidades, para gerar uma metodologia para empresas associativas. Essa metodologia será conseguida criando-se realmente empresas associativas. Neste momento temos 36 empresas criadas nas cidades, por um pequeno grupo de promotores em cada cidade. Temos todo o potencial do SENA dedicado a esse programa de criação dessas empresas.

Numa forma muito resumida a metodologia aplicada é a seguinte. Buscamos identificar um grupo de pessoas, que desejem trabalhar de forma associada; uma vez localizado esse grupo, o promotor deve orientá-lo para que ele formule seus próprios estatutos e faça um estudo de factibilidade da empresa. O promotor propõe ante os grupos certas tarefas que devem realizar, como discussões para haver acordo sobre o regulamento interno, para o estudo de factibilidade, investigando mercado, e alternativas tecnológicas do processo produtivo e, finalmente, tornando um conjunto de pontos para saber se a empresa é rentável ou não. Depois se compra a matéria-prima e começa-se a fazer estabelecimento, para consolidar a empresa; durante esse tempo é-lhe oferecido um serviço de capacitação e de assessoria de acordo com o plano de desenvolvimento elaborado, de modo a identificar o que a empresa deve conhecer, deve lograr, deve desenvolver para consolidar-se.

Foi criado também um fundo de crédito para as empresas que estão em experimentação. Graças a esse fundo de crédito podemos assegurar que as empresas se estabeleçam, porque sabemos que os mecanismos de créditos existentes no País são muito difíceis.

O terceiro processo é o de autoconstrução. Consiste em identificar zonas da cidade, nas quais o problema da

moradia e um problema importante, indo a essas zonas para realizar um diagnóstico inicial que permita saber que condições há para um projeto de autoconstrução; deve haver crédito ou alguma possibilidade de crédito, mais ou menos assegurada; deve haver algum grau de mobilização da população, de preocupação pelo problema da construção; deve haver terra em propriedade legal (é muito frequente nas cidades colombianas a terra invadida, e é muito difícil nesses casos fazer um projeto). Bem, o diagnóstico inicial deve localizar quais são as possibilidades de realizar o projeto, e depois desse diagnóstico deve ele ser formulado e começar a implantar-se.

Há certas observações básicas para esses projetos de autoconstrução. É necessário que haja os serviços públicos de água, de luz, etc. Deve haver uma participação no primeiro momento de toda a comunidade. Devem-se projetar as casas por módulos, de tal maneira que haja grupos de vivendas que se vão terminando simultaneamente. Depois de construídas, as unidades são designadas através de sorteio, não sendo permitido a cada morador construí-la individualmente. Se se tem em conta esses requisitos e outros sobre os quais não devo estender-me, é possível realizar projetos de autoconstrução de forma bastante rápida.

O SENA, nos últimos dois anos, tem criado vivenda, para algo assim como 35.000 famílias, em colaboração com outras entidades de 14 cidades do País. Isto é uma forma de ação que permite capacitação para a construção de vivendas, que vai servir, posteriormente, para a obtenção de trabalho nas áreas de construção.

Finalmente, para não alongar mais esta exposição, quero dizer-lhes algo sobre a organização dos programas. À medida que o SENA começou com esta estratégia promocional, foi incorporando aos programas elementos diferentes dos que

havia no começo. Os programas Móveis inicialmente estavam formados por instrutores de ofícios, técnicos e supervisores. Como tudo isso necessita de um trabalho intensivo de investigação, de promoção, de um trabalho intensivo de assessoria, tivemos de incluir um tipo de elemento, que chamamos de instrutor de desenvolvimento social e empresarial, cuja tarefa consiste em realizar certos trabalhos básicos de promoção, de investigação e de capacitação. Tivemos ainda necessidade de um tipo de assessores para o trabalho de orientação, investigação e de assessoria às empresas. Cada vez mais estamos necessitando diversificar esses recursos de assessoria.

Um dos problemas principais das empresas é o tecnológico, com tecnologia apropriada, porém, é possível em qualquer caso, melhorar o processo produtivo, incorporando novas técnicas, pequenos elementos tecnológicos que se adaptem às necessidades dos produtores. Sem dúvida é problema muito difícil, que é necessário abordar levando em conta muitos fatores, levando em conta que o aumento da rentabilidade da empresa nem sempre depende da produtividade. Muitas vezes basta aumentar o mercado, ou resolver certos problemas de custo de matéria-prima para que a empresa tenha uma rentabilidade maior. Então organizamos vários recursos, com instrutores técnicos, supervisores, instrutores de desenvolvimento social e empresarial e assessores. Cada programa móvel, em cada cidade, tem em um pequeno grupo formado por assessores, instrutores de desenvolvimento social e empresarial e supervisores que se chama grupo de investigação e desenvolvimento. Este grupo, cujo funcionamento é de grande importância para o programa, trata de orientar todas as atividades de investigação e de diagnóstico. É fundamental na nossa organização, nesse sentido, o funcionamento desses grupos de investigação e desenvolvimento, que operam há apenas um ano funcionando em 18 unidades regionais do SENA no País. Bem. Não quero estender-me demasiado, vou pedir as intervenções de vocês, vou deixar nes-

te ponto a exposição; no documento que será distribuído, há uma exposição, um pouco mais ampla, em alguns pontos.

DEBATES

PROFA. EURIDES BRITO DA SILVA - Nós começamos os trabalhos hoje com meia hora de atraso em relação ao previsto na programação, E como não queremos que os conferencistas, nem tão pouco os comunicadores tenham o seu tempo prejudicado, haveria disponibilidade para uma pergunta ao Dr. Ricardo.

Temos uma sugestão alternativa. Como nós dispomos de 15 minutos para o cafezinho, esses 15 minutos poderiam ser usados aqui no salão, por todos aqueles que assim o desejem para o debate e após 15 minutos do café, as pessoas que aqui permanecessem já continuariam para a apresentação seguinte, da Dra. Rosa, do MOBREAL.

DRA. MARIA LÚCIA ISMAEL MORICONE - Os senhores teriam feito uma investigação, após aquele curso quando veri. ficaram que das 400 pessoas treinadas ou 600, só quatro ou cinco, estavam utilizando o curso dado? Porque aqui no Brasil o que ocorre é isto: você oferece um curso, mas como não usa uma estratégia de montagem de um grupo de produção, as pessoas se beneficiam apenas para aliviar um problema de ajuda na renda familiar, fabricando as suas roupas. Acho, de fato, que a estratégia de, oferecido o curso, montar através, de associações, grupos de produção, garante-lhe uma melhor rentabilidade. No Brasil, o que ocorre, porém, é muito mais a primeira modalidade. Como ainda não temos, talvez, segurança na formação desses grupos de produção, oferece-se um curso e as pessoas que se beneficiam dele ou se agrupam individualmente para produzir ou então apenas aliviam o orçamento familiar pro

duzindo as suas próprias roupas. Eu pergunto se os senhores investigaram isso?

DR. RICARDO DAZA - Das 400 pessoas, só três delas, estavam produzindo, uma contratada por uma fábrica de confecções, as outras duas adquiriram uma máquina de cozer em sucata e faziam as roupas para suas famílias. Do resto, nenhuma havia podido conseguir máquina de cozer por nenhuma neira.

Há uma coisa geral sobre isto, como uma questão de enfoque. Nós que trabalhamos nessas coisas, acostumados a calcular os efeitos secundários das ações, a exemplo da capacitação da população, podemos ver que a capacitação serve, quando conduz a outra coisa, quando leva as pessoas, a agruparem-se e a produzir. Certo, assim dito em abstrato, porém nunca funciona, se desde o começo não se garantem as condições para que suceda. Nós temos *cometido muitos erros*. Quando apresentamos projetos para aprovação, eles são uma maravilha, porque indicam quantidade surpreendente de efeitos sucessivos que devem lograr-se um atrás do outro. Mas ao avaliar o projeto, vê-se que não se alcançou nenhum e feitos, porque não foram previstos os meios que os garantissem.

Profª. EURIDES BRITO DA SILVA - Temos ainda duas pessoas que nos pediram a palavra. A posição do coordenador nem sempre é a mais simpática, recebe um cronograma de tempo a cumprir com recomendações expressas de que os horários sejam obedecidos, para que todos os convidados tenham oportunidade de apresentação. Gostaria de ser simpática, mas tenho também uma orientação a cumprir. Então pediríamos aos dois questionadores que fizessem brevemente as suas colocações e o nosso conferencista responderia. Por sinal, ele vai estar conosco durante toda a semana e, creio, não se furtará

nos momentos de intervalo de reuniões, com toda sua simpatia e competência a atender todos aqueles que querem um contato mais estreito. Lamentavelmente, esta é a função de um coordenador de trabalhos. Então ouviremos o representante do CNPq e em seguida o representante do Centro Federal de Educação Técnica do Paraná.

DR. THOMAS COSTA - Gostaria de saber qual tem sido a experiência da Colômbia no que diz respeito à educação para a capacitação profissional, considerando que, como aqui no Brasil, o setor informal também absorve cada ano grande quantidade, 58% . É a questão da participação do governo, quando se fala em crédito, nessa assistência toda que tem que ser dada, é esse triângulo entre o elemento que é o alvo a ser qualificado, o governo com todos os encargos sociais dessa participação e o setor, vamos dizer formal, da economia. Porque o que acontece hoje aqui no Brasil em experiências de várias Escolas Técnicas e que há uma grande produção de elementos de certa qualificação e não absorvidos na indústria. Por exemplo, técnicos na parte de eletrônica e elétrica, dificilmente podem sair hoje de uma Escola Técnica e formar a sua própria empresa e sobreviver. Gostaria de saber como tem sido feito na Colômbia esta integração, essa aproximação com o setor formal da economia?

DR. RICARDO DAZA - Se compreendi sua pergunta, posso responder que isso é sempre uma dificuldade muito grande. A aproximação do setor moderno ao setor formal da economia sempre, por parte do SENA, tem se dado por outra modalidade tradicional de trabalho que é a aprendizagem. Se não me equivoco é o sistema idêntico ao sistema do SENAI E SENAC.

Nos Programas Móveis este tipo de estratégia, praticamente não existe; sem dúvida, a única maneira de capacitar mão-de-obra é instalá-la num posto de trabalho do setor

moderno; o mecanismo inicial de aprendizagem, de aprendizagem patrocinada, qual entendo, aqui deve ser igual. O indivíduo se submete a capacitação, a empresa se compromete a permitir-lhe um período de práticas que pode ser alternado em dois momentos, um de capacitação e outro de prática, e então com isso se consegue que o indivíduo se incorpore à empresa. De_ mo-nos conta de que as empresas não querem admitir os contra_ tos de aprendizagem, se negam a isto, há uma crise generaliza da que nos faz pensar que devemos talvez começar a mudar a aprendizagem por uma estratégia mais agressiva de criação de empresas por parte dos trabalhadores. Isto, evidentemente, â medida que a tecnologia é mais elevada, por exemplo, no caso da eletrônica ou coisas desse estilo, é muito mais difícil porque a inversão de capital por posto de trabalho é muito maior.

DR. IVO MEZZADRI Parabenizo Dr. Ricardo por que acima de tudo a conferência dele, no meu modo de entender, foi muito honesta, muito sincera e doutrinária e filosófica. Eu perguntaria, já que o SENA é uma composição SENAI-SENAC qual é o mecanismo de receita que o SENA tem a par da contri_ buição do governo das empresas e do comércio, como é que ele gera seus recursos, como é que ele se comporta em termos de orçamento advindo da União, ou do Sistema Federativo da Colômbia?

DR. RICARDO DAZA -O dinheiro com o qual o SENA funciona é um imposto cobrado às empresas. É o mesmo que SENAI e SENAC. As empresas devem pagar 2% da folha de pesso_ al ao SENA. O SENA arrecada diretamente esse imposto. A par_ tir do ano 70 , com seus programas mais orientados para os seto_ res urbanos e rurais menos favorecidos, tem havido uma maior presença do governo, e uma relativa independência frente aos empresários. Mas suas finanças vivem basicamente do pago pe_ la empresa privada e, neste sentido, SENAI e SENAC, são mais independentes que o SENA.

CONFERENCIA

CAPACITAÇÃO E EMPREGO EM ÁREAS MARGINALIZADAS

Dr. Eduardo Vargas

COORDENADOR DA MESA - Dando continuidade à programação da tarde, convidamos o Dr. Eduardo Vargas, Diretor de Projetos Especiais do Instituto Nacional de Aprendizagem, Costa Rica.

DR. EDUARDO VARGAS - Vou apresentar-lhes uma experiência que se realiza em nosso País, que consiste em coordenar e empreender ações de emprego e capacitação.

Costa Rica tem definido uma política de desenvolvimento que tem como metas básicas a oferta de emprego e adiminuição da pobreza social. Tem objetivos estabelecidos no que diz respeito a emprego e diminuição da pobreza social. Há um consenso em todo o País de que não pode haver um avanço social viável, enquanto não se eliminarem as condições de desemprego e subemprego no País.

A experiência a que me refiro consiste em aproveitar os recursos inter-institucionais daqueles Institutos e Ministérios que estão voltados para o problema de emprego e capacitação.

Através desse diagrama, vêem-se as diferentes situações entre emprego e capacitação.

Em primeiro lugar, vou falar das diferentes Instituições relacionadas com este problema de emprego, sobretudo nas áreas marginais. Uma das Instituições que age no País, diretamente relacionada com áreas marginais - A Federação de Organizações Voluntárias; outra Instituição é a Direção Nacional

de Desenvolvimento da Comunidade.

Essas instituições estão voltadas para as populações pobres, de áreas marginais. Elas são as primeiras a detectar a necessidade de emprego nessas zonas.

Temos outra Instituição, o Instituto Misto de Ajuda Social, que desenvolve programas de ajuda e bem-estar social. Dentre seus trabalhos habituais, detecta também, os problemas de desemprego e subemprego em áreas marginais. Importante é que uma vez detectadas as necessidades e os problemas de emprego, subemprego e desemprego, ela os canaliza para o Ministério do Trabalho. Esta por suas várias unidades, dentre as quais poderíamos citar a Unidade de Relações do Trabalho, se encarrega de visitar grandes empresas e determinar a necessidade de posto de trabalho dentro das empresas; depois temos a Unidade de Planificação Setorial que determina, em cotas semestrais, a necessidade de postos de trabalho por empresas. Por outro lado, uma vez que se tenha determinado a necessidade de empregos, dentro do mesmo Ministério, há uma Unidade de Colocação, que se encarrega de colocar as pessoas que têm necessidade de empregos. Se possível colocá-las, se estão capacitadas para o emprego, as colocam em diferentes empresas que são detectadas conforme as cotas da Unidade de Planificação Setorial ou através das atividades da Unidade de Relações do Trabalho. Com esta unidade de colocação vamos ter, diretamente, uma solução, pela colocação nas empresas. Porém, é parte dos problemas o de capacitação. Na Unidade de Orientação de Emprego e Ocupação, é onde se determina quais são as condições que devem ter as pessoas, de modo a poderem ser orientadas para certos postos nas empresas.

Dentro do processo do Ministério está a Unidade de coordenação de Adestramento. Esta unidade tem de tomar duas decisões: uma delas é indicar as pessoas, nas empresas, para capacitação dentro da própria empresa, mediante contrato de

trabalho. Um contrato, pelo qual ele aprende dentro da empresa por períodos, que podem ir de 2 meses a um ano, e conforme vai avançando seu nível, recebe remuneração adicional. Outra alternativa é no Ministério do Trabalho, o Instituto Nacional de Aprendizagem.

Os problemas da necessidade de emprego, de desempregos, de subemprego são detectados por diferentes instituições que se vão preocupar por dar-lhes solução. Quando o problema vem a ser de emprego com um certo seguimento, a ação do Ministério do Trabalho é transferida ao Instituto Nacional de Aprendizagem.

Qual é o valor que tem o Instituto Nacional de Aprendizagem dentro deste programa? Em primeiro lugar vai desenvolver dentro do campo de capacitação três tipos de ação. O primeiro tipo de adestramento especializado consiste no desenvolvimento de cursos, por períodos que duram de 2 e 3 anos, em campos onde se teria Mecânica Geral, Mecânica Automotriz, Mecânica Agrícola, Refrigeração. Poderiam ser desenvolvidos outros programas semi-especializados - costura industrial, soldadores, construção civil. Esta parte aqui tem um objetivo. Todas as instituições são dirigidas para realizar ações que vão aumentar a oferta de mão-de-obra. O que estamos procurando aqui, por um lado, é harmonizar uma previsão de necessidade de empregos e aquilo que se realiza. Por outro lado, desenvolve-se outra ação que é uma ação de adestramento, que pode ser adestramento de trabalho ou pode ser adestramento institucional. Se é adestramento institucional, dar-se-ia no INA. Essas ações irão então como eu disse, -aumentar a oferta de trabalho, a previsão de vagas, a determinação da necessidade de empregos. A capacitação no trabalho e a capacitação institucional devem aumentar a demanda de emprego. Assim como queremos aumentar a demanda de empregos, temos que pensar também como vamos aumentar a oferta de empregos, para tratar de equilibrar os componentes que vão definir o mercado de trabalho, a oferta da mão-de-obra. O

Projeto estima que a oferta pode aumentar através de ações em que o governo considera que é importante estimular pequenas indústrias, pela seguinte razão: as pequenas indústrias geram empregos com pouco capital de trabalho para gerar novos empregos e no caso de meu País, a pequena indústria e o setor informal dão emprego a mais de 50% da força empregável que vive nas zonas marginais. Por isso é importante considerar que se pode incrementar a oferta de mão-de-obra através do estímulo da pequena indústria, neste caso na Costa Rica.

A oferta e a capacitação se alinham também neste campo através da capacitação de empresários de pequenas indústrias. Os empresários são de qualquer empresa. Neste caso são empresários que se caracterizam por terem problemas de má administração das empresas. Têm problemas financeiros, problemas por não terem técnica de administração de produção, não conhecem algumas técnicas de distribuição de planta, distribuição de recursos físicos em um ano dentro da planta de produção. Em todas as linhas o Programa foi estruturado para adestrar o pequeno empresário para utilizar melhor seus recursos. Este é o Programa de questões gerenciais que lhe dão os tipos de técnicas de Administração e técnica de Engenharia Industrial com profissionais em cada um dos campos.

Ademais, está o Ministério da Economia apoiando a pequena indústria através da assistência técnica. Assistência no campo propriamente da administração e dentro da administração de produção, em especialidades tais como: Contabilidade, Finanças, Comercialização, Relações de Trabalho e Crédito, Capacitação em Crédito e sobretudo a assessoria.

Entre as duas instituições, na realidade há uma coordenação no sentido de que o Instituto Nacional de Aprendizagem se preocupa por elaborar um tipo de metodologia que está se afirmando. Por exemplo, um pequeno empresário necessita um crédito, um financiamento bancário. O INA o capacita para que

faça o pedido de crédito mediante as técnicas que ensina para que apresente informações ao Banco, e numa segunda oportunidade ele possa por si só, tendo aprendido as técnicas . realizar seus objetivos, com a guia de assessores do Instituto Nacional de Aprendizagem ou do Banco.

Quando são problemas essencialmente técnicos, de alguma técnica especial, o apoio é do instituto Tecnológico de Costa Rica, para resolver propriamente problemas técnicos. Até o momento, o Instituto Nacional de Aprendizagem tem utilizado uma metodologia para capacitação de mão-de-obra ou para capacitação de empresários que se faça segundo uma metodologia modular, que está sendo implantada na Instituição desde 1975 com a colaboração da OIT, Organização Internacional do Trabalho.

A Organização Mundial não é mais que um módulo, uma pacote ou um conjunto de experiências de capacitação que tem um objetivo operativo final, se é que afinal uma pessoa que passou por um pacote de experiências de aprendizagem está com capacidade de realizar um trabalho, de aplicar seus conhecimentos, suas destrezas e suas habilidades. O importante nesse sistema modular é que cada um dos módulos está interrelacionado. Em cada um desses quadros pode figurar uma série de módulos inter relacionados e esses são requisitos para outros. O sistema porém permite que uma pessoa que é recebida em um desses módulos do pacote possa sair para o mercado ocupacional tendo capacidade de realizar um determinado trabalho, em um determinado momento que queira. A formação dentro da instituição segue escalando posições dentro da formação profissional e ir ocupando diferentes níveis ocupacionais dentro do mercado de trabalho.

O que me interessa sobretudo é a experiência: diversas instituições poderiam se coordenar de tal maneira que resolvam problemas de desemprego, de subemprego, mediante enfoque interdisciplinar e consecução de objetivos que interessam

não só a uma instituição e sim a diversas instituições e elas mesmas se encarregam do cumprimento dos objetivos.

Da parte desses projetos, o objetivo seria a capacitação de 8.000 pessoas num período de três anos, envolvendo os Institutos Mistos de Ajuda Social, IMAS, que são instituições de ajuda social, a Federação de Organização Voluntária, a Direção Nacional de Desenvolvimento da Comunidade. O Ministério está interessado no mesmo objetivo; no final que 8.000 pessoas estejam ocupando um posto de trabalho.

Por outro lado estão essas instituições voltadas para aumentar a demanda de trabalho através da capacitação de empresários, de pequenas indústrias. A oferta de trabalho dá a possibilidade de criar novos empregos mediante a capacitação de empresários de pequenas indústrias. Alguma pergunta?

DEBATES

COORDENADOR DA MESA - Eu faria uma pergunta ao conferencista.

Vimos que o Ministério do Trabalho tem um programa, portanto, de especialização na pequena empresa. Eu perguntaria qual a contribuição do setor educacional, nesse sentido da capacitação?

Dr *EDUARDO VARGAS* - Na Costa Rica existe o sistema educativo e temos o INA como um para-sistema. Há o sistema educativo formal e a educação profissional a nível do que chamamos de 4º ciclo. O 4º ciclo é o 4º e 5º anos no colégio, seria como 10º e 11º anos aqui. E como parte do para-sistema, até o momento, não há possibilidade de preparar devidamente para o Nível Superior, para as universidades. Ele está preparado

para introduzir as pessoas no mercado de trabalho. Estamos pensando na possibilidade da dupla função. Sem embargo, no momento são dois sistemas que não estão interrelacionados, são independentes, porque uma pessoa pode sair daqui e não pode ingressar na Universidade. Para isto teria que ingressar a nível de educação formal, para poder seguir o sistema de educação formal. São dois sistemas independentes.

COORDENADOR DA MESA - Continua franqueada a palavra. Nós estamos muito gratos ao Dr. Eduardo Vargas, pela contribuição que deu ao Seminário Internacional de Educação, Formação Profissional e Emprego nas Periferias Urbanas, programado pelo PRODASEC - URBANO e no encerramento dessas atividades convidamos todos os participantes para o reinício amanhã às 8 horas neste mesmo local.]

CONFERÊNCIA

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PROVÍNCIA DE CÓRDOBA

Dr. Jorge Arrambide

DR. JORGE ARRAMBIDE - No ano de 1976 propôs-se na Argentina uma tentativa para superar a situação das comunidades marginais, buscando um novo sistema de trabalho. Implementamos, há 4 anos atrás, uma política nova que deu bastante resultados. A província de Córdoba tem 3.000.000 de habitantes, dos quais 1.200.000, estão radicados na sua capital que tem crescido vertiginosamente nos últimos 30 anos em virtude do processo industrial. Ali se instalaram a Renault, a Fiat, a Perkins e outras que elevaram uma cidade de 300.000 habitantes universitários e políticos para 1.200.000 habitantes industrializados. Compreende a província de Córdoba, 353 comunidades periféricas, nas quais vigora a sistema político de autonomia municipal ou seja cada município se maneja por si.

Nós propusemos um programa, cujos objetivos políticos não podemos analisar aqui por falta de tempo, que posso sintetizar da forma a seguir exposta. Nenhum recurso federal pode chegar a Córdoba, senão através do Programa, para que se evite superposição de programas. Também importa a posição espiritual, psíquica, de reconhecer nossas próprias misérias. Não falar tanto do que fizemos, como mostrar o que deixamos de fazer. Não falar tanto do que planejamos mas mostrar com sensibilidade os resultados da planificação. Na da fazer sem planificação mas não planificar tanto para não fazermos nada. Pensamos que era necessário terminar o sistema curativo para passar ao sistema preventivo. Deixamos o sistema de tratamento de internação de meninos, de jovens, do ancião para passar a criar o sistema de tratamento externo. Ca-

da comunidade tem a seu cargo os seus problemas sociais, sobretudo, e foi o que mais custou num primeiro momento, romper o individualismo institucional, e buscar um programa coordenado de trabalho, que permitisse uma forma interdisciplinar de fazer algo positivo pela classe submarginal e delegar a cada organismo, o que é de sua competência específica, para evitar interferências da burocracia. Convocamos a velha e tradicional Universidade Nacional de Córdoba, com o intuito de fazer um diagnóstico social de cada zona. (Vamos passar uma série de diapositivos).

Fizemos um Programa de Desenvolvimento Social que tem nesse momento quatro anos de duração. É um programa de porte provincial, estadual. Vale dizer que a Nação nada tem que ver com o Programa, por outra parte nada podia interferir no Programa. As políticas fixou-as o Governo da Província, os municípios aceitaram juntar-se a ele e, então, fizemos um programa de porte provincial que hoje tende a estender-se a nível nacional. Para isso, tomamos como base o diagnóstico de nossa situação em Córdoba. Em qualquer bairro da cidade, em qualquer povo de campanha, encontramos uma juventude em estado de abandono, com percentual sumamente alto, principalmente carente de instrução e carente de formação para o trabalho. A imaturidade nesta situação também produz uma juventude pouco preparada para o trabalho, juventude jornalreira, juventude de bar, de cafezinho, juventude que teria de sair necessariamente de seu povo para ir parar nos centros urbanos que possuem industrialização e recebem mão-de-obra barata.

Assim mesmo a velhice,, um problema contínuo,ca-da vez mais assola a Argentina e os países americanos. Dele gações religiosas ou de programas isolados têm advertido so

bre casos de verdadeira situação dramática em nossa província, muito próxima dos poios de desenvolvimento, provocados pela busca de fonte de trabalho, em centros urbanos. Inúmeras pessoas emigram ao centro urbano com poucos recursos, possivelmente famílias precedidas pelo varão, pelo marido que foi buscar senão uma colocação mas uma vida de emergência numa favela, algum trabalho organizado. A primeira colocação é miserável e nós em Córdoba, temos 6.000 famílias, iguais a essas que constituem grupos de 30.000 pessoas das quais temos um saldo, em sua totalidade, de 2.500 fixas restas circunstâncias. O primeiro contato do menino com esse mundo da riqueza é imundo, tétrico. É o resultado da exploração da sociedade. Posteriormente, como resultado, vem a vagabundagem infantil, pequenos mendigos, mendicantes perigosos, ladrõezinhos. Com nossa política assistencial, começamos a fazer as concomitâncias com o exercício escolar e com outros níveis de adolescência. Aqui, (mostramos ilustração) uma sequência de três garotos que saem do zoológico na hora da aula e que a polícia assistencial reintegra ao seu colégio, depois de havê-los identificado previamente. Um trabalho que destaco porque é uma atuação da Secretaria da Educação com a Secretaria de Promoção Social. Outra prova, por exemplo, de todo um curso que faltou à classe e que foi ao parque porque tinha uma prova escrita de matemática.

Entretanto, a ancianidade atendida na periferia pela congregação religiosa, se vê submetida no centro urbano, a uma constante situação de mendicância ou de ingresso em refúgios ou internatos nocivos, despersonalizados, que nós queremos eliminar.

Nós trabalhamos, durante muitos anos, atacando as consequências do problema e não as causas. Menores estavam presos à família, a bem-estar social, presos e liberados

do poder judicial. Controle de terras; assentamento de vilas; cooperativas de economia; esporte em educação; atividades sociais mescladas com educação e bem-estar social.' Cada qual trabalhando em compartimentos estanques, sem programas; tantos prazeres, tantas olimpíadas, tantos internados, tantos presos. Mas uma parede de ladrilho "separa cada um deles. Ti vemos no ano de 1976 a oportunidade de, tomando o organograma da província, dar nossa ideia ao Governador, fixar a política e dizer de que necessita. E então sacamos tudo isso, e de tudo isso fizemos uma Secretaria de Estado.

Vamos mostrar-lhes com a absoluta sinceridade com que deve falar uma pessoa maior que esta diante de pessoas maiores inspiradas em fazer o mesmo, quais têm sido, em alguns dos programas, os resultados permanentes. Vamos tomar o Conselho de Menor da Fundação Nacional do Bem-Estar Social do Menor, com suas delegações estaduais. Encontramo-la detemorada com muito maus resultados, em que 93% dos menores internados eram normais, em 7% eram menores procedentes da delinqüência juvenil, de homossexualidade, da maternidade precoce ou de problemas alienantes. Para dizer que uns 7% com problemas mantinha uma estrutura na qual 93% dos normais eram praticamente corrompidos e arruinados.

Não quero deixar de render, e o faço sempre que abordo este assunto, minhas sinceras homenagens a muitos mestres, diretores e religiosos que no meio deste caos deram o melhor de si e mantiveram boas instituições. Mas, sem o sistema não havia método. Nem um bom instituto de padre fulano ou da diretora fulana, ou freira fulana morria ou vinha abaixo porque não havia sistema. Mostrar o Instituto que havia na província de Córdoba para delinquentes juvenis e dizer que aquele estabelecimento tinha 150 menores com problemas graves de conduta cujo pátrio poder dos pais foi suspenso e o exercia o juiz de menores. Encontramos depredados. Levaram, os sujei.

tos a destruírem os seus bairros completamente. Os rapazes tiveram que recorrer a esta letrinha (ilustração) fabricadas por eles para atender as suas necessidades elementares. São os filhos do Estado. A Escola era cheia de imperfeições. Vocês podem encontrar, na maioria são mestres, que há rapazes, como este aqui que são débeis mentais e não podem estar inter-nados com estes, que são normais.

A tipificação havia desaparecido e se atende aos menores praticamente em forma conjunta por idade e não por problemas. Isto, mostro-o com total sinceridade, porque estou totalmente seguro de que todos os que estão me ouvindo conhecem o que é um instituto similar. Isto é problema mundial não é so um problema de Córdoba; quando estamos em congresso mostra-se o lindo, eu porém mostro os feios. Esta é a imagem de uma escola (ilustração) onde encontramos um jovem que já é maior de idade sendo um débil mental internado em um instituto que não é para débeis mentais. O que se entende é que o jovem é deteriorado mais do que deveria ser. Também nesses estabelecimentos convivem oligofrênicos profundos com normais porque não há lugar para oligofrênicos. A parte especializada não recebe mais, nem pagando, porque não há vocação religiosa. Há jovens, com alto grau de agressividade, que temos que mante-los amarrados porque senão eles agridem imediatamente, os normais. Este é o melhor aspecto (ilustração) do pavilhão especializado. Deplorável, frio, educação despersonalizada, nociva, jovens se convertem em números, os mestres rogam tanto para chegar a eles, mas os jovens já não tem nenhuma afeição. Quando o transportamos normal para aqui, logo o fazemos delinquentes. Se 93% são normais, chegamos a conclusão sobre os outros. A internação de menores de 5 anos constitui um dos delitos naturais maiores que temos cometido, nós adultos racionais. Como podemos manter em 19 80 um sistema de internação para menores de 0 a 5 anos de idade, no momento que o menino mais precisa da mulher, da mãe. Ademais a cura está

longe pela quantidade uma ao lado da outra porque não cabe mais. Já está saturado o instituto de crianças. E, por certo, como teremos de obriga-los a cumprir as ordens, pondo camas, etc, começamos a ver cada jovem como um experiente e nunca como um sujeito de aplicação de princípios jurídicos, que tem a dignidade de ser um sujeito de direito, uma criatura de Deus. Necessitamos de pessoas experientes para arrumar a cama e então que se dê forma ao sistema.

Em nome da velhice, os anciãos estão internados em estabelecimentos nocivos. Internam-se 100 a 200 anciãos trazidos de outras partes da província a 400, 800 km de distância. Tiram o homem de onde tem desenvolvido toda sua vida, para ir terminar realmente em uma ante-sala da morte. Estavam na parte médica, em saúde pública, sendo que para a Bahia é um caso de Geriatria, para nós um caso de Gerontologia. Não havia um serviço social, um contato entre a família e o ancião. Não havia uma ficha de assistência social. Estes são estabelecimentos (ilustração), simples depósitos de anciãos, sem nenhuma atividade. Não se cultiva uma flor, não se cria um canário, não se pratica música, não se tem contato com a gente-jovem. São instituições que vivem trabalhando em compartimentos estanques. Não se vê um ancião vinculado com meninos e meninos vinculados com mulheres ou meninos vinculados com a mãe.

Nós, diante isto, tomamos todo o aspecto de família. Assim, tratado pelo Estado, mais por seus efeitos, que por suas causas, fizemos, o que devíamos fazer tomamos todas as repartições e fizemos uma Secretaria de Estado nova com promoção e assistência social; promover mais do que assistir. A mesma assistência social temos que dar aos elementos nas mãos para que promova e não para que siga uma carreira permanente, desgastante de assistência. Então, diante desta proposta, fizemos um programa no qual cada uma destas direções

que vinham de uma origem distinta ia manter o seu programa, não sendo uma questão de afetar a estrutura que já tinha antiguidade. Não exigimos a nenhuma repartição que deixasse de fazê-lo, exigimos levar a agregar outra coisa mais, de maneira a não afetar a competência e evitar que nos desgastemos inicialmente com um problema burocrático de luta administrativa onde as pessoas pensam que vai parar seu objetivo, seu plano, etc. Então, temos que trazer a alegria a cada repartição. Não se havia que trabalhar pelo preso e para o preso, senão com o preso, pela família do preso. Não há que se trabalhar para fazer cooperativas, senão para que através da cooperativa demos trabalho e habitação a essa gente. O esporte não é uma assinatura docente, o esporte é um instrumento de desenvolvimento social, que leva a ocupação do tempo livre para a família.

Na direção de saneamento de títulos temos problemas muito graves de colocações marginais urbanas. Teríamos que trabalhar não para determinar um problema de cadastro, ou de registro da propriedade mas para dar a família o hábito para seu desenvolvimento. A direção da família teria que fortalecer os laços da família através da promoção, de ficha de emergência e da assistência ao ancião. Atividades sociais teriam que formar o menor de maneira a dar-lhe capacidade para poder desenvolver-se na vida e chegar depois aos níveis educacionais. Nos preparamos o acesso do jovem ao CONET ou seja para o Conselho Nacional de Educação Técnica. E o Conselho do Menor, uma poderosa repartição que era praticamente 75% de estrutura, teria que saber que o seu objetivo não era o menor, senão que o menor era um meio para se chegar à família; uma direção de planejamento comum e uma direção de administração que é muito importante pelas razões que vou expressar, uma direção de administração operativa, sem tantos habilitados, tanto tesoureiro, tantos tribunais de contas.

A primeira alternativa foi "dizer a cada comunidade que teria que fazer um centro de *ação* comunitária. Teríamos que desterrar o critério educacional da creche infantil, um centro de ação comunitária distinta. Não teríamos que atender mais a meninos em um ambiente fechado, onde o teremos bem vestido, bem alimentado e depois o devolvemos ao seu lugar de origem fictício. Um centro de ação comunitária e para nós um centro excelente, é no centro onde se detecta o jovem que chega desnutrido porque em casa não se come, que chega sujo, porque a casa está suja e o jovem no fim se converte ao meio. Neste centro de ação comunitária, não queremos grandes obras, grandes construções, senão pequenas edificações do tipo das em que vivem os menores de maneira que lhes assegurem três condições fundamentais: material didático e pedagógico fundamental, equipe técnica que consiste nas assistentes sociais e no ciclo pedagógico e na polícia assistencial e depois dinheiro que tem de ter a assistente social na mão, para resolver os problemas imediatos do jovem. Se o jovem chega desnutrido, é porque não come em casa. Se a assistente social vê quatro dormindo numa cama vai e compra quatro camas. Isso soluciona o problema. Se a compra não é de uma cama, e sim de ladrilhos para a casa, que a faça a diretora e se a compra é de maior envergadura que o faça o intendente. Nos transferimos recursos para os contadores. Centros de Ação Comunitária, onde se sai do Centro, em busca do problema da comunidade.

Eu vou mostrar (ilustração) um Centro de Ação Comunitária, piso de ladrilho e teto de telha, mas essa gente tem sua assistente social, seu carro, sua polícia assistencial. Há muitas populações onde não conseguimos técnicos, então fazemos um intercâmbio através de populações vizinhas porque aqui por exemplo. São José de La Hermida, um povo velhíssimo, não existem escolas psíquico-pedagógicas mas aqui já há acomodação para os velhos. Já se têm feito casas. Vamos mostrar em seguida e se tem mentalizado o povo, sobretudo a

gente do povo, que os responsáveis do seu problema social são eles. Nós, a 400kms, não podemos fazer nada, damos apoio técnico e apoio financeiro, controlamos se as equipes técnicas estão equipadas localmente.

Com menores, o problema da desnutrição nos tem provocado um déficit impressionante. Jovens que são débeis mentais funcionais por falta de comida, em um País onde a comida sobra. Temos arruinado menores, temos feito débeis mentais por não dar-lhes o que comer bem. Temos que suplantar essa falta de proteínas, e teremos resolvido o problema dos comedores do Ministério da Educação, onde não se imagina que existem, porque os jovens comem no período de férias e quando não tem aula também. Não é um problema educacional, é um problema de promoção social. Temos que funcionar nos 365 dias do ano. Sem dúvida, algumas vezes, os juízes ordenam a internação de jovens normais que tem que ser internados e para fazê-lo no Instituto fazemos um patrimônio com 8 jovens, com 10 jovens, em primeiro lugar. O problema é do intendente. Nós damos o dinheiro, de 19 a 10 de cada mês, adiantado para pagar todos os jovens. O conjunto de roupa, são dois conjuntos completos por ano e os jovens vão a escola, a praça, a igreja, ao coro da igreja ou ao futebol. Vivem uma vida indiferenciada onde um pequeno lar se confunde como uma casa qualquer de baixo nível (ilustração) como esta por exemplo: esta é o primeiro pequeno lugar que tínhamos no ano de 1968. Os maiores que estiveram aqui já se casaram, e quando saem deixam de ser jovens porque em sua casa os padrinhos foram os pais adotivos. São jovens que estão internados por ordem judicial. Quando têm contato com os pais ficam desequilibrados, ou os pais são liberados ou as mães são prostitutas, e não se pode romper o vínculo por causas que não podemos investigar, é do poder policial.

Já temos na cidade de Córdoba 24 dessas residências com 14 jovens cada uma; eles trabalham, estudam, voltam e os afazeres da casa estão a cargo deles como os colégios maiores universitários. Fechamos os institutos grandes, não queremos os institutos para normais, nós fechamos todos, muitos institutos, muita gente protestou. Teríamos que tirar os normais dos institutos e reservar os institutos para os oligofrênicos, para os débeis mentais, para as mães menores, para os delinquentes juvenis; todos os que são normais não devem estar a cargo do Estado senão de cada comunidade que é responsável por seus próprios membros. O Estado provincial e nacional não pode estar na pequena localidade porque a burocracia e a planificação impediria a ajuda a tempo. A operatividade, a descentralizamos totalmente. Também é certo que se fazemos centro de ação comunitária, teremos que dar ao jovem o elemento para que possa desenvolver a vida de trabalho e as tarefas sociais, um pré-escola ao Conselho de Educação; então lhe damos ofícios, os mais rápidos, formação profissional a ser dada rápida, 7 meses, 8 meses; que aprenda a manejar a ferramenta; que comece a manejar como aprendizes e se um tem aptidões, então vamos ver como lhe dar a educação.

Tivemos uma experiência muito linda que lhes contarei brevemente. Nessas atividades sociais encontramos inúmeras cidades industriais com 25.000 habitantes, com 80 fábricas importantes, onde havia problemas graves de conduta e, para não internar os jovens no Instituto como já nos treis no princípio, fizemos uma residência, onde viviam algumas assistentes sociais e as próprias empresas recebiam os jovens pela manhã como trabalhadores. À tarde, fomos com contatos sociais e lhes demos o curso. Iniciamos essa expe-

riência em 1977 com 12 jovens, somente um tornou-se delinquente, dos outros 11, uns foram para a educação, outros foram ser instrutores de educação técnica, outros formaram uma cooperativa de trabalho com adultos e outros ficaram na fábrica onde estavam trabalhando. Nos anos de 1978 e 1979 a experiência se amplia e nós temos, em 36 jovens, um só fracasso. Imediatamente após isto tivemos que organizar as cooperativas de trabalho que nos deram um resultado extraordinário. Esta é uma cooperativa (ilustração) de emergência, vive a própria vida. Organizamos o programa de juventude; a gente jovem de um País em desenvolvimento como o nosso tem que se dar meios para que se realize. Está tudo por fazer; em todos os países da América está tudo por fazer-se. Aos jovens há que se dar os elementos que possam fazer um programa da juventude, lhes damos crédito e quando temos que dar • subsídio, é subsídio individual ou cooperativo para que o jovem faça sua empresa e para que saiba por si mesmo.

Aqui adobamos algo muito útil, que é usar nosso próprio pressuposto nos programas de promoção, por exemplo: esta é uma cooperativa de viveiros (ilustração) em local seguro, na margem do rio. Está nascendo com máquinas que nós lhe damos. Só que eles têm que nos devolver novas, não estas senão outras. Estão nascendo todas as bandeiras para o mundial de 1978, e nós o pagamos com o nosso pressuposto o nosso orçamento, se dão conta?, utilizamos nosso pressuposto, nosso orçamento, como ferramenta de promoção, porque nos custa muito conseguir trabalho, enquanto nós mesmos lhes damos nossos trabalhos. A roupa do Conselho de Menores a fazem as Cooperativas de entidades nossas. Por exemplo, em outros programas temos a mesma visão, aqui está

(ilustração) uma cooperativa de trabalho madeireiro, divisa de Rosário, fazendo os painéis para a Cooperativa de Mel de Vila Dolores. Isto é pago pelo Governo. Nós fazemos a licitação e eles ganham a licitação porque o ensinamos a ganhar, não? Isto é um sistema muito rápido e muito barato de aprender a encerrar e a trabalhar e de aprender a manejar com a madeira e, depois já é carpinteiro de móveis então a direção acompanha sua evolução por dois anos. Em seguida cada um segue seu próprio caminho. Peço que gravem esta foto, na memória. É uma estação de trem fechada numa zona deserta, num povoado de 700 habitantes. Anteriormente era de 3.000 habitantes, agora todos se foram. Tinham uma cooperativa madeireira de trabalho e depois nós fomos saber que em outro local de trabalho essa mesma gente está fazendo móveis e os está vendendo aos povos vizinhos. Também na saída do interior nós encontramos com a riqueza de nossos artesanatos, de não somente um valor cultural muito significativo para nós, senão pelo que representa, também, como uma fonte primária de trabalho. Como os velhos nunca ganharam nada com isto os jovens deixaram de lado. Para reerguer o artesanato fizemos um programa artesanal com cooperativas juvenis de artesãos e para assegurar-lhes um processo de comercialização correta, fizemos com a Universidade de Córdoba um negócio em pleno Centro de Córdoba. Atividades antigas muito velhas, oficinas antigas onde elas fazem tecido com alfarroba, com o coração de morangos silvestres, com a tintura "piquillín" e plantas silvestres. Essa gente mal vendia seus artigos a intermediários. Por isto, decidimos contratar uma velha cega que fazia umas mantas sensacionais. Ela tinha um tear onde trabalhava com a mãe e a irmã (já falecida) . Este é um caso emocionante. Providenciamos um local de venda, no Centro de Córdoba, cuja administração demos a uma instituição de bem público. Assim, se vendem ces

tas, barro, mantas, entalhes de madeira, sacolas de cânhamo. Tudo que eles fazem é vendido no Centro onde se criou o fundo artesanal que se reverte em dinheiro para comprarlhes a preço real novas coisas.

Quando digo que temos problemas quando compramos mais caro que em Buenos Aires, como em Santiago do Desterro e em outras províncias entramos em concorrência en-tre nós mesmos. É uma pena. Isto é um problema a resolver. Córdoba tem somente 48.000 hectares, é uma província muito rica em toda a parte centro e sul; a parte norte é desértica. Assim as terras são muito cobiçadas, 1 hectare vale muito, uma unidade econômica são 150 hectares. Nós selecio-namos grupos de jovens, aos quais lhes damos a terra. Aqui está (ilustração) o jovem pai mostrando dois jovens adestra dos em agricultura e gado. Demos-lhes galos, alguns ladrilhos, pás e elementos para que eles possam colonizar a terra. Estes jovens têm agora 200 porcos, ten todo um galinheiro. Sem dúvida eles se sentem empresários, hoje, eles são donos de 250 hectares, numa terra de 1ª categoria da província. É uma fração do saldo de medidas malfeitas, são declarações de heranças vagas, são terras que ficaram do passado. Isto para nós é um problema importantíssimo porque nós temos províncias como Chaco e Formosa, com índios, desabitadas, para as quais não há muito interesse na exploração dos jovens para que deixem os Centros Urbanos onde estão vagabundando e de onde podemos fazer-lhes empresário da agricultura e do gado. Isto tem dado bom resultado quando o jovem vê rapidamente realizarem-se suas ambições. É distinto isto (ilustração) numa cooperativa de Torneros, por exemplo, que tem que lutar com o mercado e demais correntes. A qui a evolução se faz rapidamente e, com o sistema cooperativo de que somos fanáticos.

Vou dar um exemplo. Todo o povo de uma zona deserta sobre as origens das salinas grandes, em uma velha fabrica de ricos (calçado tosco), quebrou. Ha 6 anos in sistimos para que a direção de fomento cooperativo a trans formasse em cooperativa dos trabalhadores e ficasse com a fábrica. De um sistema artesanal tiraram o material incan descente e o colocaram nos moldes onde esfriam com um venti-Lador tamanco por tamanco. Um processo muito lento, mas de pois de 4 anos de serem donos e serem cooperativistas, inau guramos a fábrica de botijas em julho de 1979. Todo esse po vo, quilino" vive desta cooperativa. Não há cooperativa que nao um "mutual" porque são primos-irmãos e o "mutual" atende o serviço médico, laboratório de análises, serviços fúnebres e o "mutual" de habitação. Asseguro-lhes que o povo de Quilino não ficará como população submarginal tem personalidade para protagonizar por si, seu próprio desenvolvimento social, Também nós ocupamos o tem po livre em todas estas populações, nos setores marginais da cidade nos setores marginais da província. Chega o momen to em que o "alcon" faz presa da presa por falta de ativida de. Temos feito 122 tipos de esportes. Esta foto (ilustração) é do mesmo grupo social da estação de trem que estavam fabricando móveis, é o mesmo grupo social que vimos no come-ço, os rapazes na taberna tomando vinho. Quando saiam para trabalhar nesta velha estação de trem os rapazes não tinham outra coisa a fazer senão beber e jogar. Eles necessitam da atividade esportiva sistematizada mas, não é o esporte educacional e sim o esporte de promoção ocupacional, de ocu-pação de tempo livre. Nós fizemos 122 tipos de esportes e juntamente começamos a mesclar os programas com os do Minis_ tério da Educação e daí começamos a nivelar setores sociais muito descompensados no interior da província. Aqui, temos (ilustração) atrás das serras, já competências de educação

com os rapazes que estavam na rua em "*playones* feito por nós.

A ação entra sem que passem por esse "Tamiz" que é um programa também intersetorial e onde cada um faz o que tem que fazer segundo os objetivos de sua repartição. Os programas de porte trouxeram a recreação e esta significa poder fazer um estudo do ancião, do jovem, do menino: médico, psicólogo, pedagogo, a ficha colegial, e mais, levamos às pessoas que vivem nas salinas grandes, às cataratas do Iguaçu, gente que nunca havia saído de sua região e que se acha integrado porque tem visto uma realidade que realmente o cerca. O intendente de cada povo se acha fortalecido e possibilitado de resolver os problemas que tem a seu lado, senão seria o permanente pedido, ao município, de recursos elementares para o jovem ou o velho ou ainda a pensão de velhice que não teria como solucionar.

O problema de esporte é o que os comunica mais com a comunidade e aqui tivemos uma das melhores e mais valiosas experiências. Buscamos líderes de cada comunidade, líderes jovens, gente que não tinha compromisso, toda via, geralmente os jovens entre 18 e 22 anos, sendo a média 19 anos e 3 meses, são profissionais, mestres. Então lhes ensinamos com o nome de monitores ou líderes de comunidade, a conduzir nossos programas sociais, demos-lhes classe de esportes e recreação social. A partir disso, em permanentes contatos com eles, demos a cada intendente 8 a 30 homens adestrados para conduzir os problemas sociais. Demos também importância a esses jovens e aqui está (mostrando slide) o Diretor de Esportes, Dr. Curvalan falando com os líderes juvenis de um povo e o seguinte quadro mostra o nos so Governador da Província falando numa reunião com líderes de toda uma zona. Estes jovens que são o resultado de sua função social têm feito o censo de sua população. Eles de

tectaram os matrimónios, os concubinatos, os débeis mentais, os desertores escolares, os recursos de cada comunidade. Comaçaram juntamente com os técnicos de seu município a fazer um plano social para seu setor de bairro, em caso de populações urbanas ou para sua população, em caso de comunidades periféricas. Não cobram por seu trabalho, se lhes dão uma equipe completa. Se lhes dão condução para um programa social, levam velhos *para* Iguazu e saem com os monitores. Quando chega trem com turistas vão com os monitores. Há jovens que estão controlando para que em seu povoado não tenha nenhum garoto na rua, porque garotos não têm porque ficar na rua que é a pior escola. Se não estão fazendo esporte têm que estar trabalhando e se não estão trabalhando tem que estar aprendendo e se não, tem que estar cantando, fazendo musica.

Os monitores organizaram as primeiras olimpíadas de débeis mentais que se fez no Conselho de Menores e os que ficaram internados por problema mental tiveram seu adestramento esportivo depois.

Creemos que este foi o ponto de partida que nós tivemos, na América Latina ou, pelo menos na Argentina, para um conceito simples de democracia. Creemos que a democracia não esta baseada só na representação política, o que é um erro, mas na representação política e social. É a participação de cada comunidade e a possibilidade de realizar-se e de gerar um processo de reativação sócio-econômica. Não lucramos nada em ser democráticos para sermos dirigidos por Buenos Aires, porém tampouco seremos democráticos se de Córdoba dirigimos os colonos.

Cada comunidade tem possibilidade de realizar-se. Para isso, teremos que contralizar coordenadamente a planificação para descentralizar a operatividade, buscan

do como filosofia final o conceito de participação social, a participação da comunidade nestes programas e nesse sentido a parte cultural assume particular relevância. Não podemos ter equipes de música em todos os povoados porque é muito caro, mas fazer com que as pessoas cantem. O canto, o teatro, o desenho divulgam o nosso sistema de penetração, despertando a consciência social para os problemas da comunidade. Temos o inconveniente de que os padres não colaboram com a ação do Estado e, como convocar os jovens através da Igreja? Partimos então para a convocação através da cultura. Na vila, o jovem é imediatamente detectado, através do coro, da música, por exemplo. Se se fizer uma exposição de quadros, de desenho, qualquer que seja e venha um jovem dizendo que sabe fazer aquilo, começamos já ser amigos. Ali há organização permanente de coros, por toda parte para ensinar as pessoas a cantarem.

Passamos agora para outro enfoque qual seja o da família do presidiário, do homem que sai da prisão e a dificuldade que ele encontra para trabalhar e ad. -se ao meio. Começamos com escolas e oficinas dentro do cárcere, ocupando os familiares. Logo que saem, são liberados e volvidos à família através do nosso patronato.

Com o ancião fizemos uma experiência fantástica e nos demos conta do sentido do serviço social. Pensávamos que íamos ter problemas com os anciãos e ação a cargo da Polícia Assistencial recorreremos a grupos de ajudantes e os banhamos; pensávamos que dariam muito trabalho, mas ao contrário, não podíamos tirá-los da água quente.

Vejam vocês (ilustração) este grupo de mendigos de Córdoba (se alguém se interessar por este tema em particular voltaremos ao assunto depois).

Quero, também, falar do nosso problema habitacional o qual assola o norte da província. Buscamos um sistema fácil, econômico e rápido para que as pessoas pudessem fazer suas próprias casas. Damos liberdade aos intendentes para escolherem a casa que tinham ganho aproveitando os recursos de cada zona. Fizemos uma amostra pelo sistema de esforço próprio e ajuda mútua. Nesta casa (ilustração) trabalham homens, meninos e mulheres aos sábados e domingos. Nos domingos há uma romaria de pessoas trabalhando. Aqui, vocês podem ver (ilustração) um casal ao final da tarde fazendo sua casa com esforço próprio e ajuda mútua» Estas casas, feitas por este sistema, não são sorteadas. Quem trabalhou mais, quer seja a mulher, a sogra ou o filho obtém mais pontos e quem tem mais pontos escolhe sua casa. Estas casas custam em média 311 dólares. Estas mesmas casas (ilustração), onde vocês podem ver grupos de familiares trabalhando. Para isso, damos o dinheiro de uma só vez e o intendente compra todo o material. Acabou-se a inflação. As casas são feitas em 11 meses aproximadamente. Nesta foto (ilustração) o senhor de Colorado é o intendente que trabalha junto com essa gente, que agora vive em Carpas. Era uma cidade importante antes da inundação e da tormenta. Estas casas (ilustração) de 40 m² estão sem terminar, lançadas em abril de 19 78 á U\$914 e em outubro/78 a U\$1.270, com copa, cozinha, dois dormitórios e varanda ao fundo. Neste programa a casa é concluída em 5 anos. Nós damos o bloquea dore a betoneira. Exigimos três requisitos: água quente, pi_ so e tetos fechados, piso de ladrilhos, de reboco e água corrente. Vejam vocês (ilustração), esta casa de u\$300 e esta que se está fazendo. Vejam a diferença de uma para outra. Elas tem um preço irrisório. Estas outras foram par te de um programa combinado a U\$545, mas o teto foi oosto pela saúde pública na luta contra as pragas ou seja damos todo o material menos o teto e a mão-de-obra que foram os próprios interessados.

Este é um bairro (ilustração) que se faz através de um projeto de centro experimental de habitações econômicas da OEA e em abril de 1978 saiu a 430 dólares a casa. Entretanto, não é muito boa por que a madeira não é propícia para o inverno. Todas essas casas possuem uma marca como esta (ilustração). Agora a construção mais barata custa U\$550. Aqui, nesta foto vemos as mesmas pessoas queimarem seus ranchos no dia que inauguramos as suas casas. Foi uma festa! Uma verdadeira fogueira de ranchos. Além deste tipo, temos casas a U\$511.

Concluindo, reafirmo que no sistema cooperativista existem conselhos regionais de promoção e ação social em cada zona da província; dividimos em 10 ou seja área metropolitana e os bairros da cidade. Cada conselho regional é presidido pelo intendente, tendo-se um representante de educação, um de saúde, um de promoção e três representantes de instituições privadas de bem publico: Rotary, Ação Católica, Lions, Caritas etc. Dair.os-lhe o Unheiro e eles a partir daí fazem seu plano no qual temos certa influência. Dificuldades nós encontramos mais nas grandes cidades que nas pequenas porque as grandes cidades resistem mais, estão mais desenvolvidas.

Aqui, vemos (ilustração) o Conselho Provincial de Cooperativas "mutuais" onde estão todas as federações de mutuários e cooperativas, fazendo programas de promoção cooperativista na província. Este outro é um Conselho de Esporte.

Em todo Programa todos tem a ver não se exclui ninguém, todos estão comprometidos hum programa de ação.

Lamentavelmente, por falta de tempo, não poderei mostrar-lhes a diferença de custos entre um menor internado e outros 300 que atendemos na rua, junto de sua família e depois dizer que este Programa com 4 anos de êxito

necessita de mais quatro anos para consolidar-se no resto do País.

DEBATES

DR. JOAQUIM COUTINHO - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia. O que está sendo realizado em Córdoba me deu a impressão, e foi muito enfatizado pelo expositor, que atua sobre as consequências dos problemas. Considerando-se que nós aqui, no Brasil, estamos tentando buscar soluções para os problemas das áreas periféricas e das zonas rurais, fico preocupado em que, atuando sobre as consequências e não sobre as causas, dentro de algum tempo, es-ses mesmos problemas que os senhores estão tendo em Córdoba se repetirão porque as causas que os provocaram não estão sendo solucionados. De maneira que a mim me parece que o aspecto assistencial e de pedagogismo poderá não ser a solução para os problemas fundamentais dessas comunidades marginalizadas. Gostaria, então, de perguntar ao expositor se outros organismos que atuam em outras áreas da Argentina, estariam decididamente com programas que buscassem soluções para as causas desses problemas.

DR. JORGE ARRAMBIDE - Nos temos tomado o problema social em suas causas e não suas consequências. Temos estabelecido contatos com bancos de desenvolvimento com a cooperação da pequena e média indústria, com o Conselho Nacional de Educação Técnica, de maneira a atacar o problema em suas causas porém sempre dentro das limitações que tem o Ministério do Bem-Estar Social, que é receptivo. Nos não temos acesso à fixação de uma política econômica nacional. Nela, indiscutivelmente gravitam circunstâncias que nós estamos longe de poder manejar. Buscamos, sim, na medida de nossas possibilidades comprometer todos os Estados do Governo, sem entretanto procurar os delineamentos gerais de to

dos os governos. Numa fixação de política econômica a nível nacional, não temos acesso. É impossível. Repetindo, nós tornamos o problema social atacando as causas e não as consequências. Não podemos atacar as causas que geram os problemas sociais. Isto já é decisão do Ministério Nacional.

CONFERENCIA ESCOLA

DE PRODUÇÃO

Prof Jacinto Blanco

COORDENADOR DA MESA - No início desta tarde, vamos ter a grata satisfação de ouvir o Prof. panamenho Jacinto Blanco.

O Professor Jacinto Blanco, como educador, trabalha no Instituto Centro-Americano de Administração e Supervisão da Educação do Panamá, tendo sido funcionário do Ministério da Educação Panamenho, trabalhado e participado efetivamente na implantação e implementação da reforma educativa naquele País.

O tema da sua palestra será Escola de Produção, Na verdade nós, educadores/estamos comprometidos com o processo de mudança social, em termos de produção, de que a educação seja uma fonte produtiva. Ê com maior satisfação e receptividade de que ouviremos o Professor Jacinto Blanco. Certamente a sua experiência internacional muito significará para o nosso trabalho e inclusive, subsidiará o PRODASEC Urbano para que as Secretarias, tanto aquelas que já participam do programa como as que dele irão participar a partir de 81, tenham enriquecidas as suas experiências, com a renomada condição de educador do Professor Jacinto Blanco. Portanto, transfiro a palavra ao nosso convidado e nós a receberemos com enriquecimento expressivo para nossos trabalhos e estudos.

PROF. JACINTO BLANCO - Companheiros educadores, para mim ê uma satisfação estar aqui com vocês para participar de um programa que tende a favorecer a população mais carente do Brasil.

Lamento não acompanhar a exposição, com filmes que ciariam a vocês uma visão mais ampla do que tenha sido a reforma educativa em Panamá em termos de Escolas de Produção. Esta falta se deve a problemas internos do Panamá que não permite a salda do País desses filmes.

Quero também comunicar a todos que trago comigo dois documentos. O documento um pouco mais espesso é dado à Secretaria para sua orientação. Nesse documento se encontra toda a filosofia, toda a política do Ministério da Educação quando se impôs, no Panamá, a Reforma Educativa.

É importante partir, nesta minha intervenção de que em Panamá e na Reforma Educativa, em particular, temos considerado que a educação, em nenhum País, é uma revolução.

A educação é inserta no âmbito da sociedade para apoiar as transformações que em outras esferas estão ocorrendo. Portanto, o que vou expor esta dentro de um círculo educativo, o qual não podemos perder de vista como um elemento de toda uma série de transformações que estão nascendo em Panamá.

A educação básica se inicia em Panamá num processo para romper a filosofia de consumo e outras políticas já existentes como produtos de assimilação do modelo de vida Norte-Americana e da antiga zona do canal de Panamá.

Pretende-se agora, com essa escola básica, criar hábitos de trabalhos manuais produtivos segundo a política de desenvolvimento nacional. Quero explicar novamente que a grande reforma se situa no plano revolucionário da política do País.

Para iniciar este processo, a educação básica de verá adaptar os modelos da escola de produção à realidade segundo a qual os estudantes uma vez que estudam, desenvolvem também em projeto de produção utilizando métodos de estudo - trabalho.

O papel que desempenha a produção nesses estabelecimentos escolares, a relação pedagógica, o estudo acadêmico, a atividade produtiva dos educandos.

É preciso que uma parte persiga em certa medida, um mínimo de qualificação técnica dos educandos.

De outra parte pretende-se também fazer com que a comunidade tenha uma produção que sirva tanto para a sua alimentação interna, como para a geração de certo excedente econômico, que lhe permita vincular a comunidade à atividade produtiva da região e do País.

Pretende-se, adicionalmente, incorporar por essa via produtiva, aos adultos da comunidade, assim como, ao jovem estudante, a atividade produtiva ao estudo, dado que seu aporte seja necessário ao desenvolvimento educativo, sobretudo, com o objetivo de desenvolver um certo 'efeito demonstrativo' sobre eles com relação a novas técnicas de trabalho comunitário. Convém levar em conta que a aula e a escola como unidades educativo-produtivas, seriam, o resultado da compatibilização entre os interesses e objetivos educacionais, e a produção, as possibilidades de autofinanciamento desse tipo de experiência, a relação com o desenvolvimento da região em que se encontra inserido o projeto educativo e os interesses pessoais grupais dos participantes.

É possível que a maior dificuldade para o desempenho dessa atividade provenha da pretensão explícita desse esquema de outorgar um papel ativo aos alunos, aos docentes, e a toda gestão empresarial produtiva. Isto é um problema.

Esta pretensão tem como principal fundamento uma necessidade de impedir uma exceção entre as atividades educativas e as produtivas a fim de não recair em esquemas habituais

que separam artificialmente a aprendizagem e as tarefas produtivas.

O mais aconselhável na função pedagógica proposta pareceria ser o emprego da força de trabalho própria da escola (alunos e docentes) e das famílias das quais provêm os alunos, e da comunidade total.

Quando se fala em comunidade, estamos nos referindo também aos pais de família, a toda comunidade, às organizações, às instituições e as autoridades também.

É importante ver que um dos benefícios maiores que temos tido nesse projeto de escola produtiva, é a participação de toda a comunidade. Nessa experiência indicam que essas organizações têm um papel de primeira ordem. As Juntas Comuns Locais são que coordenam com o Diretor toda a atividade. O Centro Social Urbano - CSU certamente completa a realização do projeto.

Em atenção a essa complexidade a escola de produção em Panamá, chegou a duas modalidades de projeto. Um projeto maior que se encarrega de toda a política produtiva a nível educativo e um projeto onde o estudante podia ter experiência produtiva, qualquer que seja a forma de vinculação da família com a escola produtiva. Todas as situações podem significar formas de participação do núcleo familiar do aluno e, portanto, de toda a comunidade. E a comunidade era responsável pela produção, pela manutenção de tudo que a escola necessitava, inclusive recursos didáticos. A escola pois funcionava de acordo com os interesses totais da comunidade. Eis um tipo de escola produtiva em Panamá.

Ha outros modelos de escolas independentemente dos projetos produtivos. Os pais de famílias e os membros comunidade vendiam à escola a sua força de trabalho; eles, ali

trabalhavam e a escola lhes pagavam. No tipo que se pronuncia, a escola servia para o funcionamento da escola e para o apoio de algumas famílias.

Outro modelo de escola produção, eram escolas onde os pais de família eram co-proprietários de alguns projetos de produção. Por exemplo, uma escola teria um projeto. Pais de família ou homens quaisquer iam trabalhar ali, faziam objetos e quando os vendiam repartiam o produto entre si e a escola. Há também escolas em que os pais de família eram cooperadores, participavam voluntariamente, na planificação, execução e comercialização de produtos.

Desta maneira, em 1977, ora todo o País, as escolas de Panamá chegaram a obter materiais agrícolas e, também, produção em pecuária. As diversas produções não eram semelhantes. Algumas escolas produziam arroz, outras soja, feijão, tudo de acordo com as necessidades da comunidade, da necessidade dos estudantes, da necessidade do Ministério da Pecuária.

Olhem bem, o estudo e o trabalho não somente deviam efetuar-se nas escolas rurais ou agrícolas. Em todos os casos existem escolas de produção polivalentes. É importante destacar isto; também em muitas ocasiões teríamos pais de família que, por questão de enfermidade, não podiam ir ao campo. Pelo que temos visto, a relação estudo-trabalho se dá não somente por uma produção e sim por um conceito de aprendizagem. É importante, então, que o estudante tivesse teoria e atividades práticas por isso muitas escolas de produção seriam polivalentes.

Orientações pedagógicas das escolas de produção.

A integração do estudo e do trabalho pressupõe

uma serie de requisitos pedagógicos, mínimos, que correspondem ao caráter produtivo do modelo de escola básica. Algumas orientações pedagógicas se incluem dentro da denominada Escola Nova e introduzem o conceito de trabalho como modalidade de aprendizagem.

Precisamente um dos objetivos que se persegue é alcançar maior adequação entre o conteúdo da escola e as necessidades do meio social, econômico e cultural. A escola produtiva torna o trabalho forma de aprendizagem. Esta orientação levará a transcender o caráter de mero recurso didático para projetar-se mais integralmente no meio, e lograr uma inserção mais efetiva na sociedade.

O desenvolvimento de formas de aprendizagem baseadas no trabalho produtivo, requer que isto funcione como um princípio ativo de todo o processo, cuja peça fundamental está na orientação de ser a produção núcleo significativo ou centro de interesse estrutural. A possibilidade de desenvolver qualquer tipo de atividade grupai na escola, ou na aula tem que ver qual a definição progressiva de uma tarefa comum por parte dos seus membros. Portanto, só se pode pensar em núcleos significativos ou centros de interesses como resultado de trabalho de grupo o não como proposta que o grupo recebe de fora. Quero dizer que o processo de aprendizagem radicará as organizações das atividades educativas e produtivas em função dos interesses reais do próprio processo grupai dentro da aula.

A aprendizagem não é uma recepção passiva de conhecimentos transmitidos por quem sabe, senão a ciência da adaptação ativa à realidade. Em síntese, podemos dizer, como definição do princípio de aprendizagem enquanto implica uma tarefa de síntese operada diretamente na interação dos autores da aula e da escola, que supõe a educação do aluno por meio do trabalho do aluno, por meio do trabalho produtivo individualmente em forma solidária com os demais autores. Dentro dessa concep-

ção de aprendizagem a gestão cooperativa aparece como conveniente para uma mais adequada resposta a demanda da realidade. Isto será mais possível na medida em que o produto é espontâneo da atividade grupal.

Para a correta orientação do modelo na realidade de Panamá com esta concepção de aprendizagem, organizou-se um modelo curricular que vamos ver em seguida.

O plano de estudo da básica realidade em Panamá está estruturado em três áreas. Uma área que denominávamos área humanística, com matérias como espanhol, ciência social, inglês, e religião. Uma área científica onde estavam matemática, ciências naturais, educação física. E outra área tecnológica onde apareciam a agropecuária, as matérias de indústrias e artísticas.

Essa estrutura do plano curricular facilita a coordenação da interdisciplinaridade entre elas: a organização do conteúdo do plano pela unidade didática. A unidade didática representa para Panamá uma estratégia para associar o estudo e o trabalho, um meio para integrar a escola a comunidade e também um meio para que os estudantes se vinculassem a um desejo de trabalhar. A orientação pedagógica das unidades didáticas, podemos resumir assim: realizar a educação integral porque cultiva o intelecto, a vontade, o sentimento, a ação para a vida social e moral, a orientação física, a conservação da inteligência e a aquisição de uma boa cultura. Também ajuda a viver melhor a realidade porque satisfaz os interesses dos alunos e lhes permite se integrarem melhor ao seu próprio meio.

Não são artifícios, senão dados concretos e reais da vida do aluno, da escola, da família e da localidade que despertam e mobilizam a atividade. Toda a aprendizagem se realiza sobre experiências concretas. Procurar que o aluno conheça e compreenda melhor o meio que o rodeia, e escolha a tarefa das unidades didáticas. A unidade didática pode definir-se como um conjunto de atividades de aprendizagem para determinado conteúdo temático e um determinado tipo de aluno, estruturado

de forma coerente que manifesta seu propósito e objetivo. Des_ te ângulo, o modelo curricular da básica escola produtiva con_ templa a oportunidade e a organização para que a aprendizagem se realize segundo esses critérios da pedagogia contemporânea. A minha experiência no Panamá e neste sentido, desde um diaq_ nóstico da comunidade, para cuja realização participa a comuni_ dade mínima. O diagnostico não é um documento qualquer, senão um elemento dinâmico para empreender tarefas de melhoramentos da com e formar conteúdos temáticos nos processos da aprendizagem.

Por exemplo, digamos que com a comunidade reali_ za um estudo sócio-ecômico; deste estudo surgem vários pro_ blemas; a comunidade decide em que ordem, de acordo com a sua importância e recursos, vão ser resolvidos esses problemas. Des_ de esse momento o problema se converte em ideia de interesse da comunidade que realizará as ações necessárias para resolvê_ los. Para a escola também se converterá em um ponto central pa_ ra a replanificação curricular das unidades didáticas. O inte_ resse poderá ser uma fonte de água pública, uma campanha de as_ seio, etc.

Em cada caso, em cada meio se dará um tratamento didático. Os docentes das diferentes áreas do plano de estudo, se reunirão para preparar as unidades didáticas correspondentes a cada idéia e interesse. De acordo com o modelo da unidade didá_ tica os docentes indicam quais os objetivos de sua disciplina que podem ser alcançados. Assim se implantarão as atividades de aprendizagem que facilitarão a realização do objetivo da co-munidade.

Resolve-se então, por um lado, que a comunida_ de está trabalhando pela solução de um problema e a escola es_ tá contribuindo também para a solução deste problema quando o vincula às atividades de aprendizagem, através das diferentes disciplinas. O trabalho por unidades didáticas ou a replanifi_ cação curricular em nenhuma forma deixa de lado o curriculum Na_ cional, porque a replanificação curricular ou as unidades, não

são mais que a adequação desse currículo nacional aos problemas locais da comunidade.

DEBATES

∴ *ANTONIO CABRAL* - Primeira pergunta: onde vai parar a produção que se dá na escola?

PROF. JACINTO BLANCO - A produção que se obtém na escola. O objetivo dessa produção é o seguinte: como essas escolas estão situadas nas regiões mais pobres do País, a elas chegam os alunos mais pobres sem que antes tivessem a possibilidade de ir à cabeceira de uma provincia. Portanto, em cada uma destas escolas, se instala um internato e nesse internato se instalam todos os alunos da área. Para pagar os gastos deste internato e custear os alimentos deste internato, portanto, uma porcentagem do que se produz na escola vai diretamente para o internato. Outra porcentagem é aplicada normalmente. Se a escola tem 150 alunos, por exemplo, calcula-se qual o consumo que, em um ano, deve ter essa escola; então, do que ela produz, essa quantidade de alimentos deve ir ao depósito para a manutenção desses alunos.

O excedente desta produção vende-se. Os pais de família participam na discussão do que se vai fazer com o excedente, do que se deve investir em material da escola, em infra-estrutura, em ampliação, são os pais de família que dizem em que se deve investir o excedente. Em muito poucas ocasiões este excedente vai para pessoa particular, tudo vai para o consumo ou para a ampliação do projeto.

Também há casos em que, quando há pais de famílias que não têm produção adequada em sua casa, a escola faci

lita parte do produto para que essa família em uma discussão com toda a comunidade, tome parte dessa produção. Esse é o destino da produção.

DR. ANTONIO CABRAL — Segunda pergunta: como se define o que se deve produzir?

PROF. JACINTO BLANCO - Devemos responder que a decisão do que se deve produzir em determinada escola não a toma o diretor da escola isoladamente, ele a toma com a participação dos assessores do Ministério e Desenvolvimento Agropecuário ou com os assessores que o Ministério da Educação envia.

Junto com eles a escola reúne os pais de família e discutem qual vai ser a produção do ano - quanto vai custar. Cada escola deposita tal coisa era tal quantidade. Essa decisão é dos técnicos, inclusive dos médicos também, porque cada escola de produção tem assistência médica regular. Os médicos vem determinar o nível nutritivo da comunidade e, de acordo com as necessidades que tenha de nutrição a comunidade, os médicos decidem, implantar tal coisa para melhorar a saúde das pessoas. O nível de produção não depende só de um elemento, mas da reunião de vários técnicos com a própria comunidade.

DR. ANTONIO CABRAL - Terceira pergunta: com que idade os alunos ingressam na escola?

PROF. JACINTO BLANCO - A escola de produção com preende 9 anos, de 1 a 9 anos; depende então em que idade ingressa o estudante, nessa escola de produção. Se o aluno entra desde o ano um então estará com 9 anos, se entra com 7 então ficará menos tempo.

Também podemos assinalar que há muitas escolas no Panamá que tomam alunos depois de 7 anos, somente de 7,8 e 9

anos. Estes alunos só ficam 3 anos. As escolas que só são para meninos de 6 a 15 anos, são escolas mistas. Em todo País, há 131 escolas desta natureza, agora também existe este tipo de escola que nos chamamos de educação média ou técnica profissional.

Mas com esses tipos de escolas a experiência é de menor extensão. A escola média técnica profissional também tem internato já para alunos de 15 a 18 anos. Alguns estudantes que têm facilidades vão a sua casa e regressam diariamente. Há outros que não têm condições econômicas e ficam no internato.

Quero, também, dizer o seguinte: no Panamá, na verdade, paralelamente à educação básica ou a educação transformada que se desenvolvia, como dizemos também, havia outro sistema não transformado. Havia dois sistemas porque as transformações iam nascendo pouco a pouco; não foi uma transformação total, senão pouco a pouco. O estudante panamenho, o jovem panamenho que é camponês é submetido muito rapidamente de sistema de exploração do trabalho lucrativo e abandona totalmente os estudos. O nível de escolaridade nas áreas rurais do Panamá apenas chega ao 2º grau, porque 602 dos educandos estão em escolas de 1, 2 e 3 anos somente, e assim vai ao trabalho, já, praticamente. Com essas escolas, esses alunos que vêm a escola, os pais de família não os utilizam mais em suas atividades produtivas, nos dias da semana; sem dúvida, quando esses alunos voltam sábado ou domingo à casa podem incorporar-se as atividades. Os pais de família nunca se queixam disso, muito pelo contrário, porque o aluno aqui na escola aprende novas técnicas, que vão empregar na sua casa também. As escolas polivalentes, em verdade, não temos muitas em todo o País, temos umas 9, são escolas onde há mecanografia para a atividade comercial, sapataria, marcenaria, carpintaria. Escolas desse tipo ajudam os estudantes a trabalhar em madeira, couro, à máquina, na contabilidade, etc.

PROF. TITO CARVALHO - Vou lançar uma questão principalmente quanto às escolas rurais que se dedicam a produção agrícola.

Há interesses bastante distintos quanto ao sistema de produção agrícola de um estudante de uma escola que se volta para uma renda financeira, ou para um produto alimentar sustente o restaurante da escola, diferenças grandes entre esse sistema o sistema utilizado por um pequeno produtor, ou o produtor rural que tem que sustentar as necessidades básicas da família. Então pergunto: não haveria muita diferença entre a técnica de produção utilizada na escola e a que devia ser utilizada pelo pequeno produtor para a família? Isto não poderia levar a ser o aluno capacitado para uma tecnologia que muitas vezes não é adequada ao produtor da região?

PROF. JACINTO BLANCO - Sim, por isso assinalei, faz pouco, que a produção se definia ou se decidia pela própria comunidade da região. Porque é a comunidade que conhece a tecnologia que está empregando, são os pais de família, é o Ministério do Desenvolvimento. O Ministério assessora tanto as escolas, como as Instituições Públicas e Privadas. A escola utiliza a tecnologia que o pequeno produtor está empregando. É a mesma tecnologia.

CONFERÊNCIA

A CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO NOS SETORES POPULARES E NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E NACIONAL.

DR. Jacinto Lechiguero Anton

COORDENADOR DA MESA - Dando início a programação teremos agora a conferência do professor Dr. Jacinto Lechiguero, sobre o tema: a capacitação para o trabalho como instrumento de participação nos setores populares e no desenvolvimento comunitário e nacional. Gostaria de frisar que o Dr. Jacinto Lechiguero é Diretor da Coordenação Geral de programas Especiais de Caracas, na Venezuela. Concedo a palavra ao Dr. Jacinto Lechiguero.

DR. JACINTO LECHIGUERO - Bom dia. Lamento profundamente não poder falar o idioma de vocês, sinto-me porém como em minha casa. Em quatro dias tenho aprendido a sentir e a viver o Brasil, a Bahia e Salvador. Quero agradecer sinceramente todas as atenções e gentilezas e especialmente a Antonio Cabral por fraver-nos dirigido, este amável convite, ao pessoal da recepção, especialmente a Senhora Judite e aos cavalheiros que têm sido meus companheiros de trabalho.

A exposição que traremos à consideração é uma experiência da Venezuela que, adqui e novas características, em face da nova concepção do Governo. Como todos sabem, recentemente, a democracia cristã, como o Dr. Luiz Herrera Campins, está dirigindo os destinos da Venezuela. Esta concepção está baseada na crença fundamental de que o povo tem os seus próprios valores, conhece suas necessidades e é capaz de encontrar soluções. Esta é a base de nossa ação, por uma organização para a participação, de tal forma que o homem se converta

em centro e meta da vida social, para seu próprio desenvolvimento social.

Estamos conscientes de que a marginalidade tem uma série de dificuldades sobretudo, para os muitos adeptos exigentes da teoria da libertação social. A pouca participação em todas as atividades da vida social, cultural, econômica, a existência de um sistema individualista onde os valores essenciais são aqueles ligados à questão econômica, a vasta organização social dessas comunidades de pouca estruturação inclusive de construção, a existência de um assistencialismo paternalismo no manejo dos problemas e o pouco acesso a educação e à participação da gestão do Governo a nível de comunidade, a nível regional e a nível nacional pareceu ser características fundamentais da marginalidade. As linhas estratégicas que empregamos para atender a marginalidade é em primeiro de um lugar atacar todos os aspectos dos fenômenos físicos-ambientais, sócio-econômicos, culturais, sociais, serviços etc. tentando alcançar a participação para o desenvolvimento, a participação do povo, da comunidade marginal, no desenvolvimento de programas educativos e para a sua organização¹. Para isso é preciso criar e estabelecer um sistema social baseado nos valores de solidariedade e cooperação. O modelo de participação, onde existe um programa ou projeto integral que coordena um fundo como na Venezuela, deve atender ao problema educativo, a coordenação de todos os programas deve levar em conta a participação nas relações institucionais, a participação de cada uma das instituições envolvidas na solução do problema na convicção de que não se pode substituir as funções de cada uma delas. O Ministério da Saúde tem os seus problemas de saúde e o Ministério de Prevenção Social tem lá seus problemas de desenvolvimento social. Para os problemas de reconstrução atenderá instituto específico que na Venezuela se INAVE (Instituto Nacional da Habitação). E cada um deles estará incluído no Programa e cada um deles cumprirá função que

lhe é própria, dentro de um contexto de participação e organização da própria comunidade. Será a participação do povo na promoção popular que dinamizará o Programa e o Projeto.

Não cremos que a educação seja a tábua de salvação ou que a educação seja a solução para todos os problemas; é porém um fator muito importante, um fator que não deve ser esquecido, que deve-se conceber dentro do problema, seja a educação formal ou não formal. Este é um grave problema para a maioria de outros países latino-americanos, pois confundimos a função da educação formal com a da educação não formal. A crença de que juntando, unindo ambas, se vá resolver os problemas das crises da educação formal. Existe uma pequena diferença na denominação da nossa palestra, que tem o título que passaram para o Brasil, e é o da conferência que proferi no 2º Seminário Internacional para o Desenvolvimento da Comunidade que se realizou na semana passada em Caracas. Para aquele seminário eu o considerei válido, para este Seminário, no Brasil não era válido.

No plano social é reconhecido o fato de que um dos problemas mais sérios que hoje em dia existem na América Latina é a urgência de compatibilizar os requerimentos de novas tecnologias para desenvolvimento econômico, com a necessidade de absorver produtivamente a crescente população continental. Sabemos também que importantes segmentos desta população tendem a ficar marginalizados dos processos produtivos modernos, o que se deve não somente ao nosso próprio incremento interno mas à qualidade poupativa de mão-de-obra, da tecnologia que estamos adotando. A magnitude deste fenômeno, e a complexidade de sua resolução determinam cada vez mais a atenção que se presta a essa temática, tanto nos universos teóricos como em termos de técnicas orientadas para uma resposta à problemática assinalada, como, por exemplo, os aspectos relacionados com a capacitação da força de trabalho não qualificado.

Pais Latino-Americano, a Venezuela enfrenta, em termos gerais, o dilema que acabamos de assinalar. Seguindo a pauta Latino-Americano, o processo de industrialização venezuelano gerou, em sua primeira fase, consideráveis migrações no interior do seu território, pela demanda de mão-de-obra requerida para ocupações não qualificadas, especialmente setores como construção e serviços. Se, por uma parte, aumentaram, os a esses migrantes e seus descendentes, por outra parte, as ocupações em que se engajaram foram por geral, instáveis. O fato marca a eclosão do fenômeno da marginalidade social no ambiente urbano. O processo alcança o ponto, em q complexo industrial por ser de capital intensivo, cessa de sorver mão-de-obra e, pelo contrário, começa, sistemática e *continuamente*, a expulsar uma força de trabalho que, antes, era ampliada.

Paradoxalmente, a expansão econômica experimentada pela Venezuela nos últimos tempos, como consequência de sua riqueza petrolífera o do incremento do produto, nacional bruto gerou uma demanda de mão-de-obra semi-qualificada e qualificada que excede a oferta de força de trabalho. O País se viu na dificuldade de enfrentar esses requerimentos, em face ou nula qualificação da mão-de-obra popular, em geral e dos setores marginais, em especial : Faz pouco tempo, ele apresenta vao quadro de permitir a entrada no País de pessoal qualificado ou semi-qualificado, mas não favorecia, de maneira particular, a incorporação da mão-de-obra nacional mediante programas de capacitação.

A magnitude do problema num País eminentemente urbano como a Venezuela, se retrata nas cifras constantes do inventário nacional de bairros, levado a cabo pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade e Fomento Municipal (FUNDACOMUM), em 1978. Estas cifras, que são parciais não constituem um censo propriamente dito., revelam a existência

em 1842 favelas marginais urbanas de 4.216.856 habitantes, dos quais só 1.215.674 eram economicamente ativos. Quer dizer que, estimativamente, 30% da população ativa residia em tais áreas, constituindo o grosso da força de trabalho não qualificado do País. Essa falta de qualificação da força de trabalho popular é motivo de preocupação para o Governo Venezuelano. Be fato, sem a capacitação desses recursos humanos e apesar da demanda de mão-de-obra no mercado de trabalho, não seria possível superar o desemprego e subemprego além da precária subsistência, por ser precisamente a capacitação um elemento chave para a incorporação do indivíduo ao trabalho econômico e socialmente produtivo.

A ausência desse fator dificulta, em grande medida, que esses setores populares logrem desempenhar um papel significativo, como indivíduos e como comunidades, nas transformações técnico-econômicas que o País requer. Por igual razão, eles não poderiam ser parte de um processo que, por meio do trabalho leva as pessoas, os grupos e as comunidades a uma real participação na organização econômica e social integrando-se ao processo de cogestão e autogestão.

Ao analisar as implicações mais profundas dessa problemática, o Presidente da República, Dr. Luiz Herrera Campins, anunciava a linha de política a seguir e a prioridade que hoje tem na Venezuela a capacitação da mão-de-obra popular.

"A função da educação no combate à marginalidade deve também subministrar capacitação e destreza da mais alta qualidade possível, para que o esforço que motiva seja suficiente e produtivo, criador e liberador, responsável e solidário, e possa o indivíduo beneficiar-se da ação promotora do Estado".

Esta diretriz consolidou na Venezuela a tese de que o Estado corresponde a tarefa de promover uma atividade do

cente, de caráter teórico-prático, que contribua para solucionar a problemática sócio-ocupacional. Diante do diagnóstico, há plena consciência de que o ponto crítico é a capacitação prioritária e maciça, da força de trabalho, representada pelas comunidades das áreas marginais e outros setores populares; é permitir a essas, pessoas, mediante um tratamento adequado e rápido, a sua incorporação ao processo produtivo. É cuidar dos requerimentos da industrialização desenvolver pessoal se mi-qualificado e qualificado. ASSIM como integrar cada vez mais as comunidades produtivas em ações de autogestão e coges, tão com a organização comunal.

A seguir veremos o que tem feito o Estado Venezuelano com e inatividade através do Instituto de Cooperação Educativa, INCE. Ao mesmo tempo serão examinados seus antecedentes e se fará uma avaliação geral, os resultados obtidos.

O INCE, organismo criado em 1959, tem como finalidade contribuir, para a formação profissional dos recursos humanos na Venezuela. É um Instituto autônomo com personalidade jurídica e patrimônio próprio, inscrito no Ministério da Educação, provindo seus ingressos das cotizações que, por lei, do . fazer as empresas, os trabalhadores e o Estado. Tradicional mente, o INCE tem-se limitado a capacitar pessoal das empresas através de programas de adestramento básico, de aprendizagem em ofícios e programas de formação profissional em centros e em empresas.

Em 1964, o País enfrentou um sério problema conjuntural de desemprego que obrigou a uma reestruturação do crescimento relativo dos vários setores para que se lograsse reduzir drasticamente a taxa de desocupação. Como parte deste projeto, foi implementado com êxito um Programa Extraordinário de Adestramento Juvenil levado a cabo pelo INCE, cuja meta foi a formação profissional de uns 60 mil participantes, todos eles beneficiários de um subsídio para alimentação e transporte. O

decreto que cria em 1974 o Programa de Ordenamento das Áreas Ocupadas pelos Bairros Pobres das cidades do País é um marco jurídico que estabelece normas que sistematizam o tratamento das ditas áreas configurando as unidades de ordenamento que incorporam grupos populacionais entre 5 a 20 mil habitantes, instituindo mecanismos de coordenação para canalizar todos os esforços dos diferentes organismos públicos em matéria de infraestrutura, serviços públicos, educação e capacitação para os habitantes das áreas marginais urbanas. Com a experiência de 1964, o INCE, em atenção ao quadro sócio-ocupacional esboçado anteriormente, começou, em 1977, a estender a setores populares e marginais sua ação capacitadora que recebe um decidido impulso na atual administração, em consonância com a política de atenção global às comunidades desses setores da população.

O marco de referência em que se insere esta ação, esta constituído, por parâmetros conceituais da necessidade de aporte pessoal, do esforço humano, da revalorização do trabalho e na promoção do homem como meta.

A respeito do primeiro, o Dr. Luis Murrera Campins tem afirmado que o papel do Estado é o de instrumento para criar e assegurar o conjunto de condições concretas que permitam a todos e a cada uma das pessoas e aos grupos sociais, alcançar o maior grau de satisfação possível. De acordo com esta linha de pensamento, se estimulará e promoverá a organização social do povo e o cultivo de todos os valores, atitudes e hábitos que permitam se viva uma democracia social, com um profundo respeito pela dignidade da pessoa humana.

Em relação ao segundo que se concebe como pilar dos estímulos descritos, enquanto processo de humanização e liberação crescentes, o Dr. Luis Herrera Campins em seu programa de governo tem exposto o seguinte: "no centro deste processo está o esforço humano que se deve dirigir à apreciação dos valores superiores com a variada gama de atividades que encon

tram acolhida e estímulo em nossa sociedade. O trabalho é o único meio de que o homem dispõe para projetar o seu próprio ser e participar da criação e extrair da natureza os recursos e requer para a satisfação de suas necessidades e para contribuir solidariamente com os demais homens, fazendo-lhes bene-ficiários do fruto do seu esforço".

Tudo isto expresso pelo Dr. Luis Herrera Campins culmina numa meta final, que é a promoção, o desenvolvimento integral e harmonico de todo o homem e de todos os homens, todo o povo e de todos os povos. O objetivo básico do desenvolvimento e a promoção do homem no maior grau de bem estar, de paz e justiça para cada homem e para cada família, para cada grupo e para cada região. Será esta a única medida que consideraremos válida para avaliar e orientar toda a política do nosso País.

Em consequência, a ação capacitadora e da essência do programa de Governo que executa programas de adestramento, em artes e ofícios, de capacitação técnica para homens e mulheres em locais situados dentro da própria comunidade margi-I, propiciando facilidades para que a população adulta possa complementar a sua formação, para atualizá-la e revalorizar sua capacidade criando-se novas alternativas de aprendizagem que incentivem e desenvolvam a criatividade, a operosidade e a constância.

Recentemente estas diretrizes foram incorporadas ao sexto Plano da Nação, o qual fixa entre outros os seguintes objetivos prioritários: no tratamento da problemática sócio-econômica e ambiental dos bairros pobres a consolidar, a aplicar-se durante o período de vigência do Plano (1981-1985). Superar as atuais condições técnico-ocupacionais e de capital amplos setores populares, com o objetivo de lograr sua plena incorporação ao trabalho social e economicamente produtivo e

desse modo garantir um ingresso suficiente, estável e de fornida permanente. Vincular as comunidades dos bairros às atividades de maior relevância dentro da tomada de decisões e gestão dos programas dirigidos ao tratamento da problemática, especialmente naqueles aspectos que se referem ao melhoramento da qualidade de vida e a consolidação sócio-econômica da população. É neste ponto, que cobra maior relevância a participação organizada da comunidade na problemática do trabalho e da capacitação para o mesmo. Os instrumentos são dados na lei orgânica do regime municipal, de agosto de 1978, que institucionaliza a participação da cidade na gestão dos seus próprios assuntos, dando às Associações de Vizinhos ingerência direta nas decisões que se tomam a nível local. Por outro lado, o Decreto Presidencial número 478, de 8 de janeiro de 1980 que dita normas sobre regionalização e participação da comunidade no desenvolvimento regional, estabelece no seu capítulo III, uma assembleia cujas finalidades são as: de auscultar as aspirações coletivas, emitir opinião sobre os planos de desenvolvimento e determinar os aportes que os diversos setores farão para sua execução. Nessa assembleia há 4 representantes das Associações de Vizinhos acima mencionada. Prevê-se uma futura e ativa participação dessas associações tanto no âmbito municipal, quanto no regional e no funcionamento dos mecanismos de capacitação para o trabalho.

Dentro dos parâmetros descritos, o instrumento utilizado pelo INCE para fins de capacitação da mão-de-obra popular se denomina "Programas Especiais" do qual sou diretor a nível nacional. A formação acelerada de mão-de-obra semi-qualificada e qualificada, constitui a característica básica desses programas, os quais se dirigem à população economicamente ativa de 18 anos ou mais, nos vastos setores populares, incluindo aquela que se incorpora no mercado de trabalho pela primeira vez.

O referido processo formativo compreendem 3 eta

pas de uma mesma e necessária frequência operativa; a primeira é a promoção, que consiste em motivar e captar o apoio da organização comunal, para aqueles indivíduos susceptíveis de ingressar como participantes na correspondente atividade docente do INCE; a segunda são os programas especiais e a habilitação ocupacional, que constituem a mesma ação capacitadora, em parte através de cursos de curta duração (de 40 a 200 horas), os quais capacitam os participantes em tarefas e operações semilificadas e qualificadas para ocupar um posto de trabalho ou desempenhar uma ocupação; a terceira tende à consolidação econômica e tem como finalidade orientar os participantes, fazê-los ingressar nos cursos de habilitação ocupacional com vistas a incorporação ao processo produtivo, seja de forma individual ou associativa.

Naturalmente uma formação profissional não se consegue rapidamente de um dia para outro. Para tal efeito está-se elaborando e afeiçoando uma programação docente que consta de cursos de curta duração (de 40 a 300 horas), segundo a especialidade, em áreas ou especialidades prioritárias, de acordo com os requerimentos que apresenta a diversidade regional da Venezuela, proporcionando aos indivíduos conhecimentos e habilidades elementares para que executem um trabalho produtivo e possam eventualmente melhorá-lo qualitativa e quantitativamente. Por outro lado, esses cursos realizam-se em locais situados nas mesmas comunidades permitindo que se integrem de imediato ao mercado de trabalho, seja numa ocupação por conta própria ou num, posto de trabalho semi-qualificado ou qualificado. Desde as primeiras tarefas que se abrem aos indivíduos matriculados há possibilidades de eles obterem alguma renda para subvencionar necessidades imediatas, contribuindo para subsidiar gastos elementares seus, e de suas famílias, motivando-os a continuarem um ulterior aperfeiçoamento ocupacional. As vezes, segundo suas aptidões e vocações, podem avançar na habilitação ocupacional lhes abra a porta até a eventuais cursos

de maior nível, de formação profissional propriamente dita, aperfeiçoamento e especialização. E também a habilitação ocupacional servira, mais adiante, como veículo para a associação dos participantes em empresas familiares, pequenas empresas, oficinas comunais polivalentes e outras formas de consolidação econômica, como cooperativas de consumo, cooperativa de reprodução etc.

Cada curso compreende (de acordo com o ramo e especialidade de que trate) uma série de tarefas básicas, que, por sua vez, envolvem outras tantas operações necessárias que racionalizam as funções e maximiza tempo e recursos para chegar a habilitar uma pessoa eficientemente. São também importantes as tarefas de relação entre os componentes e a segurança que são indispensáveis para maximizar as destrezas adquiridas. Compreende cada curso, também, a área de ética profissional que realça os valores e atitudes em que implicam o trabalho produtivo e organizado, sem deixar de lado a valorização do trabalho, pela dignificação desta função social.

Os cursos de habilitação ocupacional se dedicam a áreas prioritárias, artesanato, indústrias, assim como comércio e serviços. Nesses setores acham-se os requerimentos de postos de trabalho semi-qualificados e qualificados e ocupações em numerosas especialidades e ramos, tais como: corte e confecção (aqui temos corte e confecção de calças, de roupas para mulher, de roupas para meninos etc...), construção de placas e pisos, levantamento de paredes, frisos, instalações de esgotos etc.

Como vocês vêem, todo o processo da construção se acha dividido em módulos, porque cada um deles é um posto de trabalho, e ao mesmo tempo se a pessoa vai se capacitando em cada um de seus módulos, tem possibilidade de chegar a ter um ofício qualificado e mesmo uma especialização. Em metal-me

cânica: construção de estantes e vitrines metálicos; em mecânica de automóveis: reparações de freio, funcionamento de motores, chaparia, pintura e outras especialidades; em elétrica: reparação em instalações domésticas, reparação de aparelhos eletro-domésticos etc...; em carpintaria; construção de mesas e cadeiras, construção de portas e janelas, reparação de moveis; em oficinas: mecanografia básica, cartista, recepcionista de armazém; em distribuição: vendedores a retalho caixeiro etc.; em artesanato: fabricação de bonecos de pelúcia, fabricação de moldes de gesso, cerâmica rústica e todos os artesanatos nacionais. Está-se inaugurando um curso para estimular todo o artesanato nacional, retratando os próprios valores, de tal forma que o programa se adegue à realidade local, realidade regional e realidade nacional do País.

Os programas especiais do INCE sustentam a participação, das comunidades que devem integrar-se mais plenamente no processo de capacitação e entendem que as tarefas prévias e posteriores aos cursos de habilitação ocupacional, sejam enfocados de maneira tal que, através de uma forma adequada de promoção, as comunidades possam ser orientadas até a ulterior consolidação econômica dos formados. Como fase prévia de um curso, a tarefa promocional procura a capacitação de indivíduos suscetíveis de serem convertidos em participantes das diversas especialidades e que se podem habilitar a postos de trabalho ou ocupações prioritárias de requerimento imediato. O eficiente cumprimento desse propósito é possível mediante a veiculação, através da promoção ao nível dos estados, do INCE e da organização da comunidade. Nós temos uma estrutura nacional e regional; em cada estado existe um coordenador de programas especiais; para estes coordenadores temos estabelecido uma relação aproximadamente de 5:1; nessa estrutura temos instrutores, promotores, supervisor e coordenador; uma estrutura sumamente sensível e extraordinariamente funcional, porque o promotor e os outros, devem estabelecer uma meta de 60 cursos ao ano; ele de-

ve promover, organizar, supervisionar e orientar os participantes dos cursos; cada curso tem o mínimo de 15 participantes. Conclui-se que, se você incrementa a programação, incrementa o promotor a organizar 60 cursos, e assim manter a relação 5:1 entre coordenador e supervisor; e 10:1 entre promotor e instrutor. Assim pensamos que um promotor com 60 cursos ao ano pode perfeitamente supervisionar, promover e orientar os instrutores em funcionamento normal.

"O processo de consolidação econômica, o crescimento e a diversificação da economia nacional, exigem em primeira instância uma ordem de prioridade na organização docente e conseqüente esforço de consolidação dos participantes dos cursos de habilitação ocupacional dos programas especiais, que se dirigem a preparação básica dos participantes, individualmente, para postos de trabalho em empresas estabelecidas ou para ocupações produtivas no trabalho por conta própria".

As empresas familiares, surgem como alternativa do INCE, produto de uma experiência pessoal. Eu visitei uma favela e encontrei 5 pessoas fazendo sandálias: a mãe, a filha, o noivo da filha, o tio e o sobrinho. Perguntei: como vocês estão fazendo? Nós fizemos o curso de elaboração de sandálias no INCE, faz anos e dividimos o trabalho de elaboração das sandálias; ele prepara o solado, eu preparo os saltos, o outro prepara as tiras e Pedro que tem muita habilidade, faz o desenho das sandálias, porque nós não fazemos somente um modelo, isto é, cada vez fabricamos dez e voltamos a criar outro modelo. Voltei a perguntar: como vocês fazem para determinar a margem de lucro? Então a senhora me disse: a instrutora do INCE nos falava do custo da sandália e nos dizia que acrescentassemos 10%, 15% 20% ou 30% dependendo de quem a vendiamos; quando a vendemos a nossa família cobramos-o preço de custo, ao vizinho vendemos com 10%, a um bairro vizinho com 20%, quando sai da favela acrescentamos de 30% a 40%. E assim como o povo capta a filosofia da empresa moderna, ou seja, uma pequena empresa.

Estamos empenhados no desenvolvimento dessas empresas a nível nacional em todos os bairros, nas empresas familiares também em áreas polivalentes, e nas pequenas empresas. Estamos elaborando dentro dessa filosofia três folhetos. Em cada curso temos um modo de consolidação econômica final, ensinando ao participante como estruturar uma empresa familiar, como estruturar uma oficina polivalente e como estruturar uma pequena empresa. O folheto de uma pequena empresa inclui todo um processo de documentação a institutos credenciados. O mais importante é que temos que aplicar aqui, uma experiência pessoal de um projeto multinacional de educação de adulto, a famosa biblioteca interamericana em leitura complementar. Os folhetos que temos feito não contêm quase literatura, mas apenas uns desenhos, onde se diz: a empresa familiar se põe num círculo, e aí se coloca o desenho da mãe, do pai, do tio etc. e assim se localiza o conceito de estrutura, colocando cada um numa folha, e se diz o que cada um vai ser. Mesmo sendo analfabetos os participantes têm com capacidade de compreender o conteúdo do folheto .

Os programas especiais começaram a se implementar a partir do mês de setembro de 1977, passando, em 1979, a uma consolidação programada. Há três anos de seu início, é possível efetuar-se uma avaliação geral do resultado obtido. O quadro que vocês vão ver não vale a pena, pois a estrutura muitas vezes, atrapalha mais do que ajuda a compreender. Observa-se que passou de 79 0 para 1.708 o número de cursos nestes três anos. Porém, o desenvolvimento máximo foi no ano de 1979, quando houve incremento da ordem de 70%, e se prevê que atinja uma meta, até agora mais ou menos definida, de 6 30 mil pessoas, que equivale a 15 a 20% de capacitação nessa área marginal. Na execução é observada um crescente aumento, especialmente a partir de 1979, quando a relação entre metas programadas e executadas sobe 74%, em comparação com 47,7% e 38,3% no ano de 1979 e 19 78 respectivamente; no primeiro semestre de 19 80 a execução

alcança 54,2%. Em outras palavras estas cifras revelam que em 1979 e 1980, se incrementam notavelmente as metas e as prioridades dadas aos programas especiais, se concentram em uma execução mais efetiva e eficiente.

Em 1977, 13,5% e em 1980 14% foram os índices de gastos do Programa na programação total do INCE. O seu custo é assim irrisório, o que é uma grande virtude.

Quando cheguei ao Programa se produzia uma quantidade de produtos, vale a redundância, em função da capacitação que se apresentava. E eu disse; não, o assistencialismo e paternalismo, até agora, não têm resolvido nenhum problema a nível mundial, vamos vender os produtos elaborados nos cursos. Aos participantes são oferecidas alternativas; por exemplo: num curso de confecção de roupas para senhoras ou a cliente já traz a sua fazenda e nós providenciamos o restante dos materiais, ou então damos tudo e ela leva seu vestido já pronto.

Nós vendemos os materiais a preço de custo, porém o excedente vendemos com 15% a 20% em lojas didáticas, tal forma que a inversão se recupera em aproximadamente ou 80%.

O importante disto, é precisamente ser um Programa cujas características se adequa a realidade dos outros países em via de desenvolvimento, e fundamentalmente à daqueles que têm problemas de caráter financeiro, por que o que eles investem é revertido em produtos. Estimamos aproximadamente 194 dólares para cada curso.

Quando cheguei ao Programa defrontei com uma triste realidade: em cada Estado havia um curso com diferentes conteúdos, para se fazer quase as mesmas coisas, porque nas_ ceu como tudo que nasce noutros países, produto da imprevisão,

produto às vezes de capricho de uma pessoa ou produto do poder. Então, ao não serem definidos alguns contornos elementares não cremos na elaboração extraordinária.

Apesar de ser técnico e um grande amante da tecnologia, tenho medo dos tecnólogos, pelo mau costume que têm de complicar as coisas mais ainda do que são.

Depois de três anos de experiência, na atualidade se trabalha aceleradamente na normalização dos conteúdos programáticos desses cursos. A primeira etapa culminará no fim do presente ano, depois de efetuar-se uma análise comparativa da situação apresentada pelo curso de habilitação ocupacional nos diferentes Estados e Territórios Federais. Está sendo realizada uma troca de informação dos diversos cursos atualmente em processo no País, com vistas a elaborar catálogos de cursos como uma mostra que teremos que organizar. Este catálogo contém denominações específicas do curso (o problema é que uma mesma instituição não poderá dar dois diplomas que tenham o mesmo nome e cujo conteúdo seja distinto, ou seja, um diploma que se dava a um ofício de 3.000 horas dava-se a uma pessoa que teria 200 horas de formação profissional); haveria que dar uma denominação específica, exemplo: construtor de placas, construtor de paredes, construtor de frisos, algo que oriente os meios de produção. A importância disto é que os promotores regionalizados tem 2, 3 ou 4 favelas para atender; tinham que estudar as empresas instaladas nessas zonas, ver quais os postos de trabalho que requerem as empresas, conversar com elas e ver quais as necessidades dessas empresas, pois não se justificava a preparação de mão-de-obra para a desocupação, para a imigração; não teria sentido, pois nossa capacitação deve ser de mão-de-obra para as necessidades da região, próxima ao lugar onde vive, e que seja preparada para uma ocupação que possa desenvolver dentro da sua comunidade.

Temos estabelecido cinco prioridades básicas: alimentação, vestuário, habitação, serviços e outra de que não me recordo agora.

Esse catálogo tem requisitos mínimos de admissão, porque para que haja promoção humana implica estabelecermos essas exigências. Você quer fazer tal curso? tal curso exige que se tenha no mínimo o 4º ano primário. Existe uma grande gama que somente requer saber ler e escrever e, em alguns, até isso não é necessário, porque realmente para se fazer por exemplo boneco de pelúcia só se requer cortar e cozer.

O programa de cada curso, está composto a nível de tarefas, operações e passos. Nestes passos estão a guia do instrutor que tem de saber como deve ser o processo, ou seja estabelecer o tempo de realização para cada tarefa, as ferramentas que requer tal equipamento; isso define e ajuda a didática de que vão necessitar. Também estamos estruturando para cada curso, uma lista com anotações básicas de maquinários, equipamentos, ferramentas e materiais de consumo.

Alguns cursos em uma zona saem mais barato e em outras zonas mais caro, vamos estruturá-lo de tal forma que sejam iguais, na Bahia, em São Paulo e Recife etc; o curso é o mesmo e tem a mesma estrutura.

Vamos elaborar manuais operativos praticamente sem literatura, simplesmente vamos anexar uma breve resenha histórica do posto de trabalho e do ofício. Esta análise ocupacional vai atender aos elementos que mencionei, análise a nível de tarefa e operações tecnológicas básicas indispensáveis.

O de que uma pessoa necessita são conhecimentos, habilidades, atitudes e comunicação requerida em relação direta, com exercício de posto de trabalho, de ética profissional e legislação elaborada para determinar e concretizar a sua

obrigação em determinado posto de trabalho. O posto de trabalho tem um precedente, um antecedente e um subsequente. Então, há uma série de coisas que temos que saber antes e uma série de coisas a aprender depois; por exemplo: se eu sou um reparador de direções mecânicas e ocorre um dano num carro Ford, tenho que ter alguma especificação, pois agora as direções dos carros já não são mecânicas e sim de caráter automático. Mecanismos operacionais a nível central; a experiência obtida que a unidade a nível central tenha como objetivo a tarefa de dirigir, coordenar, planejar e supervisionar o desenvolvimento dos programas, sendo funções específicas entre outras as seguintes: planejar, dirigir e controlar a formação da mão-de-obra qualificada, para desempenho do posto de trabalho de uma ocupação nos setores da indústria, artesanato, comércio e serviços, produção e conservação de alimentos. Planejar, coordenar e controlar as atividades executadas nas áreas de valorização dos programas. Dirigir e coordenar a formulação dos programas dos cursos à nível de habilitação ocupacional e toda uma série de coordenações com outros organismos inclusive coordenar a nível correspondente a obtenção de recursos financeiros e materiais para uma eficiente execução.

Temos a seguinte experiência: se o município vai construir uns módulos policiais, falamos com outros municípios e estes nos provêm de toda matéria-prima, em troca de construirmos os módulos policiais, e nestes repararmos por exemplo o hospital etc. Então preparamos 5 cursos de construção e reparamos o hospital, a custo irrisório. Se tivéssemos de contratar uma empresa, o custo de mão-de-obra seria absolutamente caro, então assim cobrimos todo o custo de construção e todo custo do material, e se prepara o hospital.

Se o Conselho Municipal de um bairro, quiser construir uma sede em locais deste bairro, vamos incentivar o pessoal do bairro a construir, com os materiais que provêm do Con-

selho Municipal. Aí se vêem as possibilidades reais de coordenação inter-institucional, inclusive, se houvesse um modelo para a saúde pública, para aplicar injeções, para poder vacinar **etc.** . . Isto é uma evidência de como age um mecanismo de participação e como a comunidade pode realmente participar da solução de seus próprios problemas.

Existem outros detalhes, que vocês podem ver com mais calma a nível regional e estadual, os quais se minimizam porque a nível regional o que existe é um coordenador geral de programas especiais e, dependendo do volume, 3 a 4 supervisores técnicos na assistência administrativa. Então, à medida que a estrutura sobe, a relação entre burocracia e produção, diminui. A relação de que falamos anteriormente é de tal forma que estamos buscando uma percentagem equivalente a 75% para os elementos de produção e 25% para elementos de administração e técnicos. Essa é a ideia essencial que estamos considerando que possa ser.

No INCE estive enfrentando um problema muito grave, o mesmo problema da educação formal e não formal, entre a habilitação ocupacional e formação de ofícios. Mesmo que vocês não creiam, somos a semente da nova revolução e por isso tere-mos tantos inimigos porque a resistência à mudança, é incrível, como disse muitas vezes, ainda que não me dê com culturólogos, na concepção do mundo, na concepção da democracia como sistema de Governo Latino-Americano. Europa e Ásia deram tudo que podiam dar e não dão mais. O imperialismo Norte-Americano já nos deu tudo que podia dar em tecnologia; todos os dias esta-mos dizendo a mesma coisa; tecnologia já não dá mais. Então, somos nós que teremos que buscar nossos próprios modelos.

Provavelmente nisto o problema grave é o de recursos humanos. Nós estamos implantando a elaboração técnica e de capacitação para o instrutor, o promotor, o supervisor e

coordenador, em suas funções específicas que têm que ser, e co-mo tem que ser. Para tais efeitos já está em processo de finalização. O promotor está elaborando com o instrutor, não tendo do problema porque é o mesmo curso o que vai ditar e ensinar. Simplesmente aprende-se a fazer bonecos de pelúcia e depois ensinamos a desenhar estes bonecos, não requerem escolhas novas, nem curso instrucional, e nem novos termos. Isto é o que se repete muito, os americanos trocam os nomes, e se divertem muito; quando falamos de análise, de tarefas etc, eles falavam de cursos instrucionais, apenas um nome mais bonito.

Estamos pensando em cursos que são realmente práticos, de pouco tempo e que ensinam a pessoas o seu trabalho. Para isto requerem processos de reciclagem permanente, porque o instrutor que vai para uma zona marginal, não é o instrutor de um centro, com mentalidade e ambiente distintos. Por exemplo: num bairro distante, (nem por isso deixamos de dar o curso todos os dias) tínhamos que pagar pedágios (uns bolívares diários) e na porta do salão ficavam marginais, outros fumando maconha, então nós damos uns bolívares e eles se vão, sem problemas. Porém essa mentalidade, essa concepção de trabalho social, tão difícil para compreender pelos burocratas, pelos que vivem pensando e tendo a mentalidade imperialista, e pelos que têm mentalidade conservadora, este tipo de trabalho requer uma formação.

Iremos informar o seguinte fenômeno: do ponto de vista profissional é muito difícil não profissionais trabalharem neste Programa. Nossos instrutores, a maioria está entre o 6º ano e o curso médio, agora também aceitamos os que estão para se formar. O lógico seria que se conseguisse um maior nível, mas não importa, estamos alcançando algo importante.

Para finalizar direi o seguinte: a experiência ou vivência que temos definido no marco conceitual em seus an

tecedentes e em seu processo de concretização, representa um aporte em busca de soluções para uma realidade universal. Até agora, nós havíamos ficado em declarações enunciativas e em de-nuncia das causas e dos efeitos do fenômeno da marginalidade urbana e rural. Temos passado do fatalismo existencial à com-preensão do fenômeno, e a um processo de definição global, on-de se pode captar os fatores interrelacionados de independên-cia, codependência e interdependência casual que definem o fe-nômeno da marginalidade.

Um modelo baseado na convicção de que o ser huma_no, individual e globalmente considerado é capaz de cempreen der a expressão do filósofo, "Eu sou eu e minhas circunstân cias", e de buscar, implementar e implantar soluções sentidas e/ou prioritárias em sua comunidade, está sendo estruturado e experimentado na Venezuela. E exposto a nível internacional pa ra que promova a certeza de que a longo prazo, crescemos to dos, não sem antes sofrer sérios traumas que podem pôr em peri go a civilização do que temos denominado de planeta terra.

Basta ler a imprensa nos últimos dias, para ob servar o planejamento de uma guerra atômica entre a União So viética e Estados Unidos.

O modelo de participação dentro da perspectiva do Estado promotor cria mecanismos que potencializam os proces_sos de conscientização mediante os quais se promovem a autoges_tão e a cogestão do Governo. Como expressa o Primeiro Magis-trado Nacional Dr. Luis Herrera Campins, "a participação é a forma de presença ativa de um povo que não delega sua faculda_de de pensar de atuar e de criar. Politicamente portanto, a democracia participativa congrega o esforço para que o poder não se exerça somente em nome do povo, ou então para o povo, c sim que atue com o povo exercendo-o tão profundamente no siste ma que o governo, mais que o representante do povo, seja seu expoente".

Permita-nos finalizar nossa exposição, trazendo uma frase de nossa riqueza autonoma Centro-Americana, que em si mesmo reflete a inspiração e guia de nosso pensamento Latino-Americano e Universal, a riqueza de nossos próprios valores e sua necessária projeção e concretização histórica e social. "Que todos se levantem, que se chame a todos, que não haja um, nem dois, nem três entre nós todos que se queira deixar ficar atrás dos demais". Muito Obrigado!

COMUNICAÇÕES

COMUNICAÇÃO

EXPERIÊNCIA DA ESCOLA SALESIANA DO TRABALHO Pe. *Lourenço Bertolusso*

Pe. LOURENÇO BERTOLUSSO - Pretendendo respeitar religiosamente o tempo que me foi destinado, vou dar so traços bem genéricos da experiência que estamos vivendo na Escola Salesiana do Trabalho, em Belém do Pará. é uma entidade particular, pessoa jurídica própria, parte integrante da coligação salesiana. Começou a ser planejada e aos poucos executada, há 20 anos, como resposta de um lado, à situação de uma multidão de menores carentes concentrados na periferia da cidade e, do outro, a missão específica dos salesianos. Seu objetivo é uma ação tipicamente preventiva em favor de menores menos favorecidos localizados na periferia da cidade grande, no sentido de atender às suas exigências fundamentais para um crescimento normal e autêntico, e um inserimento válido na sociedade como elemento de transformação e libertação. Está localizada na periferia da cidade de Belém. Tal localização permite o fácil acesso dos clientes da obra e ajuda, ela própria, a uma convivência e integração com eles, alimentando a sensibilidade aos problemas, a constante preocupação de adaptação às situações, a avaliação dos seus objetivos e métodos. Com vistas a uma resposta às exigências dos alunos, a escola oferece atendimento diversificado.

Assim, alguns alunos são internos (100) quando não existe o amparo familiar; outros são semi-internos (280) quando essa forma parece resolver a situação precária; finalmente, outros são externos (500), quando existe família, mas sempre em condição de muita pobreza e até de miséria.

A determinação da forma de atendimento está a cargo do serviço social da escola, sendo que o internato é sem

pro considerado uma solução transitória, e o aluno passa a ser semi-interno ou externo logo isto pareça possível a uma re-
'ação na família própria ou substituta. Todos os alunos são do sexo masculino e estão na faixa etária de 12 a 18 anos. Nação e administração da escola está a cargo de uma família de religiosos. Colaboram com eles, desde o início, voluntários inicialmente vindos de fora, atualmente da própria região, movidos por sentimentos de colaboração e de doação. Estes conservam na obra a característica, a fisionomia de ajuda e oportunidade oferecida desinteressadamente e ao mesmo tempo contribui para o clima da família, sem a qual, consideramos impossível uma verdadeira educação. Conta ainda a escola, com uma equipe de professores, a nível de 1º grau, pertencente ao quadro de funcionários da Secretaria da Educação do Estado do Pará, com a qual mantém convênio. Finalmente trabalham na escola outros empregados, instrutores de oficinas, estes, em sua maioria, antigos alunos.

Vou deixar de lado as orientações pedagógicas e a filosofia de ação educativa que orienta qualquer escola, e colocarei o aspecto de ensino de formação especial através do ensino profissional que se dá em dois momentos:

19 - Para os alunos com escolaridade além da 5ª série e com idade superior a 14 anos. Pela tarde oferece-se um curso profissional regular e metódico. Junto a SEDUC foi encaminhado um processo requerendo autorização oficial para os cursos nos moldes da lei de ensino em vigor como cursos supletivos profissionalizantes a nível de 1º grau. Conta o curso de um total de 1.200 horas entre disciplinas teóricas (matemática aplicada; ciência; desenho; educação social; tecnologia) e a prática de oficina. Vale salientar que os nossos cursos têm características prevalentemente práticas, nossa preocupação é habilitar o menor carente para o inserimento imediato no mundo do trabalho, como condição de sobrevivência pa

ra si e sua família e como prevenção à marginalização, da qual acreditamos ser uma das causas e fontes a ociosidade em que vivem os nossos jovens, quando não têm possibilidades de estudo, de trabalho ou de lazer adequados. Quero insistir neste aspecto porque é fundamental. Na escola, nós visamos preparar o trabalhador direto na indústria, o operário, não o técnico. Não temos a preocupação de colocar bases para o 2º grau, nem mesmo para a Escola Técnica e, menos ainda, para faculdades. Alguns dos ex-alunos continuam a estudar a nível de 2º grau no período noturno, garantindo, entretanto, os recursos necessários para a vida através de atividades profissionais exercidas durante o dia.

29 - As instalações, pela manhã, ficam a serviço de menores, normalmente internos ou semi-internos, que já tendo uma certa idade, sem a escolaridade exigida para os cursos profissionais, precisam, entretanto, urgentemente se habilitar ao trabalho. Para estes, sem forma intensiva, são ministrados ensinamentos básicos relativos a profissão e exercícios práticos juntamente com educação para o trabalho. Temor menores abandonados, carentes, que já vêm a escola com uma escolaridade muito diferenciada. é bastante frequente o caso de aluno que chega com 15 ou 16 anos, ou é analfabeto ou fez a 1ª série primária. As vezes no interior, ainda mais ou menos bem feita, mas já está com 16 anos; ele não pode ficar na escola muito tempo porque a escola tem por limite de idade 18 anos. Por outro lado, para ele não seria válido, nós achamos, ficar só no ensino de 1º grau; então, apesar de não ter escolaridade, nós damos a ele curso profissionalizante, durante um ano, dois ou três, que ele pode dispor para, passar na escola. Isto, fora do sistema de ensino profissional regular. Na verdade, a Escola Salesiana do Trabalho considera de capital importância para os menores de nossos subúrbios, a educação para o trabalho, a educação do trabalho. Assim ela se preocupa para que cada um dos seus alunos queira trabalhar, saiba trabalhar e possa trabalhar de uma forma digna e dignificante.

Que ele queira trabalhar. Pela experiência educacional que tenho, posso afirmar, que quando se chegar a mentalizar o menor carente de que trabalhar é bom e é necessário e é bonito, quando ele se convence disto, sobre isto, pode-se construir e vai ser fácil construir. Deverá a escola orientá-lo no sentido de não só aceitar o trabalho como uma necessidade e um dever, mas desejá-lo como uma forma de realização numa, como uma expressão de próprio amor aos outros, como meio de contribuir para a continuação da obra criativa de Deus, colocando a natureza e suas forças a serviço do homem.

Que saiba trabalhar. Para isso, é necessário prestar a eles um serviço importante, dando-lhes a possibilidade de render, criar e manter estruturas e colocá-las ao seu dispor. Não vou ter tempo de passar diapositivo mas, posso dizer que as oficinas, apesar de estarem à disposição de menores carentes, são boas e fazemos questão que eles encontrem na escola, estrutura, máquinas, equipamentos que vão encontrar na indústria. A nossa escola, na sua modéstia, foi aquela que trouxe a impressão tipo off set" ao norte do Brasil, e na região, as gráficas só puderam passar para esse tipo de impressão, porque nossos alunos eram preparados para tanto. Podem verificar, fazer a estatística: quem tem gráfica na região, com sistema de impressão "off set", tem funcionários, na totalidade, ou quase, ex-alunos da escola.

E finalmente se interessa para que ao terminar o seu curso, encontre emprego adequado, onde possa com dignidade exercer suas atividades com competência, satisfação, e entusiasmo. Adianto que ao sair da escola, os alunos que terminam nosso curso agora, encontram imediatamente emprego. Belém está num crescimento tal que absorve todos os rapazes que saem da escola. Dá-se uma coisa até muito bonita, para nós compensadora, nesses meses de agosto e setembro vêm telefonemas das empresas perguntando: quantos formam em mecânica? quantos em

gráficos? quantos em eletricidade? eu quero dois, eu quero três. Eles já se inscrevem para receber alunos. Quando saem da escola, nós os encaminhamos, explicando ao industrial que não são técnicos acabados, que são menores, que têm base para um crescimento melhor na empresa porque fizeram cursos que eles têm bases para um crescimento na técnica, que basta experiência para completar o homem trabalhador.

Todos os menores que frequentam os cursos profissionais, estão praticamente ocupados o dia inteiro. Consideramos esse fato de extrema importância ao fim da educação - uma constante atividade, adaptada à idade, sabiamente orientada, exercida em clima de abertura, de liberdade e espontaneidade, facilita, sem dúvida, o crescimento sadio e integral. Queremos dizer que uma escola que ocupasse os alunos em atividades exclusivamente teóricas, pelo período de 3 horas diárias de aula, marcadas pela monotonia, pelo desinteresse, com a única meta de passar com nota suficiente nas periódicas avaliações, seria em falha, ao menos pelos menores do nosso subúrbio e não ajudaria muito para preveni-los da marginalização. Também nisso afunda as suas raízes, ao nosso ver, o número sempre crescente de menores em situação irregular. Essa situação toma dimensões bem mais alarmantes quando verificamos que a família, nas periferias da cidade, raramente está devidamente estruturada e com capacidade para exercer sua inalienável função na formação da pessoa humana. Os meus alunos (60 e mais por cento) vêm de família não estruturada. O caso muito comum é da mãe solteira, que não só teve um filho, mas dois, três, cinco, seis e oito e continua solteira ou então o caso de família bastante numerosa que o pai abandona, deixando a mulher em situação de miséria com cinco ou seis crianças menores para sobreviver.

O recrutamento dos alunos da escola processa-se de forma diferente para os vários setores. Os que são atendidos em regime de internato e semi-internato, são encaminhados

à escola pela Fundação do Bem-Estar do Pará, com a qual a escola está em convênio anualmente renovado. Os que são atendidos em regime de externato, são selecionados pelo Serviço Social da Escola, através do seguinte processo: um questionário é encaminhado a família do candidato, cujas respostas permitem o conhecimento da situação familiar, social e econômica; os que apresentam as condições exigidas são submetidos a um teste de interesse e aptidão; finalmente os alunos são individualmente entrevistados. São critérios definitivos para a seleção: a maior pobreza, a maior instabilidade familiar e aptidão para uma determinada profissão. O fato de não atender a todos os pedidos, e mesmo a todos os casos que, a nosso critério, deveriam ser atendidos, é motivo de preocupação e ao mesmo tempo de estímulo para um trabalho mais vasto e mais válido possível. Os alunos são atendidos gratuitamente, justamente porque são selecionados com base na carência financeira.

As de recurso para funcionamento da escola são: ajuda informal de doações de entidades - e de pessoas nacionais e estrangeiras, produção das oficinas, convênios com várias entidades (FUNABEM, Fundação do Estado, SEDUC, SUDAM, PIPMO, LBA) promoções e apelos a beneficência pública, e ou através atividades produtivas da escola. A produção das oficinas é significativa no setor gráfico; dessas oficinas, excluindo a aquisição de equipamentos, podemos afirmar que alcançaram quase a autonomia financeira. Em seguida vem o setor de marcenaria, que encontra na região a matéria-prima. Tudo que existe na escola foi feito e é conservado por esta oficina. É fácil a colocação no mercado de qualquer produto em madeira para uso familiar no meio pobre. Os pobres nas periferias, nessas baixadas, não têm mesas e muitos não tem cadeiras. Então o fabrico de cadeiras simples, de armários simples e de mesas é facilmente assimilado por todos os bairros vizinhos. Também tem um balanço financeiro equilibrado e oficina mecânica de automóvel. Houve para esta oficina uma participação da FIAT para

instalação, e continua haver um sentido de maior qualificação dos mestres. Há maior dificuldade do ponto de vista financeiro em relação às outras oficinas de mais longa preparação do aluno, antes que possa colaborar uma produção válida. Toda produção das oficinas é para atendimento a solicitações de clientes e é portanto de comercialização garantida. Uma exceção a isto está sendo feita no setor de eletrônica onde a solução mais fácil nos pareceu a montagem de rádios padronizados "kits" e oferecimento ao mercado local. A dificuldade para outras formas de comercialização, deriva da falta de capital de giro que permita a estocagem do produto.

Estamos cientes de que o fato da produção das oficinas é uma característica que distingue esta escola das outras, públicas e privadas, de orientação técnica e profissional. Entretanto, achamos necessário que ela permaneça nessa direção de escola-produção. Achamos pedagogicamente certo que o menor pobre, sinta-se de alguma forma envolvido no problema da manutenção da escola que lhe oferece a oportunidade de se preparar para a vida profissional. Usar ele de equipamento de certo valor que exija uma contínua manutenção e a renovação, gastar material de consumo necessário para sua exercitação prática, receber um ensino que evidentemente se torna mais caro do que o de educação geral, e verificar que o seu trabalho não é aproveitado comercialmente, poderá parecer uma forma de paternalismo absolutamente não educativo e uma exercitação desligada da vida profissional concreta. Mais tarde ele vai trabalhar para produzir na escola que ele está frequentando. Do ponto de vista didático, achamos também mais estimulante para o aluno saber que o seu trabalho irá para um cliente da escola, que tem direito de ser bem servido do que se soubesse que trabalha para obter uma nota, ou passar num teste, ou mesmo simplesmente para se exercitar.

Uma boa parte desses nossos alunos já está acostumada. a ajudar a economia doméstica e nos tempos disponíveis

se dedicam às várias modalidades de atividade lucrativa impedidos pela necessidade de sobrevivência. "Não estranham que na escola se produza o que é compatível com a sua condição de escola e se sintam como responsáveis nesta atividade. Esta escola precisa mesmo produzir. Trata-se de uma obra particular, que não conta com renda fixa nem com subsídios fixos, e atende às famílias que não podem pagar. Na verdade, como foi dito, todos eles são atendidos gratuitamente e são selecionados pelo critério da maior necessidade. A participação na manutenção da escola de que eles são conscientizados contribui para despertar nos alunos um verdadeiro amor pela sua escola, que leva ao respeito e à defesa de tudo que a ela pertence. Apesar de serem menores de pouca ou nula formação familiar, e muitos deles terem antecedentes menos bons nunca houve o caso de alguém ter estragado, destruído, prejudicado qualquer equipamento propositalmente.

COMUNICAÇÃO

PROJETO OPERÁRIO

Dra. Tereza Cristina Sã Barreto dos Santos

Antes de passar à apresentação do Projeto Operário desenvolvido pela Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco, vou fazer algumas colocações quanto a dados referentes a política administrativa dessa área e que vão facilitar, segundo creio, a compreensão da preocupação da Secretaria de Habilitação com qualificação para o trabalho.

Inicialmente dizendo que no Estado de Pernambuco existe uma Secretaria específica de habitação, que, me parece inclusive, não tem precedentes em outros estados. Esta Secretaria foi criada pelo atual Governo em abril de 1979 com base em motivações de ordens diversas: de ordem social, dada a dimensão, gravidade e possíveis consequências que o problema de habitação poderá acarretar; de ordem econômica, visto que, ativar o setor de habitação significa ativar um setor de construção civil altamente absorvedor de mão-de-obra e que, portanto, poderia gerar empregos; de ordem política em relação ao montante de recursos financeiros provenientes de uma meta de política governamental através do Governo Federal e que significava uma oportunidade de se fazerem circular no Estado recursos vultuosos que poderiam gerar excelentes oportunidades para o desenvolvimento.

Gostaria de apresentar, para que a gente fosse entendendo as condições e o porquê das preocupações com esse tipo de atividade, alguns fundamentos da política da Secretaria de Habitação, a saber: a) o programa habitacional deve perseguir o desenvolvimento do habitat, significando habitação integrada ao meio físico, político, econômico e cultural; b) programa habitacional que deve ser concebido e executado de forma

a maximizar as oportunidades, 'os movimentos da sociedade, induzindo e ajudando programas de desenvolvimento; c) deve gerar processos que conduzam à massificação da habitação popular, para suprir os atuais déficits qualitativo e quantitativo; d) a população de baixa renda deve ser efetivamente atendida mediante programas compatíveis com o reduzido poder aquisitivo desse segmento social; e) Secretaria de Habitação deve assumir o papel institucional de indução e viabilização da política de planejamento urbano; f) a comercialização das unidades habitacionais deve ser norteadas por um processo socialmente justo, fundamentado em critérios simples e explícitos; g) o programa habitacional deve manter o respeito à cultura local, pela participação da comunidade na concepção e execução dos projetos; h) deve ser direcionado para permitir o treinamento e absorção intensiva de mão-de-obra e ainda promover atividades produtivas permanentes (é com base nesse fundamento inclusive que vamos apresentar como foi concebido e vem sendo desenvolvido o Projeto Operário); i) deve ser dado apoio incondicional à indústria local de construção civil e de materiais de construção; j) a Secretaria de Habitação deve manter-se permanentemente atualizada no conhecimento do problema habitacional e das alternativas de solução.

A coisa pode parecer um tanto ou quanto fora do objetivo maior do grupo mas me parece importante para que se possa entender o porquê da Secretaria de Habitação cuidando dessa área. Esses fundamentos foram sintetizados num objetivo político da Secretaria de Habitação que também é relevante para compreensão dessa preocupação que significou deflagrar um processo de promoção e desenvolvimento do homem a partir da habitação. Isso quer dizer que para a Secretaria de Habitação, o objetivo não é fazer casa apenas, mas utilizar as oportunidades de cuidar de habitação que significa cuidar também do desenvolvimento da comunidade, da infra-estrutura e cuidar do abrigo. Tudo para que utilizássemos esforços e recursos mobilizando-os para gerar o máximo de desenvolvimento possível para o Estado

mediante uma estratégia que fosse voltada para as causas, que como se sabe, são problemas de emprego e de renda. Então, toda a atuação da política de habitação está voltada para gerar empregos e para promover a elevação de nível de renda.

A partir desses objetivos, desses fundamentos, a Secretaria se dispõe a conceber uma estrutura de programas formada por 18 programas, com 55 projetos. Esses programas e projetos estão voltados para diferenciadas clientela e modalidades de atendimento no que diz respeito a produção e comercialização de unidades habitacionais. Há uma série de outros projetos que convivem em paralelo e que são considerados de importância para a política de habitação, tais como o projeto de desenvolvimento de comunidades, o projeto de apoio à indústria local de construção civil, o projeto de formação e desenvolvimento de recursos humanos.

Na "Secretaria de Habitação ha um programa de formação e desenvolvimento de recursos humanos voltado para as diversas clientela que serão mobilizadas quer pela concepção quer pela execução e operação das ações de habitação. Isto se traduz em diferenciadas atuações ao nível do programa, uma atuação específica para o operário, voltada para a promoção econômico-social do trabalhador, voltada para os técnicos de nível médio. Atuamos sobre duas modalidades: uma que atinge a clientela de nível superior e outra de desenvolvimento gerencial que cuida de pessoal desse nível nos órgãos de Governo e nas empresas privadas. Dentro desse contexto de política e de estrutura de programas da Secretaria de Habitação é que surgiu o Projeto Operário.

O Projeto Operário, em termos de objetivos maiores, pretende a promoção profissional do trabalhador por intervenções de natureza educativa voltadas para a qualificação e para o emprego. A concepção desse programa pela Secretaria de Habitação, foi levada e submetida à consideração do BNH. Hoje ele

conta com o patrocínio do BNH pelo período de 4 anos previsto para sua execução mediante convênio e contratos anuais que vêm permitindo os recursos necessários. Esse projeto localiza - se na região metropolitana do Recife., composta de 9 municípios, com uma população estimada de cerca de 2.100.000 (população urbana), com duração no período de 1980 e 1983. O início da experiência foi em abril deste ano, e temos como atividades próprias do projeto: o qualificação de serventes que nós transformamos, por um processo educativo, em pedreiros, carpinteiros de obra, armador aperfeiçoamento de mestre de obras; o incentivo a uma procura de ofertas educacionais disponíveis no estado; um apoio à expansão e melhoria dessas ofertas; e uma atividade também voltada para uma caracterização especificidade desta clientela ofertas que são disponíveis. Esse programa se desenrola nos canteiros de obras dos conjuntos de habitação da Cia. de Habitação Popular do Estado de Pernambuco, a COHAB, utilizando o próprio momento da construção dos conjuntos para executar os projetos. Essa quantidade de ações foi dimensionada a partir de uma constatação, a nível de alguns contatos e estudos disponíveis da necessidade de mão-de-obra para essa área; estabelecemos então que capacitaríamos 40% de todos os serventes, envolvidos na construção dos conjuntos habitacionais, por meio do Projeto Operário. Essa meta, foi desdobrada em relação a programações anuais, que pretendemos implementar a partir desse ano.

As metas expressas foram: qualificar 40% dos serventes envolvidos na construção de núcleos habitacionais, no período de 1980 a 1983, mediante a execução de cursos nos canteiros de obras; promover a capacitação de 240 mestres de obras, transformando os ajudantes de mestres de obras em mestre de obras; identificar, treinar, mobilizar e cadastrar um grupo de mestres de obras para atuar como instrutores de cursos de qualificação de operários; conceber e executar campanhas anuais, visando a estimular os operários para o aproveitamento de ofertas de qualificação e aperfeiçoamento profissional; realizar uma pesquisa de necessidades e ofertas de capacitação de mão-de-obra.

Parece-me importante o fato de a Secretaria de Habitação dispor de uma situação que pôde ser utilizada, como uma situação de aprendizagem altamente favorável: a construção dos conjuntos habitacionais, cujas obras são canteiros da Secretaria. Através da sua Companhia de Habitação, introduzimos nos instrumentos de licitação uma série de condições que estabelecem a responsabilidade da iniciativa privada, responsável pela construção dos conjuntos. É portanto, um programa em que a Secretaria de Habitação junto com a iniciativa privada, as empresas de construção civil, estão com responsabilidades já previamente definidas antes que ingressem no canteiro de obras.

Vejamos, então, quais são essas responsabilidades, começando pelas das empreiteiras. Temos no edital, um caderno de encargos onde quem se habilita à licitação, já fica sabendo que existe o Projeto e que ele recebe um espaço do canteiro onde se vai dar a execução do treinamento das turmas do Projeto Operário. Essas turmas já são previamente definidas, de definição esta que tem uma correspondência com os lotes de construção dos conjuntos dependendo do número de unidades a serem construídas. É a Secretaria de Habitação quem seleciona o mestre de obras que funciona como instrutor. Um aspecto importante para viabilizar a experiência, é o fato de que o nosso instrutor é o próprio mestre de obra e com isso ele tem não só o conhecimento mas uma posição especializada. A ele cabe, também manter o pagamento desses serventes enquanto estiverem em situação de treinamento, fornecer também o material e o instrumental todo que é necessário. É mais importante ainda, porque significa a garantia do emprego que o Projeto permite é que o empreiteiro se obriga (e isso está expresso no contrato de trabalho assinado para todos os efeitos legais) a promover para as funções que foram treinados, todas as pessoas que a Secretaria de Habitação houver julgado apta e para as quais forneceu os certificados.

Em relação à carga horária nossa, é de 180 horas, em trabalhos, não aulas; que o menos é aula, o mais é aprender fazendo. Ele passa pelo processo todo próprio da construção e da forma de administração da construção, em horário integral durante 8 horas, em tempo contínuo, por um espaço de 180 horas.

O conteúdo definido para pedreiro (que é o caso do documento distribuído), tem como primeiro item, o uso da escala métrica decimal, inclusive que é coisa assim básica para quem trabalha nessa área e de domínio, conhecimento de poucos; o uso do ferramental; o preparo de argamassas, o assentar paredes, a parte toda de parede, azulejo, preparar locais para instalações hidráulicas; assentar combogós, meio fios. A polivalência dele não permite que o preparemos para um único tipo de atividade. Só fazer alvenaria, só fazer reboco, só fazer o piso, ou assentar a parte hidráulica. Ele realmente passa por todas as fases. Com a turma de carpinteiros, nós fazemos até a cobertura da casa. Sempre começa-se pelos instrumentos e pelos materiais instrumento básicos do serviço, para depois entrar na área de execução dos serviços próprios daquela função.

Em termos de custos, o Projeto é algo que nos parece bastante acessível. Estimamos isso a preço de 1979 e com alguns reajustes à base da UPC, porque trabalhamos com o BNH e essa é a nossa unidade de referência. O projeto deu um total de Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões) num período de quatro anos e está subdividido em relação ao tipo de atividade, qualificação, de aperfeiçoamento e das campanhas que serão feitas. É interessante ressaltar o custo unitário calculado para 1980, da ordem de Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) por aluno em relação à atividade de preparação de serventes. Isso significa, também, que desses Cr\$ 25,00 apenas Cr\$ 9,00 (nove cruzeiros) são investidos pela Secretaria de Habitação e o restante Cr\$ 16,00 (dezesseis cruzeiros) é a própria iniciativa privada quem está assumindo; o de aperfeiçoamento de mestres de obras e da ordem

de Cr\$ 27,00 (vinte e sete cruzeiros). Temos, inclusive, intenção, dado que a lei 6.297 permite, de, a partir dessa experiência, tentar levá-la a outros níveis de construção e para outras empresas nessa área, no sentido de que elas assimilem esta atividade. Há no próprio Projeto uma atividade voltada para dar assistência a essas empresas no sentido da formulação de programas de preparação que possam ser enquadrados nos incentivos fiscais da Lei 6.297. Isso, é um começo, com o qual se pretende não se ater apenas ao nível dos operários, mas tentar progressivamente expandir para outros níveis que sejam importantes para o fortalecimento das empresas, inclusive por conta de um Programa que me referi, de apoio à indústria local que visa a sua expansão e ao seu fortalecimento.

Das 1.500 pessoas que temos que treinar durante o período de 1980, (para cada mestre-de-obra 15 alunos, ou sejam 100 turmas por ano) , a situação atual é a que está expressa no quadro (ver o documento escrito) o que significa que já foram preparadas 49 turmas. Com nosso Programa começou, de fato, em abril, após a celebração de convênio com o BNH, Departamento de Estudos e Pesquisas, que está financiando, copatrocinando o Projeto junto a Secretaria do Habitação, inclusive do ponto de vista financeiro, com maior encargo, desde que 70% dos custos são por ele financiados. Fizemos, então, até agora, 49 turmas, o que significa 741 pessoas treinadas e estamos com um cronograma de complementação dessas turmas até o atingimento da meta que foi estabelecida, distribuída entre os meses de setembro a dezembro (serão mais 54 turmas).

Talvez faltou um pouco de fazer a idéia de que esse Programa de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, no que diz respeito ao Projeto Operário, está integrado a um Programa-fim da Secretaria de Habitação que é de produção e comercialização de conjuntos urbanos e esse Programa por sua vez, está integrado às ações metropolitanas no sentido de que a expansão urbana não se dê como mancha contínua que faz surgir as periferias desordenadas, mas que haja nucleações. O Programa

o caso, em termos de Região Metropolitana, far-se-á em relação à nucleação Oeste, onde será instalado o segundo polo metropolitano, a nucleação norte, onde está previsto o terceiro polo e à nucleação sul, o quarto polo. Isso significa cerca de 60.000 unidades que serão construídas da forma clássica, como se conhece de COHABS, e é em função dessa forma que se respalda o Projeto.

A metade toda da Secretaria de Habitação é da ordem de 100.000 habitações, mas aí entrando a recuperação das sub-habitações em termos de assentamentos irregulares e também o programa de habitações rurais e de interiorização. O Projeto Operário foi uma oportunidade para a Secretaria de Habitação no sentido de que, ao construir; seus conjuntos houvesse um aproveitamento da oportunidade para se qualificar uma mão-de-obra que teria uma segurança de mercado e, por enquanto, de emprego. Por que isso? Primeiro, por conta da dimensão do Programa Habitacional e da geração dos empregos que ele acarretaria o, segundo, porque isto foi estabelecido como uma norma básica de execução do Projeto. As empresas que constroem estão obrigadas não só à execução das obras, mas a assumir determinadas atribuições do Projeto, estão obrigadas a promover as pessoas que preparamos para aquelas funções.

COMUNICAÇÃO

APOIO AO SETOR INFORMAL

URBANO Walter de Carvalho

APRESENTAÇÃO - Este documento é fruto do esforço

algumas das diversas instituições que trabalham, de algum modo, no Recife, com pessoal ocupado no Setor Informal da economia. Sob a coordenação do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE, reuniram-se técnicos das Secretarias do Estado de Pernambuco do Trabalho e da Educação, da Empresa de Urbanização do Recife (URB), das Diretorias Regionais de Pernambuco do SENAI e do SENAC e da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), com a finalidade de obter melhores resultados nas atividades que desenvolvam junto às populações de baixa renda.

Neste sentido, elaboraram o Plano que se segue, na tentativa de uma divisão de trabalho coordenada e mais racional e de uma colaboração interinstitucional mais efetiva. Ao esforço inicial realizado pelas instituições referidas, espera-se somar o das demais que desenvolvem, nesta Região Metropolitana; trabalho no mesmo campo.

O experimento será levado a efeito no Recife por esta economia de esforços, uma vez que a coordenação pela SUDENE fica facilitada, sendo realizada na mesma área de sua sede. Esta fase de teste do Programa requer um acompanhamento mais imediato, que poderá ser feito com frequência mais dilatada no caso das demais cidades da Região, depois de comprovada a validade do modelo, com o que se pretende expandir, rapidamente, a experiência aos demais Estados nordestinos.

Este documento está dividido em quatro partes.

Na primeira, expõe-se sobre a importância do Setor Informal na economia do Nordeste, sobretudo pela sua expressiva magnitude. A segunda parte contém um resumo das ações realizadas, em função do Setor Informal pelas instituições responsáveis pela elaboração deste Programa.

Na terceira, propõe-se um modelo para abordagem interinstitucional da questão e uma metodologia para executá-lo. A quarta contém um Projeto para experimentar o modelo proposto na Cidade do Recife.

Por motivo de defeito técnico na gravação, este trabalho foi inserido na íntegra.

IMPORTÂNCIA DO SETOR INFORMAL NA ECONOMIA DO NORDESTE

A problemática do emprego urbano no Nordeste está intimamente relacionada com a evolução do setor agrícola da Região.. onde cerca de 50% dos trabalhadores estão ocupados durante menos de nove meses por ano; os classificados como "sem remuneração" representam 27,9% da população economicamente ativa (PIZA) ocupada os que percebem até 1/2 salário mínimo, 3: "%, os ocupados em estabelecimentos de menos de um hectare passavam de 2.225 mil em 1960- para 4.100 mil em 1975.- enquanto aqueles que se ocupavam em estabelecimentos de 500 hectares e mais, totalizavam 1.270 mil em 1960, 980 mil em 1970 e 1.240 mil em 1975.

Este quadro tem repercussões diretas na estrutura e evolução do emprego urbano, onde um grande volume de contingente da força de trabalho se comprime diante de uma escassa oferta de empregos

Na ausência de dispositivo semelhante ao seguro desemprego, o contingente de trabalhadores representado pelos subempregados e "desempregados disfarçados (basicamente trabalhadores sem remuneração" e autônomos de baixos rendimentos) garante a subsistência no que se convencionou chamar setor informal da economia. Com *efeito*, é o setor informal que absorva os ... excedentes resultantes da insuficiente absorção de mão-de-obra pela indústria e pelos ramos mais produtivos de terciário é para este setor que se dirige grande parcela da mão-de-obra proveniente do setor rural, em virtude das maiores oportunidades de trabalho que oferece, ou melhor dito, das oportunidades criadas pela própria população..." (5.1.)

Segundo Leonardo Guimarães, ao contrário do que sucede em áreas mais desenvolvidas do País, há indicações de que a absorção da força de trabalho no Nordeste ocorre, sobretudo, em atividades não institucionalizadas, nas quais se adotam modos de produção de baixo nível tecnológico ou prevalecem processos primitivos de acumulação de capital". (5,2.) Isto é evidente pela análise da evolução do emprego na indústria, no período 1950/70, que demonstra .. não só o intenso ritmo de crescimento da ocupação em atividades que implicam em alguma transformação industrial exercida no ambiente doméstico, de modo descentralizado, ou em locais que o censo não considera como estabelecimentos industriais (4,5% contra 2,2% para o total e apenas 0,9% para ocupação gerada em estabelecimentos

industriais) mas, também, o fato de que do incremento líquido havi-do na ocupação durante o período - (cerca de 178,9 mil postos de tra-balho) mais de 70% foram gerados de estabelecimentos industriais

recolhidos como tais pelo censos econômicos. (*) Além disto substancial parcela de emprego gerado no Nordeste nos dois anos censitários (29% em 1950 o 44° em 1970) não foram exercidos em estabelecimentos ... em nenhum dos estados nordestinos ocorreu contribuição das atividades não formalizadas inferior a 40% no tocante ao aumento líquido do número de pessoas empregadas duran-

te o período.. Além disto, cabe mencionar que tal contribuição atingiu a mais de do 59% (56,6%) no subconjunto constituído pelas micror-

regiões mais industrializadas no Nordeste isto é, as que inserem os centros metropolitanos de Fortaleza, Recife, Salvador". (5.2)

Se a participação do setor informal é tão importante no que refere a indústria muito mais importante ainda é o papel que lhe cabe na geração de emprego no setor terciário. É para

este setor que ocorrem os excedentes resultantes da insuficiente ab-

sorção de mão-de-obra pela industria e grande parcela da Força trabalho proveniente do setor rural. É no terciário que se encontra um expressivo número de pessoas ocupadas em atividades de caráter instável e muitas vezes temporário e cuja renda mensal, para grande parte delas, não ultrapassa os dois salários mínimos. Com efeito, cerca de 1/3 das pessoas ocupadas nesse setor, e constituído por autônomos e membros da família sem remuneração. Aliás, estas duas categorias de trabalhadores (autônomos e não remunerados) representavam, em 1976 nada menos que 53% da força de trabalho ocupada no Nordeste, ou seja equivalente a mais de seis milhões de pessoas.

Relativamente a Pernambuco, calculava-se em cerca 237 mil o número de pessoas sub-utilizadas no setor urbano do Estado em 1970, relevando destacar o sub-ramo dos serviços domésticos remunerados- que na Região Metropolitana do Recife, ocupava mais de 11% de sua população economicamente ativa (5.3.)

(*) Grifo nosso

Estimativa para o ano de 1977 elaborada por Clóvis Cavalcanti, situava em cerca de 176 mil o número de pessoas classificadas como trabalhadores tipicamente informais, somente na Área do Grande Recife (5.4) Não é de admirar, portanto, o número de estabelecimentos legalizados junto a Prefeitura Municipal do Recife em 1978. dos quais destacamos os seguintes.

Autônomos 24,000 Prestadores de serviços .15,036

Locatários de Mercados 2.207 Pequenos comerciantes de gêneros alimentícios e artigos diversos - 4.-270- Feirantes 5.119.

Em que pese o caráter de subutilização, de sub-remuneração da força de trabalho que ocupa, o setor informal contribui para a solução do problema de emprego proporcionando ocupação a pessoas que, de outro modo, não teriam onde trabalhar (5,4) Sua importância relativamente à absorção de mão de obra, nos próximos anos, pode ser aquilatada quando se tem presente que para absorver o atual estoque de desempregados e subempregados e os entrantes na força de trabalho o Nordeste terá que gerar cerca de 350 mil empregados por ano, para chegar no ano 2.000 com uma taxa de desemprego de apenas 5%

2, AÇÕES VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO AO SETOR INFORMAL

Realizadas pela SUDENE

O Setor Informal desempenha um papel relevante, o tem sido preocupação da SUDENE desde os seus primórdios. Tanto, que seu programa original de industrialização visava, fundamentalmente, absorver a mão-de-obra que, então, já era significativo problema na economia regional. No segundo decênio de existência da SUDENE, já estava patente que o processo de industrialização desencadeado não teria condições de minorar a questão do emprego,.

Na metade da década de 70, o Departamento de Recursos Humanos, através da Divisão de Estudos Demográficos, identificava a magnitude do subemprego da Região,, propondo ações que embora não tivessem a possibilidade de alterar o problema fundamental; de ordem estrutural, apresentavam algumas saídas., para a redução da problemática, a curto prazo, e apontavam a necessidade de aprofundamento do conhecimento do Setor Informal como meio de orientar ações mais consoantes com a realidade.

Data de setembro de 1976,, a publicação do Programa Emprego (5.5.) com a *Proposição de ações para o Setor Informal*, as quais estão consubstanciadas em cinco subprogramas:

- a) O de Informações sobre o mercado de trabalho que, a partir da publicação do citado documento., apresentou uma síntese sobre emprego e renda na Região, onde avultava o Setor Informal com rendimentos baixíssimos;
- b) O de Treinamento no qual foram desenvolvidas experiências de treinamento de mão-de-obra do Setor Informal na Bahia e no Rio Grande Norte;
- c) O de Utilização da Força de Trabalho Agrícola em período de entressafra;
- d) O de Promoção do Setor Informal, com previsão de ações organizacionais objetivando a criação de associações e cooperativas para diversas categorias de trabalhadores e
- e) O de Atendimento a Promoção *do* População Migrante e de Baixa Renda dando origem ao atual Programa de Migrantes, visando a "'adaptação e inserção do migrante na região de destino, era especial quando se trata de meio urbano".

AÇÕES na Área de Pesquisa sobre o Setor Informal

Em 1978, a Divisão de Estudos Demográficos do Departamento de Recursos Humanos dá SUDENE promoveu a publicação de três documentos sobre força de trabalho a emprego no Nordeste. Em primeiro lugar se destaca o documento elaborado por Kelly (5.1.) sobre o período de 1963 a 1972, onde estuda a estrutura setorial do emprego e posição do trabalhador na ocupação, taxas de emprego, remuneração da mão-da-obra, carga suportada pela população ocupada, o emprego feminino,- a carteira profissional, a força de trabalho de 10 a 14 anos, o desemprego e o subemprego- o nível educacional da força de trabalho,- a evolução recente do emprego no Nordeste (1972/77) e estratos ocupacionais de baixa renda.

Esse documento, cujo esboço já aparece no diagnóstico sumário apresentado no Programa Emprego, foi realizado a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 4º trimestre de 1968, de 1972 e de 1977 - e deixou clara, sobretudo, a magnitude do Setor Informal, na Região, chamando a atenção para as condições de vida. a partir da renda auferida pelos trabalhadores ali inseridos.

Dois outros estudos foram efetuados, ainda nesse ano, sobre o Setor Informal- Estratos Ocupacionais de Baixa Renda (5.G.) e Viabilidade do Setor Informal, (5.4.) Os trabalhos foram realizados por iniciativa da SUDEME, com pessoal próprio e contratado. O primeiro, depois de apresentar as características do emprego regular, aponta o biscoite como estratégia de trabalho aprofunda, empregando metodologia antropológica, o conhecimento das categorias identificadas anteriormente como mais expressivas a partir do estudo sobre dados secundários; empregada doméstica, costureira, pedreiro e servente de pedreiro, balconista e vendedor ambulante. Examina, além disso, trabalho feminino, em particular, e os pequenos estabelecimentos comerciais.

O estudo da "Viabilidade do Setor Informal" trata da demanda por pequenos serviços no Grande Recife, descrevendo o perfil consumidor de serviços informais, a natureza e volume da demanda desses serviços, O primeiro desses dois trabalhos mostra as precárias condições em que ocorre o emprego da mão-de-obra estudada e o segundo

identifica as possibilidades que o mercado oferece para o Setor Informal, aparecendo uma brecha onde o Setor Público pode intervir em favor da melhoria de condições da população de baixa renda, que se en-

contra fora do setor protegido pela legislação social, Dando prosseguimento aos esforços de ampliação e aprofundamento do conhecimento sobre o Setor Informal, duas outras pesquisas se encontram on fase da finalização uma no Grande Recife e outra na Região Metropolitana de Fortaleza, ambas sobre estratégias de geração de renda das Famílias de baixa renda. Essas pesquisas estão sendo desenvolvidas; respectivamente, pelas Universidades Federais de Pernambuco e do Ceará.

Ainda sobre o Setor Informal estão sendo realizados três estudos sobre microunidades de produção na Região Metropolitana do Recife, em Natal e em Teresina, respectivamente, pela FIDEN, órgão estadual para a Região Metropolitana;- pelo IDEC, da Secretaria Estadual de Planejamento do Rio Grande de Norte e PELO CEAG, do CABRAE-SEPIAN

Alem oas pesquisas : estudos realizados ou em realização (quer no campo. quer sobre dados secundários), e referidos acima, está sendo implantado, com o Programa de Apoio a Trabalhadores Autônomos de Baixa Renda, elaborado pela **SUDENE** , um sistema de informações que permite em permanente conhecimento do setor Informal Urbano. Es-te sistema está sendo montado junto a Unidades de Intermediação entre a oferta e procura de trabalhadores do referidos Setor, entidades das

Secretarias Estaduais do Trabalho e destina-se a identificar a curva emprego informal para as categorias ocupacionais mais demandadas, como ponto de partida para organizar associações de trabalhadores e promover treinamento. A **SUDENE** dispõe, também , de trabalhos que, embora não diretamente voltados para o Setor Informal, contribuem para melhor caracterizá-lo e identificá-lo. É o caso de alguns estudos do próprio Departamento de Recursos Humanos, nas áreas de Educação (5.7.) a . (5.10) e de Saúde (5.11.) a (5.21.). Outros o departamentos da SUDENE, dispõem igualmente, de relatórios onde, referências maiores ou menores sobre o mesmo Setor, podem ser encontradas, como nos estudos sobre abastecimento alimentar urbano (5.22) a (5.25), do Departamento de *agricultura* e Abastecimento, o estudos sobre urbanismos e habitação (5.26.) a (5,33.), de Departamento de Desenvolvimento Local,

Em realização, o setor educacional está desenvolvendo duas pesquisas; Educação e população de baixa renda, na Região Metropolitana de Salvador, pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, e Inovações Educacionais no Rio Grande do Norte - A-avaliacao de Experimentos, pela Universidade Federal do mesmo Estado. O Departamento de Desenvolvimento Local também esta realizando duas pesquisas Perfil dos Municípios de Crato e Juazeiro, pela Superintendência do Desenvolvimento do Ceará, e Condições das populações de baixa renda de Teresina, pelo IPAM e Prefeitura local.

Ações na Área da Intermediação

As ações previstas para intermediação entre a oferta e a procura dos serviços prestados pelo Setor Informal foram propostas pela SUDENE no Programa de Apoio a Trabalhadores Autônomos (5.34.), tendo em vista contribuir para a elevação da renda dos referidos trabalhadores nas maiores concentrações urbanas no Nordeste. Para isto, a SUDENE está implantando junco às Secretarias Estaduais do Trabalho, Unidades do Apoio com a função de agenciarem a intermediação. O que se pretende com esse esforço é que seja reduzido o tempo investido pe los trabalhadores na busca da ocupação e que sejam aumentadas as oport-unidades de trabalho. Espera-se, em consequência desta ação, que pre vê o controle de qualidade dos serviços prestados e a sua melhoria com a utilização de treinamentos, que haja aumento significativo da renda dos trabalhadores inseridos no processo de intermediação.

Como experimento, a SUDENE está desenvolvendo um Projeto com a Secretaria de Trabalho do Piauí, com previsão para treinamento de 2.180 trabalhadoras nas modalidades de Carpinteiro, Pedreiro, Bombeiro, Pintor de Parede, Eletricistas Lavadeira, Jardineiro, Garçon, Manicuro, Faxineiro, Marceneiro, Mecânico, Vigilante, Babá, Auxiliar, de . Enfermagem e Limpador de Piscina; e cujos resultados iniciais de intermediação estão" se mostrando bastante promissores. Alem do trabalho realizado com *-essa* Secretaria, já foram elaborados pelas equipes de Pernambuco e da Bahia, com assessoramento da SUDENE, seus respectivos Projetos estaduais, O Maranhão, através da sua Secretaria do Trabalho, tambem apresentou projeto ã SUDENE. Os registres obtidos no processo de intermediação serão dados a serem processados para maior conhecimento do Setor Informa..

Ações na Área do Treinamento

Até 1976, embora a SUDENE tenha realizado alguns treinamentos que beneficiaram o Setor Informal, as ações no campo da formação profissional se dirigiram basicamente a preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento dos projetos prioritários. Neste sentido, o treinamento significou, principalmente a preparação de mão-de-obra estragica para desenvolvimento. A partir de 1976 com a preocupação sistematizar políticas de intervenção no campo, de emprego, o treinamento procurou, ao mesmo tempo, se dirigir à preparação de mão-de-obra que não tendo oportunidades imediatas de absorção no mercado informal da trabalho, pudesse ser engajada em atividades que lhe propiciassem um aumento nos seus rendimentos. Como atividades de treinamento, promovidas pela SUDENE, que procuraram beneficiar a mão-de-obra desengajada e caracterizada como de baixa renda, podem-se mencionar as contidas no quadro a seguir; AÇÕES NA ÁREA DE TREINAMENTO

AÇÕES	Convênio	curso/ocupação/ atividade	Nº DE TREI-mento	ANO
Desenvolvidas				
Treinamento pa- ra Tratorista	SUDENE /UPRPE	Tratorista	1.182	1973 1974
TREINAMENTO PA- ra Trabalho	ctb/sudene /ufrpe	Irrigação Vacinador avicultor, Cunicultura Auxiliar de Adminis-tração de Fazenda, Preparação de Sementes selecionas, Pomicultu- ra e Mudas	2.851	1975
RES Rurais				
Implantação de um Subsistema	SUDENE/ES	Atividades de Levantamento das Características da Rede de Capacitação de Mão de Obra Estudo das necessidades de Treinamento mão de obra no Setor Secundário Organi-zação a Atualização de Cadastro de Instituições que exercem ativida- des de treinamento; Assistência Técnico as entidades de treinamen- to Organização/atualização de Ca- dastro de Treinamentos Levantamen- to de inscritos sem qualificação profissional nos postos de atendi- mento de SINE Orientação Profis- treinamentos no pessoal cadastrado e não encaminhado nos Postos do SUJE.	-	1975 1978
DE Treinamento em Apoio ao	RIO GRAN DE DONOR			
SISTEMA ESTA- dual de Empre- go do Rio Gran- de do Norte	TE (Secre- taria do trabalho			

AÇÕES NA AREA DE TREINAMENTO

(Continuação)

ACÇÕES DESENVOLVIDAS	CONVENIOS	CURSO/OCUPAÇÃO/ATIVIDADE	Nº DE TREINANDOS	ANO
IMPLANTAÇÃO DE UM SUBSISTEMA DE TREINAMENTO EM APOIO AO SISTEMA ESTADUAL DE EMPREGO DA BAHIA (SINE/BA.)	SUDENE/ESTADODABAHA (Secretariado do trabalho)	Escriturário, Caldeireiro, Soldador, Caixa, eletricista Instalador, Balconista do Peças de Auto, Pintor, Mecanico de Auto, Cabeleiro, Manicuro/Pedicure, Pedreiro, Parteira Prática, Chefe do Recepção Hotelaria, Auxiliar Encarregado de Caixa (supermercado), Tocalão, Gerente de Lavanderia (Hotelaria), Oleira, Marceneiro, Costureira Industrial, Telefonista Vigilante Vendedor, Eletricista de Manutenção, Atendente de Enfermagem, Carpinteiro, Serralheiro Encanador, Hidraulico, Agente de Limpeza (varredor e coleiteiro)	9,402	1975 1978
FINANCIAMENTO DE UNIDADES MOVEIS	SUDENE/SENAI-PI	Torneio Mecanico Eletricista de Manutenção -Reparador de Rádio TV	-	1376
TREINAMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA O SETOR SECUNDÁRIO	SUDENE/ESTADODO CEARÁ (Secretaria da Industria e Comércio)	Costureira Industrial, Ceramista, Gráfico Tintureiro, Eletricista Instalador, Eletricista da Rede de Distribuição, Caldeireiro Ferramenteiro Torneiro Mecânico, Mecanico de Manutenção, Soldador, Inspetor da Qualidade, Funileiro, Mecanico Geral, Técnico em Off-Set'	1.189	1975 1978
TREINAMENTO DE MIGRANTE E PESSOAL DE BAIXA RENDA	MINTER/SUDENE/ESTADO DA BAHIA (Setrabes -Funtrab)	Corte e Custura, Mecanico de Autos.- Auxiliar de Escritório, Eletricista Instalador, Eletricista da Manutenção, Datilógrafo, Atendente de Enforagem, Pintor	6.G17	1976 1978
TREINAMENTO DE PESSOAL PARA FORMAÇÃO DE EMPRESA NÃO COLA	SUDENE/POLONORDESIE UFPS/SENAI SENAC	Atividades de Assistência Técnica. Pasquisa, Crédito o Trainamento nos seguintes cursos: Eletricista Geral Mecanico de Auto, Bombeiro Hidráulico, Serralheiro, Marceneiro, Pedreiro, Tecnico do Vendas, Auxiliar de Contabilidade, Datilografia Armazenamento, Higiene e Beleza Saude	430	1978 1979

A Secretaria do trabalho e Ação Social do Estado do Pernambuco tem dado às ações voltadas para o atendimento ao setor informal uma atenção especial. Dentre essas ações, destacam-se; o Programa de Apoio ao imigrante, as Atividades de Intermediação de Emprego, as Atividades de Treinamento, a Organização de Nucleos de Produção Ar-

,2.1- Programa de Apoio ao Migrante

Este programa é desenvolvido a nível estadual pelo Departamento de Pesquisa e Ação Social Integrada (DPASI), da Secretaria do Trabalho e Ação Social, sob supervisão da SUDENE. Conta., no momento, com três unidades de Atendimento aos Migrantes, localizadas na Estação Rodoviária na Estação Ferroviária e na Central de Abastecimento. (CEASA) todas no Recife tendo iniciado suas atividades em junho de 1979.

Estas unidades de Atendimento, cuja atuação junto aos migrantes é, basicamente, no sentido de fornecer alojamento, alimentação, passagens assistência médico-odontológica, orientação para obtenção de documentos encaminhamento para emprego, receberam, entre junho e dezembro do ano passado, 1.536 solicitações, das mais variadas, tendo atendido a 1.065 delas.

2.2.2. Atividades de Intermediação para Emprego

Estas atividades estão, na Secretaria do Trabalho e Ação Social, afetas ao Sistema Nacional do Emprego (SIRE/PE), criado pelo ministério do trabalho, o que exerce funções de Intermediação entre oferta de emprego e a demanda por emprego no setor formal economia. Estas funções de intermediação, que consistem em cadastramento, expedição de documentos.. encaminhamento para emprego, ou para treinamento, são exercidas em seis Núcleos Microrregionais, localizados em Recife, Caruaru, Caranhuns Arcoverde; Salgueiro e Petrolina, e em

nove Postos de Intermediação, a nível do município do Recife, postos estes localizados em diferentes bairros da Capital, o quadro a seguir dá uma ideia do nível de atendimento em termos de intermediação nos anos de 1978 e 1979.

;. ATIVIDADES	1978	1979	TOTAL
Candidatos Cadastrados	4.789	9.242	14.031
Encaminhados a Emprego	2.673	4.993	7.671
Encaminhados para Treinamento	285	434	719
Vagas Ofertadas	7.003	13.051	20.054
Carteiras - Profissionais Expedidas	7,059	18.651	25.710

2.2.3, Atividades de Treinamento

Secretaria do Trabalho e Ação Social vem atuando na área de treinamento através do seu Departamento de Formação para o Trabalho (DFT) , promovendo qualificação; aperfeiçoamento profissional e treinamento em artesanato. Estas atividades desenvolveram-se. tanto na Região Metropolitana do Recife, quanto no interior do Estado, havendo sempre, na medida do possível, a comercialização dos produtos elaborados durante os cursos., através, inclusive, de feiras de artesanato promovidas pelo DFT. No que se refere aos resultados dos treinamentos promovidos- os quadros a seguir dão uma ideia do que foi realizado, no decorrer dos dois últimos anos.

CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

CURSOS	1 9 7 8		1 9 7 9		T O T A L	
	TURMAS	CONCLUINTE	TURMAS	CONCLUINTE	TURMAS	CONCLUINTE
Solda Elétrica	21	330	17	203	38	534
Solda Oxiacetilênica	30	450	16	131	46	581
Reparador de Rádio e TV	12	180	09	90	21	270
Marceneiro	08	120	02	14	10	131
Serralheiro	15	225	14	131	29	356
Electricista de Automóveis	09	135	08	101	17	236
Electricista Instalador	19	285	07	82	26	367
Electricista Enrolador	13	165	03	44	16	209
Electricista de Manutenção	07	60	05	61	09	121
Bombeiro Hidráulico	05	15	05	67	11	82
Auxiliar de Cabeleireiro	16	240	11	135	27	375
Manicure/Pedicure	16	240	10	119	26	359
Datilógrafo	37	545	29	461	66	1.006
Auxiliar de Secretário	08	160	02	37	10	197
Almoxarife	05	100	--	--	05	100
Tratorista	01	15	--	--	01	15
T O T A L	218	3.265	140	1.674	358	4.939

QUADRO II TREINAMENTOS EM

CURSOS	1978		1979		TOTAL	
	TURMAS	CONCLUINTE	TURMAS	CONCLUINTE	TURMAS	CONCLUINTE
Tapeçaria	36	393	32	455	68	848
Cerâmica	04	51	02	28	06	82
Couro	14	177	12	152	26	329
Fibras	16	180	08	118	24	298
Bordado	16	241	18	210	34	451
Corte e Costura	52	812	44	501	96	1.313
TOTAL	138	1.857	116	1.464	254	3.321

Realizadas pela Secretaria do Educação do Estado de Pernambuco

A Secretária de Educação de Pernambuco vem desenvolvendo desde 1970 atividades para o Setor Informal treinando pessoal, a nível de qualificação, através dos seus Centros Politécnicos o Unidades Volantes -O DEPPA - Departamento do Promoção Profissional do Adulto, criado em 1969 desenvolvia a atividade de intermediação através do SECOP - Setor do Colocação de Pessoal, e foi extinto em 1974 com a implantação da nova estrutura da secretaria da Educação, passando esta atividade a ser desenvolvida pela Secretaria do Trabalho e Ação Social. A Secretaria de Educação conta com dois Centros Politécnicos um em Paulista o outro em Caruaru, formando mão da-obra para as ocupações de: Mecânico de *Auto*, Eletricista de *Auto*, Solda Elétrica, Auxiliar do Desenho Mecânico, Auxiliar de Desenho Arquitetônico, Reparador de Aparelhos Doméstico de Refrigeração, Eletricista Instalador, Eletricista Enrolador., Serralharia, Marcenaria e Artafatos de Couro. Além disso, possui três unidades volantes que atuam nas à-reas de influência dos dois Centros Politécnicos, abrangendo a Região Metropolitana, o Agreste Setentrional e a Zona da Mata , atenden-do a diversos municípios interioranos, As Unidades Volantes trabalham diretamente com as comunidades .Elas dispõem de equipamento básico para o ensino de ofício, a refeição, ou serviço, facilmente instalável nos diversos locais; o local de instalação é providenciado pela comunidade, podendo ser em um terreno vago, um acampamento de aprendizagem, uma sala de escola, de clube , de igreja, etc, os grupos de alunos são organizados puramente em função do tipo de atividades que vão realizar e os resultados da aprendizagem devem ser convertidos em alguma obra ou serviço de caráter social para a própria comunidade.

A Secretaria de Educação tem na sua clientela supletiva a força maior do Setor Informal da rede escolar, tendo sido desenvol-

vidos cursos de qualificação nos setores primário, secundário o ter-ciario da economia, segundo discriminação a seguir

A N O	Nº DE DOS TREINA
.1975	1.667
1976	1.671
.19 77	2.594
1978	1,029
197 9	2.19 3
TOTAL	9.154

Realizadas pelo SENAI

O SENAI é uma entidade de formação profissional voltada para a preparação de mão-de-obra para a indústria. Dentro desta perspectiva, a sua atuação, nesses quase 40 anos de existência, tem sido caracterizada por uma constante preocupação com a Formação Profissional; Qualificação e Treinamento de pessoas para o desempenho de funções dentro da indústria nacional. Apesar da existência de uma grande concentração de esforços no atendimento ao chamado setor formal da economia, o SENAI também vem desenvolvendo ações em atendimento ao setor informal, uma vez que prepara mão-de-obra em ocupações com características informais, através dos chamados cursos para a comunidade".

Atendimento ao Setor Informal

Desde já algum tempo, o SENAI vem preparando mão-de-obra para o setor informal, embora de forma assistemática através dos seus Centros de Formação Profissional, como também através do Centre Móvel de Formação Profissional, este basicamente voltado para atender aqueles municípios do interior não beneficiados com a atuação dos centros fixos.

Os chamados cursos para a comunidade, seriam, na realidade, cursos para o atendimento ao setor informal, na medida em que se caracterizariam por qualificar mão-de-obra para o desempenho de atividades produtivas ou prestação de serviços não institucionalizados, cuja demanda maior estaria no seio da própria comunidade, e cujo mercado de trabalho seria o de trabalhadores autônomos ou de microempresas não legalizadas, ou clandestinas. Dessa forma, o SENAI em Pernambuco vem atendendo, direta ou indiretamente ao setor informal, conforme demonstram os dados referentes aos últimos quatro anos, contidos nos quadros a seguir.

QUADRO I
CURSOS MINISTRADOS PELO DEPARTAMENTO REGIONAL PARA O SETOR INFORMAL

CURSOS	1 9 7 6		1 9 7 7		1 9 7 8		1 9 7 9		1 9 7 0 / 7 9	
	Turmas	Conclu- intes	Turmas	Conclu- intes	Turmas	Conclu- intes	Turmas	Conclu- intes	Turmas	Conclu- intes
Mecânico de Automóveis	20	186	34	369	30	328	30	316	114	1.199
Lanterneiro de Automóveis	02	23	02	25	06	68	06	61	16	173
Pintor de Automóveis	02	24	11	115	06	53	07	76	25	268
Reparador de Rádio e TV	-	-	-	-	-	-	06	61	06	61
Bombeiro Hidráulico	05	74	04	51	-	-	-	-	10	125
Mecânico de Refrigeração	05	48	-	-	02	24	06	66	13	138
Reparador de Máq. Hídric	11	98	05	56	16	104	09	86	35	348
Reparador de TV	04	50	06	68	03	30	01	11	14	159
Eletricista Instalador	04	23	07	63	07	57	-	-	18	143
Eletricista de Automóveis	-	-	03	29	06	62	07	78	16	169
Chapeador de Automóveis	-	-	08	79	-	-	-	-	08	79
Afinação de Motores	01	06	02	20	03	35	05	51	11	112
T O T A L	55	532	82	876	73	765	77	806	287	2.979

QUADRO II CURSOS MINISTRADOS PELO CENTRO

CURSOS	1976		1977		1978		1979		1976 / 79	
	Turmas	Conclu- intes								
Mecânico de Automóveis	01	13	09	99	11	149	09	116	30	377
Lanterneiro de Automóveis	02	23	08	79	06	68	03	33	19	203
Pintor de Automóveis	02	20	09	91	06	53	03	39	20	237
Reparador Rádio e TV	-	-	-	-	-	-	06	61	06	61
Bombeiro Hidráulico	04	50	-	-	-	-	-	-	04	50
T O T A L	99	113	26	269	23	270	21	249	79	898

* Estes cursos estão computados no quadro anterior, estando repetidos neste apenas destaque daqueles que foram de responsabilidade do Centro Móvel.

Mais recentemente, no entanto, com a elaboração do seu 1º Plano Trienal Integrado, o SENAI voltou a discutir os aspectos da sua atuação junto a este Setor da economia, chegando à conclusão de que ha de sua parte, como organismo de formação profissional para a indústria, uma grande parcela de responsabilidade no que se refere-à qualificação profissional das camadas populacionais que ali trabalham. Assim, na proporção direta dessa constatação e do peso da preocupação já existente em torno do problema, iniciou-se a busca de novas formas de atuação, com programas específicos de ampliação dos cursos voltados para o atendimento do Setor Informal,

Realizadas pelo SENAC

As ações que o SENAC desenvolve situam-se nos campos da Formação Profissional, através de cursos, seminários, etc., do Desenvolvimento Empresarial e Gerenciais como assessoramento às empresas na elaboração e execução dos projetos, execução de treinamentos e administração de recursos humanos, e da Valorização Profissional desenvolvendo as atividades de informação profissional, colocação e acompanhamento de egressos.

A política de ação desenvolvida na Administração Regional de Pernambuco é baseada em análises do Mercado de Trabalho local, nas recomendações do Plano Nacional de Ação do SENAC e no comportamento da produção da Administração Regional quanto a recursos humanos, físicos, financeiros e materiais. Obedecendo a estes estudos, as programações realizadas estão voltadas para uma clientela bem diversificada que abrange o empregador, o agente autônomo e, sobretudo, os empregados, desempregados ou candidatos a emprego no comércio e nas áreas de prestação de serviços.

Ações Desenvolvidas no Setor Informal

Tendo em vista a ampla clientela e as condições de desenvolvimento em Pernambuco, - que indicam a absorção da força de trabalho, sobretudo, em atividades não institucionalizadas e as orientações estratégicas institucionais, sugerindo diferentes políticas de forma-

ção, "seja para fixação de contingente de mão-de-obra pela elevação de suas possibilidades ocupacionais, seja na sua adaptação a novas frentes de trabalho", encontrou-se respaldo para uma atuação que abrangesse amplos setores da população.

. Embora não existindo na Instituição uma política diretamente voltada para o Setor Informal, sua ação se faz presente neste campo, ao preparar mão-de-obra para desenvolver atividades não institucionalizadas. Neste sentido, nos últimos anos, o SENAC tem procurado atender a estas necessidades de formação profissional, ciente de que a "ausência de qualificação de mão-de-obra é um dos fatores responsáveis pela marginalização de uma grande parcela da força de trabalho do Estado".

O atendimento a essa clientela no campo da formação profissional, vem-se realizando nos últimos anos, através de programações que atingem pessoas possivelmente engajadas no chamado setor informal. No quadro a seguir indicam-se os resultados das programações de 1978 e 1979 do SENAC/PE, neste campo.

AREAS DE TRABALHO	NÚMERO DE TREINADOS,		
	1978	1979	TOTAL
	91	84	
. Auxiliar de Cabeleireiro			175
. Cabeleireiro	42	211	253
. Cabeleireiro de Corte	152	245	397
. Cabeleireiro de Penteados	122	194	316
. Manicure e Embelezamento dos Pés	235	393	536
. Ondulações e Alisamento	23	41	64
Área da Hospitalidade			
. Culinária Trivial	62	23	296
. Culinária Inicial para Domésticas	64	-	64
. Culinária Típica Nordestina		-	13
. Culinária Típica Brasileira	-	33	33
. Confeitaria	34	90	124
. Copeira	17	29	46
. Camareira	38	-	36
. Jantar Americano	28	73	106
. Sobremesas Diversas	24	-	24
. Doces e Salgados	-	164	164
Área de Manutenção, Conservação e Serventia			
. Porteiro	23	71	99
. Zelador	23	112	135
Área de Saúde			
. Atendimento de Enfermagem Materno-Infantil	73	107	130
. Iniciação de Serviços de Enfermagem	42	-	42
. Primeiros Socorros	235	438	674
. Atendimento de Enfermagem Básica	-	39	39
Área de Turismo			
. Artesania Local	39	93	132
TOTAL	1.392	2.661	4.133

Estes dados, referentes ao número de pessoas treinadas, comprovam que sempre - foi interesse do SENAC trabalhar para o Setor Informal, embora não tenha sido montada uma programação específica para o atendimento a este Setor. In- pa-

Realizadas pela União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO)

Tendo como objetivo central trabalhar com microempresas, prestando-lhes assistência na obtenção de crédito e oferecendo-lhes treinamento gerencial, administrativo, contábil e na área de comercialização. a UNO-Recife, define seu público-meta, a partir de fatores tais como número de empregados da microempresa, volume anual das vendas: renda familiar do titular da microempresa, entre os mais importantes.

A partir dessa caracterização e conceituação, devidamente estudadas e analisadas em pesquisas aplicadas na Região Metropolitana do Recife. com uma amostragem de 500 questionários, a UNO desenvolve sua ação, tanto na Região Metropolitana do Recife, como no A-greste Setentrional de Pernambuco, aqui em convênio com o PPLONORDESTE, tendo em vista as seguintes atividades

- a) Atingir o maior número possível de microempresas, centro de um universo de pequenos negócios nos ramos da indústria, do comércio, dos serviços, da indústria/comércio, da indústria/serviços;
- b) Proceder ao levantamento desse público-meta através do cadastramento, em áreas pré-estabelecidas, na Região Metropolitana do Recife, e em toda a cidade, no caso de Caruaru,
- c) Proporcionar assistência gerencial administrativa, através de treinamento de microempresário ou de acompanhamento por técnico;
- d) Detectar necessidade de controle e ajudar na sua implantação;
- e) Elaborar manuais específicos e apropriados aos treinamentos,
- f) Oferecer assistência creditícia, em convênio com Bancos de Desenvolvimento, além de Projetos de financiamento a microempresários.
- g) Desenvolver estudos e pesquisas que facilitem o trabalho com esse público-meta, bem como possibilitar um maior conhecimento da sua realidade e de suas solicitações, tendo em vista a realidade sócio-econômica em que se inserem com suas famílias e seus pequenos negócios;

- h) Promover ações com propósitos associativistas, principalmente em setores de trabalho artesão, como ceramista, etc
- i) Melhorar seus conhecimentos no sentido criativo, para oferecer maiores - melhores possibilidades e meios de comercialização,

Os quadros a seguir demonstram o resultado das diversas atividades desenvolvidas pela UNO

|

QUADRO I
 NUMERO DE MICROEMPRESAS ATENDIDAS POR EVENTO - 1973 a 1979

E V E N T O S	DE 1973 a 1978				EM 1 9 7 9				TOTAL (1973 a 1979)			
	INDÓS TRIA	COMERCIO	SERVI- COS	TOTAL	INDÓS TRIA	COMERCIO	SERVI- COS	TOTAL	INDÓS TRIA	COMERCIO	SERVI- COS	TOTAL
	1. CADASTRAMENTO	1.212	2.286	1.576	5.064	291	1.122	379	1.782	1.503	3.402	1.945
2. SELEÇÃO	618	773	627	1.918	156	427	145	729	774	1.200	573	2.547
3. DIAGNÓSTICO	567	716	385	1.548	146	376	125	649	695	1.092	510	2.303
4. PROPOSTA FINANCEIRA	510	645	255	1.410	95	282	54	432	606	927	309	1.812
5. FINANCIAMENTO	311	403	139	853	51	155	19	225	362	558	156	1.076
6. ACOMPANHAMENTO GERENCIAL	230	366	117	713	76	161	31	268	304	527	149	979

QUADRO II
 NÚMERO DE MICROEMPRESÁRIOS ATENDIDOS POR EVENTOS GRUPAIS
 TREINAMENTO GERENCIAL - 1978 a 1979 (*)

E V E N T O S	1 9 7 8				1 9 7 9				TOTAL GERAL						
	PARTICIPANTES				PARTICIPANTES				PARTICIPANTES						
	Nº	INDÍ- CULO TRIA	CO- MER- CIO	SER- VI- ÇOS	TOTAL	Nº	INDÍ- CULO TRIA	CO- MER- CIO	SER- VI- ÇOS	TOTAL	Nº	INDÍ- CULO TRIA	CO- MER- CIO	SER- VI- ÇOS	TOTAL
Encontro de Sensibilização	04	59	129	67	255	19	190	375	110	505	14	169	46	157	790
Treinamento Gerencial Básico	05	88	53	13	154	21	102	361	92	555	26	190	414	105	709
Curso de Promoção de Vendas	01	20	17	01	38	11	34	138	29	201	12	54	155	30	239
Curso de Serviços Bancários	02	34	17	06	57	10	29	111	52	172	12	63	124	58	229
Curso de Controles Administrativos	02	34	19	06	59	10	39	112	31	182	14	73	131	37	241

(*) De 1973 a 1977, os treinamentos para microempresário obedecem à orientação e metodologia do N.E.I. No pe-
 ríodo foram sensibilizados 340 microempresários, dos quais 235 participaram de 12 segmentos (cursos).

QUADRO III

NÚMERO DE FINANCIAMENTO POR EMPRESAS

POSIÇÃO EM 31.12.1979

DISCRIMINAÇÃO	1977	1978	1979	TOTAL
Com 1 financiamento	383	459	595	1.437
Com 2 financiamentos	116	127	149	392
Com 3 financiamentos	2º	33	41	102
Com 5 financiamentos	04	09	13	26
Com 5 financiamentos	-	01	02	03
NÚMERO DE EMPRESAS	531	629	800	1.96 0
NÚMERO DE FINANCIAMENTOS	715	853	1.078	2.546

A prefeitura da Cidade de Recife , na perspectiva de adotar medidas operativas que garantam o atendimento efetivo dos objetivos sociais e a valorização de papel redistributivo do Setor Publico, de-cidiu pela implantação do Programa CURA nos morros da periferia da Cidade atraves do processo de mobilização comunitária. A pupola-ção de cada morro, ao lado da Prefeitura esta participando ativamen-te nas diversas fases da implantação do programa

a) no planejamento através do debate amplo, identificando carências. elegendo prioridades *Formulando* soluções;

b) na execução das obras, como mão-de-obra assalariada,- por administração direta da URS RECIFE

|

A implantação do Programa CURA nos morros teve início em a-gosto de 1979 com os trabalhos de preparação para mobilização da população e com a criação de um escritório avançado de planajamento em cada área, Para tento . a URB-RECIFE mobilizou as equipes técnicas nas áreas de pratica social e engenharia urbana, atuando de forma in-tegrada . As obras se Incidiram em outubro de 1979 posteriormente ao período preparatório isto é, quando a população estava integrada ao processo. definindo as prioridades e identificando os principais problemas a serem a solucionados, Desde então, até o presente momento o desenvolvimento do Programa apresenta os seguintes resultados⁰

a) Pavimentação de escadarias1700 m

b) Pavimontação do Ruas1.000 m

c) Rede de Abastecimento de Agua 1.500 m -

d) Muros de Arrimo

200 m2

e) Investimentos aplicados - Cr" 12.000.000,00

PROCESSOS SOCIAIS

a) empregos e reintegração de mão de obra local ao

mercado de trabalho500 operários

b) Capacitação profissional na faixa de 1 a 18ª anos.
operarios

250

c Recursos investidos em mão-de-obra local;

. Total Cr\$ 6 .000.000,00
. Media Mensal..... Cr\$ 1 . 200.
000, 00

d) Organização de Grupos Prestadores de Serviços

. lavadeiras..... 2 grupos (50 participantes)
. artesãos.....I grupo (10 participantes)
. comerciantes 1 grupo (50 participantes)

e) Criação de uma agência de prestadoras de serviços (a ser implanta-
da)

Esta forma de ação.- além do cumprir cora os objetivos básicos do Programa, permite a otimização dos recursos alocados e contri bui eficazmente para o desenvolvimento de processos sociais paralelos ;

- a) organização comunitária cos moradores com a instalação e fartais - cimento da atitude crítica continua sobre sua própria realidade;.
- b) organização de grupos de prestação de serviços, tais como encanadores, eletricitas, lavadeiras,- artesãos.- comerciantes, etc;
- c) criação de empregos o integração da mão-de-obra no mercado de trabalho
- d) capacitação profissional dos residentes na área, especialmente na faixa etária de 1 a 18 anos.

UM MODELO DE PROGRAMA PARA O SETOR DE
IMPORTAÇÃO

1 objetivo e diretrizes

Este programa tem como finalidade elevar a renda dos trabalhadores pertencentes ao Setor Informal. Para isto, desenvolverá ações de duas ordens. Uma diretamente voltadas para concretizar o

objetivos proposto, como a INTERMEDIACÃO entre a oferta e a procura dos serviços e bens fornecidos pelo Setor Informal a QUALIFICAÇÃO de trabalhadores e o acesso - CREDITO para instalações, equipamentos capital de giro. e o estímulo á ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES, , através da Educação para o Trabalho

As ações que indiretamente vão servir ao Setor Informal propostas por este programa de verão ser desenvolvidas nas áreas de . EDU CAÇÃO SAUDE URBANIZAÇÃO ; Na área de educação será requerida uma programação especial nos locais onde o Programa para o setor Informal for implantado contando ações de atendimento ao pré -escolar com a instalação do serviços que vão de crache a recreação de acordo com as faixas de clientela para os filhos das mulheres que trabalham fora de casa expansão a melhoria inclusivo adequação; do ensino no de 1º grau quando for o caso, com distribuição regular de alimentação escolar, ensino profissional para adolescentes e adultos alfabetização para adultos e ação comunitária . Na área de Saude, devem ser realizadas ações de assistência médica geral, com ênfase na área materno infantil e atividades odontológicas, ambas gratuitas Prioridade deva ser dada às ações no campo da medicina preventiva e social, no plano de Saúde para esses locais, com fornecimento de água tratada, campanhas de vacinação educar para a saúde. -Quanto à Urbanização, espera-se que seja realizado plano de organização do espaço urbano com facilitação das vias de acesso da população, regularização dos Serviços de transporte, de distribuição de água e eletricidade, assistência na conservação ou construção de residências, instalação de serviços sanitários nas escolas e residências implantação de área de lazer. As ações diretamente voltadas para a melhoria da renda dos trabalhadores serão de responsabilidade do Programa e por ele acionadas As indiretamente voltadas para servi-los deverão ser desenca-

deadas , em conjunto, pelos órgãos estaduais e municipais especializa-dos - Secretaria de Educação, Saúde etc. - dos locais onde o Progra-ma for implantado .

A par dessa atividades indicadas ainda serão realizadas ações na área da INFORMAÇÃO que servirão, ora direta, ora indireta mente, para o aumento de renda dos trabalhadores. Com participação direta na consecução do objeto do Programa, aparece as informa-ções operacional, como as que aproximam a oferta da procura dos ser-viços, encurtando o tempo em que o trabalhador fica parado e reduzin-do seus esforços na busca de ocupação as que; unificam a comunicação entre as instituições envolvidas no Programa, aumentando a eficácia

Como fator de colaboração indireta no objetivo do Programa aparece todo o conjunto de infomações voltadas para o aprofundamen-to do conhecimento do Setor Informal, permitindo a indicação de a-ções corretoras dos planos desencadeados e a proposição de novas a-ções O CONHECIMENTO obtido com a realização do Programa deverá ser Objeto de permanente reflexão tanto por parte dos técnicos envolvidos ao trabalho, como por parte da população objeto do mesmo.

Complementando do as informações que serao obtidas na operação do programa e processadas centralmente a nível regional, deverão ser realizadas ás pesquisas que se faça necessárias. No momento, já se coloca como imprescindível um conhecimento mais preciso do volume de ocupação, subocupação a desocupação do Setor Informal, identificando as categorias ocupacionais mais relevantes.

Descrição Sumária do Programa

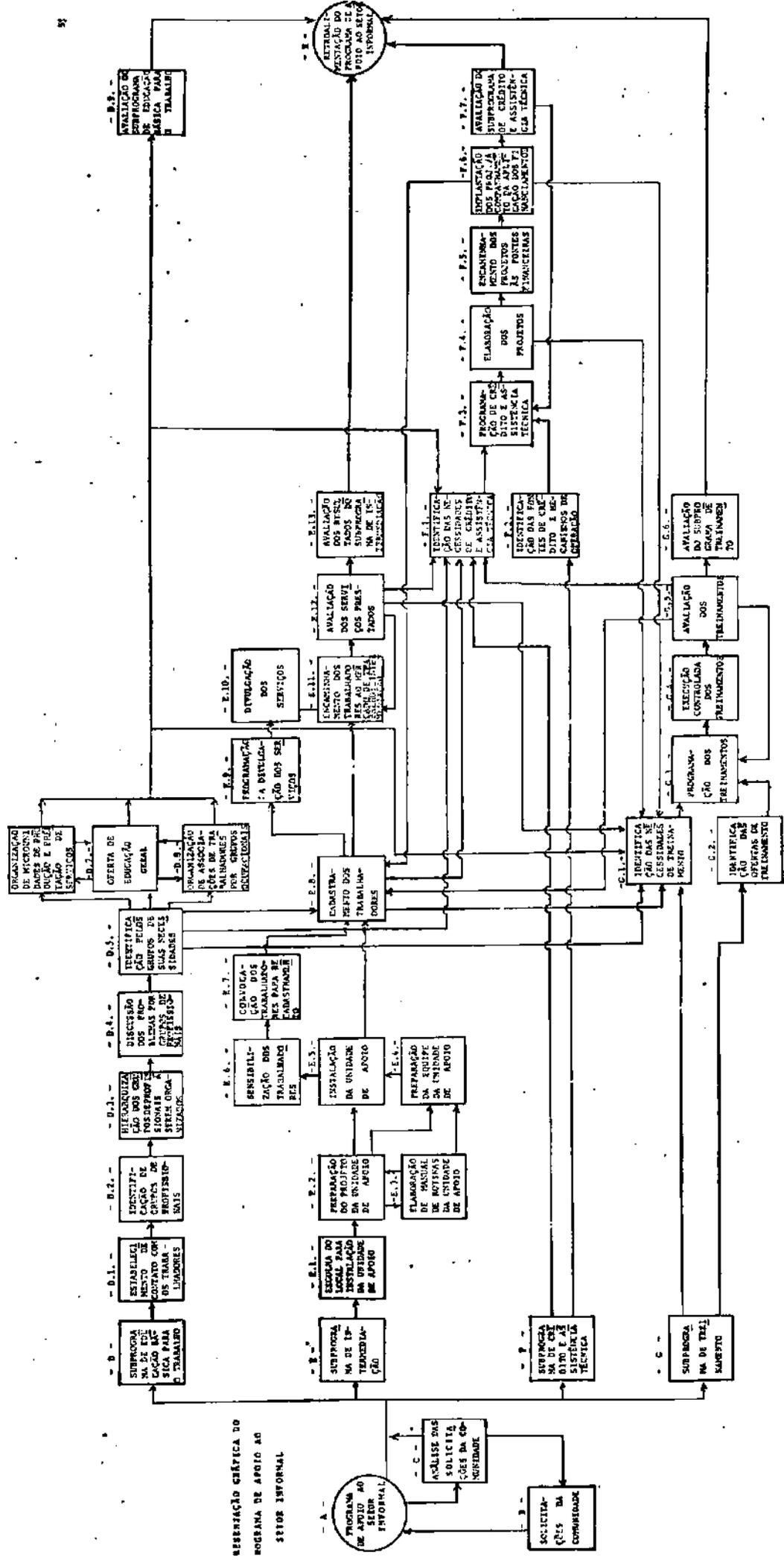
O diagrama de blocos que aparece em seguida contém sinteticamente, a **representação gráfico do Programa** de Apoio no Setor Informal onde aparecem suas partes principais interrelacionadas (ver a **descrição detalhada em anexo**). A proposta se apresenta de modo aberto para a comunidade, esperando-se **contar com sugestões, solicitações e críticas dos beneficiários**

O **gráfico** contém quatro grandes linhas de **ação, correspondentes** aos quatro subprogramas que o Programa de Apoio ao Setor Informal engloba a) educação Básica para o trabalho. b) intermediação entre a oferta e a procura de serviços ao Setor Informal c) crédito e assistência técnica e autônomo microunidades de procuração e associações de trabalhadores treinamento profissional e gerencial,

. De permeio em toda a malha proposta corre um **fluxo da informação** que atenda no mesmo tempo a **várias Finalidades**. operação de cada subprograma, interligação entre eles relacionamento **entre a oferta . a procura de serviços do Setor Informal controle** de operação dos subprogramas e controle da qualidade **dos produtos esperados pelo Programa**, O **detalhamento do diagrama de blocos** que se apresenta em seguida tem a finalidade de explicitar melhor o **conjunto das ações propostas**.

3.2.1 Subprograma da Educação básica para o Trabalho

O Subprograma de Educação Básica para o Trabalho concentrará **esforços na direção de ações educacionais voltadas para a preparação do homem para consumir as informações necessárias a sua integração satisfatória no mercado de trabalho, Todo o processo será centralizado no próprio homem, evitando-se a princípio, construções de prédios específicos objetivando-se com isto uma ação desenvolvida a partir do indivíduo para as instituições, em contraposição ao planejamento das instituições para a educação do indivíduo.**



APRESENTAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE APOIO AO SETOR INFORMAL

A - PROGRAMA DE APOIO AO SETOR INFORMAL

C - SOLICITAÇÕES DA COMUNIDADE

B - SOLICITAÇÕES DA COMUNIDADE

G - SUBPROCURA NA DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO

F - SUBPROCURA NA DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES DE CAPACIDADE DE EXTENSÃO

E - REGISTRAÇÃO DO TRABALHO

D - IDENTIFICAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO

B - IDENTIFICAÇÃO DE CRUZEIRO DE PROFISSIONAIS

A - PROGRAMA DE APOIO AO SETOR INFORMAL

A priori, este Subprograma terá sua organização na própria equipe central da Secretaria Estadual de educação, que se ligará, diretamente, aos grupos instrumentais, Entende-se por grupos instrumentais aqueles formados por indivíduos de uma mesma profissão ou ocupação que assumem as mesmas condições trabalhistas na sociedade.

O Subprograma funcionará de modo totalmente informal, aproveitando os espaços disponíveis nas instituições normais da comunidade e dirigindo seus esforços no sentido de que essas instituições absorvam estas atividades como se fossem outras quaisquer pertencentes aos seus estatutos.

EM linhas muito gerais o processo educacional a ser desenvolvido implicará nos seguintes passos a) estabelecimento de contato com os trabalhadores b) identificação e hierarquização de grupos de profissionais específicos ou de atividades afins c) realização de seminário preparatórios d) organização dos grupos instrumentais para discussão dos problemas que lhes são afetos e identificação de suas necessidades e) preposição de solução ou, dentro do próprio Subprograma de Educação Básica para o trabalho com a oferta de educação geral, a organização de microunidades de produção e de prestação de serviços e a organização de associações, de trabalhadores por ocupação e preposição de soluções com apoio nos demais Subprogramas; Intermediação, Crédito e assistência Técnica e Treinamento f) avaliação periódica dos trabalhos realizados aplicando-se alguns indicadores apresentados adiante.

Espera-se como resultado da execução deste Subprograma que os profissionais mobilizados conheçam sua realidade diante do mercado de trabalho e tomem posição para vencer as suas dificuldades, desenvolver as suas possibilidades e criar condições para o seu desenvolvimento Com isto, eles estarão melhor instrumentados para o acesso aos outros serviços colocado a sua disposição pelos demais Subprogramas,

3.2.2. Subprograma de Mediação

É através deste subprograma que serão desenvolvidos esforços no facilitar o relacionamento entre a oferta e a procura serviços prestados pelo Setor Informal da economia Com esta finalidade serão instaladas em prédios próprios governamentais Unidades de Apoio, com a função de intediação entre as duas partes interessadas. I

Essas Unidades funcionarão, com equipes especialmente preparadas para operá-las, durante treze horas diárias ininterruptas, Segundas às sextas-feiras, e nos sábados, das sete às treze horas. Com o amadurecimento do serviço de Intermediação, as unidades de Apoio poderão vir a funcionar em horários ordinários, para o atendimento de solicitações de emergencia Sua localização deverá ser, preferentemente, próxima aos trabalhadores e, na medida do possível reduzindo as distancias com relação aos usuários dos serviços.

Em muito gerais, seu funcionamento implicará nas seguintes operações básicas a) cadastramento de trabalhadores por categoria profissional b) divulgação dos serviços disponíveis c) recebimento dos pedidos de trabalho pelos usuários de serviços- d) encaminhamento dos trabalhadores para atendimento das solicitações, e) controle da qualidade dos serviços prestados com apoio no pronunciamento dos usuários.

Durante a operação desta subprograma poderão ser identificadas- deficiencias ou necessidades dos trabalhadores, que *levarão a* encaminhá-los a serviços que funcionem paralelamente a este a) obtenção de documentos; b) treinamento profissional e gerencial c) obtenção de crédito para compra de insumos e equipamentos de trabalho, d) associações de trabalhadores-

Espera-se como resultado da execução do Subprograma de Intermediação a) que se encurte o tempo de desocupação dos trabalhadores do Setor Informal b) que lhes seja dado

apoio paralelo no sentido de obter documentação, melhorar sua qualificação profissional o se equipar para o trabalho; c) que se reduzam seus esforços na procura do ocupação, e, finalmente, d) que se eleve a renda dos trabalhadores do Setor Informal agenciados pela Unidade de Apoio.

Subprograma de Crédito e Assistência Técnica

O Subprograma de Crédito e Assistência Técnica deverá contemplar tanto os trabalhadores autônomos detetados pelo Programa de Apoio, como os microempresários. Em ambos os casos, o financiamento tem o caráter de crédito orientado, em função das necessidades e interesses do cliente.

Serão assistidos os casos que apresentem viabilidade sócio-econômica e trabalhadores que constituem empresários em potencial.

O Subprograma prevê a participação do público-meta em todas as fases da execução, devendo o modelo de ação surgir de baixo para cima, a partir da realidade.

O Subprograma pretende interferir nos seguintes pontos: financiamento, assistência técnica, transformação dos autônomos em microempresários e treinamento gerencial. Quanto ao financiamento, pretende-se chegar à criação de linhas de crédito específicas, para torná-lo instrumento mais acessível aos beneficiários de baixíssimo nível de renda. Inclusive de verá promover-se uma uniformização das diversas linhas de crédito. Os projetos de investimento deverão ter duas direções fundamentais: aumentar o capital circulante e possibilitar o financiamento de equipamentos de trabalho.

A assistência técnica se caracteriza pela formação administrativa de gestão do trabalhador autônomo ou microempresário. Trata-se de complementar a formação profissional com aspectos administrativos, como conhecimento sobre venda, custos, controle de pagamento e recebimento, compras, etc. Para facilitar a aquisição do crédito, poderão ser agrupados

dois ou mais autônomos, cora ocupações complementares, era uma microemnresa,

O treinamento gerencial e uma das formas de prestação de assistência técnica e se dá no acompanhamento da aplicação dos recursos, no sentido de proposição de mudanças para adequação do programa ao financiamento solicitado.

A atividade de preparação de mão-de-obra se apre-se-ta como um componente do Programa de Apoio ao Setor Informal na medida em que poderá oferecer aos trabalhadores melhore; oportunidades a condições de ocupação e renda.

O treinamento terá como objetivo geral contribui para a formação ou melhoria da qualidade da mão-de-obra, de forma a adaquá-la as necessidades do mercado de trabalho.

O treinamento sara de duas -naturezas -.

a) Profissional objetivando a aquisição de habilidades necessárias ao bom desempenho na prestação ae serviços.

b) Gerencial - objetivando uma melhor administração do traba-

lho, quer autônomo, quer sob a forma de micro-empresa ou associação de trabalhadores.

O encaminhamento dos trabalhadores para treinamanto resultara das seguintes fontes de informação a) Subprograma de Intermediação (registro no cadastro de baixa ou nenhuma preparação para o trabalho, e depoimento dos usuários sobre a qualidade dos serviços prastados); b) as solicitações da comunidade c) as necessidades diagnosticadas pelo pro-prio serviço do treinamento, segundo estudos de perspectiva do mercado de trabalho.

Depois de treinados, os trabalhadores serão encami-nhados aos serviços oferecidos pelo Programa, após consta-tatado um nível satisfatório no seu desempenho profissional

Os treinamentos serão predominantemente práticos, utilizando-se primordialmente, como campo experimental, locais de oferta de serviços públicos (hospitais, praças e jardins, prédios escolares, instituições beneficentes), onde serão executados serviços de ampliação, conservação e reparo por diversas categorias ocupacionais, método que proporcionará, além da qualificação do pessoal, a conservação desses ambientes, a baixo custo.

Serão de duas naturezas as atividades a serem desenvolvidas pelo serviço de treinamento:

- a) atividade de Planejamento e Coordenação
- b) atividade de execução

O planejamento do treinamento se constituirá da identificação das necessidades e do conhecimento da oferta de treinamento, no sentido de adequação demanda x oferta e na elaboração da programação e projetos de treinamento.

A execução compreenderá a orientação profissional.. a promoção, o acompanhamento, o controle e a avaliação de projetos de treinamento, cobrindo desde a fase de projetamento até a avaliação da execução. Estas funções serão de responsabilidade das entidades treinadoras.

Serão utilizadas como estratégias para o desenvolvimento do subprograma

- a) a utilização máxima dos recursos da comunidade (no levantamento de necessidades, na execução dos treinamentos na seleção de instrutores, espaços físicos e equipamentos)
- b) a execução dos treinamentos em serviço, de forma simples e prática;
- c) a orientação a organização de trabalhadores, em associações, em microunidades de produção ou outros tipos de organização.

Poderão ser utilizados, como instrutores, além dos pertencentes aos quadros dos órgãos treinadores, pessoas da comunidade, - devendo estas passarem por uma preparação que cobrirá tanto a parte tecnológica, com a metodologia de ensino.

3.3. Metodologia de Execução

A interação entre organismos que desenvolvem ações num determinado espaço ou sobre um determinado objeto, tem sido uma constante nas recomendações e no discurso dos planejadores. Neste programa, foram dispensados os argumentos sobre a necessidade e conveniência de intervenção interinstitucional,, partindo-se para seu exercício, a começar da própria elaboração do programa.

Agora o que se pretende é uma definição de responsabilidades para que a execução do programa seja realizada com eficiência e presteza.

De início, releva destacar que o número de instituições envolvidas, não significa exclusão ou discriminação contra outro organismos, que de uma forma ou outra desenvolvem ações dirigidas para o setor informal. Partiu-se de um pequeno número de instituições única exclusivamente para facilitar o entendimento, a definição de uma linguagem comum compreendendo objetivos e mecanismos de operacionalização. Iniciada a execução do programa, outras instituições serão convidadas a integrá-lo ampliando o leque de suas atividades e o número de pessoas atendidas. Com efeito, durante as discussões constatou-se ser possível a elaboração de um programa de apoio ao Setor Informal, praticamente sem alterações significativas] na programação das instituições sem a necessidade de comprometimento adicional de volumosos recursos .

A consciência de que todas as organizações manipulam recursos públicos e de que , sua única razão de existir é a população para a qual prestam serviços, PERMITIU uma abordagem da problemática de Setor Informal de maneira multissetorial e integrada. Desse modo as ações de uma Instituição que, por sua própria estrutura legal teriam de ser necessariamente restritas, limitadas, agora passarão ter os desdobramentos identificados como necessários, através da integração de , outros organismos que darão a continuidade requerida para complementar a intervenção iniciada. E é precisamente essa intercomplementariedade que possibilitará um atendimento mais abrangente e mais eficaz a população imprimindo maior amplitude e eficiência à ação de todas de cada uma das instituições envolvidas.

Por outro lado, a consciência dessa intercomplementariedade levou a identificação da necessidade da, definição de uma coordenação, de modo a assegurar rapidez de comunicação, fluidez do intercâmbio, preservação *do* objetivos, acompanhamento controle da execução. dada a multiplicidade do instituições que podem integrar o programa, pensou-se que a coordenação deveria ser desenvolvida em dois níveis uma Coordenação Executiva a nível Estadual., composta por representantes das instituições envolvidas, sob a presidência de Secretaria do Trabalho e uma Coordenação Regional, a cargo da SUDENE/Departamento do Recursos Humanos.

A Coordenação executiva caberia a responsabilidade pelo interrelacionamento entre as diversas instituições, convocando-as para a discussão dos problemas definição de objetivos, distribuições de responsabilidade e avaliação dos resultados.

A Coordenação Regional caberia a promoção de intercâmbio das experiências vivenciadas em outras áreas o tratamento das informações geradas pelo programa e sua distribuição entre as instituições participantes, a promoção de contatos e intervenções destinadas a obtenção de recursos o facilidades para o programa.

3 3.1. Subprograma da Coordenação e Informação A Coordenação do Programa de Apoio ao Setor Informal se realizará em dois níveis regional e estadual. A Coordenação Regional será encargos da SUDENE e tem como atribuições o acionamento das diversas instituições que participação do Programa, a coordenação da elaboração do documento básico, a negociação de recursos financeiros a implantação do Programa nos diversos Estados da Região, o controle da execução a nível regional, bem como a avaliação periódica dos resultados. A nível estadual haverá uma Coordenação Executiva, -composta de representantes das instituições envolvidas, sob a presidência da Secretaria Estadual do Trabalho. A Coordenação Executiva caberá o planejamento e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Programa de Apoio ao Setor Informal,

Cada Subprograma contará com a , responsabilidade direta de uma instituição, devendo esta colocar dois técnicos a representação junto a Coordenação executiva. Assim o Subpro grama de Educação Básica para o Trabalho será de responsabili-, dade dereta da Secretaria estadual de educação os Subprogra- mas de Intermediação o do Treinamento do responsabilidade da Secretaria Estadual do Trabalho e o Subprograma de Credito e Assistência Técnica do responsabilidade de òrgão agenciador de crédito, no caso de Pernambuco a União Nordestina do Assisten- cia a Pequenas Organizações (UNO) ,

Os técnicos responsáveis por cada Subprograma serão integrantes da Coordenação Executiva além dos representantes das demais instituições envolvidas,

A Coordenação Executiva do Programa se reunirá mensalmente ou quando se fizer necessário. Destas reuniões resultarão Relatórios de Acompanhamento da Execução que serão a cada semestre instrumento para a avaliação parcial do Programa.

Cada subprograma utilizara instrumentos de controle o avaliação que servirão a execução dos trabalhos, assim como ao registro de informação para a construção das estatísticas de controle da execução

Estas informações serão processadas pelos Subprogra- mas de Educação Básica para o Trabalho de Crédito e Assistên- cia Tecnica e de Treinamento. No entanto, para o Subprograma do Intermediação, dado o grande volume de operações que reali-za o processamento dos dados será feito eletronicamente, na SUDENE para todos os Estados. Com base nos relatórios men- sais, bem como nas estatísticas de controle de cada Subprogra- ma, será feita, a cada semestre, uma avaliação do Programa de Apoio, pela Coordenação executiva, dando como produto um Rela- tório Semestral para cada Estado. Os resultados serão apresen- tados no Seminário Regional de avaliação, a ser promovido a- nualmente pela SUDENE a nelas Coordenações Executivas do Pro- grana, Desses Seminários Regionais resultarão relatórios regionais de Avaliação.

3.2. Subprograma de Educação Básica para o Trabalho

A coordenação deste Subprograma estará afeto a Secretaria Estadual da Educação, através de um *Grupo Especial* da Diretoria de Serviços Educacionais. A equipe de execução será composta por técnicos em desenvolvimento de grupos comunitários, os quais trabalharão junto às comunidades, localizando-se nos ambientes ali disponíveis.

O primeiro passo para o início do processo educacional a ser desenvolvido é o de delimitação do universo de trabalho. Segue-se a este a identificação das categorias Profissionais que serão mobilizadas proporção em que os grupos forem se caracterizando como grupos instrumentais, ser-lhes-ão dadas as informações necessárias para facilitar a escolha de suas diferentes alternativas de estruturação em órgãos próprios e Independentes.

Caberá ao subprograma de educação Básica para o Trabalho oferecer ou por à disposição destes grupos os diversos programas de educação, quer sejam supletivos, formais ou não formais, pertencentes ao Sistema educacional, ou encaminhá-los a outros. desde que seja opção do próprio grupo

Os grupos instrumentais serão compostos de, aproximadamente, *doze* elementos, que agirão conforme uma programação estabelecida pelos seus membros em horário e dia mais conveniente a todos, sendo o intervalo de suas reuniões de prazo variável mas nunca demasiadamente espacado. Em cada reunião, sempre será estabelecida a data da seguinte. Porém, as quatro primeiras reuniões que se denominam, conjuntamente, Seminários Preparatórios, serão previstas marcadas e planejadas pela equipe técnica e terão como função específica informar sobre a metodologia do Subprograma, levantar temas de interesse de discussão destinados ao desenvolvimento dos componentes do grupo e prepará-los para assimir a ordem e a direção dos debates de seus problemas..

A proporção que as reuniões ocorrem, os técnicos passarão a ter, cada vez mais menos atuação no grupo e deverão

chegar a uma situação em que não seja mais necessária a sua presença. Nesse momento, o Subprograma de Educação Básica para o Trabalho passará a proporcionar a assistência que for demandada pelos grupos, que deverá ser imediata e eficiente.

3,3.3. Subprograma de Intermediação

A coordenação das atividades de operação de Subprograma de Intermediação ficará subordinada às Secretarias de Trabalho. As referidas Secretarias deverão instalar este serviço em Unidades de Apoio, que servirão de agentes de intermediação para os trabalhadores autônomos de baixa renda.

Para a escolha dos locais onde serão implantadas as *Unidades de Apoio* cujo critério é o da concentração da mão de obra, serão utilizados os dados disponíveis nas Secretarias estaduais do Trabalho, nas Prefeituras Municipais e nos órgãos locais de planejamento urbano.

Definida a localização será elaborado um lay-out para cada unidade explicando-se os ambientes necessários e seus equipamentos. As unidades serão instaladas - preferentemente - nos Centros Sociais Urbanos ou similares. O lay-out será acompanhado da definição do modo de funcionamento do serviço, dos indicadores de qualidade de operação da Unidade, do sistema de controle da execução dos trabalhos. Tais definições incluirão a elaboração de formulários destinados ao controle da execução do serviço.

Paralelamente, será preparado o pessoal que vai operar os serviços com o que se instalará a Unidade. O primeiro passo a ser dado na execução de cada Projeto consistirá na sensibilização das lideranças da comunidade onde estiver sendo instalado, seguindo-se a isto a convocação dos trabalhadores. Com esta finalidade, serão utilizados pontos naturais de reunião de pessoal do bairro: clubes, igrejas, etc.

Convocados os trabalhadores, a medida em que estes procurem a Unidade, serão cadastrados e classificados segundo

a categoria ocupacional. Na ocasião, serão submetidos a alguma prova indicadora da qualificação profissional, que permita separar os preparados para o trabalho e os que necessitem de treinamento. Ao Lado desta ação, será desencadeada uma outra, de programação da divulgação, nela cidade, da oferta de mão-de-obra que e Unidade de Apoio estará apta a intermediar a partir das indicações do cadastro do pessoal a ser encaminhado ao mercado de trabalho, A divulgação da oferta de mão-de-obra disponível. será feita através da televisão, rádio, jornal, cartes e outros meios do que se disponha. A princípio, com mais intensidade e à medida em que o serviço fique sendo conhecido, diminuindo até um ponto mínimo de manutenção da propaganda da oferta de trabalho. Acionados todos os mecanismos descritos, espera-se que atenda a demanda pelos serviços.. o que permitirá a operação de intermediação entre a oferta e procura. Esta operação consistirá no seguinte solicitados os serviços pela procura, desoacham-se mensageiros, em bicicletas, ou outros meios que se mostrem mais convenientes. com os endereços dos trabalhadores capazes de executá-los. A sua convocação obedecerá a um sistema de rodízio, que será quebrado somente quando da ocorrência de algum evento extraordinário. Por Exemplo, quando o serviço prestado for apontado, pelo usuário, como de baixa qualidade, o que levará a retirar, provisoriamente- o trabalhador de cadastro e a encaminhá-lo para treinamento. Além disso, os trabalhadores; de conformidade com e caso, poderão ser enviados para obtenção de crédito para compra de equipamentos; ou como capital de giro, através do Subprograma de Crédito e Assistência Técnica, e para se beneficiarem das ações do Subprograma de educação Básica para o Trabalho,. que lhes orientará na educação geral e formação de associações Profissionais ou microunidades de produção e prestação de serviços

avaliação do Subprograma será realizada de duas maneiras através do preenchimento de formulários adequados e de relatórios mensais. Tanto os formulários, como os relatórios servirão à Coordenação Executiva de subsídios para as

avaliações do Proorama de Apoio para as avaliações regio- nais, a serem efetuadas através do seminários anuais, à cargo | da SUDENE.

3 3.4. Subprograma do Credito e "Assistencia Técnica

O Subprograma de Crédito o assistência Técnica deve-rá contemplar tanto os trabalhadores autônomos detetados pelo Programa de Apoio como os microempresários, Em ambos os ca- sos, o financiamento.bancário tem o caráter do credito orien- tado, em função das necessidades o interesses do cliente.

A proposta de financiamento é elaborada com a parti- cipação do interessado, através do qual é planejada a a integra- çao de ações , visando a utilização adequada do financiamento, como ainda o planejamento das atividades metodologicas do treina- mento gerencial

Dada uma certa tradição em os bancos Oficiais finan- ciarem para microempresas a credito dirigido a estas organi- zações absorverão o sistema normal de atendimento. Para as financiamentos e trabalhadores autonomos no entanto. será ne- cessario contato com agentes financeiros para definição de li- nhaa de credito especiais considerando os valores maximos mínimos do financiamento - como - forma de pagamento e a companhamento de crédito,

ação junto aos trabalhadores autônomos a executada a partir do cadastramento realizado pela Intermediação No ca- so dos microempresarios a identificação é feita pela locali- zação das empresas , por estagiários, e aplicação de questioná- rios para caracterização das necessidades reais dos , trabalha- dores. Uma vez detetada a necessidade de credito e, sendo assistência gerencial e técnica de interesse da clientela é elaborado um projeto para aplicação de recursos, após diagnos- ticada a situação do trabalhador ou microempresário o vistas as condições de viabilidade socioeconómica do investimento

Elaborado o projeto, este é **encaminhado** sob a **forma** de uma Proposta do Crédito, ao Agente Financeiro, quando se-rá acompanhada- segundo as condições determinadas pelo acordo que vier a ser estabelecido.

As fases de implantação do projeto, e acompanhamento **de** sua executam a partir da elaboração do crédito, deverão ter tratamentos diferenciados no caso das microempresas. Serão obedecidos os mecanismos em vigor, utilizados neles órgãos agenciadores de crédito, no caso de **Pernambuco**, a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO); no caso de trabalhadores autônomos que pretendem estabelecer-se em microempresas o procedimento será o mesmo do anterior no caso de trabalhadores autônomos, pura e simplesmente, implantação, o acompanhamento e a aplicação dos financiamentos deverão ser tratados em conjunto pelo órgão responsável pelo Subprograma de Crédito - Assistência técnica e o responsável pelo Subprograma de Intermediação, principalmente no caso de avaliação dos serviços prestados pelos trabalhadores.

Na fase de acompanhamento e controle serão identificados necessidades de assistência técnica que poderão ter a forma de cursos mensais programados, se a ação for grupal, ou através de um tratamento individual, por microempresa.

Com a possibilidade do ser grande o número de pessoas físicas a serem beneficiadas, o acompanhamento dos autônomos deverá ser realizado juntamente com o Subprograma de Intermediação, Os dados relativos ao controle e AVALIAÇÃO das ações desenvolvidas deverão ser registradas para fins de controle estatístico.

Subprograma de Treinamento

A coordenação de atividades de programação e operação do Subprograma do treinamento ficará a cargo de uma comissão constituída pela Secretaria Estadual do Trabalho e entidades de treinamento. As atividades de programação se darão com base em informações operacionais resultantes do processo de

cadastro e intermediação de solicitações da comunidade e do conhecimento da demanda de mão-de-obra pelo mercado Informal de trabalho, A compatibilização entre a demanda de treinamento e a oferta do serviço de preparação de mão-de-obra poderá levar a estimativa de um deficit cujo atendimento deverá ser objeto de uma programação.

Será necessária uma articulação entre o serviço de treinamento e o de intermediação, tanto para aproveitamento das ofertas de treinamento, como para que as informações sobre necessidades de preparação possam alimentar a programação de treinamento. As demais solicitações da comunidade serão levadas trimestralmente junto as entidades de fins comunitárias (OSUs, associações de Bairro, Entidades Religiosas, Sede Esportivas, Clubes Recreativos, Sindicatos, etc.

Outras áreas ocupacionais prioritárias para treinamento poderão ser identificadas através de estudos sobre o setor informal produzidos pelo Programa de apoio, por **órgãos** de desenvolvimento e órgãos de pesquisa social

A identificação da oferta de treinamento será realizada pela Secretaria do Trabalho através de levantamentos junto a rede prestadora de serviços de treinamento. Esta oferta deverá estender-se a instituições que embora não sejam específicas de treinamento executam programas de preparação de mão de obra.

A programação de treinamento será feita semestralmente com flexibilidade para alterações que poderão ser realizadas segundo solicitações da demanda Mensalmente, será procedido, pela coordenação constituída de técnicos das entidades de treinamento, o acompanhamento e controle da programação ocasião em que poderão ser introduzidos novos treinamentos ou cancelados outros, para os quais não hajam solicitações.

As solicitações do financiamento serão realizadas pela Coordenação executiva do Programa de Apoio, cabendo ao **Sub-** programa do Treinamento apresentar proposta e indicar possíveis fontes financeiras, Os projetos de treinamento serão em

labora-los por cada entidade executora. A execução dos projetos do treinamento e seu acompanhamento estarão a cargo de cada entidade.

o acompanhamento gerencial do programa será efetivado pelo grupo constituído de técnicos das entidades de treinamento o deverá servir para avaliar tanto a programação em si como os meios disponíveis para atingi-la; recursos humanos, financeiro e materiais.

A avaliação dos treinamentos deveser feita nela entidade executora, devendo as informações ser compatibilizadas nela Secretaria do Trabalho, com vistas a alimentação novas programações .

A avaliação do subprograma de treinamento será feita anualmente pelo grupo constituída técnicos das entidades treinamento em articulação com as coordenações dos demais sub' programas.

PROJETOS PARA EXPERIMENTO DO MODELO NA CIDADE DO
RECIFE

Localização

Tendo em vista a concentração populacional, o nível de renda, a atuação de órgãos que trabalham com o Setor Informal na área, o projeto experimental terá sua localização limitada ao bairro de Casa Amarela, especificamente nas áreas a seguir caracterizadas.

As áreas dos Morros da Conceição e Alto da Esperança, estão incluídas no Projeto CURA. Avenida Norte, em fase de implantação pela Empresa de Urbanização (URB) do Recife.

O Morro da Conceição e o Alto da Esperança são áreas contíguas, localizadas no Bairro de Casa Amarela, às margens da Avenida Norte, se caracterizando como aglomerados subnormais, densamente povoados, com área total de 48,2 hectares e população de 25.000 habitantes.

a) CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS

MORRO DA CONCEIÇÃO

População = 15.000 hab,
Área = 33,5 ha.

Densidade Populacional = 448 **hab/ha**.

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

Renda Média Familiar = 3 salários mínimos regionais

Moda da Renda Familiar = 1 a 2 salários mínimos regionais

Atividade Informal = 22% dos chefes de família (Subemprego)

Propriedade = 70% dos moradores são proprietários

Tempo de Moradia = 46% dos moradores residem na área há mais de
15 anos

Educação Analfabetos = 22%

1º grau incompleto = 47%

1º grau completo = 19%

ALTO DA ESPERANÇA,

População = 10.000 hab. Área = 14,7 ha.

Densidade Populacional = 680 hab/ha.

INDICADORES SÓCIOS ECONÔMICOS

Renda Média Familiar - " salários mínimos regionais

da renda Familiar = 3 a 5 salários mínimos regionais

Atividade Informal = 23% dos chefes do família (subemprego)

Propriedades - 90% dos moradores são proprietários

Tempo de Moradia = 42% residem na área ha mais de 15 anos

Educação: O grau de instrução dos chefes de família corresponde ao 1º grau incompleto.

b) FORMA DE ATUAÇÃO -SISTEMA DE AÇÃO COMUNITÁRIAS

A experiência comunitária na implantação do Programa CURA nos Morros evidenciou a factibilidade e a eficácia da participação da população na execução das obras e na iniciativa de solução de seus problemas básicos .

SISTEMA DE AÇÕES COMUNITARIAS

Prefeitura da Cidade de Recife, baseada na sua filosofia de governo e ciente dos bons resultados obtidos com esta experiência, decidiu nela criação de um sistema de ações comunitárias, concentrando os esforços de todas as suas Secretarias uma ação integrada através do escritórios avançados de planejamento em cada comunidade , promovendo a descentralização das decisões o criando canais, diretos a participação da população.

-traves do sistema serão acionados os meios e recursos disponíveis para desenvolver um programa de trabalho nas comunidades de baixa renda envolvendo um elenco de ações diversas

a) melhorias físico urbanísticas de serviços públicos

b) Ações sociais voltadas para o desenvolvimento de atividades produtivas e pra o atendimento as necessidades de educação-saúde, cultura e lazer.

Paralelamente nos programas de ação do secretariado municipal, o sistema está articulado diretamente ao programa habitacional para a população de baixa renda do Projeto Recife, era fase de elaboração e implantação através de convênio firmado com o Banco Nacional de Habitação, com investimentos da ordem de Cr* 1.034.705.702,40. Conforme o programa estabelecido, os primeiros escritórios do sistema de ações comunitárias já estão implantados, nas áreas do Alto da Esperança, Morro da Conceição, Alto da Favela, Coque Brasília Teimosa. Para as próximas etapas, esta prevista a sua implantação em 27 áreas, compreendendo, no total, uma população de 300.000 habitantes a serem atendidos pelo sistema.

Ações previstas e instituições envolvidas

4.2. 1. Subprograma de Coordenação e Informação

nível regional a Coordenação ficará a cargo da SUDENE através de seu Departamento de Recursos Humanos sua participação inicial será mais intensiva na fase de experimentação do Programa no Estado de Pernambuco onde "desenvolverá esforços em conjunto com a Coordenadoria executiva Estadual. Esta será presidida pela Secretaria do Trabalho. Ação Social o composta por representantes das instituições envolvidas, inclusive pelos responsáveis por cada Subprograma .

o Programa será implantado a partir de agosto devendo a Coordenação executiva para controle da execução se reunir mensalmente. De todas as reuniões sempre resultarão relatórios críticos com registro do andamento da Programa e orientação para correções, Estes relatórios, juntamente com os dados estatísticos que os informar por subprograma, serão material para avaliação semestral do Programa Estadual, e para os Seminais Anuais a Nivel Regional, a serem promovidas pela SUDENE

2, Subprograma de Educação Básica para e Trabalho

Este Subprograma será de responsabilidade direta Secretario de Educação do Estado de Pernambuco, que constituirá uma equipe de educação básica para o trabalho dentro dos princípios de educação não formal. Esta equipe será composta de dois técnicos de nível superior, com formação pedagógica específica , incluindo, necessariamente, conhecimento de desenvolvimento de comunidade., e seis auxiliares técnicos de nível médio, ou Tecnólogo. com formação nas áreas de administração, de educação de grupos e de organização para o trabalho. Estes técnicos planejarão as ações educacionais a serem promovidas a partir de própria comunidade, tendo como fundamento as seguintes atividades para os primeiros seis meses a) estudar as informações fornecidas pelo Subprograma de Intermediação

quanto aos tipos e quantidades dos profissionais cadastrados
 b) fazer, aproximadamente *abordagem* a 25 grupos profissionais constituídos informalmente c) realizar 12 seminários preparatórios para categorias profissionais específicas d) participar, objetivando orientação e desenvolvimento, das reuniões de grupos profissionais; constituídos em cada seminário. e) elaborar, juntamente com os Subprogramas de Treinamento e de Crédito e Assistência Técnica currículos de cursos visando organização do trabalho e aperfeiçoamento profissional;- f) elaborar ou selecionar, currículos para suprir as necessidades de educação geral dos grupos de trabalhadores, apoiando-se em órgãos especializados (Divisão Ensino Supletivo, na própria Secretaria, Secretaria Educação MOBRAL Fundação Guararapes, da Secretária de Educação de Municípios do Recife e escolas locais de qualquer instituição).

Este Subprograma utilizará o mais possível todos os recursos físicos disponíveis na comunidade, desde as praças, residências, as instituições religiosas, culturais, recreativas e educacionais. As praças e residências serão usadas para desenvolvimento de pequenas ações educativas ou início do processo educacional, sendo preferentemente empregadas na abordagem de grupos informais e nas ações educacionais de alfabetização, 1º a 2º grau.

Os clubes e igrejas servirão predominantemente, para o desenvolvimento dos grupos profissionais constituídos em evolução para as associações, cooperativas, microempresas, empresas comunitárias etc.. Estes ambientes também serão utilizados em épocas próprias, para complementação do processo não formal de educação geral, acionado inicialmente em ambientes socialmente mais íntimos.

As instituições educacionais locais serão usadas em seus momentos ociosos para a realização dos seminários preparatórios e outras ações de apoio que se fizerem necessárias.

Subprograma de Intermediação

Será instalada uma Unidade de Apoio no Bairro de Casa Amarela. Para a complementação das instalações será indis-

pensável a aquisição destes equipamentos

07 bureaux
 10 cadeiras
 03 mesas para maquina
 02 maquinas de escrever
 1 maquina de calcular
 2 telefones
01 armario de aço
 1 arquivo de .aço
 2 fichário de aço 01
 balcao de recepção 01
 banco para o público 04
 mobiletes

O funcionamento da Unidade de Apoio deverá dispor da seguinte equipe

a) Um Coordenador e um Auxiliar de Coordenação, que se revelarão no comando da Unidade durante todo o seu período de funcionamento.;

b) Uma Secretaria que apoiará a Coordenação

c) Um técnico em treinamento, que identificará as necessidades e programará a promoção da melhoria da qualificação dos trabalhadores, além de informar os objetivos do programa a cada novo grupo de trabalhadores

d) Quatro auxiliares técnicos que farão; recepção a encaminhamento , tanto dos pedidos de serviço como dos trabalhadores, registro das informações, o apoio à programação dos treinamentos

e) Dois datilografos ;

f) Quatro mensageiros que localizarão os trabalhadores convocados pela Unidade

g) Um motorista,

h) Um servente.

Todos os componentes da Unidade trabalharão durante quarenta, horas semanais, Esta Unidade funcionará durante 12

(treze) horas diárias, ininterruptas, das 07 às 20 horas, de segunda a sexta feira e aos sábados das 07 as 13 horas. No entanto, nenhuma pessoa do operação da Unidade trabalhara mais da 40 horas semanais. Conforme a aceitação no mercado da trabalho a Unidade do Apoio poderá vir a funcionar com plantões noturnos o dominicais, Neste caso, haverá necessidade de aumento do numero do pessoal

divulgação a ser feita Será de duas ordens: a) junto aos trabalhadores, fazendo contato com as lideranças locais, distribuindo panfletos e cartazes em pontos estratégicos, fazendo circular automóveis com auto falantes a lançando audiovi-suais pelos meios de comunicação de massa e b) junto aos usuá-rios dos serviços- utilizando-se também dos meios de comunica-ção de massa, sobretudo televisão, fazendo distribuição de pan-fletos nas escolas, nas residências mais afastadas dos bairros próximos ao serviço, nos estacionamento dos supermercados, re metendo cartas às empresas publicas e privadas. Ocasionalmen~ te será dado um reforço na divulgação com o envio de Panfletos com as contas de luz a telefone.

Após um ano de funcionamento e com. resultados das avaliações realizadas, será instalada uma nova Unidade de Apoio em local a ser determinado.

Subprograma de Credito e Assistência Tecnica

O Subprograma do Credito o Assistencia Técnica será de responsabilidade direta da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) órgão vinculado ao CEBRAE. A UNO participará da Coordenação Executiva do Programa de Apoio através de dois representantes', que serão coordenadores do pessoal da UNO envolvido no Subprograma, desde os que participam⁴ com ações diretamente ligadas aos trabalhadores autônomos, como aqueles que, indiretamente, através da programação regular entidade, assistem ao microempresário. Para participar diretamente no Subprograma, deverão ser postos a disponibilidade um técnico e quatro auxiliares, que serão os executores das ações junto aos autônomos. A Intermediação fará o encaminhamento dos microempresários a UNO.

Esta previsto, inicialmente , o desenvolvimento de atividades nas linhas de credito e treinamento gerencial básico para microempresários que procurarem ou forem identificados pe-

lo Programa e, . posteriormente, se implantará uma linha de crédito, em negociação com BANDEPE, para trabalhadores autônomos.

Em ambos os casos, prevem-se as seguintes ações"

- a) seleção dos microempresários e trabalhadores autônomos a serem beneficiados pelo Subprograma;
- b) diagnóstico e elaboração de projetos de financiamento, com a participação direta do cliente,
- c) elaboração de proposta de credito, de acordo com a sistemática utilizada para o diagnóstico e a partir do convênio firmado com o Agente Financeiro
- d) acompanhamento e avaliação realizados de acordo com a sistemática definida para o Diagnostico e Proposta de Crédito e em conjunto com a Intermediação o a Coordenação Executiva.

As metas a serem desenvolvidas; pelo Subprograma, segundo a atividade, categoria de trabalhador e por ano de execução estão discriminadas no quadro a seguir

Metas do Subprogramas segundo a atividade e a categoria a trabalhadores, por ano de execução

Ano de execução	ATIVIDADES E CATEGORIAS DE TRABALHADORES									
	Seleção		Diagnósticos e Projetos de P. I. nanciamento		Proposta de Crédito		Acompanhamento e Avaliação		Treinamento Gerencial Básico	
	Micro-empresas	Trabalhadores Autônomos	Micro-empresas	Trabalhadores Autônomos	Micro-empresas	Trabalhadores Autônomos	Micro-empresas	Trabalhadores Autônomos	Micro-empresas	Trabalhadores Autônomos
1980	60	140	40	100	60	100	60	100	30	70
1981	100	200	60	120	60	120	60	120	40	80
1982	100	300	150	300	100	220	100	220	60	150
TOTAL	310	640	250	520	200	440	200	440	130	300

4.2.-. -Subprograma de Treinamento

A provisão das ações na arca do treinamento profissional e gerencial está baseada *'nas ofertas disponíveis* dos órgãos do treinamento envolvido no Programa. Estas ofertas poderão sofrer reformulações, a medida em que o Programa for se desenvolvendo e forem expressas necessidades que não poderão ser atendidas pela programação em vigor.

Os treinamentos profissionais serão realizados em Centros de Treinamento fixos ou Unidades Móveis, Para execução desses treinamentos, serão mobilizados, inicialmente, os seguintes órgãos Secretaria do Trabalho e Ação Social, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco SENAI SENAC,

O treinamento gerencial será executado e coordenado pela União Nordestina de Assistência a pequenas Organizações (UNO).

A programação apresentada a seguir se compõe de treinamentos que poderão ser oferecidos pelas entidades envolvidas no período de execução do programa

Na área de treinamento profissional, serão realizados cursos em diversas áreas ocupacionais perfazendo um total de 339 turmas e 5.198 treinandos,

Na área de treinamento gerenciais serão realizados três tipos de cursos, num total de 335 turmas e 5.700 treinandos

a) Cursos Oferecidos pela Secretaria do Trabalho e Ação Social

Nº de Ordem	Nome do Curso	Modalidade Operativa	Categoria	Nº de Turmas				Nº de Trainandos				Carga Horária por Turma	
				1980	1981	1982	Total	1980	1981	1982	Total		
				Total				Total					
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL													
01	Manuseio de Rádio e TV	Equipamento Volante	Qualificação	-	-	04	06	-	-	30	60	90	300
02	Electricista Instalador	"	"	-	05	05	10	-	-	75	75	150	200
03	Electricista Instalador	"	"	-	05	05	10	-	-	75	75	150	200
04	Electricista de Auto	"	"	02	03	04	09	-	30	45	60	135	100
05	Manoias e Pedicures	"	"	03	04	05	12	-	45	60	75	180	170
06	Auxiliar de Cabaloteiro	"	"	03	04	05	12	-	45	60	75	180	170
07	Reparador Hidráulico	"	"	-	03	05	08	-	-	45	75	120	200
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL													
MANUSEIO DE RADIO E TV													
01	Culinária Regional	Equipamento Volante	Habilitação	-	02	02	04	-	-	20	20	40	80
02	Culinária Trivial	"	"	-	02	02	04	-	-	20	20	40	80
03	Culinária Lâcerno-Infantil	"	"	-	02	02	04	-	-	30	30	60	200
Conservação de Lânculos													
01	Jardineiro	Equipamento Volante	Habilitação	-	02	02	04	-	-	20	20	40	60
02	Padineiro	"	"	-	03	03	06	-	-	30	30	60	80
03	Plator de parede	"	"	-	02	02	04	-	-	20	20	40	60
04	Escrivão	"	"	-	02	02	04	-	-	20	20	40	100
05	Carpinteiro	"	"	-	02	02	04	-	-	30	30	60	200
06	Reparador de Apar. Eléctro-Dm.	"	"	-	-	02	02	-	-	-	30	30	200
FORMAÇÃO DE PRESSÕES													
01	Curso Fibras	Equipamento Volante	Formação	-	02	04	06	-	-	30	60	90	200
02	Maieira	"	"	-	03	05	08	-	-	45	75	120	180
03	Tecelagem	"	"	-	02	02	04	-	-	30	30	60	160
04	Corfe e Costura	"	"	-	-	04	04	-	-	30	30	60	180
05	Bordado	"	"	-	04	08	12	-	-	60	120	180	320
06	Estimular	"	"	-	01	08	12	-	-	60	120	180	200
07	Estimular	"	"	-	02	01	06	-	-	30	60	90	180
				08	60	87	155	120	865	1.210	2.195	-	
TOTAL													

b) Cursos oferecidos pela Secretaria de Educação

Nº de Ordem	Nome do Curso	Médida de Oportunaidade	Categoria	Nº de Turmas				Total	Por Turma	Nº de Treinamentos				Total	Carga Horária por Turma
				1980	1981	1982	Total			1980	1981	1982	Total		
01	Bombeiro Hidráulico	Unidade de Verificação	Qualificação	03	03	03	09	15	45	45	45	135	200		
02	Reparador de Rádio	"	"	01	01	01	03	15	15	15	45	200			
03	Reparador de TV	"	"	02	02	02	06	15	30	30	90	200			
04	Eletricista Instalador	"	"	02	02	02	06	15	30	30	90	200			
05	Eletricista Enrolador	"	"	02	02	02	06	15	30	30	90	200			
06	Reparador de Aparelho Doméstico	"	"	03	03	03	09	15	45	45	135	200			
07	Mecânico de Refrigeração	"	"	03	03	03	09	15	45	45	135	200			
08	Enfermagem	"	"	03	03	03	09	15	45	45	135	200			
09	Auxiliar de Escritório	"	"	03	03	03	09	15	45	45	135	200			
TOTAL				22	22	22	66	-	330	330	330	990	-		

C) Cursos oferecidos pelo SENAI

Nº de Ordem	Nome do Curso	Modalidade Operativa	Carga Horária	Nº de Turmas				Nº de Treinamentos				Carga Horária por Turma		
				1980	1981	1982	Total	Por Turma	1980	1981	1982		Total	
01	Reparador de aparelhos eletrodomésticos e refrigeração (GRUPO 1)	Centro Móvel	Qualificação	04	04	04	12	12	17	38	48	48	134	200
02	Reparador de aparelhos eletrodomésticos e refrigeração (GRUPO 2)	"	"	"	"	04	04	04	12	"	48	48	134	200
03	Instalações Elétricas e Hidráulicas (UNIDADE 1)	"	"	04	04	04	12	12	12	18	18	18	154	240
04	Instalações Elétricas e Hidráulicas (UNIDADE 2)	"	"	"	"	04	04	04	12	"	48	48	134	240
05	Reparador de Rádio e Televisão (GRUPO 1)	"	"	02	02	02	06	06	12	28	28	28	84	300
06	Reparador de Rádio e Televisão (GRUPO 2)	"	"	"	"	02	02	02	06	"	28	28	84	300
07	Lentimagem e Pintura de Automóveis	"	"	04	04	04	12	12	12	48	48	48	144	200
08	Mecânico de Automóveis	"	"	02	02	02	06	06	12	24	24	24	72	200
09	Elétrica Instalador	"	"	"	04	04	08	08	12	"	48	48	96	200
TOTAL				15	20	30	65	65	"	195	244	368	508	"

Obs.: Os cursos 02, 04, 06 só serão desenvolvidos se forem adquiridos os respectivos unidades móveis.

Nº de Ordem	Nome do Curso	Modalidade Operativa	Categorização	Nº de Turmas				Nº de Treinandos				Carga Horária por Turma		
				1980	1981	1982	Total	Por Turma	1980	1981	1982		Total	
	<u>SAÚDE</u>													
01	Atendentes Serv. B. Enfermagem	U. Móvel	Qualificação	01	03	03	07	25	75	75	175	150		
02	Primeiros Socorros	"	Iniciação	01	02	02	05	30	60	60	150	30		
03	Atendimento Enfermagem Neter- no-Infantil	"	Qualificação	-	02	02	04	20	40	40	80	300		
04	Atendimento à Infância Médica - Ambulatório	"	"	-	01	01	02	20	20	20	40	300		
	<u>ALIMENTAÇÃO</u>													
05	Confeitaria	"	"	01	01	02	05	20	40	40	100	30		
06	Culinária Infantil	"	"	01	03	03	07	25	75	75	175	60		
07	Culinária Infantil para Do- estruções	"	"	-	01	01	02	20	20	20	40	60		
08	Culinária Industrial	"	Aprendiz.	-	01	01	02	20	20	20	40	60		
09	Culinária Panificação	"	"	-	01	01	02	20	20	20	40	60		
10	Preparação de Confeitaria	"	"	-	01	01	02	20	20	20	40	60		
	<u>ALUMINIO E LIGAS</u>													
11	Colunário de Cerâmicas	"	Qualificação	-	02	02	04	25	50	50	100	100		
12	Alumina e Mat. dos Pés	"	"	-	03	02	05	25	75	75	150	170		
13	<u>ALUMINIO</u> Cada de Tratamento Alumina	"	"	-	-	01	01	20	-	20	20	150		
	<u>ALUMINIO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO</u>													
14	Vigilância	"	"	-	-	01	01	15	-	15	15	60		
15	Seleção	"	"	-	01	01	02	15	15	15	30	60		
	<u>TOTAL</u>			01	23	25	52	-	100	530	565	1.195	-	

e) Cursos oferecidos pela TINO

No de Ordem	Nome do Curso	Cate- goria	No de Turmas			Total	No de Treinados				Carga Horária por Turma		
			1980	1981	1982		1980	1981	1982	Total			
I	<u>Cursos de programação para mi- crocomputers, Centro do plano normal da TINO</u>												
01	Controles Administrativos e Contábeis	Quali- ficação	20	20	20	60	200	200	200	600	1.000	10	
02	Promoção de vendas		20	20	20	60	200	200	200	600	1.000	07	
03	Serviços Bancários		20	20	20	60	200	200	200	600	1.000	03	
II	<u>Cursos especiais para auto- res da serem treinados para a área de Programação de Início ao Curso Informal</u>												
01	Controles Administrativos e Contábeis	Quali- ficação	10	15	20	45	200	300	400	900	900	12	
02	Promoção de vendas		10	15	20	45	200	300	400	900	900	09	
03	Serviços Bancários		10	15	20	45	200	300	400	900	900	04	
	T O T A L		90	105	120	315	1.200	2.100	2.100	5.400			

ATIVIDADES	PERÍODOS																												
	1980				1981				1982																				
	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
PROGRAMA DE COORDENAÇÃO E INFORMAÇÃO																													
1.1. Coordenação Regional																													
Elaboração dos formulários de operação e controle dos Subprogramas																													
Acompanhamento da implantação do Programa em Pernambuco																													
Processamento eletrônico de dados																													
Seminário Regional de Avaliação																													
1.2. Coordenação Estadual																													
Constituição da Coordenação Executiva e da equipe de execução do Subprograma																													
Reuniões mensais da Coordenação																													
Reuniões trimestrais de avaliação																													
Remessa de dados de intermediação à SUDENE, para processamento eletrônico																													
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O TRABALHO																													
Escolha e indicação de representantes para a Coordenação Executiva																													
Indicação da equipe de execução do Subprograma																													
Contato inicial com os trabalhadores																													
Identificação e hierarquização de grupos profissionais																													
Realização de Seminários Preparatórios																													
Desenvolvimento dos grupos instrumentais																													
Avaliação do Subprograma																													
PROGRAMA DE INTERMEDIÇÃO																													
Escolha e indicação de representantes para a Coordenação Executiva																													
Adaptação dos ambientes																													
Contratação do pessoal para o funcionamento da Unidade de Apoio																													
Divulgação dos serviços																													
Funcionamento e controle da Unidade de Apoio																													
Avaliação do Subprograma																													
Implantação de nova Unidade de Apoio																													
PROGRAMA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA																													
Escolha e indicação de representantes para a Coordenação Executiva																													
Indicação da equipe de execução do Subprograma																													
Identificação da necessidade de crédito e assistência técnica																													
Seleção dos microempresários e autônomos a serem atendidos																													
Diagnóstico de viabilidade																													
Elaboração de Projeto (Proposta de Crédito)																													
Encaminhamento aos Agentes Financeiros																													
Implantação do Projeto e Aplicação do Financiamento																													
Acompanhamento da Aplicação do Financiamento (Assistência Técnica)																													
Avaliação do Subprograma																													
PROGRAMA DE TREINAMENTO																													
Escolha e indicação de representantes para a Coordenação Executiva																													
Indicação da equipe de execução do Subprograma																													
Identificação das necessidades de treinamento																													
Elaboração do cadastro da oferta de treinamento																													
Elaboração da programação																													
Elaboração de instrumentos de controle e avaliação																													
Execução dos treinamentos																													
Acompanhamento, controle e avaliação dos treinamentos																													
Encaminhamento do pessoal treinado																													
Avaliação do Subprograma																													

CUSTOS TOTAIS DO PROGRAMA POR SUBPROGRAMA: NATUREZA DA DESPESA E POR ANO. (a preços de julho de 1980)

SUBPROGRAMA	1980						1981						1982					
	Total Geral		Capital	Despesa	Custeio	Capl. tal	Total		Custeio	Capl. tal	Total		Custeio	Capl. tal	Total		Custeio	Capl. tal
	Total	Custeio					Total	Custeio			Total	Custeio			Total	Custeio		
1. Subprograma de Cooperação e Informação	1.100	1.100	-	-	-	-	300	300	-	-	300	300	-	-	300	300	-	-
2. Subprograma de Educação Básica para o Trabalhador	11.000	11.000	-	2.000	9.000	-	6.000	6.000	-	-	6.000	6.000	-	-	6.000	6.000	-	-
3. Subprograma de Informação	21.050	40.300	750	8.100	7.550	300	16.400	16.400	-	-	16.400	16.400	-	-	16.400	16.400	150	150
4. Subprograma de Conselho e Assistência Técnica	9.100	8.700	300	1.000	1.300	200	3.600	3.600	-	-	3.600	3.600	-	-	3.600	3.600	40	40
5. Subprograma de Fomento	38.315	38.185	60	3.000	3.596	-	12.377	12.377	-	-	12.377	12.377	-	-	12.377	12.377	-	-
6. Reserva Técnica	7.320	7.000	420	1.000	1.000	-	3.110	3.000	-	-	3.110	3.000	-	-	3.110	3.000	110	110
Total	120.700	109.315	1.380	17.100	14.680	280	61.727	61.727	200	200	61.727	61.727	200	200	61.563	61.563	315	315

Instrumento de Formalização das Relações Interinstitucionais

UM PROGRAMA DE APOIO AO SETOR INFORMAL QUE ENTRE SI CENSURA A SUDENE O GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVES DA SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL DE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO O SENAI DEPARTAMENTO REGIONAL DE PERNAMBUCO, O SENAC DEPARTAMENTO REGIONAL DE PERNAMBUCO A EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE E A UNIÃO NORDESTINA DE ASSISTENCIA - PEQUENAS ORGANIZAÇÕES (UNO)

Aos *dias do mes de* . de mil novecentos e oitenta

(1980) .presentes na sede da Diretoria Regional do SENAI, em Recife

Estado de Pernambuco o Dr Valfrido CalmitoFilho Superintendente da SUDENE.

celebraram entre si um acordo de cooperação de conformidade com as seguintes condições CLAUSULA PRIMEIRA- OBJETIVO Executar um pro-

grama de Apoio ao Setor Informal, de acordo com o projeto em anexo,

que passa a fazer parte deste instrumento independente de transcri-ção. CLAUSULA SEGUNDA

.COORDENAÇÃO . Fica estabelecidos que a **Coor-**

denação do Programa se fará a dois níveis a nível regional, através de uma coordenação regional a cargo da SUDENE/Departamento de Recursos Humanos e a nivel estadual através de uma Coordenação Executiva con-

posta de representantes de todas as instituições , sob a presidência da Secretaria do do Trabalho e Ação

Social do Estado de PE- instrumento cada instituição signatária indicará um representante e um

suplente para compor a Coordenação Executiva .CLAUSULA TERCEIRA OBRIGAÇÕES Cada

instituição signatária compromete-se a alocar re- cursor, técnicos e financeiros para a execução de

Programa objeto des-

te acordo, conforme suas disponibilidades. PARAGRAFO UNICO As ins-

tituições signatarias poderão celebrar em, caráter bilateral ou mul-tilateral acordos ou quaisquer outros

instrumento legais, objetivan-do a execução de uma ou mais das atividades previstas no projeto refe- rido na

cláusula primeira desde que submetidos a apreciação de Coor-

denação Execultiva . CLAUSULA QUARTA - NOVOS PARTICIPANTES . A participação de outras instituições neste acordo será efetivada através da assinatura de termos aditivos assumindo na integra este instrumento CLAUSULA QUINTA. Este instrumento tem validade por **ano, a con-tar da data de assinatura, podendo ser renovado de acordo com o interesse de seus participante ,CLAUSULA SEXTA -RETIRADA :Qualquer instituição signatária poderá retirar se deste acordo, bastando **comunicar** sua decisão aos demais signatários, com ,*pelo menos* , 30 (trinta) dias de antecedência.**

Recife, de de 1980

5. BIBLIOGRAFIA

KELLY, Maria do Socorro de Barros - Força de Trabalho e Emprego no Nordeste Recife, SUDENE/DRH 1978.

GUIMARAES NETO Leonardo O Emprego Urbano no Nordeste, situação a-tual e evolução recente 1950/1970 Recife, BNB, ETENE, GEDUR. 1976

OSÓRIO, Carlos - "Ocupação e Renda fe, Economia de Pernambuco. Reci UFPB, 1975, fls. 93.

CAVALCANTI Clóvis Viabilidade do Setor Informal : a demanda de pe-quenos serviços no Grande Recife - Recife, IJNPS 1978,

SUDENE /DRE - Programa Emprego Recife, 1976..

PESSOA Helena Luis e MACHADO Luis Antonio - Estratos Ocupacionais de Baixa Renda - Recife, SUDENE /DRH . 1978, 2 v.

JAPLASSU , Janica S. A Escola Rural - Recife SUDENE /DRH 1978 Sé-rie nordeste e Educação nº 3.

-SUDENE/DRH - Ensino do 1º Grau (1ª a 4ª série) - Série Nordente e Educação nº 5

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS - O Ensino de Grau na Zona Rural da Área de Polígono das Secas - 1977 Nordeste e educação nº 6, Serie

5.10 SOARES , Edla de A.L et alii Aprendizagem da Lingua Portuguesa (En sino de 1º grau) Serie Nordeste e Educação. nº 8.

SUDENE/DRH Dados Básico para o Diagnostico Regional de Saúde Nordeste / Recife 1975.

-1? Dados Básicos para o Diagnostico Regional do Saúde Ma-ranhão . Recife, 1975.

Dados Básico; para o Diagnóstico Regional de Saúde Pi-
aui. Recife, 1975.

- 5.1". - Dados Básicos para o Diagnóstico Regional de Saúde
Ceara. Recife, 1975.
- 5.15. Dados Básicos para o Diagnóstico Regional de Saúde
-Rio Grande do Norte Recife, 1975.
- 5.16 -Dados Básicos para o Diagnóstico Regional de Saúde
Paraíba. Recife, 1975
- 5.17, Dados Básicos para e Diagnostico Regional de Saúde
Pernambuco Recife. 1975,
- 5.18. ~~Dados Básicos~~ para o Diagnóstico Regional de Saúde
Alagoas Recife, 1975,
- 5.19. Dados Básicos para o Diagnóstico Regional de
Saúde
Sergipe. Recife, 1975.
- Dados Básico" para o Diagnostico Regional de Saúde
Bahia. Recife, 1975.
- 5.21. SUDENE/DPH - diagnóstico de Saude do NORDESTE Estrutura da Moda-
lidada e Condicionantes Básicos. 1970/75 Recife, 1977
Diagnóstico de Saúde do Nordeste n° 1)
- 5.22. FRANÇA E SILVA c.j, des FORMIGA Maria J.S : CALDAS LINS,Raquel
Suprimento de Generos Alimenticios de Caruaru Recife, SUDENES 1973
(Serie Estudos e Pesquisas do IJNPS N° 1)
- 5.23. SUDENE/ UFPE Abastecimento alimentar no Nordeste Urbano Paraíba
Recife, 1974 (Serie Pesquisas, n° 3).
- 5.24, - Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano Mossoro
Recife, 1971 (série Pesquisas, n°).
- 5.25 - "bastecimento " linentar no Nordeste Urbano-
Recife - Recife, 1975 (Serie Pesquisas n° 5) .
- 5.26, MESQUITA, Liana de B ROCHA Edileusa , da: MENDES Délio
Uma Politica de Atuação para os Aglomerados Subnormais do Nordes
te - Recife, SUDENE/DRH 1971 (Serie Habitação e
Desenvolvimen-to, n° 4).

MESQUITA Liana de B. e ROCHA, Edileusa O. da Política de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Interesse Social - Recife, SUDENE/DRH: 1973 (Série Habitação e. Desenvolvimento, nº 6).

MESQUITA Lana de B e RIBEIRO M. Emiliana - Subsídios para o Equacionamento dos Problemas Economicos Sociais da Zona da Mata Recife, SUDENE, 1973.

AUMEF- Subsídios para a Montagem de uma Política Desenvolvimento Urbano para a Região Nordeste (para discussão com ~ SUDENE Fortaleza 1978)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/ SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL- Perfil da Região da Grande Natal

COMDECA (Companhia Pró Desenvolvimento de Campina Grande) . em convênio com SEPLAN/SUDENE/Estado da Paraíba -Secretaria de Planejamento - Perfil do Município de Campinas Grande Campina Grande

SUDENE/DDL - Perfil da Aglomeração Urbana de Petrolina/ Juazeiro (Projeto BIRD- CPM); Recife, 1979, 2 v. (documento Preliminar).

SUDEC (Superintendência do Desenvolvimento do Ceará) em convênio com - SUDENE. Plano Diretor de Crateús 3 v.

SUDENE /DRH - Programa de Apoio a Trabalhadores Autonomos de Baixa Renda - Recife, 1979.

SETRABES - Relatório 1975/79 Salvador, BA.

POLONORDESTE • Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano Subprojeto. Pequenas Empresas não Agrícolas Primeiro Ano de Atividades (abril/78 a março/79) João Pessoa Julho/79.

ESTADO DO PIAUI/Secretaria do Trabalho e Promoção Social • Programa de Apoio a Trabalhadores Autônomos de Baixa Renda Região Nordeste Projeto Teresina - Centro. Teresina, 1978

4. A N E X O

DESCRIÇÃO DO DIAGRAMA DE BLOCOS

Elaboração -do Programa de Apoio ao Setor Informal

- Convocação das diversas instituições que vem trabalhando junto ao Setor Informal. para discussão das possibilidades de realização de esforços conjuto com divisão trabalho economia de esforços e eficiência de . resultados

Constituição de grupo de trabalho interinstitucional para a elaboração e aposentação de uma Proposta de Programa de Apoio ao Setor Informal a ser executado conjuntamente

apresentação. pelo Grupo de Trabalho da proposta de Programa às instituições envolvidas, para critica e referendamento

negociação do Programa para obtenção de financiamento.

B, e C Solicitação da comunidade, análises dos pedidos e incorporações ao Proqrama

Abertura de diálogo com a comunidade onde o Programa vai ser exe-cutado

Crítica de Programa pelas população objeto de trabalho

- Analise das criticas e sugestões da .comunidade

Incorporação dos resultados do diálogo à proposta de Programa

Subprograma de Educação Básica para o Trabalho ○

1. Estabelecimento de contato com os trabalhadores

Identificação dos trabalhadores através das .associações de bairro,, órfãos cadastradores ou levantamento local

Entrevista com os trabalhadores para complementação de dados;

D.2.. Identificação de grupos de profissionais

- Análise dos dados coletados
- Classificação dos trabalhadores por grupos ocupacionais;
- Identificação da condição de trabalho (autônomo, empregador, empregado).

D.3. Hierarquização dos grupos de profissionais a serem organizados

- Estabelecimento de critérios para hierarquização dos grupos (tamanho, possibilidades no mercado de trabalho, grau de necessidades do grupo, etc.)
- Confronto dos grupos identificados com os critérios estabelecidos
- Hierarquização dos grupos para desenvolvimento do processo de educação básica.

D.4. Discussão dos problemas por grupos de profissionais

- Escolha de local para o desenvolvimento de seminários prepara-tórios
- Mobilização de técnicos especializados para o desenvolvimento do processo de educação básica-
- Programação dos seminários preparatórios
- Convocação dos grupos de profissionais para participação nos seminários preparatórios
- Realização dos seminários preparatórios
- Estruturação dos grupos instrumentais
- Desenvolvimento dos grupos instrumentais para discussão dos problemas que lhes são afetos.-

D.5. Identificação, pelos grupos, de suas necessidades*

- Colocação dos problemas
- Classificação dos problemas*

- Hierarquização dos problemas, segundo a urgência de necessidade de atendimento:

Proposição de alternativas de atendimento dos - trabalhadores pelo próprio subprograma de educação básica para o trabalho, . ou pelos subprogramas de intermediação, crédito e assistência técnica o treinamento

6. Organização de microunidades de produção e de prestação de serviços

- Preparação de roteiros de procedimentos e instrumentos para a organização de microunidade de produção e de prestação de serviços
- Capacitação dos trabalhadores para organização de microunidades :
- Organização ou reorganização das microunidades'
- .Assistência técnica ao funcionamento das microunidades.

7- Oferta de educação geral

- Análise das necessidades
- Definição dos objetivos educacionais para atendimento das necessidades
- Confrontarão da oferta de educação geral com os objetivos educacionais definidos para o atendimento das necessidades da comunidade
- Elaboração de programa específico
- Oferta do educação geral,

B. Organização de associações de trabalhadores por grupos ocupacio-nais

- Preparação de roteiros de procedimentos e instrumentos para a organização de associações de trabalhadores.
- Capacitarão dos trabalhadores para organização de associações"

- Organizarão ou reorganização das associações do trabalhadores
- Assistência técnica' ao funcionamento das associações de trabalhadores .

D 9. Avaliação do Subprograma de Educação Básica para o Trabalho

- Aplicação dos indicadores para verificar -
 - a) se o processo educacional deflagrado é capaz de organizar os grupos,
 - b) se os grupos passam a utilizar como mais frequência os bens da sociedade,
 - c) se os grupos associados atingem a autonomia,
 - d) se o processo educacional satisfaz os usuários e provocou novas necessidades,*
 - e) se o poder aquisitivo dos trabalhadores aumentou,
 - f) se ocorreu o crescimento das associações;
- Apresentação de Relatórios críticos semestrais com indicação das regulações que se façam necessárias no Subprograma.

Subprograma de Intermediação

E.1. Escolha de local para instalação de Unidades de Apoio-.

- Consulta aos dados disponíveis na Secretaria Estadual do Trabalho, a estudos da Prefeitura e ao órgão local de desenvolvimento urbano,
Escolha preliminar dos bairros onde poderá ser instalada*
- Sondagem local' contato cora a comunidade para verificar sobre a aceitação do serviço e averiguar da disponibilidade de prédio público onde instalá-lo
- Caso necessário, busca de outro local e repetição dos mesmos procedimentos de sondagem-

- Explicitação do bairro escolhido e descrição das vantagens que oferece
- No caso de previsão de mais de uma Unidade de Apoio para uma mesma cidade, explicitação dos bairros e escalonamento segundo a ordem de prioridades estabelecida para implantação.

Preparação do projeto da Unidade de Apoio

- Levantamento da planta do ambiente onde será instalada a Unidade
- Elaboração de projeto das adaptações ambientais necessárias a sua implantação e funcionamento.

Elaboração do manual de rotinas da Unidade de Apoio

- Definição do modo de funcionamento da Unidade de Apoio, explicitando-se seus setores componentes e modos de interrelacionamento, bem como as tarefas atribuídas a cada parte
- Elaboração do manual de rotinas.

e E.5. Instalação da Unidade de Apoio a preparação da equipe para operá-la

- Execução da adaptação dos ambientes, com base no projeto (ver item F.2.)
- Aquisição dos equipamentos
- ~ Contratação do pessoal
- Programação e realização de uma semana de treinamento em serviço sobre a finalidade, funções e modos de operação da Unidade de APOIO.

e E.7. Sensibilização dos trabalhadores e convocação para cadastramento

- Levantamento dos principais líderes do bairro-
- Contato com as lideranças para explicação dos fins da Unidade de Apoio e solicitação de divulgação

Elaboração o distribuição de cartazes de convocação dos trabalhadores em locais estratégicos

- Utilização de carro com auto-falante, para a convocação
- Distribuição de folhetos explicativos sobre a Unidade do Apoio

E.8. Cadastramento dos trabalhadores;

- Recebimento dos trabalhadores na Unidade da Apoio o encaminhamento para informações sobre as finalidades do Programa modos do operação
- Reunião com grupos de trabalhadores (de 10 a 15) para informações sobre as finalidades do Programa e modos de operação
- Encaminhamento dos trabalhadores ou para obtenção de documentos, ou para treinamento, ou para obtenção de crédito, ou para cadastramento
- Preenchimento da Ficha de Cadastro.

E 9. e E.10. Programação e realização da divulgação da oferta do serviços.

- Contato com os veículos de comunicação, para levantamento de *preços* dos seus serviços
- Contratação de elaboração dos visuais
- . - Contratação da divulgação, através de televisão, radio., jornal, cartaz, folheto, etc.
- Controle da realização da divulgação.

E.11. Intermediação

- Registro dos pedidos de trabalhadores feitos pela demanda, por telefone ou pessoalmente a Unidade de Apoio
 - Solicitação a demanda que se pronuncie posteriormente, sob o serviço realizado, para controlo de qualidade;
- focalização, no fichário, dos endereços dos trabalhadores podem executar o serviço solicitado

- Classificação dos trabalhadores- segundo o rodízio programado por categoria profissional.

Envio de mensageiro aos trabalhadores escolhidos, para encaminhamento à demanda,

- Entrega da carta de apresentação/avaliação para encaminhamento à demanda ou envio do trabalhador a Unidade de Apoio para recebimento da carta:
- Realização do serviço contratado
- atualização do rodízio de trabalhadores no Cadastro.

.12. Avaliação dos serviços prestados

- Após a realização do serviço, entrega da carta de avaliação na Unidade de Apoio., ou rolo trabalhador ou pelo correio:
- Anotação dos resultados no formulários devidos (ficha do trabalhador a informação para computação Eletrônica)
- Se for o caso, retirada do trabalhador do Cadastro e encaminhamento a treinamento
- Se for o caso, encaminhamento do trabalhador para obtenção de crédito para aquisição do equipamentos ou insumos para o trabalho.

.13. Avaliação dos resultados do Subprograma de Intermediação

- Anotação diária dos registros de ocorrência cadastramentos, intermediações e avaliações;
- Transcrição semanal dos registros para as folhas de informação para computação-
- Remessa mensal a SUDENE- das folhas de informação para. computação Eletrônica-
- Processamento eletrônico, mensal ou trimestral, dos dados na SUDENE -
- Envio dos mapas de saída do computador aos órgão interessados :
- Elaboração de relatório semestral de avaliação, com indicação de regulação na operação do Programa.

F. Subprograma de Crédito e Assistência Técnica

F.1 Identificação das Necessidades de Crédito e Assistência Técnica

Localização das microempresas, em termos de ramo e endereço

Identificando das necessidades de crédito através de visitas a microempresas ou aplicação de questionário

- Seleção das microempresas a serem beneficiadas, através do observação de comportamento do mercado.

No caso dos trabalhadores autônomos, utilização das informações do cadastro do Subprograma da Intermediação-

-F2. Identificação das Fontes de Crédito e Mecanismos de Operação

- Conhecimento do sistema de crédito utilizado pelos Agentes Financeiros, em termos de taxas de juros, prazos de pagamento áreas de financiamento, clientela e exigências para financiamento
- Contatos com Bancos Estaduais do Desenvolvimento ou outras Entidades financeiras para estabelecimento de linhas especiais de crédito para atendimento a microempresas trabalhadores autônomos.

Definição de mecanismo de operação para concessão de crédito F.3.

Programação de Crédito e Assistência Técnica

Estabelecimento de critérios e prioridades de atendimento às licitações de crédito

- Confronto entre as necessidades e a disponibilidade dos recursos financeiros e humanos
- Elaboração de instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação das aplicações de recursos efetuadas
- Programa de atividades de assistência técnica como instrumento de utilização ótima dos recursos aplicados.

F-4 e F.5. Elaboração dos Projetos o encaminhamento às Fontes Financeiras -

- Realizado o estudo da viabilidade, elaboração de projeto para obtenção do financiamento, contendo cronograma de liberação e aplicação dos recursos, mecanismos de controle, formas de pagamento, plano de aplicação dos recursos, etc.
- Encaminhamento dos projetos elaborados ao Agente Financeiro, através de Propostas de Crédito, assinadas pelos interessados com a indicação de avalista
- Aprovação do projeto e liberação dos recursos pelo Agente Financeiro
- Emissão de Carnes de pagamento, pelo Agente financeiro
- Pagamento, ao Agente financeiro, de taxas normais sobre a concessão do financiamento
- Reformulação dos planos de Aplicação dos recursos, se necessário.

F.6. Implantação dos Projetos e Acompanhamento da Aplicação dos recursos

- Assistência técnica a implantação dos projetos
- Acompanhamento da aplicação dos financiamentos, segundo plano estabelecido. No caso dos trabalhadores autônomos, o acompanhamento deverá ser efetuado com o Subprograma de Intermediação, por grupos de trabalhadores de profissões afins e de períodos comuns de financiamento
- Identificação de áreas carentes de assistência técnica, - através de treinamento, apoio tecnológico, reformulação de projetos, etc.

.7. Avaliação dos Resultados do Subprograma de Crédito o Assistência Técnica.

- Avaliação das atividades desenvolvidas pelo Subprograma, em articulação com ações desempenhadas pelos outros Subprogramas,

segundo os seguintes indicadores

- a) taxa de inadimplência
- b) melhoria dos negócios e na renda,
- c) aumento do número de empregados, no caso das microempresas
- d) legalização das empresas,
- e) aplicação dos conhecimentos recebidos nos treinamentos, quanto ao uso de controle e esquemas operacionais
- f) no caso do trabalhador autônomo, verificar se criou condições de estabelecer no mercado, quer como autônomo, microempresário ou participantes de associações, de trabalhadores.

Subprograma de Treinamento

6.1. Identificação das Necessidades de Treinamento.

- **Recebimento** das solicitações de **treinamento** identificadas no **cadastro dos trabalhadores**.
- **Análise da avaliação dos serviços prestados sob o Programa Intermediação - Recebimento** e análise das solicitações de treinamento originadas da comunidade **Eleição de áreas prioritárias para treinamento, segundo estudos de demanda do mercado de trabalho,**

G.2. Identificação da Oferta de Treinamento -

- **Conhecimento da capacidade físico-financeira da rede prestadora de serviços de treinamento através de**
 - a) **elaboração de cadastro de instituições treinadoras,**
 - b) **levantamento de categorias profissionais beneficiadas,**
 - c) **conhecimento da programação vigente,**
 - d) **quantificação de metas atingidas,**
 - e) **cadastro de pacotes de treinamento,**
 - f) **levantamento dos recursos financeiros e administrativos disponíveis**

q) levantamento do equipamento , material permanente e instalações disponíveis h) identificação de equipamentos a serem mobilizados para treinamento (escolas -parques, associações beneficentes a serem utilizados como área prática de treinamento), i) elaboração do cadastro de instrutores;

- Avaliação da situação atual e as tendências de comportamento da rede prestadora do serviços de treinamento,

G.3- Programação dos Trainamentos;

Análise das necessidades de treinamento

- Adequação da demanda a oferta de treinamento.

- Estabelecimento de objetivo e metas do programa de treinamento

Elaboração de análises ocupacionais simplificadas, se necessária"

- Elaboração do conteúdo de treinamento

- Descrição de metodologia específica a clientela do programa

- Estabelecimento dos recursos físicos humanos e financeiros para a execução do programa

- Distribuição de responsabilidades entre as instituições envolvidas

Estabelecimento de mecanismos de controle e avaliação do programa.

- Elaboração de projetos de cursos definição dos objetivos instrucionais, seleção dos instrutores e coordenadores, escolha da metodologia didática, seleção da(s) entidade(s) executora (s), explicitação do Material e equipamento a serem utilizados, . escolha dos critérios e métodos de avaliação etc.

. Execução Controlada dos treinamentos

- Contratação da execução;

- Recrutamento e seleção dos candidatos.

- Orientação e informação profissional.

- elaboração o confecção de manuais instrucionais

- Execução propriamente dita do treinamento:

Elaboração de Instrumentos de controle a avaliação do curso da aprendizagem

- Acompanhamento do curso dos pontos de vista pedagógico e administrativa, através do uso de mecanismos e instrumentos próprios:

-Acompanhamento da execução do programa de treinamento pelo grupo constituído pelos órgãos do treinamento envolvidos (acompanhamento gerencial do programa),

5.5 Avaliação dos Treinamentos

Avaliação do curso, dos pontos de vista pedagógico o administrativo. através do uso de mecanismos e instrumentos próprios;
Análise do produto de aprendizagem, do ponto de vista comporta

Avaliação pós-treinamento no que diz respeito ao acompanhamento do treinado (follow up)

Correção das distorções diagnosticadas em todos os níveis da avaliação

Realimentação de Subprogramas de Informação. Intermediação, Crédito .e Assistência Técnica e Educação Básica para o Trabalho.

c. Avaliação de Programa de Treinamento

Avaliação do programa de teinament na sua correlação com outras funções do programa

Análise da qualidade dos serviços ofertados

repercussão do subprograma sobre a estrutura do sistema prestador de serviços de treinamento

Análise .0 índice da absorção, pelo mercado de trabalho, do pessoal treinado;

análise de alteração da renda em decorrência do treinamento.

Ripe Técnica responsável nela Elaboração

S U D E N E

Clara Maria Silvestre Monteiro de Freitas
Glauce Chagas Ferreira de Sá Zuleide
Aureliano

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Cozette Feitosa
Francisca Ferreira
Ivanilda de Brito Barbosa
José Olímpio Coelho

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Elzanete Oliveira Honorina
de Souza Araújo Odilon de
Albuquerque Mello

SENAI

Alexandre Baracho
Gloria Maria de Oliveira Rangel

E N A C

Ione de Medeiros Lima

UNO

José Oto de Oliveira
Maria Áurea Santa Cruz
Maurício Camurça

ORB / RECIFE

Matilde de C. Bacellar
Renato de Azevedo

Apoio Administrativo;

SUDENE

Arnoldo Machado de Souza
Margarida Ramos de Oliveira

COMUNICAÇÃO

I

*PROGRAMA DE AÇÕES COMUNITÁRIAS - MOBRAL Dra.**Rosa Duran Stepanenko*

PROFA. EURIDES BRITO DA SILVA - Dando continuidade à nossa programação ouviremos agora, na parte de comunicação, o Programa de Ações Comunitárias - MOBRAL cuja apresentação será feita pela Dra. Rosa Stepanenko, gerente da área de profissionalização do MOBRAL Central.

Para as duas comunicações que teremos a seguir - a do MOBRAL e de Educação Ambiental de Ceilândia - não está previsto propriamente debate, reservado somente para as conferências. Assim, pediríamos que as pessoas que tivessem um interesse maior de aprofundar alguns detalhes com os comunicadores da manhã de hoje possam combinar - para que isso seja feito nos horários vagos ou em encontros ocasionais durante a semana do Seminário.

DRA. ROSA DURAN STEPANENKO - Fui convidada pelo PRODASEC e designada pela Instituição para apresentar aqui um programa. Gostaria de início de fazer, uma distinção desse trabalho que vai ser apresentado, em relação a outras experiências que já foram relatadas ou que, suponho, serão apresentadas. Aqui são relatadas, muitas vezes, experiências referidas a projetos, a experiências muito bem localizadas, que serão algumas vezes controladas. São propostas de trabalho, vamos dizer assim, localizadas e sobre as quais a Instituição tem acesso.

No caso deste trabalho que iremos apresentar, eu queria fazer essa ressalva desde logo, pelo seguinte, vamos apresentar uma experiência referida a uma proposta de um órgão

central, que não está, a *priori*, definida e amarrada nos seus aspectos de apropriação; essa proposta será apropriada do ponto de vista técnico e também administrativamente pelos órgãos de execução que são as equipes estaduais e as comissões municipais do MOBRAL; eu não sei se valeria a pena uma pequena explicação sobre essa estrutura da organização. Temos um grupo central, uma equipe central, que detém os recursos e que esta organizada em gerências da área meio e da área fim e que detém também as propostas técnicas nas suas linhas mais amplas. A seguir, existe um escalão executivo que é formado pelas equipes estaduais, pelas coordenações estaduais e estas, contam com o auxílio das comissões municipais que são órgãos que não pertencem ao quadro do MOBRAL, são órgãos representativos dos municípios, são células municipais, não são comunitárias, mas municipais autônomas, não tendo vínculo nenhum com o MOBRAL, porém,

A esses dois níveis, a coordenação estadual bem como as comissões municipais, esta referida a tarefa de se apropriar da proposta, trabalhará-la, do ponto de vista técnico, e administrá-la também. Eu acho essa ressalva importante, uma vez que vai ser apresentado um trabalho que foi lançado em 1978, primeiro semestre de 1978 e segundo semestre de 1979, tendo sido interrompido no segundo semestre de 1979 e somente agora no segundo semestre de 1980 está sendo reiniciado. Houve em tão efetivamente um ano de funcionamento da proposta e exatamente um ano de parada e agora o reinício do trabalho.

Antes de entrar especificamente na proposta, vou fazer uma pequena explicação do porquê de um Programa com essas características que vamos apresentar.

Essa área de profissionalização dentro do MOBRAL possui características especiais. Com a clientela de analfabetos para se fazer um trabalho de alfabetização viu-se

desde o início muito claramente que o trabalho educativo com adultos e adolescentes, e adolescentes de uma população diferenciada, da zona rural e da zona urbana, não poderia se deter na simples alfabetização. Então, desde cedo se começou a realizar programas que solucionassem situações de continuidade do processo educativo dessas populações.

Assim surgiu o Programa de Educação Integrada, que vem a ser uma compactação do curso primário, que atualmente é realizado junto com os órgãos de educação do Estado, do Município e no meio disso a área de profissionalização. Desde o princípio, essa população buscou também uma resposta por parte do MOBREAL quanto aos seus problemas de profissionalização. E aí o MOBREAL iniciou um trabalho que eu poderia dividir em três grandes linhas um trabalho de informação profissional, um trabalho de colocação de mão-de-obra, um trabalho de qualificação de mão-de-obra. Esse trabalho de qualificação, logo teve que conviver com o problema relacionado às exigências que a área de profissionalização, de ensino profissional determinava.

Como nós trabalhávamos com populações neo-alfabetizadas, com baixa escolaridade, viu-se desde cedo que haveria grande dificuldade em colocar esse aluno, oriundo de programas de alfabetização ou da área de suplência, dentro de programas de profissionalização; os níveis que essa população apresenta pela escolaridade, limitavam também as suas possibilidades de alcançar outras oportunidades dentro do sistema. Nesse caso nós realizamos um trabalho, a gerência de profissionalização começou um trabalho junto com entidades que atuam na área de profissionalização e desenvolveu duas linhas, que poderíamos chamar de linhas formais, dentro dessa situação informal que o MOBREAL vive.

Mas, nesse informal do trabalho educativo do MOBREAL existiria" uma linha dentro de profissionalização que se poderia chamar de uma qualificação formal, representada pelo programa de famílias ocupacionais, treinamento para famílias ocupacionais, treinamento por ocupações específicas. Essas duas modalidades de trabalho, continuam sendo sempre realizadas por outras entidades de qualificação de mão-de-obra do País, mas, através desse trabalho técnico, da busca de metodologias, busca de pré-requisitos plausíveis para essa população, houve possibilidade de um trabalho junto com essas entidades. E aí a filosofia do Programa de famílias ocupacionais, é de que essa pessoa com a qual nós trabalhamos, não deveria ser treinada em alguma ocupação única, específica, mas numa gama de ocupações que lhe possibilitassem obter conhecimentos fundamentais e básicos sobre algumas alternativas ocupacionais relacionadas entre si. Por exemplo, o curso de assentadores, que é dado dentro da metodologia de famílias ocupacionais, busca fazer uma formação desse assentador em relação a varias tarefas que ele pode realizar no assentamento de tijolos ou de ladrilhos e outras coisas. Enfim, é uma tentativa de busca, de trabalhar em cima de um leque de ocupações e não numa ocupação específica.

Bom, é obvio que tudo esta referido a dificuldades que esse homem tem de uma especialização, vez que isso agiria até contra a sua possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Se houvesse essa especialização, ele não estaria assim apto a mobilidade horizontal tão comum em relação a essas populações, Eles hoje trabalham em uma determinada vaga, amanhã trabalham em outra. Então, com esse trabalho educativo, de formação técnica, estão-se dando condições para que ele possa eventualmente passar de uma ocupação ou de uma especialidade para outra. E temos também esse trabalho que nós chamamos de ocupações específicas que seria uma coisa mais tradi-

cional. Seria a formação numa área, numa ocupação específica.

Bem, é lógico que essas tentativas de trabalho na linha do buscar alianças com as entidades que tradicionalmente trabalham na qualificação de mão-de-obra, teve seus resultados expressos em alguns números que nos confirmam a possibilidade de trabalhar nessa área. Mas, por outro lado, quando se lida com grandes números, como é o caso do MOBRAL, verificamos que não há possibilidade de se manter uma proposta que absorva um número pequeno de pessoas. Todas as modificações que foram sendo realizadas dentro do MOBRAL, sempre partiram de solicitações, petições, enfim, funções que as comissões municipais - intermediárias entre a clientela e a instituição - faziam ao MOBRAL Central. Então fomos percebendo que essas municipalidades, começaram a realizar cursinhos de vários tipos, cursos de pequena duração em que o monitor' era uma pessoa da própria comunidade que se propunha, às vezes até - sem remuneração, a realizar aquele trabalho. Foi assim que então surgiu esse programa que nos chamamos de Educação Comunitária para o Trabalho - PETRA. Ele partiu justamente de uma sistematização, uma pura sistematização de algo que já ocorria no campo. O MOBRAL Central, simplesmente, administrou alguma coisa que acolheu como fato consumado porque foram essas iniciativas locais realizadas pelas entidades - nos municípios, que lançaram essa possibilidade de trabalho.

Esse programa tem um compromisso com o problema de renda dessas populações, uma vez que se imagina que esses cursos estavam sendo dados também numa linha de busca de rendas, mas verificamos que, além disso, eles produziam também benefícios na área social. Alguns desses cursos não estão referidos a um anseio de um aumento de renda pessoal, mas o que eu poderia chamar também de um aumento de rede, da comunidade. Muitos foram realizados na área de Saúde, como auxiliar de en

fermagem, socorrista, parteiras leigas, que geram um outro tipo de benefício que não é contabilizado no nível de renda pessoal, mas; que poderiam, se nós tivéssemos condições de medir, ser contabilizados dentro de uma renda gerada pela própria comunidade.

Eu exemplifico esse problema da área de Saúde especificamente, uma vez que sabemos da exiguidade de ofertas nesta área, no interior do País. Então à medida que esses serviços não são colocados a disposição da população e esta necessita deles, ela se apropria de oportunidades disponíveis e busca trazer tais serviços, de uma maneira informal, para dentro dela. Percebemos posteriormente que estes cursos tinham o objetivo de um aumento de renda a nível individual, de um benefício social da comunidade e também de uma outra forma de renda complementar que foi levantada aqui por uma colega nossa de seminário, e que é aquela situação em que a família deixa de fazer um gasto dentro do mercado para buscar uma solução doméstica artesanal (o artesanal às vezes tem uma conotação de menor valor ou cuidado, mas muitas vezes vemos que não é bem assim dentro dessa população; o vestido que ela é capaz de confeccionar num curso de corte e costura não é muito diferente daquele que ela pode comprar. Dentro da nossa classe existe essa diferença entre o que podemos fazer e o que podemos comprar) .

Bom, então vimos que foram grandes os resultados obtidos através do Programa. São seus objetivos oferecer oportunidades para pessoas ampliarem seus conhecimentos e experiências, tendo em vista atividades no lar, no trabalho e na comunidade e possibilitar a valorização dos membros da comunidade através do exercício de monitoria nos cursos. O que é um outro lado social do PETRA, na medida em que você chama para instrutores ou monitores (não existe uma nomenclatura fixada) pessoas como profissionais. E existe uma remuneração que chamamos de gratificação, que é muito pequena mas que dá um acréscimo na renda dessas famílias.

Em termos de operacionalização, como o programa é executado, quanto a parte burocrática, temos que a comissão Municipal determina quais os cursos, quem vai dar esses cursos, em que local vão ser realizados, isto é todo um trabalho feito pela Comissão Municipal. Então assina-se um convênio em que o MOBRAL Centrai, a Comissão Municipal e a Prefeitura Local definem os números que serão trabalhados os cursos, os números ae cursos, as pessoas, tudo o mais. Esse convênio, que é um compromisso, é, ao mesmo tempo, o documento que viabiliza o pagamento dos monitores. E então os recursos são repassados para a Comissão Municipal que é o órgão que paga esses monitores. Temos também um documento básico para implantação, desenvolvimento e controle, de orientação sobre todos os aspectos do Programa. É um pequeno documento que é levado para todas as comissões municipais. O Manual do Monitor é um pequeno folheto em que se coloca princípios bem amplos do Programa, mas que não estabelece nenhum tipo de discussão sobre o conteúdo. O conteúdo é algo que se discute com a Comissão Municipal e esse conteúdo também não é definido como algo teórico mas como uma situação prática de trabalho. O certificado de frequência é um ponto formal de exigência dentro dessa informalidade toda. Ao final do curso é entregue aos participantes com determinado índice de frequência - 70%, um boletim de cadastramento monitor que é um documento centralizado, e os cartazes que apoiam esse trabalho de divulgação de cursos.

Esta é a forma sob a qual administramos essa Proposta. Gostaria agora de trazer alguns resultados numéricos que acho que podem dizer o que foi a execução deste ano. É bom que eu diga também que agora, depois de uma parada de um ano, estamos buscando uma redefinição e uma certa orientação porque quando ele foi lançado não teve nenhum direcionamento por parte do órgão central, nenhuma exigência, e vere

mos, dos próprios números, que a sociedade, a população se apropriou dos cursos. Agora, estamos buscando direcionamentos baseados nos próprios resultados. Convém dizer que o Programa foi basicamente apropriado pela população da zona urbana, somente 2% dos cursos foi realizado na zona rural. Nós achamos que esse maior índice de cursos da zona urbana se deve a uma facilidade de se identificar os monitores, de administrar um programa desse tipo e também uma certa demanda dessa população periférica em relação a uma qualificação; alguma coisa que esta muito mais presente nas suas preocupações do que talvez junto a população do meio rural.

Isso aqui apresentando slides - representa 89% dos cursos realizados durante esse um ano; foram realizados um total de 33.645 cursos; mais ou menos, 500.000 pessoas participaram do Programa durante dois semestres, esses são os 20 cursos que representam 89% do total; daí se vê nestes itens 17 a 18, primeiros socorros e noções de enfermagem, um total mais ou menos de 600 e poucos cursos; o curso de corte e costura, 8.04G; essas primeiras, até o item 6, de pois começamos com pintura de obras, depois iniciação à datilografia, iniciação em eletricidade, corte de cabelo etc. Esses 6 primeiros cursos são basicamente vinculados à mão-de-obra feminina; nós chamaríamos atenção para o seguinte a mão-de-obra feminina esta no lar, ela busca alternativas para o aumento da renda da sua família; existem alguns estudos (e no documento que nós fizemos para o seminário, levamos um estudo que o Quiriano fez para a América Latina) que mostra que nas famílias de baixa renda a possibilidade que a mulher tem de aumento da renda familiar é bastante significativa - 56% da renda dessas famílias provêm de situações fora do mercado formal de trabalho; são situações de aumento de renda através de bicos, biscates, coisa desse gênero.

Isso são coisas que nós estamos tomando como resultados objetivos de um trabalho que foi lançado sem nenhum direcionamento e que volta a nós, e nessa volta, trazendo coisas desse tipo, começamos a discutir e tentar sistematizar um pouco melhor. Não para buscar um direcionamento, porque achamos que deva continuar em aberto de certa forma para que a apropriação seja feita facilmente, mas para buscar alguns princípios teóricos que orientem a assistência técnica que possamos dar a esses programas. Como eu falei, esse programa não está referido a situações específicas de ação comunitária ou de projetos de desenvolvimento local, mas achamos que essa possibilidade deva ser incorporada a programas ou projetos estaduais e regionais.

Mais um dado só quanto a custos eu gostaria de colocar para terminar. Os custos do Programa nesses dois semestres de 78 e 79. Vemos aqui, nesse slide o custo direto médio aluno de 72,00 e os recursos gastos nesses dois semestres. São custos médios diretos, nele não estão contabilizados os custos comuns a vários programas.

Bem, acho que não fui muito organizada na minha exposição, mas teria outros dados, sobre o tipo de monitor e o tipo de aluno desses cursos; é óbvio que a grande maioria desses monitores e alunos têm escolaridade de 0 a 4 anos, a grande maioria, em todos os estados Rio Grande do Sul, Pará, Sergipe, São Paulo, não existe diferença aí. O Programa deverá agora em 1980 começar a ser pensado e direcionado, mais trabalhado tecnicamente pelo próprio grupo central, e existe uma possibilidade de uma intensificação dessa proposta para a zona rural. Não é o caso disso ser levantado aqui para vocês, mas é uma informação que acho que não deveria sonegar para o entendimento do Programa.

Dentro do Projeto Sertanejo em que será trabalhado intensamente a região do semi-árido, fomos chamados por uma Agência-de Crédito Rural para realizar treinamento específicos em municípios já pré-determinados e em cursos também já pré-definitos. Na medida em que se criam alianças ou se se compromete com projetos de desenvolvimento, existe to da uma perda de certa autonomia, de uma certa informalidade absoluta que o programa tem. Mas vamos trabalhar essa linha também e verificar ate que ponto esse programa é também possível de ser incorporado a projetos de desenvolvimento que têm pré-definições, já possuem pré-requisitos, definições de áreas, etc. E nesse caso buscaremos apoio; no caso específico desse projeto, da EMATER que deverá nos auxiliar na definição dos cursos porque apesar dessa pré-definição nós não deveremos criar situações de violência em relação a essas populações, de ofertar cursos que não tenham muito a ver com toda uma tradição de produção agrícola. Por outro lado, também na zona rural, poderemos realizar esses outros cursos do tipo benefício social que nós falamos. E só. Fico por aqui.

PROFA. EURIDES BRITO DA SILVA - Queremos agradecer a participação da Dra. Rosa e igualmente lamentar que o tempo impede que possamos ouvi-la mais e questioná-la; mas ela fica até sexta-feira, como está nos dizendo agora, e isso também serve para que possamos abordá-la nas nossas horas de relax durante o Seminário.

COMUNICAÇÃO

*PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE CÊILÂNDIA**Dra. Gladis A. Bottaro Marques**Dra. Maria de Lourdes Abadia Bastos*

MARIA DE LOURDES ABADIA BASTOS - Tentarei, em rápidas pinceladas, apresentar o Projeto Ceilândia.

Não é fácil apresentar um Programa de 9 anos em 15 minutos, mas qualquer dúvida, ou se deixarmos de colocar alguma coisa mais importante, estarei à disposição durante a semana do Seminário.

O Projeto Ceilândia constou de três fases

- . Estudo , origem e erradicação das favelas do Distrito Federal;
- . Fixação do homem, da população favelada, em Cêilândia;
- . Execução de projetos integrados de caráter edu-cativo-comunitário como formas de apoio aos es forços da população para superar suas defici-ências individuais, coletivas e do meio em que vive.

Vou tentar passar alguns slides para que vocês vejam como eram as favelas, como foi feita a sua remoção e como alguns projetos foram desenvolvidos. Não encontramos fórmulas mágicas para intervir nessa realidade, é uma expe riência de acerto, que está sendo desenvolvida numa população com características de áreas periféricas, numa tentativa de

intervir nessa realidade, unindo esforços e recursos do governo e da população, na perspectiva de melhoria do meio em que vivem e especialmente no desenvolvimento integral do homem.

Isto aqui foi durante a construção de Brasília. O fluxo migratório muito grande das pessoas que se deslocaram do Brasil todo e ficaram em invasões dentro do plano piloto. São as características do sub-emprego e do desemprego, o alto índice de alcoolismo e de problemas sociais decorrentes dessa concentração de pessoas de baixa renda, problema do menor abandonado, um centro de recepção no juizado de menores com a população maior dessas favelas, o aspecto ambiental com esgotos correndo nas ruas, sem água, sem luz, sem nenhuma infraestrutura, a marginalização social de uma população bem intencionada, porque todos nos sabemos que toda essa população que se dirigiu a Brasília, era uma população idealista, que busca-va uma vida melhor como migrante brasileiro. Um dos aspectos das antigas favelas de Brasília essa era a maior, subdividi da em núcleos como Morro do Urubu, Curral das Éguas, uma sé-rie de periferias dentro dessas favelas.

Em 1970, realizou-se em Brasília, um Seminário com o objetivo de debater os problemas sociais da nova capital. Um dos mais evidenciados, foi o tamanho e o numero da população favelada. O governo solicitou uma pesquisa nessas favelas, obtendo um diagnóstico absurdo constatou-se que na época havia mais de 75.000 pessoas faveladas morando em 13.000 barracos, com as seguintes características

- .baixa renda (0 a 3 salários mínimos);
- .número elevado de filhos;
- .baixo nível de escolaridade;
- .subdesenvolvimento.

Plano de Remoção - Projeto Urbanístico.

Tais favelas localizavam-se dentro do anel de segurança sanitária do Distrito Federal, por esse motivo não poderiam ser urbanizadas; então, elaborou-se o Projeto Ceilândia, de urbanização, desenvolvendo um plano de remoção dessas favelas.

De início, a população reagiu intensamente à ideia de mudança, como toda população favelada reage. Foi desenvolvida, na época, uma pesquisa junto a essa população com a finalidade de levantar o seu nível de aspiração, em termos de necessidade de mudança.

Foram níveis de aspirações dos favelados

- . terreno
- . escola
- . transporte
- . água
- . luz
- . casa de alvenaria.

A aspiração escola em segundo lugar, foi um dos aspectos mais importantes, no sentido de desvendar o trabalho de comunidade. Atribuíam importância à escola anteriormente à água, como um desejo de dar um futuro melhor aos seus filhos. Baseado nessas seis aspirações da comunidade foi elaborado o Projeto Ceilândia. Então, começou a remoção em 1971. Este é o projeto urbanístico de Ceilândia, que tem características naquela ideia do Plano Piloto, com unidades de vizinhança, quadras residenciais entre quadras com todo o suporte comunitário de escolas, igrejas, praças, comércio, etc. Durante a remoção, o trabalho mais arrojado enfrentado foi o limite de

tempo, um ano, em que essa população foi removida para nova área chamada Ceilândia.

O Projeto Ceilândia difere muitos dos demais projetos de erradicação de invasões, porque nele não foi construída casa e tirada a população de barracos colocando-a em casas/ sem preparação. Eles foram transferidos com seus barracos, com suas plantas, com seus animais, e colocados nos fundos dos seus lotes, tendo em vista a possibilidade da construção de futuros programas habitacionais, sem prejudicar a família.

Isso aí é uma área da Ceilândia e dentro daquela ideia de comprometimento do governo em atender às aspirações da comunidade, os primeiros prédios a serem construídos na Ceilândia foram as Escolas. Aqui eu queria que vocês olhassem a cidade toda ocujada e a destruição do verde, causas para desenvolver o projeto de educação ambiental, nos meses de julho agosto e setembro pois é quase impossível respirar de tanta poeira, secura, etc. Com Ceilândia já toda fixada, feita a transferência, iniciamos o trabalho de ação comunitária. Primeiramente nos reunimos com os conjuntos, as quadras e pedimos à população que conhecessem melhor os seus vizinhos porque futuramente nós iríamos escolher um representante desse conjunto que seria assim o responsável pelo seu cuidado uma vez que nos tínhamos ali 85.000 pessoas. Que eles escolhessem bem os seus representantes. Posteriormente retornamos a essas quadras e fizemos duas perguntas para levantar as lideranças comunitárias. A primeira foi se você tivesse de deixar a chave do seu barraco, com quem você deixaria?; a segunda foi se você tivesse de confiar os seus filhos, num caso de emergência, de doença, a quem você confiaria? Então, essas lideranças foram levantadas por grau de confiabilidade. Eles indicaram esses representantes e começamos um trabalho de treinamento, um trabalho de orientação, de elaboração de programa junto a eles.

Em 1974, realizamos em Ceilândia um Seminário de Integração Governamental. O Governo do Distrito Federal queria um projeto, um plano para Ceilândia. Então nos reunimos na primeira fase, com todos os órgãos que prestam serviços em Ceilândia. Foram 19 órgãos, sendo levantados 387 problemas. Em fase posterior discutimos esses problemas com os representantes, buscando a prioridade deles uma vez que não tínhamos condição de elaborar um projeto com 387 problemas. Eles elegeram então como prioridade um, 150 problemas. Então, elaboramos o Projeto Integrado de Promoção Social e Humana que é um projeto do Governo do Distrito Federal. Todas as Secretarias que atuam em Ceilândia participaram da elaboração desse programa que tem como finalidade, a solução e o atenuamento dos 150 problemas tidos como de prioridade um. Ao iniciarmos o trabalho concreto com a comunidade, perguntamos quais seriam os 2 primeiros problemas dos 150 pelos quais poderíamos começar a execução. Eles disseram que a primeira coisa seria criar uma Prefeitura para Ceilândia, porque Ceilândia tinha uma situação muito indefinida, pertencia a Taguatinga mas possuía uma população com características «diferentes.

Em 1975, o Governo do Distrito Federal criou a Administração Regional de Ceilândia. O segundo programa foi a falta d'água. Nós tínhamos na época, 1974, mais de 90.000 pessoas e não existia água na cidade. Havia 30 torneiras públicas distribuídas em toda a cidade, o que era a maior tragédia.

Entramos em contato com a CAESB - Companhia de Água e Esgotos, e passamos a discutir de que forma poderíamos resolver o problema da água, uma vez que sabíamos que abastecer uma cidade com aquela população, precisa de muito dinheiro e que o Projeto do Santo Antonio de Rio Descoberto, que é

o Projeto de água, de abastecimento de toda Brasília, ainda estaria começando a ser implantado, além de demorar uns 3 ou 4 anos. Reunimos a comunidade e a CAESB, para tentar solucionar esse problema, e a CAESB colocou que, se a população fizesse o trabalho manual de cavar as valetas, ela faria a ligação e cada barraco teria uma torneira.

Foi o primeiro trabalho em que houve a participação de toda a comunidade de Ceilândia. Em menos de um mês fizemos mais de 10.300 ligações de água através de mutirão com a comunidade e o projeto de habitação.

Nos temos dois projetos de habitação que são desenvolvidos através de empréstimos do BNH para a nova companhia de construção, responsável pela política de habitação; as casinhas são distribuídas gratuitamente pela Administração Regional, depois de uma semana de treinamento com a comunidade; durante essa semana, nós nos reunimos com as pessoas que iam ganhar as casas para dar orientação de higiene, jardinagem, relacionamento com a vizinhança, coleta de lixo, uma série de coisas. Então, quando eles passavam para as casinhas, já tinham uma ideia de como era viver numa comunidade urbana, porque a maioria das pessoas de nossa cidade vinham de áreas rurais ou de cidades do interior do nosso País.

O lixo foi um dos grandes problemas, porque eles não têm o hábito de recolhê-lo; e também porque a situação de nossas ruas não permite uma coleta sistemática; tivemos em 1976 uma ameaça de epidemia devido ao acúmulo de lixo, dado que o serviço de limpeza urbana não tinha como limpar, "de porta em porta, mais de 40.000 lotes dentro de Ceilândia. Mais uma vez nós entramos, discutimos com a comunidade para ver como faríamos a limpeza de Ceilândia. Sugeriu-se que cada morador limpasse o seu lote e colocasse o lixo numa área verde; o que facilitaria porque os caminhos do SLU só se diri

giam a uma área e recolhià-se todo o lixo das quadras. A cidade foi toda limpa, graças a esse trabalho da comunidade.

PROFA. EURIDES BRITO DA SILVA - A . conferência que deveria ser apresentada apôs o Programa de Educação Ambiental de Ceilândia, do Dr. Eduardo Vargas, foi deslocada para a parte da tarde, em lugar da conferência do Dr. Lisímaco Duran que ainda não veio. Por isso nos restariam 10 minutos para que pudéssemos questionar tanto Ceilândia, quanto Dra. Rosa do MOBRAL e encerraríamos às 12 horas.

DRA. GLADIS A. BOTTARO MARQUES - Vou tentar dar continuidade ao que Maria de Lourdes falou até o momento. Mostraria aqui novamente num mapa sintético de Ceilândia, as unidades de ensino. Até 1976 existiam 17 unidades de ensino com um acúmulo muito grande; tínhamos escolas com 6 turnos de atendimento.

No plano urbanístico previsto, havia uma escola em cada entre quadras. O Governo do Distrito Federal tomou o posicionamento de que não» era possível em relação a Ceilândia construir escolas, não resolveria o problema e mesmo construindo as escolas isto não era também suficiente em face do problema existente da repetência, da evasão, de vários outros que os meninos enfrentavam em relação à própria cidade.

Tendo como base essa estrutura física, foram construídas em 1978, 25 unidades de ensino, completando então praticamente, toda a rede de Ceilândia e se pôde fazer então uma redistribuição dos alunos, fazendo-se um esforço quanto a parte qualitativa do ensino.

Foi então criado o Projeto Integrado de Educação Ambiental que esta compatibilizado com o Projeto de Promoção Social e Humana e pretendia não só dar assistência ao alu

no dentro da escola, como estendê-la também à família. Ha, por tanto, uma decisão política para que se realize o trabalho de uma melhoria das condições ambientais de Ceilandia e em função desta política de Governo foi posicionada a educação.

A educação se propunha a fazer um trabalho integrado com programas de infra-estrutura e de desenvolvimento da própria cidade. O projeto Educação Ambiental, foi montado de uma forma bastante ampla. Nos tínhamos, a respeito de Ceilândia, todo o diagnóstico, com dados indiretos, mas para atuar de uma forma mais localizada, mais eficiente, pretendia-se ouvir toda a população ao redor de cada uma dessas escolas, o que ficou muito fácil. Delimitamos a comunidade a ser atendida pela escola a área de influência da escola e montamos um projeto com metas bastante amplas a medida que pudéssemos identificar esses problemas. Ha vários projetos dentro desse projeto. O projeto tendia não só a desenvolver o aluno, mas, também, a comunidade acoplado ao Projeto de Promoção Social e Humana com as lideranças existentes e novas lideranças.

As metas, como vocês podem ver, nós as fixamos em educação formal, que seria a meta nº 1; a meta nº 2 seria o desenvolvimento do adolescente ou do adulto ou da família; a nº 3 era uma tentativa de um envolvimento maior, embora ela possa ser incluída na meta nº 2, que seria do meio ambiente, desenvolvimento da idade em relação ao seu aspecto ambiental, ainda bastante agressivo.

A meta r.9 4 foi um ponto bastante questionado na época.

Este ano nós temos saindo a la. turma de formação de professores no local. Na época tínhamos apenas 2% dos professores residindo em Ceilândia e um dos problemas levanta

dos é que esses professores não se envolviam com a comunidade, não a conheciam, iam contrariados para Ceilândia por causa da poeira e davam suas aulas, cumpriam seu recado e voltavam. Levantada a possibilidade de formar professores no local com uma linguagem mais próxima à da população, arguiu-se, na época, que se estaria formando professores de classe inferior e uma série de problemas que se tentou contornar. Em Ceilândia, as escolas são boas, com bons professores e a la. turma esta saindo agora. Em algumas atividades que essas normalistas nos ajudaram durante o desenvolvimento do projeto, demonstraram bom desempenho.

A meta nº 5 seria implantar um Centro de Educação Permanente, embora se saiba que Educação Permanente necessariamente não precisa de um local, mas, como em Ceilândia, a única coisa marcante são as escolas, uma em cada quadra, pensou-se em construir um Centro que fosse um ponto, tanto de convergência, como de irradiação das atividades junto a comunidade.

Nos conseguimos desenvolver uma série de atividades nessas metas, algumas com maior sucesso, outras com menos. Na meta nº 1 tentamos um processo educativo interdisciplinar, participativo, comunitário. (Antes, um parêntese).

Uma preocupação, no caso de qualquer inovação, é a preparação de recursos humanos; não adiantaria nada técnicos da administração central tentarem implantar alguma coisa quando a população, a clientela, os centros de radiação, que seriam as escolas, os diretores, os professores, não estivessem envolvidos. Esta foi uma preocupação bastante grande, um capítulo à parte a preparação desses diretores e dos professores em todas as modalidades e graus de ensino que tem em Ceilândia, do pré ao 29 grau com o apoio do IPEA e da UNESCO. Desenvolvemos um trabalho de treinamento

dos diretores junto a comunidade e outras instituições de micro planejamento participativo, na tentativa de ouvir a comunidade e ver como poderia se desenvolver o processo. A outra atividade foi a pesquisa participativa acoplada no micro planejamento. O pessoal saiu das paredes da escola e foi às casas, à comunidade. São dois pontos comuns a qualquer atividade o planejamento participativo e a pesquisa participativa que dão suporte a esse planejamento.

Na parte de Educação Formal desenvolvemos um currículo chamado currículo flexível com base nas necessidades, interesse e problemas. Há algumas questões a respeito de uma educação inferior ou não. Nós estamos usando uma teoria de aprendizagem universal; assim como se usa o *Piaget* nós participamos para usar o *Roger*, que seria um ensino centrado no estudante e não no professor. Então, não se poderia questionar que se estaria dando uma educação inferior ou utilizando um processo aleatório. Nós tínhamos um suporte teórico que nos permitiu esse trabalho fosse desenvolvido com assessoramento técnico da UNESCO, realizado, paralelo às escolas, para se levantar os interesses, as necessidades e problemas da clientela, conforme uma pesquisa participativa. É evidente que nem todos os professores fizeram da mesma forma, era todos os graus, todas as variantes, discutindo até onde efetivamente aquilo era uma necessidade, era um problema, se era causa ou era efeito. Com isto se eliminava, porém, de saída, uma série de problemas; era um processo educativo e, às vezes, o professor não entendia assim. Ele achava que tinha que dar Português, Matemática, Comunicação e Expressão, achava que não estava dando aula quando fazia essa discussão, nós achávamos que era um momento de aprendizagem muito importante; a mesma coisa ocorrendo com a população. Em função dessas necessidades e problemas, selecionava-se um determinado tema, que era montado com os alunos, naquela confiança aos pressupostos teóricos de *Roger* de que o aluno é capaz de

dizer o que quer, e de fazer e se responsabilizar por isso. Seria um momento de aprendizagem.

Esse aspecto foi bastante estranho aos professores, porque os objetivos em vez de virem antes, vinham depois; é que sempre quando se fazia planejamento o professor coloca primeiro os objetivos, o que ele quer dos alunos, as atividades que ele vai desenvolver e a avaliação. A intenção nossa era justamente ver dentro do problema, que atividades os alunos queriam desenvolver e quais os objetivos desejados, de forma que eles se responsabilizassem pelas atividades.

Tivemos alguns problemas na operacionalização. Não ficou bastante claro que, identificado um tema onde estariam vários problemas ou necessidades, eles trabalhariam em todas as disciplinas com aquele tema. Por exemplo, numa turma eles escolheram o Lema esporte; mas quando foi esclarecido o que efetivamente eles iam fazer, em Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências, tudo com relação a esporte, eles acharam ruim, porque pensavam inicialmente que era para passar o tempo todo jogando bola, praticando esporte. Um outro problema é de um professor que montou a unidade de aprendizagem e quando foi novamente levantar as necessidades de aprendizagem detectou a mesma necessidade. Fomos ver o que houve efetivamente, o professor havia montado as suas atividades que nada tinham a ver com as necessidades do aluno. Outro problema, que ocorre até hoje, é a rotatividade ou ampliação da rede na Ceilândia. O professor que vai para Ceilândia quer sempre chegar mais perto do plano piloto ou de onde ele mora. Treinamos o professor hoje, e amanhã ele não está mais, já entrou outro. Isso é bastante sério e nós tivemos que recorrer a atividades emergenciais, para encontrar soluções. Mas, o que acontecia era que o Diretor, às vezes não bem esclarecido, dizia para o

professor novinho "agora você vai trabalhar com UA". UA é Unidade de Aprendizagem, esse currículo baseado nas necessidades, interesses e problemas. O professor não tinha a menor ideia do que fosse, e o Diretor insistia que ele trabalhasse dessa forma. Então, tínhamos de esclarecer, a fim de ele não fazer uma coisa que não está sabendo o que é.

A meta nº 2 corresponde a atividades sócio-educativas e culturais para a comunidade. Nós usamos o apoio, reforçamos o serviço social com algumas Assistentes Sociais para que pudesse chegar a comunidade, partindo do princípio de que nós, professores, não fomos treinados para trabalhar com esse tipo de clientela e sim com crianças e adolescentes. Achemos que colocando Assistentes Sociais perto do Diretor, ele poderia ser treinado em serviço e aos poucos iria absorver. Não conseguimos muito sucesso nisso. Alguns retores, por posição pessoal, por serem mais dados, mais envolvidos efetivamente conseguiram ganhar bastante com essa convivência; com outros, tivemos problemas não sei se da parte profissional do Assistente Social ou do próprio Diretor, em termos de um entrosamento maior e de convivência.

Foi trabalhada a comunidade, numa ação quase paralela, mas não conseguimos a convergência que esperávamos. Levantamos inicialmente, numa amostragem em Ceilândia, quais eram os interesses das mães. (Uma coisa que a Lourdes esqueceu de falar pela pressa, não sei se não es-tou perdendo o meu tempo em falar também, é que na Ceilândia, via de regra, a mãe não trabalha fora, é ela que fica com as crianças. A nossa preocupação é em atender essa mãe, visto que o pai trabalha fora e só chega às dez da noite; atender essa mãe de forma que ela tivesse também oportunidade de crescer com seus filhos para não criar aquele hiato à medida que o filho avança na escola). Então fizemos um le-

vantamento por amostragem para ver o que e que interessava a mãe em relação à escola, como ponto de partida para o envolvimento dessa comunidade.

Começamos a desenvolver corte e costura que foi o interesse que elas demonstraram. Efetivamente em alfabetização, elas não estavam interessadas, a percentagem era bastante pequena. Mas à medida que íamos desenvolvendo o corte e costura, as mães iam sentindo necessidade em passar para o curso pró-PAF ou pró-P, são os dois cursos do MOBREAL que nos oferecíamos aumentando a clientela. Nesses cursos, convém ressaltar, usávamos o pessoal da comunidade, pagávamos a algumas costureiras e aquelas que não sabiam ler passaram pelo P ou pelo PAF e voltaram a ser instrutores desses cursos. O curso não tinha a intenção de melhorar a renda, de forma direta ou indireta, de fomentar a produção externa, de promover colocação no mercado; nós queríamos esse momento com a mãe para a orienta-la em termos de higiene, em termos de cuidados com os filhos, de conversa com os filhos seria um momento de reunião.

Há um tape em que se vê como a mãe chegava na escola e como sala, quando terminava o curso, tempos depois. Em termos, tanto do tratamento com os professores, com os filhos e com sua aparência pessoal. Nos compramos as máquinas, um grupo formou um núcleo ocupacional utilizando uma obra social, aí já com uma produção externa, a mesma coisa acontecendo com a produção de doces caseiros, que a Dra. Maria Lúcia, aqui presente, na época Diretora de Ensino Supletivo coordenava toda essa parte de atendimento ao adulto.

Outro apoio que tivemos, em termos de trabalho da comunidade, foi o de um projeto financiado pela UNESCO cujo nome é bastante complicado, Projeto de Promoção, Projeto de Pedagogia ou Divisão para Comunicação Educativa de Cei-

lândia, ao qual nós chamamos de PACE que fica mais simples. O PACE foi uma proposta da UNESCO de apoio a Ceilândia; de veria ser para administração, mas como a administração por problemas burocrático-legais não podia receber doação da UNESCO, ela foi dada à Fundação Educacional que a poderia receber. O PACE então usa K-7, TV etc. 'Em vez de trazermos um filme *do Rio*, de São Paulo ou daqui da Bahia colocando a situação, ele é feito por um grupo especialmente treinado na própria Ceilândia. Por exemplo, um problema de fossa, de água correndo nas ruas. O grupo faz uma investigação entre aqueles que já têm fossa, como eles fizeram a fossa, quais são as condições, o que é que obtiveram em contrapartida, e também entre aqueles que não têm, como se encontra a aparência das ruas, qual é a situação etc etc. Depois leva esse "tape" para debater com a comunidade, em reuniões junto ao serviço social para uma discussão e tentativa de uma solução.

Um dos problemas que temos é o de comunicação". Nós falamos linguagem um pouco diferente e em algumas reuniões houve dificuldades de entendimento da própria comunicação desejada. E esse projeto tem auxiliado bastante por que com a Televisão eles estão acostumados e a parte visual ajuda bastante a compreensão. Algumas campanhas e atividades têm sido desenvolvidas com o apoio desses recursos da TV. Nós não chegamos ainda a programas de capacitação e também de registro de manifestações culturais da própria cidade. Os programas até agora feitos foram o perigo da desidratação, que é um problema bastante sério em Brasília nesta época, com a umidade do ar em 35%; o lixo, seus efeitos e consequências; a água; a fossa; "Minha vida, nossa luta", (este um filme trazido de São Paulo) e que foi utilizado pelo Programa Higiene Alimentar e Higiene Pessoal e a Horta. Esses programas prontos estavam sendo passados nas reuniões da comunidade junto com o Serviço Social. Em linhas gerais é isso.

Chegamos a uma conclusão nos sobrecarregamos demais a escola, a escola realmente ficou bastante acumulada, tenho impressão que exigimos demais dos diretores e assumimos alguma coisa que não era especificamente da área da educação. Em parte foi bom, porque os outros órgãos também começaram a se envolver. Já estamos trabalhando em conjunto; valeu a pena o risco inicial de entrar na CEARALI, mas há necessidade de uma reformulação justamente para não sobrecarregar demais a escola.

PROFA. EURIDES BRITO DA SILVA - Eu consulto o Dr. Cabral, aqui presente, se poderíamos usar 15 minutos para questionamento ao MOBREAL e ao Projeto Ambiental de Ceilândia e sairíamos então às 1200 hs do ambiente. Então eu pediria que rapidamente Dra. Maria de Lourdes, Dra. Gladis e a Dra. Rosa viessem aqui à frente para facilitar assim aqueles que queiram fazer algumas perguntas. *A primeira pergunta junta.

DR. THOMAZ COSTA - Eu tenho duas perguntas para o pessoal da Ceilândia primeira - qual o custo estimado de implantação e manutenção desse projeto? Segunda - relativa à discussão até certo ponto bem interessante, ontem no grupo 2, vocês fizeram alguma avaliação de geração de postos de trabalho, de emprego na comunidade, existem números sobre isso também?

DRA. GLADIS A. BOTTARO MARQUES - No princípio, o Projeto ficou com um custo alto, como todo investimento inicial; mas creio que com a extensão ele se tornou relativamente barato. Não vamos contar evidentemente com a manutenção da rede que já existia em Ceilândia; só com aqueles recursos adicionais que foram injetados para que o trabalho se desenvolvesse. Tivemos um financiamento de 14 milhões de cruzeiros e atendemos, diretamente envolvidos no proces_

so de ensino formal e não formal, aproximadamente a 58.000 pessoas; calculamos uma influência indireta sobre aqueles que não participaram de sessões em ir a escola ou de fazer curso em 30%.

PROFA. EURIDES BRITO DA SILVA - Alguma ques tão mais? Ao encerrar os nossos trabalhos na manhã de hoje gostaria de renovar os agradecimentos a todos os participantes e dizer que a posição do coordenador nem sempre é a mais simpática, independentemente nós gostaríamos de ou vir os conferencistas, os expositores, durante toda a manhã mas uma coordenação, daí a expressão, subentende-se que seja, eu não gostaria de usar a palavra pressão, mas uma forte insinuação para que pudéssemos nos adaptar ao horário previsto. Por outro lado, talvez o objetivo maior de um Seminário não seja fazer com que nenhum participante se aprofunde ou estude em detalhe um determinado assunto, mas é exatamente este intercambio de experiências, essa possibilidade de conhecermos pessoas, ouvirmos sobre coisas e. a partir daí, de acordo com o interesse de cada participante, mantermos nossos contatos e nesse aspecto eu acho que todos os conferencistas de hoje estão à disposição dos senhores e em Brasília também. Aqueles que assim o desejarem estaremos de portas abertas para que conheçam as nossas programações no local. Para isso, tanto a Maria de Lourdes quanto eu, estamos aqui à disposição para recebê-los em Brasília. Muito obrigada.

COMUNICAÇÃO

ESPAÇO PARA APRENDER - COMUNIDADE

*Dra. Lya Machado Rego Dra. Lyria Moreira
Paiva*

COORDENADOR DA MESA - Dando continuidade aos trabalhos do Seminário Internacional de Educação, Formação Profissional e Emprego nas Periferias Urbanas, eu chamo para compor a mesa, Lya Machado Rego da LBA e Lyria Moreira Paiva, também da LBA.

Trata-se de uma comunicação Espaço para Aprender-Comunidade.

Lya Machado Rego da LBA, do Departamento de Educação para o Trabalho, é chefe da Divisão de Programação; ela vai apresentar-nos a experiência da Legião Brasileira de Assistência nesse campo.

Concedo a palavra a Lya Machado Rego. Peço a atenção dos senhores para o início dos trabalhos da palestrante.

DRA. LYA MACHADO REGO - Antes de relatar a experiência, queremos registrar os nossos agradecimentos ao Ministério da Educação e Cultura, pelo convite que fez à LBA e que nos dá a oportunidade de mostrar alguns dos muitos trabalhos que estamos realizando, especialmente nas áreas urbanas.

A Legião Brasileira de Assistência, LBA, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tem toda a sua atuação voltada para o atendimento às populações carentes

tes. Sua atuação se estende a todo território nacional. Destacamos, inicialmente, para apresentação dos senhores, face a temática desse Seminário, a experiência que vem sendo realizada através do Programa de Educação para o Trabalho. Ela reúne ações integradas, nos campos da educação, iniciação ocupacional e intermediação de empregos. O Programa de Educação para o Trabalho desenvolve-se nas zonas urbanas e rurais e vem buscando melhorar a qualidade de vida dessas populações carentes. Sua meta promoção em termos sociais e econômicos; sua filosofia de atuação a integração de entidades; clientela a comunidade. Assim, a nível de Brasil, em seus programas e projetos urbanos e rurais, além dos Centros locais da LBA, cerca de quase 200 centros sociais, o Programa de Educação para o Trabalho conta com 800 entidades engajadas na programação direta da LBA e que funciona cedendo salas, recursos humanos, fornecendo ou emprestando material, mobilizando clientela e realizando ações integradas na comunidade.

Contamos ainda, na execução indireta, com cerca de 300 entidades que cooperam conosco em convênios de colaboração técnica e/ou financeira. O PACE foi uma proposta da UNESCO de apoio a Ceilândia, destinara à administração, mas como problemas administrativos a impediam de receber esta doação, ela foi revertida a Fundação Educacional. É a LBA atuando em salas, pátio e terrenos de escolas, em associações de moradores, em clubes recreativos e culturais, em quadras de escolas de samba, em paróquias, em obras assistenciais, em centros sociais urbanos, alguns dentre os muitos locais cedidos pela comunidade.

Procuramos ir ao encontro do cliente em seu próprio contexto de vida. Além disso, a seção de recursos humanos e materiais racionaliza e amplia o atendimento, barateando os custos. E com a comunidade ainda, no sentido de levantar

demanda de mercado e favorecer o engajamento dos egressos dos nossos cursos na força de trabalho, que procuramos estabelecer um diálogo permanente. Diálogo permanente com o comércio, indústria local, fábricas, oficinas, lojas, restaurantes, salões de cabeleiros, etc. Também contactamos agências de colocação e bancos de empregos. Reforçamos também o nosso entrosamento com o CINE a nível local. Com o mesmo objetivo, estamos intensificando o nosso contato com o empresariado, no sentido de que se feche o ciclo preparação para o trabalho e engajamento mais pronto. O nosso cliente não pode esperar.

O mais recente programa da LBA, o Programa Nacional do Voluntariado - PRONAV, é a nível nacional, uma iniciativa que busca, pela motivação e mobilização das comunidades, o engajamento de um grande contingente de voluntários. A meta da LBA através do PRONAV é estender a sua atuação a todos os municípios brasileiros, implantando cerca de 4.000 núcleos de voluntários, que são unidades de atendimento integrado, operadas por mão-de-obra também voluntária. Maior número de comunidades atendidas e conseqüentemente maior número de pessoas atendidas.

Nos núcleos de voluntários, o Programa de Educação para o Trabalho também intensifica suas ações e, evidenciando o engajamento da comunidade, contamos no momento, com 1.500 instrutores voluntários. Nossa clientela utiliza, ainda, os núcleos de educação para o trabalho junto aos centros sociais da LBA. Mas, intencionalmente, partimos ao encontro das populações carentes, desenvolvendo com elas em seu próprio meio, discussões sobre sua realidade, definindo ações que se realizam com a participação de todas as pessoas e entidades envolvidas no trabalho. A presença da LBA nas áreas carentes não se caracteriza pela existência de prédios próprios mas por sua ampla expansão numa rede que se constitui na própria comunidade.

A comunidade é o espaço amplo para aprender, melhorando condições pessoais, sociais, e pela aproximação clientela/ instituições, favorecendo atendimento global que inclui o engajamento no trabalho, o ganhar a vida.

Procuramos identificar entidades que já atuaram na- áreas onde implantamos nossas atividades, a fim de que não haja duplicidade de ações e sim um trabalho solidário e integrado. Nossas atividades e cursos são assim programados na aproximação técnicos-comunidade. Eles precisam ter resposta às necessidades e possibilidades de uma clientela que tem como característica a carência e precisam atender à demanda de mercado, existente nas áreas, respeitando-se as qualificações dessa clientela. Atividades educativas são muitas vezes pré-condição para o início de um trabalho e sempre acompanham os cursos de iniciação, formação profissional. Elas se situam prioritariamente nas áreas de saúde, higiene, alimentação, habitação, vestuário, lazer, trabalho e previdência social.

A posição de técnicos, seu referencial para o planejamento dos cursos e atividades educativas é sempre a comunidade. Vamos também ao encontro das programações e projetos desenvolvidos pela LBA, através de outros dos seus setores. Assim, nas áreas urbanas, encontra-se em desenvolvimento um dos programas prioritários da LBA, o Programa de Complementação Alimentar - PCA. Ele teve início aqui na Bahia, em 1977, com muito êxito, em regiões que estavam sofrendo um problema sério de subsistência. E testada, a metodologia, ele foi ampliado e se encontra no momento em 3 regiões metropolitanas a Baixada Fluminense, a grande Belo Horizonte e Brasília. É um programa preventivo, destinado a grupos sociais mais desfavorecidos, onde a desnutrição prevalece. Distribuí suplementos alimentares industrializados e cientificamente testados, adequados a complementar as necessidades diárias de uma clientela

carente, formada por gestantes, nutrizes e crianças até 3 anos. O Programa de Educação para o Trabalho integra-se na experiência desenvolvendo junto a esses grupos, atividades educativas e cursos; cursos de educação para a saúde, higiene, educação alimentar, primeiros socorros, culinária básica, horticultura, hortas comunitárias, escolares e caseiras.

Hoje, quando a Maria de Lourdes falava, eu estava me lembrando de um grande programa que nós estávamos desenvolvendo junto aos postos do PCA, em Ceilândia, Planaltina, em todas as cidades satélite, onde as hortas comunitárias, caseiras e escolares, estão sendo realmente um programa de grande porte e estamos pensando em identificar um projeto, junto à Fundação Educacional de Brasília, com o qual, através dessas hortas, a gente beneficiaria todo o atendimento de merenda escolar.

Continuando então. Cursos também que se ligam à fabricação de agasalho, corte e costura, construção de fossas, colchoaria, fabricação de moveis com aproveitamento de material, melhoria das condições habitacionais através de cursos na área da construção civil, fabricação de utilidades para a casa.

Uma programação que se volta para um atendimento integrado às famílias, para uma economia de subsistência. É a educação funcionando fundamentalmente como bem de consumo, levando à mudança de hábitos e atitudes, à conscientização de que a partir de recursos disponíveis no seu meio, a comunidade desperta para uma vida melhor e mais digna, com o apoio e incentivo das instituições, numa colocação não paternalista de trabalho. O PCA é um programa que distribui alimentos, que supre as carências de uma clientela, principalmente em se tratando de crianças, cujo potencial está sendo formado de 0 a 3 anos

Mas ele não é um programa que se fecha só no distribuir, só no dar, mas um programa que integra todo um conjunto de ações educativas. A educação para o trabalho, porém, se realiza em programação integrada, com outro programa da LBA, o da legalização do Homem brasileiro. Através dessa integração, há possibilidade de fornecer documentação básica a expressiva parcela da população carente, permitindo ao indivíduo e a família maior integração social, possibilitando-lhe o acesso a escola, aos cursos profissionalizantes e ao mercado de trabalho. A população atendida pela Programação de Educação para o Trabalho cobre a faixa pre-adolescentes idosos. No primeiro semestre de 1980, tivemos os seguintes percentuais 8% na faixa de menores de 14 anos; 28% na faixa de 15 a 18 anos; 25% na faixa de 19 a 25 anos; 23% na faixa de 26 a 35 anos e 16 por cento na faixa de maiores de 35 anos.

Esta população é atendida em áreas urbanas por uma programação básica realizada nos núcleos de educação para o trabalho e ainda por projetos especiais. Gostaríamos de destacar um deles o Projeto de Iniciação Ocupacional em Artesanato em Areas de Preservação Cultural, projeto que vai ao encontro da nossa cultura popular; projeto que vai descobrir nas comunidades., artesãos que, com seu trabalho, mantêm nossas genuínas tradições. Estes artesãos são treinados e conscientizados da necessidade de repassar suas técnicas, qualificados assim para exercer a função de instrutores em nossas oficinas e escolas, formando novos artesãos. É o artesanato como transmissão cultural. Um trabalho criativo que se tem constituído numa experiência muito positiva, da qual toda a comunidade participa.

As oficinas são proporcionadas pela comunidade, indo da própria casa do artesão a locais cedidos pelas Prefeituras, escolas, etc. Mestre Bartolomeu, por exemplo, em Goiás, trabalha em sua própria casa, no quintal. O trabalho é ensinar a transformar sucatas em lindos e úteis objetos de funila

ria. As latas são conseguidas em restaurantes, refugio Industrial, e ao Senhor Bartolomeu e aos jovens, cabe transformá-las na alegria e espontaneidade da atividade criativa, em aviões de brinquedo, jogos de brincar na areia, em objetos **utilitários**, caçarolas, lamparinas. Infelizmente eu só trouxe um, porque nos tínhamos pouco material, mas quem estiver interessado em conhecer esse projeto pode escrever para a LBA.

Assim, no projeto de Artesanato em Áreas de Preservação Cultural, são várias as modalidades de trabalho 'que desenvolvemos é a talha, o labirinto, a fiação, a tecelagem, a cerâmica, a pedra e sabão, são as rendas de bilro, o artesanato com o aproveitamento de fibras regionais, são gamelas de madeira, talhas, baús de outros tempos.

Na culinária, frutas regionais que se transformam em doces, conservas caseiras, doces que nós pretendemos preservar, os doces de tacho; frutas regionais que se transformam em deliciosos licores; jaca, carambola, caju, conforme o lugar e época. Usa-se matéria prima regional, há empréstimos de equipamentos em entrosamento com órgãos de turismo, assessoria de estudiosos de folclore e cultura popular.

Era Minas, por exemplo, onde o projeto começou, nós tivemos a assessoria do Professor Tarquínio. Temos um trabalho com os meninos, em cobre e latão, e. Senhor Petinate é o artesão contratado pela LBA, e que rapassa aos meninos a técnica que ele já aprendeu do pai, quer dizer ura processo mesmo de transmissão. O Projeto começou. em Minas, em 1978, experimentalmente, e já se estende a 14 unidades federativas Pará, Ceará, Pernambuco, Goiás, Amazonas, Maranhão, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso.

No 1º semestre de 1980, alcançou 6.074 atendimentos e em relação à meta prevista, 5.000, atingiu um percentual de 121,5%. Estamos procurando fazer a caracterização de todos os artesãos envolvidos no programa e estamos ligados ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, de que a LBA vem participando através de reuniões.

Outro projeto que estamos desenvolvendo com muito sucesso *Trabalho é brinquedo*. Esse trabalho vem-se desenvolvendo a nível de todo o Brasil, mas destacamos alguns sítios que mostram uma experiência, de uma mini indústria de brinquedos que esta sendo desenvolvida em Alagoas. A fabricação de brinquedos pedagógicos em cursos de marcenaria. Estamos sentindo que esse tipo de trabalho tem grande receptividade. O produto é realmente de colocação fácil no mercado. Quando participamos de reuniões e de exposições junto à rede escolar, recebemos muito pedido para a compra desse material. Além disso, esse tipo de material vem abastecendo as necessidades das nossas creches, do que falarei mais adiante. Eles também fabricam pequenos móveis para o pré-escola, espreguiçadeiras para solário, estantes, todo esse material que o professor do pré-escolar precisa para equipar a sala.

Não sei se estão observando mas existe uma outra linha de trabalho que é o aproveitamento de sucata, com resultados muito bons. Há alguns cursos que ao invés da marcenaria, são feitos somente com o aproveitamento de refugo industrial. Tivemos, por exemplo, há pouco tempo uma experiência muito positiva no Pará, com o envolvimento de mil e tantas famílias ligadas a esse Projeto das Creches-Casulo, em que envolvemos toda a comunidade. E além de fabricação de brinquedos, além daquele lazer criativo que envolvia mães, adolescentes, crianças, várias faixas de família, eles prepararam através desse trabalho o natal da comunidade, mas que não se restringiu

ao fabricar brinquedos. Trabalho muito interessante, porque nos temos que pensar que se está trabalhando com populações carentes e que tem que fazer o aproveitamento muito racional de todo e qualquer recurso, foi o aproveitamento de brinquedos quebrados; foi a recriação de brinquedos com peças avulsas e a transformação de brinquedos usados, quer dizer, o reparo, o aproveitamento de brinquedos usados, Nessa experiência nós já estamos procurando fechar o ciclo, não somente dar os cursos mas engajar a nossa clientela, que, como eu disse anteriormente, não pode esperar, visto ser uma cliente la que precisa trabalhar em qualquer faixa de idade.

Então, nessa experiência em Alagoas, nós já contamos com uma lojinha, que faz a divulgação e coloca esse produto no mercado. Essa lojinha foi instalada com o apoio da comunidade, para sua construção foram importantes os cursos oferecidos, de pedreiro, carpinteiro e pintor, que se consttuíram em motivo para a criação da própria lojinha. Então, a lojinha é fruto das atividades desenvolvidas pela educação para o trabalho.

O instrutor é pessoa da comunidade, o que também é uma experiência que nós estamos identificando como muito importante no trabalho da LBA. Que se retire esse instrutor ainda que contratado da própria comunidade. Nós temos observado que há uma identificação muito maior com a cliente la. Estamos ampliando essa linha trabalho é brinquedo e já temos a fabricação de brinquedos de pano, equipamentos para áreas eximas de recreação, fantoches com motivos regionais, é até um tipo de trabalho que se aproxima do trabalho artesanal. Por exemplo, Pernambuco desenvolve um trabalho bem grande nessa área de fabricação de fantoches, em que as crianças fazem com paprimachê trabalhos bem criativos nessa linha, com instrumentos musicais. Há pouco tempo, encontramos

um artesão na feira livre do Recife, próximo ao pátio de São Pedro, e identificamos a possibilidade de fazer soldadinho de chumbo. É uma experiência nova que começamos agora a fazer também.

Outros cursos possibilitam a montagem de equipamentos para áreas externas.

Então, além desse atendimento às creches- casulo que são exatamente unidades de atendimento do pré-escolar que contam com assistência médica, odontológica, psico-pedagógica, nutricional e jurídica dentro do universo criança-família, a educação para o trabalho se junta as creches-casulo, desenvolvendo atividades e cursos, que incluem as várias faixas de pessoas que compõem a família. As unidades casulo ocupam espaços ociosos nas entidades das comunidades e canalizam recursos materiais e humanos para a operacionalização das atividades.

Destaca-se também um outro projeto de educação para o trabalho a Operação Nutrição. Implantada este ano em Santa Catarina, com a inclusão da soja na dieta alimentar e que dá continuidade a um trabalho realizado desde 1977, quando incentivamos em larga escala a implantação de hortas.

A farinha de soja e a soja texturizadas (a LBA não usa a soja em grãos) estão sendo usadas e uma cartilha acompanha os cursos que vêm tendo muita receptividade junto à clientela. Há integração com várias entidades Rondon, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Ministério da Agricultura, e há também integração com vários departamentos da LBA departamento de educação para o trabalho, departamento de serviço social e núcleo regional de saúde-nutrição. Finalmente, quanto à intermediação de empregos, o mecanismo

facilitador que utilizamos, é o clube de trabalho ou grupo de produção, que reúne pessoas egressas de nossos cursos, numa extensão de aprendizagem, aperfeiçoando técnicas ao mesmo tempo em que se favorece a organização social e econômica do grupo. A LBA ajuda no começo, com um pequeno capital principalmente para compra de material de consumo.

Há grande entrosamento com a comunidade no sentido de favorecer a venda do que é produzido e especialmente, o de engajar pessoas no mercado. Há rotatividade nesses grupos, tão logo o sócio arranjar trabalho, dá lugar a outra pessoa. Mo-nitores também são selecionados para novos cursos; às vezes, encontramos pessoas já habilitadas na comunidade e o Programa de Educação para o Trabalho organiza núcleos de produção a fim de facilitar o escoamento de produção e assegurar melhores rendas procurando engajar as pessoas no mercado.

Sergipe, por exemplo, conseguiu um escoamento da produção das áreas da integração com ENSETUR, uma empresa ligada ao turismo. É o caso, em Alagoas, dos grupos de produção do filé, e no Ceará as famosas rendeiras. A nível nacional estamos tentando novos contatos, a fim de que o escoamento da produção não leve a maior participação nos lucros obtidos e que o mercado local conheça nossa mão-de-obra disponível. Temos 97 clubes de trabalho ou grupos de produção, ligados às várias programações e projetos especiais, em sua maioria nas áreas de vestuário, artesanato e prestação de serviços.

O Programa de Educação para o Trabalho no atendimento ao cliente inclui assim três dimensões educativa, utilitária e criativa. A dimensão e a qualidade do trabalho desenvolvido são os resultados de um grande esforço comunitário, daí os resultados que podemos apresentar em 19 79 7 02.556 atendimentos, entre atividades educativas e cursos. Clientela mas

culina 2.390, clientela feminina 77% o que se justifica em face do atendimento prioritário da LBA ao grupo materno-infantil. Muitas outras experiências poderiam ser aqui relatadas. E grande a diversificação de ações. Para finalizar, destacamos mais uma das ações promovidas em áreas urbanas e que vem obtendo significativo resultado - a realização de colônias de férias. Vou passar a palavra a Lyria, que é do Departamento de **Estudos** e Projetos Experimentais e ela vai passar uns flashes da Colônia.

COORDENADOR DA MESA - Dra. Lyria Moreira Paiva, está com a palavra.

DRA. LYRIA MOREIRA RAIVA - Bem, serei breve. Farei apenas um ligeiro relato das Colônias de Férias que são para nós um grande fator de mobilização comunitária. Um trabalho aberto à comunidade, que leva a LBA ao encontro de sua clientela, um grande agente de mobilização comunitária, de grande força aglutinadora, e pronta resposta a integração de esforços escolas, quartéis, distritos educacionais, associações de moradores, clubes, secretarias de educação, estaduais e municipais, escolas de samba, grupos de teatro, arte, música e cinema, em presas, indústria, comércio, bancos, supermercados, policiais, corpo de bombeiros, bandas, - voluntariado, todos marcam a sua presença.

Colônia-convite - trazendo renovação do ambiente do barraco às áreas livres, com aproveitamento de espaços ociosos em tempo de férias. Escolas e quartéis vistos sob um novo aspecto, espaços livres só para brincar, presença viva da comunidade, seus valores, a música, o samba. Temos aí a bateria mirim da Escola de Samba da Mangueira, lá no Rio, que sempre prestigiou as nossas Colônias de Férias.

Colônia-esporte - jogos diversos, futebol. A consciência de pertencer ao grupo, a camaradagem, a coesão, a disciplina, o civismo, a responsabilidade, enfim, socialização. Para a maioria, a emoção da novidade, cair na piscina, fazer uma excursão, tomar banho de mar, tomar banho de cachoeira, passear a cavalo. O Colégio Militar cedeu suas instalações já por duas vezes, e continua cedendo sem restrição alguma, ele cede os cavalos, todas as quadras, o ginásio de esportes, até na época das discotecas, com aquelas luzes acendendo e apagando que entusiasmava muito as crianças.

Em atividades livres e criadoras sentar no chão, desenhar, pintar, modelar, ouvir histórias, dramatizar; muitos grupos de teatro que se misturam com as crianças. várias companhias de teatro fazem apresentações gratuitamente para as crianças.

A discoteca, um mural cheio de desenhos e novidades, um jornalzinho que dá notícias diárias, um coral de mães, conhecimento de grupos, lideranças de comunidades, famílias, um trabalho junto aos pais integrando escola.-LBA e reunindo vários profissionais médicos, professores, etc.

Colônia-merenda - tão importante em tempo de férias; merenda farta e gostosa que pode ser repetida. Vemos ali na fotografia do PM; o PM agora ajuda a preparar o rancho. O refeitório, os hábitos que se implantam. Triagem médica, aplicação de flúor, vacinação, fornecimento de documentação, registro civil para as crianças que não o possuem e a festa de encerramento, festa de criança e espontaneidade.

Há três anos, a LBA realiza Colônias de Férias para crianças de 5 a 16 anos no Rio de Janeiro. Em julho de 1978, a primeira, feita em caráter experimental, para 420 es

colares. Em janeiro de 1979, a segunda, com 600 escolares, uma grande concentração no Colégio Militar. Janeiro e fevereiro de 1980, 1.000 escolares em 23 comunidades escolares e quartéis da PM, e 11 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Em julho de 1980, 3.500 escolares em 7 municípios do Rio de Janeiro. Aí formando a sigla da LBA. Metodologia testada, avaliação permanente. Para janeiro-fevereiro de 1981, meta estimada de 100.000 crianças em todo o território nacional. Para um trabalho de ação comunitária indispensável se faz necessário criar grupos, detectar lideranças. Varias são as formas de abordagem que podem ser empregadas. Entretanto, nossa experiência nos diz que lazer - recreação é a maneira mais rápida, fácil e eficaz de mobilização comunitária.

Partimos assim para dois projetos dentro dessa linha de ação colônia de férias e áreas de recreação.

A primeira, de mais impacto, é mais complexa, realizada durante as férias escolares e a segunda uma continuação da primeira durante o período letivo no horário alternado com o escolar, tendo caráter permanente junto às comunidades. Por outro lado, temos a Declaração dos Direitos da Criança, pela ONU, que preceitua como necessidade básica do menor Saúde, Educação, Recreação, Segurança Social, Segurança Afetiva. O atendimento precário, deficiente ou inexistente de quaisquer dessas necessidades representa uma ação carencial, pois, somente a criança atendida adequadamente e simultaneamente em todas essas necessidades terá condições de se desenvolver saudável, tanto física como mentalmente. Assim, lazer, como forte agente mobilizador, propicia a identificação de novas ações, a sustentação de um trabalho e inclusive especialmente a entrada na área de Educação para o Trabalho.

DR A. LYA MACHADO REGO - Não vamos mais nos alongar, diremos apenas, concluindo, que a assistência que a LBA -por ser um conjunto de ações integradas e multidirecionais e sem violentar valores sociais, culturais e psicológicos das pessoas beneficiadas busca a promoção sócio-econômica do homem, atendendo-o naquilo que já se convencionou chamar de carências básicas. Esta ação social múltipla é dirigida a população brasileira carente, buscando instrumentalizá-la para superar, com os próprios meios e recursos, a situação de marginalidade sócio-econômica em que se encontra.

Gostaria de agradecer ao grupo da Bahia que está aqui presente, Dr. Eraldo, Consuelo, Luiz, que nos prestaram e nos deram um apoio muito grande.

COMUNICAÇÃO

*UM SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO ONDE O JOVEM APRENDE, TRABALHA
E GANHA**Dr., Shigeo Mizoguchi*

DR. SHIGEO MIZOGUCHI - Trago aqui, à consideração dos Senhores uma experiência no setor primário, especificamente na educação agrícola, quanto a educação e produção. Antes de mais nada queria enfatizar que o nosso objetivo final não é a produção e sim a educação integral da juventude rural. Toda via, produtos comerciáveis uma vez bem comercializados, trariam benefícios para os educandos e para a escola, aumentando cada vez mais a efetividade da educação.

De maneira geral o ensino agrícola do mundo inteiro tem dois objetivos fundamentais ou preparar agentes de produção ou preparar agentes de serviço. Agentes de serviço seriam os futuros funcionários públicos ou empregados e agentes de produção seriam os futuros fazendeiros ou agricultores. Sempre pensamos que o ensino agrícola do Brasil deveria colaborar direta ou indiretamente na solução do problema de abastecimento interno, produzindo gêneros de primeira necessidade melhores e mais baratos. Também achamos que para a solução do problema de abastecimento o fundamental é o desenvolvimento sócio-econômico do meio rural. Para tanto, os agricultores, antes de mais nada, têm que ter o mínimo de instrumental necessário para que possam viver bem no meio rural e que tenham destreza, habilidades, conhecimentos tecnológicos e capacidade administrativa para que possam produzir, mas que alcancem um ganho cada vez maior através do seu trabalho.

La para o ano de 1900 e poucos eu era estudante de uma escola agrícola, na época chamava-se Ginásio Agrícola,

que possuía um aviário muito bonito com capacidade para 500 poedeiras, um pomar muito bem cuidado, uma horta, um setor de agricultura muito bem montado com 30 a 40 trabalhadores, oficina de mecânica, carpintaria, serraria onde passávamos periodicamente nessas secções, para ver o que se faz em matéria de carpintaria ou mecanização agrícola ou em avicultura ou em agricultura. Depois de 10 anos, voltei a essa escola como professor e constatei que o aviário tinha apenas 50 galinhas, o pomar estava acabado, a horta não tinha quase nada e o diretor me disse que não podia fazer nada porque faltava verba para ração para galinhas e verba para compra de inseticida para tratar as plantas ou insumos técnicos necessários para desenvolvimento de diferentes atividades da agricultura. Imediatamente achei que deveria mudar alguma coisa para que os alunos pudessem realmente ser educados para a agricultura. Então, reunimos os alunos e sugerimos que deveríamos nos organizar em sistema cooperativista. Organizamos uma comissão, entramos em contacto com a Secretaria de Agricultura no Departamento de Assistência ao Cooperativismo para ver como é que podíamos legalmente constituir cooperativa naquela escola. Nesse ínterim explicamos para os alunos que o sistema cooperativista fundamentalmente é para ajuda mútua basicamente com 3 objetivos fundamentais centralização do poder aquisitivo, eliminação dos intermediários e sistema democrático para que juntamente pudesse beneficiar-se economicamente.

Constituímos a cooperativa, conversamos com o diretor da Escola e solicitamos o empréstimo do aviário que estava em desuso, reunimos todos os alunos e discutimos como é que vamos desenvolver aquele aviário, então houve planejamento de que tipo de raça se deveria comprar, quantos pintos de 01 dia, quanto de ração, quanto vai custar. Custava Cr\$ X. Então fizemos novas reuniões e cada um entrou com o que podia participar Cr\$ 10,00, 50,00, 2,00 assim por diante. Em uma semana tínhamos dinheiro suficiente para movimentar o aviário. Assim, fiz

mos com o pomar, cada qual se cotizando, comprando inseticida e cuidando do pomar. Passamos para a olericultura. Compramos sementes em conjunto, compramos inseticida e assim fomos desenvolvendo. Naturalmente era um sistema de cooperativa de produção em comum onde todos recebiam retorno mediante a participação e o dinheiro que eles emprestavam recebiam juros legais da quela época.

Quando as coisas estavam se desenvolvendo, fui designado para dirigir ou instalar uma escola agrícola na Alta Sorocabana onde o Estado mantinha uma fazenda com 600 alqueires ou seja 1.500 hectares mais ou menos. O informe que recebi e que não tinha verba no mês de outubro, mas a escola deveria entrar em funcionamento a partir de fevereiro. Eu era moço, aceitei o desafio, fui para a Alta Sorocabana. A fazenda eram só 1.500 hectares, algumas casas de colonos, alguns burros, alguns arados, nada mais. O Governador tinha-me dito que não havia verba nem para alimentação nem para contratação de professores. Mas que a escola deveria funcionar em fevereiro dentro de 4 meses. Fui para lá e comecei a fazer contactos com clubes de serviço-Rotary Clube, Lions Clube, Cooperativas e fazendeiros, em toda a região da Alta Sorocabana, de quinze municípios. Dentro de 02 meses tínhamos a inscrição de 60 alunos maiores de 16 anos. Os fazendeiros mandavam um boi, saco de arroz, saco de feijão e os alunos também traziam de suas casas uma caixa de mandioca, batata. Foi assim que começamos. Não tínhamos verba para contratar professores. Montamos o seguinte esquema durante o dia os alunos desenvolviam projetos de produção, porque nosso problema era produzir para nos mantermos em sistema de internato, mas tivemos colaboração dos agrônomos regionais, que vinham dar aula à noite e, assim, com os professores de português, geografia, história, etc. Todos eles vinham dar aula à noite, de graça e durante o dia os alunos desenvolviam projeto de produção. Nessa época já nós conseguimos cooperativa usando a escola e começamos a produzir. Com a colaboração dos técnicos

cos desenvolvemos projetos de produção das culturas e criações econômicas da região. Felizmente a cultura econômica era amendoim que produzia em 3 meses; mas para o desenvolvimento desses projetos realmente havia necessidade de compra de sementes e de outros insumos para o que não tínhamos verba. Fizemos aos sábados e domingos mutirão dos alunos, professores e familiares para colheita de amendoim, de algodão e de café. E com esse dinheiro comprávamos insumos indispensáveis para o desenvolvimento do projeto de produção. Nessa época, as culturas e criações já estavam perfeitamente integrando o currículo da escola, onde os professores, agrônomos, veterinários e os professores de educação geral desenvolviam suas atividades-educativas em consonância com aquilo que os alunos estavam desenvolvendo. Por minha vez, sozinho na fazenda com os alunos durante o dia antes de iniciar qualquer atividade, eu dava explicações de como fazer direito para em seguida desenvolver.

Em seguida nos recebemos uma visita de especialistas do Ministério da Agricultura e da USAID e eles consideraram que a nossa escola poderia ser um projeto piloto para a educação agrícola no Brasil. A partir daí, não tivemos mais problemas de dinheiro. Mesmo assim o convênio determinava que de veria haver reaplicação de toda a renda com qualquer * projeto que fosse desenvolvido. Isto nos possibilitou que pudessemos estruturar paulatinamente a escola, construindo o galinheiro, pocilga e implantando culturas perenes. já nesta época nos achamos que a escola deveria fazer algo que beneficiasse agricultores e fazendeiros da região. Então nos preocupamos com o planejamento da instalação do setor zootécnico para que tivesse, pelo menos, um módulo econômico, um módulo econômico em número de animais ou área de cultura de modo que um homem trabalhando 8 horas por dia, pudesse manter a sua família. Assim fomos estruturando nossa escola, aviário simples, pocilga simples, com material existente na região. Felizmente tudo isso serviu de exemplo para os agricultores da região e foram-se desenvolvendo a agricultura e suinocultura.

Percebemos também que, nessa época, a Alta Sorocabana estava se iniciando na produção de batatinha cujo produto entrava no mercado exatamente quando outras regiões não podiam produzir, mas havia problemas na variedade que estavam plantando, e que não era própria, por ser a Alta Sorocabana uma região quente e seca. Imediatamente, entramos em contacto com Embaixada Alemã e Holandesa para que nos fornecessem sementes selecionadas específicas para região quente e seca. Recebemos de cada embaixada dez variedades, uma caixa de cada variedade. Montamos campo de demonstração com a ajuda dos especialistas das estações experimentais da Secretaria da Agricultura. A cultura foi um sucesso. Na segunda cultura tínhamos visita diária de 10, 15 pessoas. Daí, três anos depois, uma das variedades foi considerada como a melhor daquela região e, em seguida, a Alta Sorocabana foi o maior produtor de batatinha da região. Assim, é que desenvolvemos o ensino agrícola.

Em 1972 o CENAFO.R, com seus técnicos, sistematizou todo esse estudo que chamamos de sistema ESCOLA-FAZENDA. Nós, técnicos, sempre temos uma tendência para complicar. Depois de tudo estruturado, ao expor, todo mundo acha que é uma coisa complicadíssima mas, na realidade é muito simples. Claro, que tem alguns problemas. Para que a agricultura seja racional o agricultor de acordo com sua capacidade de uma criação seja avicultura, suínocultura, bovinocultura e para que seja econômico tem que ter máximo grau de auto-suficiência. Devem entrar umas culturas anuais. O que queremos no indivíduo é que saiba aplicar adequadamente a tecnologia e que aumente sua rentabilidade hora x trabalho cada vez mais. Naturalmente que isoladamente não se consegue nada. Tem que ser dentro do sistema cooperativista. Por isso, durante a estada na escola eles têm que praticar o sistema cooperativista para que na vida prática possam organizar-se em cooperativa.

DEBATES

DR. . ANTONIO CABRAL - Como continuar **essa pro**dução do aluno, auxiliando depois do término do curso?

DR. SHIGEO MIZOGUCHI - Foi sempre o questionamen to que os alunos faziam, mas eu vou falar depois. Basicamente o ideal seria que fossem apenas filhos de agricultores, pois nos temos 3 milhões e 6 00 mil proprietários no Brasil. Incluin do arrendatários, meeiros, temos 5 milhões de agricultores, e cerca de 14 milhões de trabalhadores.

Basicamente o ideal seria que viessem a essas es colas apenas filhos de agricultores, seja pequeno, médio, ou grande. Man nos recebemos realmente muitos alunos da cidade, principalmente da cidade, porque os meninos da roça não conse guem fazer nem a 4ª série; do 1º grau.

Hoje, após a lei 5.692, por ser a formação pro fissional apenas no 2º grau, praticamente os colégios agrícolas têm 70%, 80% de meninos da cidade e não da roça. é outro pro blema, mas de qualquer forma sempre explicamos dizendo que o que fazemos é educação para o autodesenvolvimento; estamos dan do todo o instrumental mínimo indispensável para que, ao sair da escola, se jogado no meio da transamazônica, possa sobrevi_ ver, e criar uma nova cultura naquela região.

Então, inversamente falando, o que nós estamos preparando, rigorosamente falando, é a colonização dessas áreas imensas que temos. Não se sabe, mas nós temos ainda 70% de área nacional sem ocupação. Estamos cultivando so 5% da área nacio nal. De modo que, respondendo a pergunta do Dr . Cabral teori camente, digo o seguinte

A nossa educação é para o autodesenvolvimento do

aluno, desde que ele tenha capacidade. Se não possuem terra o que tenho dito para os meus alunos, é que eles têm que entrar como trabalhador numa fazenda, em seguida passar para o estágio de meeiro, ou parceiro. Outro estágio dentro do status agrícola seria arrendatário, depois ser proprietário.

Realmente, tenho centenas de ex-alunos que fizeram isso. Seia propriedade entram numa fazenda, demonstram capacidade, em seguida se tornam parceiro daquele fazendeiro, ganham dinheiro, alugam urna área, ganhando mais dinheiro, altigam outra áreas hoje são fazendeiros.

Mas de fato, o ideal seria que a educação agrícola, nas diversas regiões, devesse se entrosar com o Sistema "Incra". Vamos dizer assim, para a colonização, porque área existe para quem quiser fazer alguma coisa. Agora, colonização não é dar terra para quem não tem e sim implantar novas culturas, em novas regiões.

Para tanto esses colonos têm que ter o mínimo de instrumental para autodesenvolver-se e criar novas culturas em novas regiões. Não sei se respondi a pergunta.

COORDENADOR DA MESA - o assunto é muito vasto e muito interessante para os educadores aqui presentes, mas o tempo urge. Agradecemos o trabalho realizado pelo Dr. Shigeo Mizoguchi e pedimos que o Dr. Jefferson Bueno que vai falar da comunicação a respeito SENAI, experiência em Projeto Construção Civil venha à mesa. Dr. Jefferson Bueno é engenheiro civil e economista, ex-professor da Universidade de Brasília, Diretor Regional do SENAI no Estado de Goiás, e falará em nome da Delegação do Departamento Nacional do SENAI.

COMUNICAÇÃO

*O SENAI E A EXPERIÊNCIA EM PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL**Dr. Jefferson Bueno*

DR. JEFFERSON BUENO – Senhor Coordenador da mesa, Senhores representantes das Nações amigas aqui presentes minhas Senhoras e meus Senhores. É com grande satisfação que aqui, em nome do Departamento Nacional do SENAI, vamos expor algumas experiências do SENAI, na realização de dois projetos Projeto de Construção Civil e o Projeto Mariápolis.

é uma satisfação vermos um tema desta envergadura ser tratado aqui na Bahia, de onde partiu exatamente o grito mais alto contra os oprimidos, no final do século passado, na voz do maior poeta brasileiro que foi Castro Alves. Vir a a terra, das campanhas civilistas de Ruy Barbosa por uma nova ordem, berço de Anísio Teixeira, o estadista da educação brasileira, na voz de Hermes Lima, e vir aqui tratar exatamente desse problema que mereceu uma consideração especial do Senhor Presidente da República, João Batista Figueiredo, ao visitar exatamente a zona dos Alagados que também recebeu a visita do nosso grande Papa João Paulo II, condutor de 700 milhões de católicos no mundo.

Ver a nossa maior instituição em termos de educação, o Ministério da Educação e Cultura, voltar-se para um tema da mais alta envergadura como este, já é mostra *de* uma nova ordem para a nação, de novos rumos para o processo, para o modelo de desenvolvimento brasileiro.

Cuinpre-me, ao parabenizar a equipe brilhante e jovem que programou esse encontro com uma participação tão grande, lamentar, de outro lado, profundamente que as estatísticas aqui utilizadas, relacionadas ao sistema SENAI, a maior Insti

tuição privada de formação profissional do Brasil, uma das maiores do mundo ocidental, tenham sido de 1968, fato que muito de_ sagradou a equipe' do SENAI aqui presente, uma vez que nossas estatísticas estão absolutamente à disposição de todos, e são estatísticas que se espalham pelo mundo inteiro como os Senhores verão daqui a pouco.

Eu me permitiria e pediria licença à mesa para abordar, também rapidamente, a Instituição que aqui represento, à qual pertenço e que é comandada pela Confederação Nacional da Indústria.

Diria aos Senhores que o SENAI nasceu, como diz o documento, em janeiro de 1942, com o objetivo de estruturar, de sustentar, em termos de formação profissional, a indústria brasileira.

A ideia de criação genuinamente nacional nos termos em que foi proposta pelo patrono da indústria brasileira, Dr. Roberto Siraonsen, e pelo Dr. Euvaldo Lodi, ao Senhor Presidente da República Getúlio Vargas. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial nasceu ainda com a participação do seu Ministro, hoje afastado da política, nos seus jovens bem vividos 30 anos de idade, Gustavo Capanema.

Gostaria de falar que essa Instituição, como os Senhores poderão observar, conta hoje com 646.700 alunos, espalhados por 369 Centros de Formação Profissional no Brasil. Des_ ses 646.700 alunos, em habitação a nível de 2º grau, em qualificação de adultos, treinamento nos canteiros de obras, nas empresas, e, nos centros de Formação Profissional, 64% desse total. Em supervisão média, gerência, inclusive alguns cursos de verão, de nível superior 18%, em qualificação de menores, cerca de 15%, ou sejam 70 mil menores e cerca de 500 mil adultos.

Os Senhores verão destas Unidades aqui salienta das nessa segunda transparência, que só unidades próprias da Instituição são 249. O SENAI mantém acordo com essas empresas, 85 unidades de formação profissional, e em termos de cooperação com outras instituições, cerca de 35 escolas, totalizando 369 escolas com mais 11 que serão inauguradas até o fim do ano, teremos cerca de 380 instituições do SENAI em todos os Estados brasileiros.

Quanto aos títulos, são escolas de nível técnico, 3; centros de formação profissional, 185; centros de treinamento, 181; agências de treinamento, 6; centros moveis, 84, totalizando 369 unidades.

Gostaria de salientar projetos especiais desenvolvidos como petróleo, siderurgia, energia elétrica, metalurgia, indústria automobilística, mineração, construção civil, química, transporte ferroviário e transporte urbano, com um total de 145 mil e 289 alunos, 2 3.417.26 4 alunos/hora. Em termos de aperfeiçoamento o total, so na preparação de docentes, é da ordem de 2.158 pessoas técnicos 1.187, administradores 850, e no estrangeiro 121. Em empregos no País 192 pessoas estagiando às custas do SENAI, e 312 pessoas no exterior.

Cursos técnicos, gostaria de salientar artes gráficas, a nível de 29 grau, celulose, papel cerâmica, curtimento e instrumentação, têxtil e escola, perfazendo um total de 74 2 bolsas concedidas para alunos de outros Estados estudarem nos grandes Centros.

Gostaria finalmente de caracterizar a participação do SENAI, em termos internacionais, com convênios de assistência técnica, ou de prestação de serviço, ou estruturação de unidades, ou trocas de informações tecnológicas com os seguintes países na África Angola, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guiné, Moçambique, Nigéria e ainda no Oriente Médio

Kwait. Na America Latina o nosso contato, como há poucos instantes salientado pelos ilustres representantes da Argentina e da Colômbia, com Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Na Europa com Alemanha, França, Espanha, Itália e Suíça. E ainda Indonésia, Japão, America do Norte, Canadá

Esta é uma informação rápida sobre a Instituição SENAI. Diria também que temos cerca de 646 treinadores; a meta é chegar a 1 milhão de alunos, pois estamos completando 6 milhões de matrículas neste ano e o total de alunos/hora é de cerca de 100 milhões de alunos/hora no País.

Também devo dizer que o Projeto Construção Civil já foi aqui muito bem abordado pela Dra. Tereza Cristina, da Secretária de Habitação do Governo de Pernambuco, que o desenvolve *hoje* naquele grande Estado, com a participação de empresas, etc. No fundo, a essência metodológica do projeto é um projeto elaborado pelo SENAI, em 1967, por solicitação do Ministério da Educação e Cultura, e do Ministério do Trabalho.

Gostaria de salientar, a principal justificativa do projeto a geração pela construção civil de emprego a baixo nível de investimento de capital, o que foi aliás muito bem colocado pelos expositores do Ministério do Trabalho.

Numa Mação que atravessa alto nível de inflação e altos níveis de desemprego, cujo mercado de trabalho não é um mercado estruturado, onde há muitas imperfeições, é evidente que a construção civil é o primeiro setor urbano a ter condições de receber a massa proveniente do êxodo rural que vem para as cidades à procura de maiores rendas, que permitam a adequada sobrevivência de suas famílias, "atração de luzes", como querem os Sociólogos.

No mercado de perfeita competição, temos experiência de que ocorreria um tipo de curva dessa chamada em economia de "curva de philips." Essa curva mostra que a inflação e o desemprego, são inversamente proporcionais; as políticas monetárias e fiscais em uma, tendem a agravar a outra? resultado é que a estabilidade desse sistema que só seria gerada através de aumento de salários compatíveis aos níveis, ou aumentos de produção, evidentemente ocasionaria o seguinte transtorno: quanto maior o nível de desemprego, menor a inflação, quanto maior a inflação, menor o nível de desemprego de uma economia organizada. Solucionar um problema grave desses, duas doenças graves do mundo ocidental, seria em termos matemáticos simplesmente pegar essa curva e por para o lado de cá. Assim, teríamos baixo nível de desemprego, com baixo nível inflacionário. E como fazer isto? A resposta clássica da teoria aplicada por John Kennedy, em começo de 1960, copiada pelo mundo Ocidental a partir de 1963 foi, exatamente, o investimento maciço setores, como o da construção civil. Consequentemente ela seria deslocada para a esquerda e assim teríamos baixos níveis de inflação, com baixos níveis de desemprego. Eu acredito que esta seja, de fato, a orientação fundamental que os nossos Ministros da área de planejamento, e das áreas responsáveis pelo modelo procuram seguir hoje.

No tocante a metodologia proposta pela equipe do Ministério da Educação e Cultura, eu diria que em 1968 foi firmado um convênio com o Departamento Nacional de Mão-de-obra do Ministério de Trabalho e Previdência Social, com o Banco Nacional de Habitação, a Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial que tinha por objetivo a instituição desse Programa na área da Construção Civil. A localização da experiência é em todo o País, o Brasil inteiro. O planejamento foi elaborado com todo critério, com toda a análise ocupacional, todos os estudos feitos e vantagens da experiência.

Para o mercado de trabalho foram treinados 150 mil pessoas que adquiriram graus diferentes de qualificação profissional e a Indústria passou a contar com profissionais de melhor qualificação. Para o SENAI possibilitou aprimorar o seu "know how" no treinamento de operários, no próprio local de trabalho, no canteiro de obras; desenvolver e melhorar a sua metodologia com formação profissional na construção civil, aperfeiçoar seus instrutores que agiram como treinadores e monitores, supervisores e coordenadores.

Testou-se trabalho coordenativo com órgãos dos Ministérios da Educação, do Trabalho, e do Interior- Para os trabalhadores, a qualificação profissional, foi o resultado imediato da experiência para liderável parcela. Essa qualificação possibilita o ingresso na indústria, na função de servente, e posteriormente, a melhoria de função, como foi muito bem exposto pela representante da Secretaria do Estado de Pernambuco.

Os educadores consideram que a qualificação e eficiência do trabalhador se baseia basicamente no trabalho manual, esquecendo aptidão, esquecendo conhecimentos gerais, conhecimentos específicos e outros, e concentrando-se exclusivamente ou basicamente nas habilidades, é, portanto, um trabalho trouxe uma simplificação tremenda aos processos de ensinamentos metodológicos do SENAI, como pode ser visto no material didático que foi difundido no País inteiro, que consta basicamente de uma folha de tarefas e de uma folha de divisão do trabalho.

O treinamento do mestre de obras dava-se basicamente em três fases. A primeira através daquele tradicional TWI -porém adaptado às características e peculiaridades do setor da construção civil. Em 10 horas treinava-se o cidadão, o mestre de obras daquele canteiro de obras, ou os vários encarregados da parte de como se ensinar alguém a fazer alguma coisa dividida em planejamento e ensino do trabalho.

A segunda fase, em relações humanas no trabalho, base para se obterem boas relações no trabalho, e como tratar um problema de relações humanas.

Finalmente, a preparação do monitor em si, ou seja, o mestre de obras, a familiarização com o material didático, o uso do material, liderança de grupo, e técnicas de como ministrar aulas.

Como o SENAI sempre faz, em função de análise das taxas de retorno, procuramos verificar o que isso deu em termos de rentabilidade social ou privada para o cidadão. Em termos de relação de benefícios e custos calculamos as taxas, como os companheiros sabem, de três maneiras básicas relações e benefícios custos, valor líquido do presente, e taxa interna de retorno. Nós focalizamos apenas a relação de benefícios e custo. Temos aí, o custo de água e esgoto que deu na verdade a maior relação de benefício e custo, em comparação ao armador de ferragens que apresentou relação de benefícios e custo na ordem de 32,46. Isso significa que cada unidade monetária investida no treinamento do ser humano na construção civil, tem um retorno de 232 a 376 vezes essa unidade monetária.

Bom, aqui está (passando slides) uma simples discriminação que deveria ter sido passada antes, em termos de bolsos de estudos. Aquela época 25 cruzeiros, ferramentas, prêmios 50, ferramentas de uso geral 15, salário dos monitores 20, coordenadores 18, material didático 10, total 138. Quando houve acompanhamento 10 e 15, total 148 e 15 cruzeiros. Aí um cálculo já levando mais anos no termo de custo geral de um aluno na categoria de instalação, água e esgoto, e duração do período de implantação de 1968 a 1977 por cobertura da população, haja visto que isso atingiu 150 mil pessoas.

Entre problemas e dificuldades encontradas, salientam preparação de monitores, reserva de horário junto às

empresas para a administração de custos, nível de escolaridade muito baixo dos treinadores, o que levava à adição de um material didático especial, e técnicas didáticas adequadas a um felpo de clientela bastante diversificada, evasão durante o curso, devido às características próprias da construção civil, dificuldade de se avaliar os sub-projetos quando se buscava fazê-lo através de acompanhamento de egressos, em função da grande mobilidade horizontal e espacial da mão-de-obra.

Sugestões finais em termos do desenvolvimento do projeto.

Cuidadosa elaboração dos sub-programas a nível estadual, a fim de garantir a consecução dos objetivos. Os sub-programas coordenados pelas respectivas secretarias estaduais de educação e cultura envolverão organismos diversos, cada um respondendo por um tipo de ação que deva estar plenamente compatibilizada com as demais noção de um enfoque integrado de desenvolvimento em seu sentido mais amplo deveria presidir a elaboração de sub-programas estabelecendo-se claramente os múltiplos vínculos de complementariedade entre as diferentes instituições participantes; O estabelecimento de mecanismos de acompanhamento, controle, e avaliação de cada projeto de sub-programa como um todo; a garantia dos recursos financeiros; a zonificação das áreas urbanas como passo importante para não haver duplicação de esforços; os critérios para a divisão das áreas periféricas urbanas que devem ser cuidadosamente estudadas, a partir de indicadores pré-estabelecidos.

Finalmente, passamos para uma parte bem mais acessível. É uma experiência que o Padre Ruy do Carmo Tereza de Aguiar desenvolve na zona rural, a cento e poucos kms de Brasília, e que envolve uma experiência de construção de casa própria, tipo ajuda mútua. Foram construídas em 1967 e 1968, 300 casas a um custo de três mil cruzeiros cada uma naquela época, envolvendo 12.000 mães, e 8.000 pais de família. Esta experiên

cia foi agora levada para a zona rural, e o SENAI dela participa, tendo em vista colher experiência também nessa area.

Vejam-se as características atividades lucrativas, crianças, ensino regular, adolescentes, ensino regular, alfabetização e formação profissional, adultos, alfabetização e formação profissional, atividade social econômica, construção de casas, construção de hortas, construção de fossas, orientação para a saúde e higiene do lar, orientação para a economia do lar, orientação para o plano de prestação referente ao pagamento, lotes de casa, orientação para preservação do meio ambiente. Em termos de diversas atividades comunitárias, há uma mobilização comunitária e uma oferta concreta de meios para resolver os problemas detectados; formação de mutirões, formação de associação de mães, e integração e administração regional MOBREAL, SENAI, Caixa Econômica Federal, Secretarias do Distrito Federal, de Goiás, Associações diversas e empresas.

Eu pediria a atenção para que se verificasse (slide) como se dá o recrutamento e seleção da população alvo. Critérios renda familiar de 0 a 3 salários mínimos, disposição de participar pessoalmente nas construções grupos de 10, programa de interesse da comunidade, Meios, entidades locais, paróquias, centro comunitário.

Clube de mães - conscientização e motivação para o trabalho de ajuda mútua, seleção e preparação de Assistente Social para animar o andamento do projeto. - Formação Profissional e concomitantemente início da construção de casas, inclusive fabricação, aquisição e captação de materiais de construção. Orientação para a formação das hortas, arborização das vias públicas com arvores frutíferas, alvenaria, cobertura e fossas são sorteadas ainda entre os participantes do mutirão.

Ocupação da casa, aliás, como ocorre na Colômbia, na experiência aqui ontem relatada. Educação para as crianças

e adolescentes, orientação para as mães e economia do lar, saúde, nutrição e higiene do lar, formação profissional para as mias em artesanato, corte e costura, doces, etc.

Entrada para aquisição dos lotes, preço simbólico plantas, colaboração do Credi, administração regional e Caixa Econômica Federal.

Demarcação - Mutirão e colaboração SENAI, material de trabalho.

- Material de construção - tijolos, mutirão, e colaboração SENAI, Ministério do Trabalho, um dos materiais captados nas jazidas ou adquiridos no atacado.

- Construção da casa - mutirão e colaboração SENAI, Ministério do Trabalho.

- Construção da horta - mutirão em matéria e colaboração da comunidade

— Demais atividades - mutirão e colaboração da comunidade, custo efetivo de uma casa de 94 m² em julho de 1980, 42 mil cruzeiros pagos em até 140 prestações sem juros e sem correção monetária.

— Duração do projeto - O projeto se baseia na educação permanente contínua, portanto, enquanto perdurar a comunidade.

Quanto a construção da casa, sobretudo o seu aca-
bamento, a duração depende da eficácia dos componentes dos mu-
tirões; a duração média de 10 casas construídas apenas nos sá-
bados e domingos, é de 73 domingos, trabalhando das 700 às
1300 ns, e na área rural 80 fins de semana.

Vantagem da experiência - o projeto abrange a comunidade constituída de famílias de baixa renda, abrangendo a família como um todo, crianças, adolescentes e adultos.

As ações educativas de formação profissional e econômica passam-se integradas no sentido de alfabetização e educação; e aplicada leitura de desenhos técnicos, plantas e ciclos referentes a construção que é realizada pelo próprio aluno toda a formação profissional é ministrada com exemplo levantando paredes, assentando tijolos, instalando condutos para eletricidade, água e esgoto.

Resultados da integração e formação profissional do trabalho — São a própria casa e a horta, e, conseqüente, melhores condições de saúde, nutrição e bem estar. Além do resultado físico, a formação profissional gera melhores condições de obtenção de empregos, promoção conseqüente melhoria de renda. O projeto desenvolve formação profissional e orientação para as mães, sobretudo na área de nutrição, de higiene e saúde do lar, economia do lar, incluindo artesanato e indústrias caseiras. É mantida a integração sistemática em diversos níveis tais como mutirões para as construções. É fomentada a integração efetiva com vários órgãos de admissão direta e indireta do governo, bem como entidades particulares como o SENAI, paróquias, empresas privadas.

As dificuldades encontradas são motivar a primeira equipe do mutirão, manter a equipe motivada através de reuniões avaliativas semanais; obter o concurso de entidades capazes de colaborar no projeto; construir um grupo eficaz de apoio técnico para o projeto; o desestímulo causado pelo aumento drástico do preço de material de construção; a excessiva burocracia dos órgãos Governamentais para a liberação de plantas de casas, projetos de conjuntos, e às vezes de recursos financeiros.

Finalmente, as sugestões Introdur nos currículos escolares, noções e praticas de ajuda mutua e conservação do meio ambiente; vincular as obras financiadas com recursos oriundos do fundo de garantia por tempo de serviço, à qualificação profissional dos operários, como a Secretaria de Habitação de Pernambuco já conseguiu; vincular as obras de assentamentos habitacionais à utilização de tecnologia intensiva de mão-de-obra local ou regional orientar a política de prestação de serviços públicos e urbanos no sentido de formação e uso intensivo de mão-de-obra; criar linhas especiais de créditos subsidiados para micro unidades de produção de bens e serviços de interesse social; o governo selecionar previamente áreas destinadas aos assentamentos habitacionais para as populações carentes, construir estruturas tais como loteamento, energia elétrica e água, projetar os lotes com área mínima que permita ampliação futura das casas, bem como formação de hortas, criação de aves domésticas e árvores frutíferas, construções de fossas para esgotos, evitando-se a construção de redes que onerem os assentamentos habitacionais, encascalhar ruas, evitando-se os altos custos de pavimentação; reservar e construir áreas para equipamentos comunitários indispensáveis.

(Apresentando slide) Essa é uma casa em Taguatinga tendo sido feita a parte de alvenaria e cobertura, sem nenhum acabamento, vale uma fortuna; a menina que orienta o projeto e filha dessa viuva que preparava o café e a comida para o pessoal, enquanto se fazia a casa ela hoje é a psicóloga do projeto. Esse aí já é um outro também lá em Taguatinga. Aí é o local da primeira reunião do grupo de trabalho, formando a equipe na zona rural para desenvolver o Projeto. é um tipo de reunião que as Assistentes Sociais e o Padre fizeram como pessoal, tendo-se uma visão do trabalho em grupo para conscientizar a ajuda mutua. Aí já se vê o pessoal demarcando a obra, demarcando as casas, aqui já os alicerces sendo construídos, alguns já prontos, as paredes, a parte de alvenaria já sendo levantada com tijolos e cimento. Agora uma casa pronta, uma parte de fossas

negras, o preparo do telhado. Temos assim uma visão do conjunto. Nesse já se verifica o conjunto mais bem acabado, inclusive com algumas rampas de acesso para eventuais carros que visitam o projeto.

Aqui se verifica um caso interessante a horta de subsistência. Vemos aí como a hortinha é feita, também o pequeno muro que separa uma unidade da outra, moscrando o critério, uma visão maior do fundo dos muros, baixinhos; o Centro Comunitário, ressaltando que o padre foi suficientemente inteligente para conseguir uma área próxima à rede elétrica, conseguindo em função disso, que o governo levasse para lá energia elétrica.

Temos agora o belo conjunto que se ergue a cento e tantos kms, de Brasília numa das mais pobres regiões circunvizinhas da Capital da Republica e muito pouco, 'quase nenhum apoio em termos de outras entidades

A fabrica de tijolos pré-moldados. O pouco tempo disponível não me permitiu dedicar maior tempo a essa experiência, mas aproveitei a oportunidade para agradecer mais uma vez, em nome do Departamento Nacional, a exposição de todos os companheiros das várias entidades que trabalham neste País no campo de promoção do ser humano e colocar a nossa Instituição, que sempre se fez presente a todo pedido do Ministério da Educação do Governo Federal, o Ministério do Trabalho, o Ministério do Interior, a disposição de um programa da envergadura como o que esse círculo apresenta.

- Agradeço e faço a minha menção toda especial ao idealismo desse grande padre, dessa figura tão simples e humana aqui presente, que há muitos e muitos anos vem construindo casas nas cidades onde viveu. E mais uma vez agradeço a todos, desejando que este Seminário provoque, de fato, uma modificação nos rumos do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, tornando-o um modelo que vise o homem, seu sujeito e obje_

to final. Muito obrigado.

COORDENADOR DA MESA - Pedimos desculpas ao 'Dr. Bueno, mas o tempo não nos permite fazer perguntas. Os compa nheiros que quiserem questiona-lo devem fazê-lo no intervalo , porque agora teremos a comunicação do Sistema de Teleducação do SENAC que será feita pela Professora Violeta Vilas Boas, di retora da Divisão de Formação Profissional do Departamento Na-cional do SENAC, e Diretora da Faculdade de Educação da UERJ.

COMUNICAÇÃO

*A TELEDUCAÇÃO NO SENAC**Profa. Maria Violeta Villas Boas*

PROFA. MARIA VIOLETA VIELAS BOAS - Companheiros de seminário, evidentemente é com muito orgulho, é com muita satisfação que, representando aqui a nossa entidade, o SENAC, vamos procurar deixar alguma colaboração. Faremos uma comunicação em dois tempos, e serei o mais breve possível.

São duas palavras apenas. Vamos dizer que o SENAC tem objetivos específicos que persegue* com uma persistência bastante acentuada enfrentando corajosamente as dificuldades, sobretudo as dificuldades normais inerentes a um País em desenvolvimento e procurando supera-las com criatividade, a seriedade e bons propósitos.

Temos objetivos específicos, mas procuramos sempre alcançar esses objetivos através de uma ação social. Entre as nossas teses está exatamente a promoção do homem através da realização do profissional.

Por isso é que vamos apresentar dois trabalhos, embora rápidos. Um sobre as modalidades operativas que utilizamos, e o outro de caráter mais amplo, que é exatamente o Projeto Tiradentes.

O SENAC, no momento, tem uma clientela de 921 mil alunos.

Não pretendo me estender em trabalhos realizados em termos de iniciação, qualificação predominante, aperfeiçoamento e alguma habilitação intercomplementaridade.

A nossa Instituição estará completando, no próximo ano, 35 anos de criação e uma das coisas de que se gaba é, exatamente, de não se satisfazer com o que faz. Por isso mesmo procuramos criar e estar a par do mais novo, e quando esse novo não basta, procuramos inventar, criar outras coisas para resolver os problemas com que se defronta.

Sentimo-nos, de uns 15 anos para cá, frente a um desafio muito grande atender cada vez a um maior número de pessoas em tempo menor, para evitar que se alongue a defasagem entre o que precisaria ter sido feito, o que já deveria ter sido feito e o que ainda é preciso se fazer. Por esse motivo, descobrimos, muito cedo, que não poderíamos trabalhar com uma única abordagem, razão pela qual, hoje trabalhamos com várias modalidades operativas. Os centros de formação profissional, que por serem fixos, evidentemente não poderiam atender a toda a demanda de mercado, e aquela demanda social em termos de exatões; uma vez que procuramos combinar as duas coisas, Por isso, não nos limitamos aos centros de difícil e cara implantação e de muito mais cara manutenção, nem sempre otimizados na sua amplitude, uma vez que a nossa clientela é predominantemente de pessoas que trabalham, motivo pelo qual vêm às nossas classes no período noturno, muito mais do que no período intermediário e matutino.

Com todo o esforço de otimização, as nossas salas ainda não estão repletas os dias inteiros apesar de todas as aberturas que nesse sentido temos procurado fazer para a comunidade .

Trabalhamos portanto com o Centro de Formação de Profissional e com unidades móveis. Seria talvez, como foi muito bem colocado aqui pela Colômbia, uma forma de se atingir grupos periféricos e o interior do País. Talvez uma das coisas que poderíamos estar comentando é que 63% da nossa atividade.

de está nos centros, trinta e poucos por cento nas unidades móveis, 2,1% na empresa pedagógica que é uma escola de produção, não mencionada, porque é, de fato, ainda, uma gota d'água no Oceano.

Fico à disposição dos que desejarem, para dizer porque criamos as empresas pedagógicas, escola de produção, procurando viabilizar a manutenção do ensino e do aluno na escola, e, também, para realizar, tanto quanto possível, um ensino realístico, preparando, aprendendo, fazendo. Trabalhamos com a capacitação da empresa que leva também assessoria a pequenas comunidades. é muito comum, entre nós, no nosso trabalho, usarmos duas modalidades. A modalidade de capacitação da empresa, por exemplo, com assessoria a empresas muitas vezes é feita através das equipes móveis que se deslocam no interior do País, que chegam às periferias, mais além de onde anteriormente chegavam.

Por que escolhemos a . teleducação? Porque a teleducação representa uma resposta a um grande desafio o de um Brasil imenso com um número enorme de pessoas necessitando de capacitar-se para o trabalho e de realizar-se através de trabalho. A teleducação está nos permitindo, não apenas levar a pontos mais distantes do País. Eu lhes diria que na 1ª. experiência feita em Montes Claros, em Minas, o centro de Montes Claros, em 1971, teve aluno de Altamira. Então duas coisas se combinam essa educação; duas grandes dificuldades são superadas. Uma, atinge o aluno em pontos distantes do País onde não chega a unidade móvel ou se chega o faz com muito tempo de atraso; outra, é dispensar a concomitância do aspecto do ensino propriamente dito. Isto é, a oferta de formação profissional e a presença obrigatória em dias certos e em horas, daqueles que precisam estudar, precisaram crescer, se preparar para o trabalho, mas não podem estar da mesma maneira que o ensino foi planejado ou programado ou está sendo realizado pelo

professor. Portanto, é um ensino individualizado, em ritmo próprio e que chega às pessoas no momento em que elas se podem beneficiar dele. Esta é a razão porque estamos trazendo aqui, um áudio-visual que, melhor do que as minhas palavras, dirá aos senhores o que estamos procurando fazer no período escasso de menos de 5 anos, tendo evoluído de 20 mil alunos no primeiro momento para os 90 mil alunos de hoje.

Gostaria que iniciássemos o documentário e qualquer comentário final farei quando terminarmos a apresentação.

Há 15 anos, na primeira reunião técnica organizada pelo CINTERFOR, organismo que reúne países da América Latina, para a formação profissional; não fora a posição assumida pelo SENAC, e ter-se-ia retirado, diante dos métodos de ensino que então lá eram discutidos, o ensino por correspondência, sob a alegação de que as dificuldades inerentes ao processo de desenvolvimento impediriam o emprego desse método, em virtude, exatamente, da má atuação do correio.

O SENAC posicionou-se firmemente contra. O Brasil, com a sua extensão de País continental, precisaria ter esses e outros recursos para atingir, clientelas dispersas, em pontos distantes, com dificuldades inclusive de frequência regular a uma escola de ensino regular propriamente dito.

Conseguimos. Fizemos depois, o nosso correio funcionar muito bem, e graças a este bom funcionamento do correio, e graças a crença firme de que temos um grande destino pela nossa frente, superamos uma dificuldade e estamos utilizando mais uma modalidade de educação. é uma palavra de esperança, de estímulo que deixo aqui, uma vez que temos tido a felicidade de vivenciar realizações como esta. é nossa crença firme de que nenhuma solução única, exclusiva, resolverá os nossos problemas, em particular os nossos problemas educacionais. Deve

mos lançar mão de todos aqueles recursos que criativamente, com apoio evidentemente em estudos, com embasamento científico, possamos vir a utilizar para num trabalho de soma, para gradativamente superarmos as dificuldades com que nos defrontamos.

É exatamente o trabalho articular das varias modalidades operativas que nos tem permitido realizar aquilo que temos consciência de não ser perfeito, mas, que representa um esforço de certa maneira gratificante para quem o realiza.- Esse processo que é bastante recente vem-se aperfeiçoando por uma crítica muito honesta, e muito sincera, e procurando introduzir não apenas na teleducação mas como em todas as demais modalidades. No caso específico da teleducação, recursos preparatórios e complementares, para uma maior eficiência do trabalho, como o de acoplar aos nossos cursos, qualquer que se ja a especificidade, um guia para orientação do aluno.

Acreditávamos e acredita-se até hoje que o brasileiro não lê. De fato, os nossos cursos de menor aceitação são aqueles que demandam maior domínio da técnica de leitura por categoria profissional com pouco acesso a escolarização. É o caso, por exemplo, do curso de camareira, considerado por um julgamento feito no País, um dos melhores, no sentido operacional, e que, no entanto, não encontra a mesma aceitação dos demais por causa das dificuldades de leitura que representa, a despeito da predominância da ilustração em relação ao texto. Isto é, porém, algo que com o tempo se vencerá.

Então, uma orientação para a leitura está sendo incorporada a todos os cursos, como também, a todos aqueles em que isto se impõe, um manual de relações humanas feito não a base do estilo tradicional, mas com o apoio numa metodologia de base psicológica, através da reflexão provocada por casos adequadamente apresentados e situações de relacionamento humano no trabalho oferecidas à análise do participante. Então, sempre

que se pode, introduz-se na formação técnica e específica de objetivos imediatos de preparação para o trabalho, elementos para o desenvolvimento da pessoa como um todo, mesmo porque nenhum profissional o é, se não for uma pessoa totalmente desenvolvida.

Muito obrigada aos senhores. Passarei, pedindo desculpas, a palavra ao companheiro que comentara o trabalho, Muito obrigada.

COORDENADOR DA MESA - Dr. TITO CARVALHO - assessor técnico do SENAC dará uma informação a respeito do projeto Tiradentes.

Dr. TITO CARVALHO - Em rápidas palavras, gostaria de transmitir uma breve comunicação sobre uma experiência piloto que o SENAC vem desenvolvendo na cidade de Tiradentes.

O projeto Tiradentes é uma experiência com o objetivo de promover a revitalização de pequenos centros urbanos, como sociedades alternativas à crescente disfuncionalidade das grandes metrópoles, possibilitando a elevação do nível de qualidade de vida e da produtividade de setores formais e não formais da economia.

A formação profissional é encarada como a sustentação básica dessa experiência, possibilitando o alcance dos resultados esperados. A escolha da cidade de Tiradentes, deveu-se ao fato de não só ser um conjunto arquitetônico da maior importância histórica, mas também possuir um diagnóstico feito anteriormente por particular, baseado neste assunto. O SENAC posteriormente ampliou este diagnóstico e o levou a uma reunião internacional do CINTERFOR.

A experiência fundamenta-se em premissas tais como o processo de crescimento das grandes cidades tende, a se

tornar irreversível; esse processo independe das necessidades da maioria das pessoas que a integram, como é o caso da cidade que cresce em função dos automóveis e em detrimento dos seus habitantes.

Nessa situação, o trabalho e a estrutura de emprego terminam se ajustando em vez das necessidades do crescimento desordenado, em vez de organizar-se em função das próprias pessoas, dos seus próprios habitantes.

Na América Latina esse fenômeno se caracteriza pela tremenda voracidade dos grandes centros urbanos em detrimento dos centros urbanos pequenos, das pequenas cidades.

A migração em direção a essas cidades provoca ainda a perda da identidade e da dinâmica social dos centros. O quadro final apresenta um sistema urbano totalmente disfuncional.

Grandes centros metropolitanos, com programas de solução complexas por um lado, e por outro lado cidades pequenas deprimidas e despejadas pela voracidade metropolitana, nos levaram a acreditar ser extremamente difícil propor um projeto que corrija essa disfuncionalidade dos grandes centros urbanos. Por isso mesmo, encaramos projetos para pequenas comunidades urbanas que seriam de facilidade maior e por conseguinte o custo muito menor. Esta experiência nossa foi iniciada em outubro de 1979, e estamos agora na fase de sensibilização da comunidade. Terminada esta fase inicial a partir de julho, começamos os primeiros cursos de formação profissional.

Nessa fase de sensibilização da comunidade, gostaria de deixar aqui para vocês, um fato que mereceu um grande impacto da comunidade de Tiradentes. Foi a promoção de uma exposição de artistas e artesãos de Tiradentes. A cidade não os

conhecia e a exposição proporcionou aos habitantes da cidade o conhecimento dos seus próprios artistas e artesãos. Por outro lado, também, mostrou a característica do projeto e o seu engajamento muito mais fácil. Outro fato também muito relevante foi a concomitância de nove conferências ligadas às igrejas locais que, no passado, atuaram como órgãos comunitários e atualmente vêm desenvolvendo um trabalho muito grande para o êxito do projeto que se substancia pela formação profissional e a partir daí, gerando uma série de postos de trabalho.

Gostaríamos de deixar bem claro aqui que os segmentos de toda a comunidade de Tiradentes se encontram atualmente bastante envolvidos nesta experiência, e com bastante promessas de êxito.

A experiência deverá estar concluída estimamos num prazo de dois anos, a partir do momento da consecução dos primeiros cursos de formação profissional ora em andamento.

O CINTERFOR na reunião de maio passado em Brasília, aprovou o Projeto Tiradentes como experiência piloto de seu projeto nº 135 sobre contribuições da formação profissional para a melhoria da situação de emprego. Era o que tinha a dizer, sendo breve para não cansar mais os senhores. Haverá uma comunicação escrita que distribuiremos a seguir, onde estarão todos os objetivos do projeto. Gostaríamos assim de receber um feedback dos senhores na parte de mobilização da comunidade, de estudos e de críticas, já que o projeto não está acabado, é um projeto em fase inicial. Muito obrigado.

COORDENADOR DA MESA - A parte da manhã está em cerrada. Lembro a obrigatoriedade do horário das 1400h para os coordenadores de grupos e equipes de redação. às 14:30h reunião dos grupos de trabalhos.

COMUNICAÇÃO

A EXPERIÊNCIA DOS CENTROS SOCIAIS URBANOS Dr.

Solano Filardi.

COORDENADOR DA MESA - é um privilégio ouvir o Dr. Solano Filardi, coordenador do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, cujo tema é a Experiência dos Centros Sociais Urbanos. Eu o convido para sua palestra.

DR. SOLANO FILARDI - Antes de mais nada bom dia. Eu queria inicialmente pedir desculpas a vocês. Infelizmente nós não pudemos fazer uma redação, e transferimos uma série de documentos para a Coordenação do Seminário que fez um apanhado de inúmeros documentos. Então essa documentação que está aí, realmente, ficou bastante truncada, coisas conjunturais ficaram misturadas com algumas coisas estruturais. Devíamos ter mandado um texto pronto, e infelizmente isso não foi possível, porque estávamos ainda na elaboração do documento do Seminário.

Bom, a nossa ideia, ao fazer um trabalho de avaliação, baseia-se em dois pontos principais o primeiro deles é que um programa da área social tem como finalidade, elevar o nível de bem-estar da população; o segundo, é que deve buscar a organização dessa população, para que, ela própria, possa começar a administrar, a planejar, enfim a participar no desenvolvimento da sociedade. Como base de análise nós demos importância fundamental, a distribuição regional de recursos. Ou seja, admitindo que estamos num País com desigualdades regionais, saber como se distribuíam regionalmente os recursos, como eles se distribuíram ao longo desses cinco anos que convenciamos chamar de primeira fase do programa. A seguir discutimos também a sua micro-localização, ou seja a sua micro-localização

esta atendendo realmente a população considerada de baixa renda? Analisamos também o tipo de intervenção que o programa se propõe a fazer e, finalmente, a influência que ele pode vir a ter, na organização das Comunidades.

Para essa análise, nós nos baseamos em quatro Estados; Ceará, Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais. Estou dizendo nos porque o trabalho é feito principalmente pelo Crisóstomo Pizarro, nele tivemos uma participação, mas, realmente, foi um grande esforço do Pizarro que o levou a ser concluído ainda em tempo.

Temos atualmente 225 centros em funcionamento, e esses Estados concentram 44% dessas Centros. Ademais, eles demonstram a diversidade imensa de áreas onde o programa deve atuar, de vez que temos dois Estados do Nordeste, um do Sudeste e um do Sul. Além disso analisamos 61 Centros, o que corresponde a 27% do total das Unidades em funcionamento no País, sendo, em termos de amostragem, bastante representativo. Apenas a título de informação, devemos dizer que, além desses 225 Centros em funcionamento, temos 54 Unidades já construídas, mas ainda não operacionalizadas e outras 23 6 em fase de conclusão.

Vou passar a utilizar as tabelas porque fica muito difícil para vocês acompanharem números. Nós fizemos um primeiro *ranking* para poder analisar a localização regional, utilizamos dois *rankings* fundamentais um de distribuição de recursos e outro de pobreza. O de distribuição de recursos, envolvendo recursos a fundo perdido do PNCSU. Temos uma segunda tabela que são os financiados, conseqüentemente subsidiados pelo FAS; uma terceira tabela dos recursos totais; uma quarta do *ranking* de pobreza que é a concentração de famílias até um salário mínimo em cada região; e depois uma quinta tabela onde são comparados esses dois *rankings* para ver se a distribuição regional de recursos esteve adaptada à distribui-

ção de famílias até 1 salário mínimo.

Temos aqui, então, uma distribuição em que o Nordeste recebeu 41%, o Sul recebeu 30%, o Sudeste 19%, e o Norte e Centro-Oeste 10%. É explicável essa proporção porque na colocação de recursos, respeitava-se que até 50% de um projeto no Nordeste deveria receber até 50% dos recursos totais a fundo perdido; no Sul 40%; Minas Gerais e Espírito Santo também 40%; São Paulo e Rio de Janeiro receberiam apenas 30%. Mas nós vamos ver que na comparação com o *ranking* de pobreza isso ainda vai dar uma certa defasagem.

Temos agora, os recebidos dos CFFAS, que consequentemente baixam um pouco (a maior parte dos recursos tendem para o Nordeste a fundo perdido, inclusive aconselha-se que se já fundo perdido buscando fazer projetos mais simplificados) mas mesmo assim, continua em primeiro lugar; o Sudeste que estava em terceiro assume, aí sim, o segundo lugar porque grande parte dos recursos do Sudeste são fundos provenientes do FAS; o Sul vai para o terceiro lugar; o Centro-Oeste Norte mantém a última colocação. Isto aqui é o *ranking* final soma de recursos do PMCSU que são a fundo perdido, e do CFFAS que são subsidiados o Nordeste, de 41% a fundo perdido, cai para 39,5%; o Sul retoma a 2ª posição de vez que os recursos recebidos a fundo perdido pesaram mais do que os recursos do FAS; o Sudeste em 3º lugar, e o Norte, Centro-Oeste mantém o 4º lugar.

Ha uma explicação aqui. Vocês devem está perguntando por que razão nós estamos trabalhando assim com esse tipo de distribuição regional e com esses grupos de Estados sem, no entanto, apresentar os recursos. É que de nada adiantaria colocar os recursos aqui, de vez que nós trabalhamos o *ranking* de pobreza com informações do Pinade, e o Pinade não dá aberto por Estado, dá pela região, e ainda agrupa Norte, Centro-Oeste; os únicos Estados que o Pinade dá são Minas Gerais e Espírito

Santo juntos (por isso que nós. colocamos sempre Minas Gerais e Espírito Santo) e São Paulo e Rio de Janeiro, São os únicos que vêm em aberto.

Este é o *ranking* de população de famílias urbanas recebendo até 1 salário mínimo, ou seja, de 0 a 1 salário mínimo. Realmente pobreza absoluta. Nós temos então o Nordeste com 46,3% dessas famílias, o Sudeste com 34%. Minas Gerais e Espírito Santo, se abertos, chegariam a ser o 29 lugar, porque têm 14,3%, São Paulo 10,9% e Rio de Janeiro 8,8%, o Sul com 11,5% e Centro-Oeste 7,9%. Aí vai aparecer um fato interessante pela primeira vez apresentamos o Distrito Federal que, infelizmente, por motivos anteriores à nossa gestão, ainda não tem o CSU. Essa comparação, sim, é a mais importante. Na verdade, o *ranking* de pobreza coloca, assim como o de recursos, o Nordeste em 19 lugar. Se nós estamos procurando que um programa realmente atinja a baixa renda, ele tem que ter algum critério de alocação desses recursos. E se esse critério de alocação teoricamente é definido como sendo pessoas de baixa renda, temos que saber onde elas estão localizadas, para localizar esses recursos.

Então vemos duas diferenças fundamentais. Uma aqui e outra no Sudeste que, por incrível que pareça, também tem um problema bastante grande. Esse problema está localizado, principalmente, em Minas e no Rio de Janeiro. Mas, ainda assim, (exatamente isso nós estamos tentando fazer agora) por trás disso há uma série de coisas que são explicáveis. No Nordeste podemos, provavelmente, atingir uma boa parte dessa população; nessa região do Sudeste, como nós vamos ver mais a frente, o programa tem uma certa inflexibilidade em atingi-la; vamos ver porque, deverá haver modificações.

Bom, o Sul, aí está muito claro, tem 11,5% do *ranking* de pobreza e tem 28,3% de recursos. Então podemos ver

que, pelo menos a nível regional, houve um certo privilégio para o Sul. Certo? Centro-Oeste, Norte, também têm uma pequena diferença que nesse nível de recursos é irrelevante

Deveríamos perguntar, ao vermos uma tabela dessa, porque razão não se consegue chegar fundamentalmente a baixa renda; quer dizer, chegou-se à baixa renda, mas com uma certa defasagem. Acredita-se que isto esteja primeiro, na definição de área prioritária porque uma das coisas que se definiu, é que área prioritária eram também conjuntos habitacionais; ora, sabe-se que para conjunto habitacional existe uma política habitacional, pela qual o sujeito, para conquistar uma casa, tem que ter um mínimo de renda; e esse mínimo de renda realmente não é classificado como baixa renda. Há conjuntos habitacionais que exigem pelo menos sete salários mínimos, que, obviamente não é uma baixa renda. Este é um dos motivos.

Esse tipo de colocação leva inevitavelmente ao que chamamos de filtragem. A filtragem, é exatamente, a perda de recursos destinados à baixa renda; eles vão para aquele tipo de pessoal que não é de baixa renda. Foi o que ocorreu, por exemplo, aqui na Bahia 9 dos 32 Centros Sociais em funcionamento, estão localizados em conjuntos habitacionais.

Nós temos uma média de mais de 47% das famílias, acima de 3 salários o que significa nesses 9 Centros Sociais que 47% dos benefícios que deveriam ir para a baixa renda estão indo para pessoas acima de 3 salários.

Temos aqui algumas tabelas que vocês receberão depois mostrando esse tipo de estatísticas. Ora, se isso ocorre em Estado considerado pobre, em Estados menos pobres, ou com problemas estruturais menores, é muito pior.

No Estado de Santa Catarina, temos alguns. Centros Sociais Urbanos em que mais de 55% da população é acima de 3 salários.

Agora, no Ceará, sim, nós temos uma situação bastante diferente. O CSU onde houve o maior nível de filtragem, foi cerca de 30%, mas nos tivemos CSU com filtragem de 0%, ou seja, todas as famílias localizadas na área de influência eram abaixo de 3 salários. Houve um CSU com exatamente 0%, apenas três estiveram acima da casa dos 10%, um com 13%, outro com 23% e outro com 30%, todos os demais abaixo de 10% do nível de filtragem ou seja, famílias acima de 3 salários. Esse critério de micro-localização tem que ser adicionado a outro conceito, 'que é o de número de pessoas por família. Realmente uma família de 6 pessoas cora» 3 salários, provavelmente vai estar em pior situação do que a família com 3 salários e uma pessoa. No caso principalmente de Ceará e Bahia, isto é agravado, que as famílias abaixo de 3 salários tinham em média 6 pessoas, (enquanto que em Santa Catarina a média era cinco) o que significa que o CSU ao atingir uma família abaixo de 3 salários está atingindo, em cada família, 6 pessoas,

Não se pode também imaginar um sistema desse de avaliação apenas vinculado a atividade construtiva (quando eu digo construtiva lembro construção civil); o CSU é, em si, um equipamento que vai permitir desenvolver trabalhos, conseqüentemente ao ser desenvolvido vai trazer benefícios, logo, na operacionalização, deve-se ter presente esse critério de micro-localização. Essa é uma das preocupações que temos agora dar prioridade aqueles Centros Sociais Urbanos que estejam localizados em áreas de baixa renda; os que estiverem localizados em áreas consideradas de alto nível de filtragem ou consideradas até de renda média, não terão prioridade na fase de operacionalização que é a segunda fase do programa.

Depois de analisada rapidamente a parte de mi.

cro-localização passamos a buscar o tipo de intervenção a que o programa se propõe e nesse tipo de intervenção buscar o impacto distributivo que ele possa ter.

O programa é um programa de coordenação e é um programa multi-setorial, abrangendo todas as áreas convencionalmente chamadas sociais, ou seja educação, saúde, saneamento, previdência e assistência social e trabalho.

Temos na área educacional, por exemplo, o pré-escolar, a alfabetização de adultos, a Campanha Nacional de Alimentação, a cultura, a esportiva. Na verdade, somente nessa área de cultura e esportiva nós (quando eu chamo nós, é a unidade do CSU a coordenação do CSU) somente aí temos realmente capacidade de fazer algo com liberdade, porque tudo o mais são programas que já têm a sua maneira de atuar.

No campo de saúde e previdência temos também uma área de coordenação bastante forte de vez que na baixa renda ainda que se discuta um pouco a definição de que tipo de atividade vai haver dentro do CSU, a partir da Coordenação seja ela nacional seja estadual ou seja o Coordenador local, a chamamos que quem deve dizer o que vai haver lá dentro é a comunidade. Mas realmente esta é a área onde o pessoal mais pede, e ela tem toda a parte materno-infantil, além de previdência, a LBA, a parte de documentação ainda da LBA, o apoio a gestantes e à população em geral. Na área de trabalho são cursos de preparação de mão-de-obra, normalmente oferecidos por SENAI - SENAC, a própria LBA também tem alguns Cursos de Ursini e o PIPMO. Na área do Ministério do Interior, temos o Projeto RONDON.

Quero chamar a atenção para o seguinte procuramos não utilizar como base estatística, o atendimento e sim beneficiário. A diferença é óbvia. Na medida em que se atende a uma pessoa em vários lugares, ela significa vários aten

dimentos, mas é um só o beneficiário. Passamos a tentar utilizar apenas o beneficiário, porque esse nos dá uma ideia maior do alcance sobre a população. Quando se faia em atendimento e apresenta um dado, sei lá, 80 mil atendimentos, pode dar a impressão que está sendo atendida a toda população da cidade, quando, na verdade, isto não ocorre. são apenas, digamos, 4 mil pessoas. Estamos tentando implantar essas avaliações agora. Existem problemas estatísticos, vocês podem ver partes datilografadas e partes escritas ainda, exatamente porque nós vamos identificando, estamos discutindo permanentemente este documento e estamos identificando possibilidades e incorreções ou imprecisões estatísticas que devem ser corrigidas. Tenho inclusive um compromisso conforme queira a Universidade, ou eu mando pessoalmente o documento a cada um ou então mando a Universidade para ela distribuir porque realmente não vai ser possível entregar um documento agora.

Fizemos uma análise do número de beneficiários e definimos dentro desse número de beneficiários uma área de influência. 'Que seria uma área de influência? Seria aquele número de pessoas que consideramos, digamos assim de uma maneira bastante provisória, passíveis de serem atendidas pelo equipamento Urbano. Por que? Porque, em projeto, tínhamos um CSU, por exemplo, que se dizia atender 150 mil pessoas. Quer dizer, menos que o Hospital das Clínicas de São Paulo. Uma loucura. Tivemos então que partir para uma definição teórica de área de influência.

Como vocês sabem, há três tipos de CSU. O do tipo A que é de 2.400 metros quadrados de área construída o do tipo B de 1200 metros quadrados de área construída e o tipo C de 600 metros quadrados. Diga-se de passagem que nós também já acabamos com essa tipologia pois acreditamos que ela não tem nada que ver com a realidade. Tamanho de construção não significa coisa nenhuma em um programa social; estou apenas citando porque, como estamos trabalhando com unidades desse tipo, temos que nos referir a isto.

Para o de 2.400 metros de área construída estimou-se uma população potencialmente atendida de 18 mil pessoas; para o CSU do tipo B, 1.200m, estimamos 12 mil pessoas e para o CSU do tipo C, de 600m, 6 mil pessoas. Como vocês vêem não foi um crescimento linear de vez que o tipo A multiplica por 4 a área física e o atendimento foi apenas multiplicado por 3, porque foram considerados apenas, digamos, tamanhos médios de bairros, comparando os tipos C e A.

Com isto, tivemos a possibilidade de comparar o total de beneficiários dos CSUs em cada Estado com o seu potencial. Por exemplo, no Estado do Ceará, temos 7 CSUs e destes 6 são do tipo C e 1 do tipo B; esses 7 CSUs teriam que atender a 6 x 6 mil e mais 12 mil, o que daria 48 mil pessoas na área de influência; e eles atendem no entanto, a 17 mil e 500 pessoas, apenas, o que daria uma média de 36,6% da área atendida.

Cabe chamar a atenção' do seguinte essa área de influência também não é perfeita porque há uma série de outros problemas que influem na operacionalização de um Centro Social Urbano que vai desde a qualidade do pessoal que nele trabalha até questões institucionais e políticas que ele enfrenta.

O Ceará teve uma média de 36,6% de atendimento efetivo sobre o potencial; no Estado de Santa Catarina, com o CSUs do tipo C, 3 do tipo A, o que nos deu uma população de 90 mil pessoas na área de influência, houve uma queda para 28,2% de atendimento. Diante dessas deferenciações levantamos uma hipótese a partir da visão que nós tínhamos, do dia a dia que nós vivemos já em inúmeros Centros no Brasil, com respeito a tamanho. é uma linha a ser estudada e nós vamos ver.

Bom, na Bahia pegamos 2 CSUs do tipo A, 8 do tipo B, e 22 do tipo C, significando 264 mil pessoas a serem

potencialmente atendidas e houve uma queda para 26% no atendimento efetivo. Veja, eu quero chamar a atenção que isso não significa que o CSU esteja utilizado em 26%; não, teoricamente isso poderia ser dito, mas na prática não, o CSU pode estar perfeitamente implementado e isto ser por exemplo um defeito de definição de área de influência ou pode ser, por exemplo, um CSU que esteja em início de implantação, baixando a média; quer dizer, há uma série de problemas que teriam que ser estudados de maneira mais detalhada, mas de qualquer maneira isso é bem indicativo do nível de atendimento à população. Então houve uma queda para 26%; e, finalmente, Minas Gerais, onde utilizamos 13 CSUs do tipo C somente e que, consequentemente, deveriam ser 78 mil pessoas, foram 25 mil 806. Houve aí uma ligeira ascensão para 33% do atendimento.

Cabe destacar que deve haver correções a serem feitas nestas projeções na medida que se disponha de melhores registros de atividades, de melhores conceituações, mas, de qualquer maneira elas são relevantes porque, pelo menos, levantam um problema que é o de definir claramente qual é a área de influência, e qual a possibilidade de atendimento.

Essa capacidade de atendimento foi basicamente determinada pela possibilidade de área; não se levou em consideração dotação de equipamentos, não se levou em conta a capacidade real de se utilizar, por exemplo, uma sala de aula, qual a capacidade real de uma sala de aula, qual a capacidade de um equipamento médico atendendo a todo vapor, plenamente utilizados.

Além disso teríamos que analisar também a dotação de recursos humanos, o nível de recursos humanos, as condições institucionais mas, infelizmente, quando se começa a entrar nessa análise, identifica-se uma série de problemas que vão desde a construção mesma do Centro Social até a insu-

ficiência, pouca qualificação e alta rotatividade do pessoal que trabalha em Centro Social Urbano. Essa alta rotatividade se deve a motivos vários vontade própria (em alguns Estados não existe, por exemplo, uma profissional de serviço Social no Interior) ; em outros casos, é a baixa remuneração (uma boa parte dos casos, diga-se de passagem); e ainda algumas interferências indevidas nos Centros. Essas são realmente as coisas que mais trazem problemas à plena utilização do potencial.

Existe também um problema muito sério, que é o de convênios, e talvez o pessoal do grupo dois saiba porque nós estamos tão preocupados com esse problema de coordenação. Temos visto o seguinte a grande maioria dos convênios que são assinados tende a não ser concluídos. Você tem uma boa parte que não é efetivada, quer dizer é assinado mas não chega a ser operacionalizada a atividade; ainda há aquela pequena parte que começa a atividade e, as vezes a própria Secretária gestora do programa corta os recursos. Tem-se que ficar dando injeção de dinheiro porque a outra Secretaria acabou o recurso (o que é normal numa época de recursos) e sempre se corta no programa do outro, não no dele, é óbvio.

Para vocês terem uma ideia do esforço de coordenação que é preciso, somente na Bahia nós temos envolvidos 17 organismos, fora as Prefeituras; no Estado do Ceará são 8 organismos, além das Prefeituras; no Estado de Santa Catarina são 15, e no Estado de Minas Gerais são 13, também e-cetudadas as Prefeituras. .

Quando se vê essa quantidade de organismos, começa-se a perguntar como se vai conseguir fazer a coordenação. Em "alguns Estados se implementa a metade da metade do que ia ser feito, em outros, quando o Secretário é amigo do outro Secretário se consegue; em ainda outros, tudo é informal, não

hã nenhuma garantia de continuação de serviço, (sai o Secretário que gostava de. CSU e o que chega não gosta) .Alem disso, outro detalhe, para serem construídos às vezes demoram o período de 16 meses, por força de problemas burocráticos na coordenação. Não é fácil coordenar uma área multi-setorial; quem está na linha de frente sabe disso e se vocês quiserem basta conversem com o pessoal da Bahia que está aí perto, e vão ver os problemas que enfrentam; temos aqui elementos de Pernambuco que também são da área gestora do nosso programa; não é fácil você conseguir colocar 15 organismos trabalhando integrados, veja bem, estamos dizendo coordenar, não estamos querendo integrar, porque coordenação não significa integração não; eles podem chegar e trabalhar cada um para si, entende, e Deus por todos, e nem sei se a essa altura Deus consegue.

Eu já vi, por exemplo, brigas de instituições que trabalham com menor dentro de um Centro Social Urbano, cada uma dizendo que o programa dela ora melhor, o menor realmente deve ficar meio perdido, não sabe o que funciona, o que querem dele; um dia dizem; hoje vem um dentista, e não vem; no dia seguinte falam amanhã vocês vão ter um curso e não têm, ou vai haver um curso de corte e costura e dão um de electricista. Essa-é a realidade, eu não estou querendo fazer chacota, mas é a realidade, e quem trabalha nesta área sabe. Eu acho que está na hora de enfrentar essa realidade quando se faz uma crítica dessa, não quer dizer que o programa não tem potencial, tem sim e se eu não acreditasse nele não estaria coordenando. Acho que temos que acreditar naquilo que se faz, porque senão, não faz. Devemos, porém, ter também muito o pé na terra para saber que existem problemas, não é somente achar que a existência de recursos ou a existência de um equipamento físico vai fazer com que a coisa chegue ao melhor dos mundos. Realmente existem milhões de problemas que se tem que enfrentar nesse campo.

Bom, agora vocês vão me permitir ler uma parte que se considera um primeiro passo para a solução de um problema como esse. Não digo que é a varinha de condão ,não, por que esse próprio primeiro passo é dos mais difíceis; mas é fundamental que se busque alguma solução, porque também criticar e deixar por isso mesmo, acho que não é o caso; deve-se procurar o erro e procurar consertá-lo. Acho que a nossa função como elemento de governo é, sobretudo, sermos éticos profissionalmente, honestos pessoalmente para sabermos até que ponto podemos ou não contribuir, porque a crítica fácil é fácil fazer, tentar fazer alguma coisa é que não é fácil.

Temos então uma quarta parte do trabalho onde chamou-se de legitimação do programa via participação. O último critério de avaliação aqui utilizado para analisar a capacidade desse programa, refere-se a possibilidade que ele tem em contribuir para a organização e a participação do seu público-meta na intervenção proposta.

Não obstante a importância concedida pela organização a esse objetivo é preciso admitir que ele representa uma das mais difíceis atividades a que se propõe o programa.

Cor efeito a consecução adequada desse objetivo e obstaculizada por diversos fatores, entre os quais cabe destacar os de natureza política e os de natureza organizacional.

Com relação aos primeiros é pertinente assinalar que, sendo esse um programa concebido e criado a nível federal, a sua eficiente implementação está seriamente condicionada ao sucesso do processo de legitimação das ações propostas, perante Estados, Municípios e Comunidades.

A única via que se conhece para essa legitimação é a participação, a qual vai se constituir numa modalida

de de sanção a- *posteriori* do programa, já que ele não surgiu como uma resposta a reivindicações manifestadas pela Sociedade. Ainda que se admita, sem discutir, obviamente, que o tipo de intervenção proposta atende a algumas das necessidades objetivas dessas populações, ainda que não se discuta e admita isto, ela não é suficiente para exceder aos limites de uma inção clientelística entre o Estado e a Sociedade, entre o Estado e a Comunidade; ou seja o CSU continua sendo, como qualquer outro equipamento do Estado a pessoa vai, utiliza-se dele e vai embora, não tendo a menor influência sobre a reorganização dessa comunidade e a melhoria de seu nível de vida de maneira mais ampla e mais efetiva.

Por outro lado, as experiências latino-americanas que c os, permitem duvidar da validade política e da eficácia social dessa forma de ação. Numerosos são os projetos sociais que não atingiram os seus propósitos de transformação social devido principalmente a não participação, por não terem sido assumidos pela comunidade. O conteúdo participativo os programas sociais transforma-se assim na condição mais relevante para o sucesso de uma proposta de mudança socio-econômica.

Cabe aqui chamar a atenção que, neste momento, o programa está rumo 2ª fase; tivemos até 80, início de 80, o programa nacional apenas construindo; quando nós o assumimos encontramos apenas 30% da área construída sendo utilizada e 70% estando ociosa; então, fizemos uma exposição de motivos ao CDS, que foi aprovada, estabelecendo três linhas básicas.

A 1. e a retomada do caráter inter-ministerial do programa. Na verdade, infelizmente o programa acabou-se transformando num programa da SEPLAN e não num programa dos Ministérios; nós estamos empenhados em retomar esse caráter

e comprometer os Ministérios e mostrar que, sendo um Programa do Conselho de Desenvolvimento Social, é um programa de todos os Ministérios e não nosso. Por outro lado, a 2.ª linha é de atividade econômica. Não tem o menor sentido" trabalhar-se num Centro Social Urbano com um caráter de desenvolvimento social, como um pacote fechado. O problema das populações assistidas é o de renda, de alimentação; você tem que partir para algo que lhes dê condições disso, daí nós passamos a ter uma linha de atividade econômica. A 3ª linha é a de desenvolvimento de comunidades, organização de comunidades nas áreas de influência.

Cabe também chamar a atenção para o seguinte: essas linhas formam um tripé do qual o pé mais importante é realmente este último, porque se tivermos uma organização de comunidade bem feita, uma comunidade participando, teremos, objetivamente, ela própria identificando suas necessidades sócio-econômicas e reivindicando o atendimento dessas necessidades.

Pois bem, suspendemos a construção, por dois anos, até 82, para que também tivéssemos uma capacidade crítica sobre a operacionalização de CSUs. Sentíamos que em todos os Estados havia uma grande carência de orientação porque a coordenação nacional não se envolvia; isto não é uma crítica, era a definição de funções, ela não se envolvia na operacionalização.

Na nova definição de funções aprovada pelo CDS nós estamos como coordenadores também da operacionalização. Pusemos essa palavra "coordenadores" porque não queremos realmente ditar regra, porque cada CSU é diferente de qualquer outro que existe no País, então não há como ditar regras. Vamos ter porém essas três linhas básicas, por exemplo, que deverão ser seguidas.

O conteúdo participativo dos programas transforma-se assim na condição mais relevante para o sucesso dessa proposta. Ante a ausência da participação organizada dos diversos grupos só uma suposta clarividência e uma ilimitada capacidade tutelar da autoridade poderia garantir o cumprimento real das ações coordenadas pelo programa. Não obstante, qualquer que fosse o grau de paternalismo dessa autoridade ela não poderia igualar-se a iniciativa dos próprios interessados. Aqui, eu gosto de dar um exemplo ocorrido com a Prefeitura de Recife, que me foi narrado pelo Prefeito. No levantamento das necessidades em uma favela (se for dado a qualquer de nós aqui cinco oportunidades, provavelmente não vamos acertar a 1ª necessidade) a 1. necessidade apontada foi, apenas, a de fazer as ruas. Normalmente pensa-se logo em saúde, saneamento, água, educação. Por que? porque são as coisas que demandamos, a rua já está interiorizada no nosso meio, é inconcebível para nós a não existência de rua. Nós moramos numa rua trabalhamos numa rua e passamos por ruas; esse pessoal muitas vezes não mora numa rua mora em becos, então não há possibilidade de chegada de veículos, tanto de saúde quanto de outras utilidades domésticas. Eu gosto de chamar a atenção para isso, que nós não temos essa clarividência, ainda que se dissesse que é uma suposta clarividência; ninguém melhor do que eles para dizer o que querem.

Do ponto de vista da eficácia social do programa, a participação redundaria também em melhor identificação das reivindicações locais, maior cobertura social do programa, utilização de recursos sociais e organizacionais latentes e fiscalização não burocrática das ações a serem desenvolvidas. Quando fala-se de recursos sociais e organizacionais latentes, queremos chamar a atenção de que nós temos uma restrição, in felizmente ou felizmente, não sei, uma restrição ao mutirão como tal; achamos que mutirão pode até haver desde que tenha por detrás algum benefício monetário para a pessoa, porque,

realmente, como disse o Cabral muito bem, de uma pessoa que trabalha 14 horas por dia ainda se vai exigir que faça rua, faça a sua casa.

Todavia o reconhecimento desses fatos não deve implicar simplificação das dificuldades organizacionais que podem obstruir a implementação de uma estratégia participativa. Como é sabido, as situações de grave indigência econômica também afetam as possibilidades objetivas de participação. É de se esperar, portanto, que quanto mais pobre seja o grupo social mais agudo também seja o seu estado de desorganização social. A pobreza, na medida em que surge de situações de desemprego, de emprego irregular, com baixo nível de renda, conseqüentemente, obstrui a participação em grupos sindicais e voluntários, gerados como conseqüências da inserção do comunitário na estrutura econômica.

Igualmente, as organizações de ordem territorial, evoluem sobre a base de uma relativa segurança econômica as situações dos bairros em que atuam os CSUs nos 4 Estados em termos de organizações sociais, são descritas na tabela 15. Nela só se identificaram as associações de moradores que se distinguem, por sua vez, entre diversos tipos segundo as atividades desempenhadas. Na análise dessa informação verifica-se que nos 4 Estados, a grande, maioria é formada pelos grupos esportivos, organizações recreativas em geral e grupos religiosos. Em alguns CSUs identificaram-se também as associações de bairros, embora nem sempre essas representem os grupos mais pobres e tenham ainda caráter fechado e ademais suas relações com as estruturas políticas locais correspondem normalmente a uma racionalidade clientelística.

Excepcionalmente, no Estado do Ceará, identificaram-se numerosas organizações econômicas de caráter reivindicativo, tais como sindicatos dos trabalhadores rurais,

em construção, empregados no comércio que representam um potencial de organização da comunidade, É preciso salientar, não obstante, que, por enquanto, elas não têm participado das atividades dos CSUs.

Outra forma de associação frequentemente encontrada com atuação nos bairros, são as instituições assistenciais. Foram identificadas 40 organizações desse tipo que não se podem considerar como organizações populares, já que, normalmente, representam atividades filantrópicas, dirigidas por grupos de classe média, em benefício de clientela específicas, tais como mães solteiras, menores abandonados, idosos, excepcionais, etc.

Ante tal estado de organização social cabe ao CSU penetrar na comunidade via organizações dos moradores que apresentem, ao mesmo tempo, um alto grau de autonomia relativa ordem social local e ampla representatividade. A análise das experiências do passado aconselha que só mediante esta via é possível legitimar o programa perante a comunidade.

Em um dos Estados analisados, durante os primeiros anos de implantação do programa, realizou-se interessante trabalho de desenvolvimento de comunidade em certas localidades onde já existiam grupos formados pela Igreja católica. As relações iniciais entre os técnicos dos CSUs e os responsáveis pelo trabalho da Igreja, não estiveram isentas de dificuldades, mas quando estes últimos compreenderam que o programa não pretendia competir com as suas atividades, conseguiu-se um efetivo resultado em termos de participação.

Existem casos, no entanto, onde o trabalho comunitário apresenta maiores dificuldades, devido a inexistência de quaisquer organizações sociais. Em tais situações só é possível preparar uma ação de longo prazo dirigida para fomentar a constituição de grupos de base, capazes de superar esse estado.

Nos Estados estudados, em não poucos bairros, verificou-se essa situação. A esse respeito é ilustrativo o trabalho empreendido por um dos CSUs analisados, durante os primeiros anos de implantação do programa.

Nos bairros de atuação desses Centros, devido a ausência de organizações sociais, o trabalho com a comunidade organizou-se em torno da mobilização dos indivíduos que a juízo dos moradores gozavam de maior prestígio social e, portanto, poderiam chegar a exercer maior influência sobre o resto da comunidade. As pessoas consideradas como líderes foram destacadas pela reputação que ostentavam no bairro. Entre as características dos líderes, cujo perfil possível identificar, comprovou-se que a maioria era formada por mulheres, que todos eram estudantes, somente uma era professora primária; entre os 3 líderes do sexo masculino, 2 eram operários e 1 era autônomo. Outra característica desse tipo de liderança é a predominância de pessoas solteiras, encontrando-se somente duas exceções no caso.

Independente das características anteriores, deve-se ressaltar que todos.; esses líderes eram extremamente jovens, quase a totalidade encontra-se na faixa etária de 17 a 26 anos, apesar de se tratar de bairro muito antigo; essa característica poderia ser interpretada como uma das consequências da falta de organização social a que conduz a pobreza. Explicação diferente poderia ser a falta de interesse de líderes tradicionais pelo programa, ou a inadequação do método usado para identificar essas lideranças, sendo sua utilidade limitada a revelar somente algumas das dimensões de prestígio e de autoridade entre os grupos pobres.

A identificação das lideranças dos bairros pobres, segundo as experiências dos CSUs, e. na verdade um dos problemas mais difíceis de serem resolvidos, durante a fase de interação do CSU com as populações urbanas marginais.

Frente à debilidade da organização social, os indivíduos que sobressaem nas populações pobres pela sua capacidade para resolver determinados problemas dos seus compatriotas, tendem necessariamente a tornar-se líderes locais; esse é o caso da parteira, do mestre de construção, do aposentado com conhecimento de legislação trabalhista, da curandeira e de outros tipos similares. Todos podem, de algum modo, dispor de influência e prestígio; como se insinua nesses exemplos, a liderança popular não é unívoca, não é necessariamente estável, e facilmente identificável para quem vai trabalhar com essa comunidade,

A análise precedente demonstra que a identificação da liderança popular é o verdadeiro ponto de partida para efetivar a participação e a organização da população-metá; esse problema não é resolvido, pelo mero fato de se verificar a existência de organização de moradores já que, segundo se sugeriu anteriormente, essas organizações geralmente são muito dependentes do sistema político local, carecem de grande representatividade popular e nem sempre cumprem papel reivindicatório; obviamente no caso das organizações assistenciais tal representatividade ainda é menor.

O reconhecimento das limitações da representatividade das lideranças das organizações existentes nos bairros de atuação dos CSUs, têm influído para que seus conselhos comunitários não tenham sido ainda constituídos. Estimase que somente através de prolongado trabalho de desenvolvimento comunitário poderá efetivar-se a participação dos grupos pobres nesses conselhos. Sem esse trabalho, é muito provável que em cada um deles somente se obtenha representações efetivas das instituições assistenciais ou das associações de moradores pouco representativas e em cuja direção os grupos mais pobres não possuem em geral *status* proeminente.

Conseguindo-se implementar satisfatoriamente o trabalho de preparação para a participação, pode-se chegar ao sucesso de uma experiência de participação, decisiva para muitos grupos pobres que antes nunca tiveram nenhuma oportunidade de organizar-se socialmente à procura de mudanças nas suas condições de vida.

Com toda essa vivência que estamos tendo visando Centros Sociais no Brasil inteiro, chegamos a algumas conclusões fundamentais, a respeito da orientação dos gastos federais, dos fatores condicionantes do alcance do programa, da reformulação da tipologia existente, da necessidade da participação social.

Com respeito aos gastos federais, não cabe dúvida que, tratando-se de um programa voltado para atender às populações urbanas de mais baixa renda, dever-se-á alocar recursos segundo a distribuição regional, a concentração das famílias relativamente mais pobres. Assim, dever-se-á dar prioridade, no futuro, ao atendimento, tanto na operacionalização, nas reformas e complementações como nas futuras construções, a partir de 82, àquelas regiões com maior concentração de famílias de baixa renda.

Segundo já se sugeriu na discussão anterior, os condicionamentos do alcance do programa estão diretamente relacionados com a agilização dos processos de negociação dos convênios. Nesse sentido, cabe também aos Estados procurar modalidades de cooperação que permitam superar os entraves detectados. Também nesse aspecto, é particularmente relevante buscar-se maior flexibilidade na composição dos serviços oferecidos pelos organismos implicados nessa colaboração. Esses serviços apresentam-se algumas vezes claramente inadequados a economia regional e local. Um caso ilustrativo, e aqui não vai nenhuma crítica a ninguém, é a oferta de serviço

de capacitação de mão-de-obra, os quais longe de se adequarem aos requerimentos da economia local, servem de estímulo a migração.

Um caso típico em Sobral, no Ceara prepararam-se 200 eletricitas, obviamente para irem para Fortaleza, Recife, Salvador, provavelmente Rio, São Paulo; esses serviços, devemos adequá-los à economia local exatamente para fixar o homem ao lugar e não fazê-lo migrar sob a falsa ideia de que está preparado para enfrentar a economia lá fora, quando na verdade não está, nós sabemos disso.

Quando isso ocorrer, ou seja, essa inadequação, poder-se-á reprogramar tais atividades e indicar modalidades de apoio direto a pequenos empreendimentos já existentes ou com potencial de desenvolvimento.

Nesta área, assinalamos por último que a maior eficiência e eficácia do CSU requer grandes esforços de coordenação entre órgãos cujas programações sociais orientam-se para o atendimento a populações específicas.

As modificações anteriores implicam num maior esforço de colaboração principalmente do grupo executivo que participa do programa; atividades neste sentido, isto é, contatos neste sentido já foram empreendidos com os Ministérios setoriais componentes do grupo executivo, Educação e Cultura, Previdência e Assistência Social, Saúde, Interior e Trabalho.

Do bom termo a que chegue essa cooperação depende a implementação das ações sugeridas nesse trabalho. Outra conclusão refere-se à reformulação da tipologia dos CSUs. Torna-se necessário reduzir a área construída já que aos de maior porte A e B não têm correspondido atendimento proporcionalmente maior, haja visto que nos 4 Estados que analisamos,

onde se indicam com maior frequência CSUs do tipo A e B ou sejam de 2.400 e 1.200 metros, houve redução na relação atendimento efetivo, atendimento potencial; o que significa que na verdade, apesar de você supor que vai atender a 12 ou a 18 mil pessoas está atendendo no mesmo nível de um CSU do tipo C.

Este fato explicar-se-á, entre outras coisas, pelas dificuldades de mobilização da população, aumento das distâncias entre essa população e o CSU e pela própria definição normativa, isso em base empírica, das áreas de influência do Centro.

Torna-se necessário, ademais, redefinir tipos de CSUs, segundo sejam eles destinados a bairros estruturados, ou desestruturados, ou sejam invasões, alagados, favelas e igarapés, pois as exigências atuais de grandes lotes, tipo de material construtivo, legalização de terreno e a própria tipologia existente afasta o programa das áreas urbanas desestruturadas e conseqüentemente das populações mais carentes. Não se pode entrar numa favela porque não tem área, porque o terreno não é localizado, porque o material que se pode usar lá é um material construtivo não tradicional, então tudo isso tem que ser revertido. É nossa ideia fazer um CSU simplificado exatamente para entrar nesse tipo de população (daí aquela explicação pela qual eu disse que Rio e Belo Horizonte, se vieram muito prejudicados pelo grande número existente desse tipo de bairros desestruturados. São Paulo não tanto porque se partiu mais para o interior). É importante ainda definir módulos para cada área de atendimento, respeitando-se, no entanto, na formulação do projeto arquitetônico, as características locais de clima, costumes, tipos de construção, entre outras. A esse respeito constatou-se, principalmente aqui no Nordeste, que existem inúmeros casos de inadaptação das áreas construídas às funções a que foram destinadas.

Essas medidas, no entanto, somente serão eficazes na medida em que se empreenda o trabalho de desenvolvimento de comunidade, que devera iniciar-se durante a própria definição do projeto arquitetônico, a fim de evitar que as áreas de influência sejam escolhidas aprioristicamente, sem nenhuma base empírica e, ademais, evitando que o projeto não esteja adaptado às aspirações e necessidades manifestas dos grupos alvo, tanto quanto à área construída, quanto aos equipamentos básicos e à própria população a ser atendida. Por isso mesmo, devera caber às próprias comunidades, mediante suas organizações e lideranças autênticas, assumir papel de decisão em todas as fases do programa, no projeto, na construção, programação, administração, execução, controle e avaliação das atividades do próprio CSU.

A verdadeira fonte de legitimidade política, de eficácia social e de eficiência econômica do programa reside, naturalmente na organização e participação dessas comunidades, ou seja, temos que admitir que qualquer que seja o nosso esforço em redefinir o programa, ele somente será viável se for assumido pela comunidade. É isto o que nós tínhamos a dizer.

DEBATES

DR. ANTONIO CABRAL DE ANDRADE - Quero fazer três comentários o primeiro é que vamos cobrar do Dr. Sola no esse trabalho para distribuir aos participantes; parece-me que é um trabalho muito importante, esse grande esforço de avaliação de uma experiência de grande cobertura e muito significativa; o segundo comentário é que me alegra muito ver coincidências bastante fortes entre a ação do Centro Social Urbano e algumas propostas que nós temos no PRODASEC, o que não significa que vamos fazer a mesma coisa, ao contra

rio, vamo-nos associar e onde uma ação esteja feita, nós não repetiremos esse mesmo tipo de ação.

O terceiro aspecto que também me alegra muito é o fato de o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos estar saindo daquela ideia de programa físico de construção e edificação. Isto talvez mais que tudo que foi dito aqui tenha sido a coisa que mais me impressionou.

Apenas eu acho que ainda precisa ir mais, acho que precisamos pensar num programa Nacional de Centro Social Urbano, em que não exista o Centro físico até teoricamente, em que uma favela não tem terreno mas que o programa pode perfeitamente funcionar com as estruturas existentes dispondo de recursos, organizando essa população.

Eu acho que nós deveríamos andar muito nessa linha, vamos deixar a história Tipo A Tipo B e Tipo C, simplificado, claro que sempre vai haver um reflexo físico mas é o último elo da cadeia e não o ponto de partida como foi no início. De maneira que eu acho que essa seria a linha que nós deveríamos trabalhar. Então não vai haver problema, não pode haver Centro Social Urbano, porque na favela não tem terreno, porque nas baixadas de Belém tem que fazer sobre as palafitas, funcionam os Centros nas palafitas que é onde a população vive. Esse é o ponto fundamental; eu sugeriria, embora não seja o objetivo do Seminário, que se pensasse no esquema do programa como um conjunto de mecanismos, inclusive recursos até para financiar ações de desenvolvimento comunitário de outros órgãos.

Quer dizer, não pensar no Centro somente como uma unidade de prestação de serviços à população carente, mas uma unidade que dispõe de recursos para financiar obras de setores privados, obras da própria comunidade, ações que já estão

organizadas, ter um pouco mais de flexibilidade operativa na base. Esta seria a sugestão que faria; não sei se isto coincide com a exposição do Dr. Solano.

DR. SOLANO FILARDI - Rapidamente. Quanto ao trabalho, o que nós vamos ter que fazer é coisa de mais uns Dois dias, então até o final da próxima semana isto estará nas mãos da Universidade ou na sua, se você preferir, ai vo cês definam. Segundo, no tocante ã atuação conjunta é óbvio, tanto que nós já estamos estudando inclusive um protocolo de intenções que poderá vir a ser assinado num futuro próximo.

E terceiro, quando eu digo CSU simplificado é exatamente isso, ou seja, se não existe lá uma área imensa, você vai e faz um barraco com o material que é utilizado na favela, e se amanhã essa favela for expulsa, você é expulso junto com ela joga nas costas e vai para onde ela for; SE VO *cê vai* para uma palafita é uma palafita; quando eu digo CSU simplificado, é exatamente isso; se já houver uma associação de moradores representativa, nada impede que você reforce a atuação dessa associação de moradores e passe a atuar através dela.

PROF. ERALDO TINOCO - A minha colocação é a se guinte, mais ou menos dentro da linha pronunciada pelo Dr. Cabral.

Na minha opinião, por esse Brasil afora, exis_ tem milhares de Centros Sociais Urbanos inativos, explico as escolas.

Quer dizer, nós temos áreas muitas delas com todas as características para atividades culturais, atividades de treinamento profissional, atividades de lazer etc etc. inse_ ridas numa comunidade , interagindo com essa comunidade e que

ficam 4 meses por ano fechadas, no período de férias, e que ficam fechadas nos feriados, fins de semana etc.

O Estado da Bahia iniciou, no ano passado, um programa denominado escola-comunidade que consiste, precisamente em abrir a escola à participação da comunidade. Este tema, aliás, é de interesse de todo o Nordeste, inclusive os Secretários do Nordeste deverão discuti-lo no próximo mês de setembro. O que falta muitas vezes é um apoio financeiro para a realização de determinadas atividades. Os encargos educacionais com educação regular já são tão amplos que muitas vezes impedem aquela complementação. A minha colocação e também uma sugestão para que se possa estudar esse problema, em que não se tem necessidade de investimento físico nenhum, já se dispõe de um quantitativo de recursos humanos bastante qualificado, e interagindo permanentemente com a comunidade; com uma simples complementação de pagamentos em termos de utilização de horas ociosas dessas pessoas se poderia ter efetivamente uma atuação voltada para todo o envolvimento da comunidade, inclusive em atividades de educação permanente, de treinamento, atividades culturais, nós sabemos por exemplo, que atividades culturais geralmente ficam disponíveis apenas para uma elite. Tomando o exemplo de Salvador, ninguém se desloca do Bairro da Liberdade para assistir uma peça de teatro ou uma atividade folclórica ou de música, no Teatro Castro Alves, mas no Bairro da Liberdade as escolas têm auditórios que podem perfeitamente ser usados neste sentido, atividades de lazer, atividades esportivas de modo geral.

No caso específico da Bahia, onde existem Centros Sociais nos bairros e escolas, esta ação já se faz conjunta; eu daria o exemplo de Mussurunga, em que a Liga de Futebol do bairro utiliza o Centro Social Urbano e utiliza a escola que tem quadra de esporte; isto pode ser feito conjuntamente, onde exista Centro Social Urbano dentro dessa concepção

ção de ser o Centro muito mais uma atividade ou uma atitude permanente. A escola pode ser esse ponto de encontro, e fica a sugestão para a coordenação do programa.

DR. SOLANO FILARDI - Eu só queria colocar uma coisa. Acho que é desejável, realmente, que isso ocorra. Nós temos, contudo, neste momento, uma limitação que é o fato de sermos um Programa de Centros Sociais Urbanos; acho que tudo depende muito mais da própria educação e que também não é tão simples. Se se realmente quiser partir para um trabalho de desenvolvimento de comunidade, teria que haver, inclusive, uma complementação de pessoal qualificado para esse tipo de trabalho e, sobretudo, para não sobrecarregar as professoras que, realmente, já não ganham muito e ainda teriam atividades extras. Acho que é desejável que se chegue a isso.

COORDENADOR DA MESA - Em nome da Coordenação Geral do Seminário, agradecemos a brilhante participação do Dr. Solano, e queremos informar uma alteração na programação da tarde. De 14 às 15 horas nós teremos a conferência, Escolas de Produção, responsável Professor Jacinto Blanco, em seguida 10 minutos para o cafezinho e logo após reunião de Comissão dos Grupos. Obrigado.

COMUNICAÇÃO

*PROJETO DE ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR**Dr. Joel de Hollanda Cordeiro**Dra. Maria Madalena Rodrigues dos Santos*

DR. JOEL DE HOLLANDA CORDEIRO - Participantes deste Seminário. Atualmente, em Pernambuco, existe aproximadamente 1 milhão e 500 mil crianças na faixa de 0 a 6 anos. Trata-se de uma população escolar extremamente carente que reside nas áreas chamadas pelos urbanistas de sub-normais, mas que, na verdade, significa dizer que são crianças oriundas de famílias residentes em áreas pobres, para não dizer em áreas miseráveis. Nestas áreas, uma característica muito importante diz respeito ao elevado índice de evasão e repetência constatadas em nossas escolas. De outra parte, do ponto de vista de saúde, sobretudo do ponto de vista de nutrição, essas crianças apresentam elevados índices de desnutrição, fruto mesmo da pobreza e da miséria em que vivem.

A constatação dessa realidade, de uma população de mais de 1 milhão e meio de crianças e, de outra parte, o reconhecimento do papel que representa o ensino pré-escolar para o desenvolvimento normal desta criança para o desenvolvimento inclusive do seu processo de ensino-aprendizagem, fez com que a Secretaria sempre tivesse uma preocupação muito grande com as formas de atendimento dessas crianças.

O problema que se coloca, no entanto, é como desenvolver forma de atendimento dessa clientela a custos razoáveis ou seja, como podemos desenvolver ações na área

do pre-escolar .de maneira a ter uma atuação significativa e não trabalhar com pequenos números em termos de atendimento. Isto porque, estamos convencidos, se formos abordar esse problema do pre-escolar pelas formas tradicionais de construção de escolas e de equipamentos dessas escolas, evidentemente o próprio orçamento da Secretaria não seria Suficiente, tendo em vista os altos custos de tal investimento, e sua manutenção.

Por isso, dada a importância do problema, da do o desafio que ele representa para a Secretaria, estamos buscando fórmulas alternativas de intervenção, de tal forma que possamos atingir esse objetivo de levar a educação pré-escolar em escala razoável, em escala que tenha significação social. Entre as várias formas de intervenção, as várias formas de prestação de serviço de educação pre-escolar se destaca o do chamado PROAPE (Projeto de Atendimento ao Pré-Escolar). Trata-se de um projeto que nasceu de um. convenio com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e cujos recursos estão inseridos num projeto de nutrição do Brasil com o Banco Mundial.

Especificamente, os objetivos do PROAPE são os seguintes

- a) Melhorar o estado nutricional, o desenvolvimento psico-motor, sócio-econômico e cognitivo do pre-escolar;
- b) Desenvolver o processo de educação comunitária de modo a elevar os níveis de qualificação profissional, sócio-econômico, cultural e de saúde da comunidade, onde esse pré-escolar está sendo desenvolvido;

c) E, finalmente, o objetivo também buscável de diminuir o índice de evasão e repetência nas primeiras séries do 1º grau nas escolas implantadas nessa área.

Mas,, que caracteriza, que distingue o PROAPE das demais formas de intervenção do pre-escolar? Nos poderíamos citar as seguintes características

1º) - Utilização de espaços físicos disponíveis nas escolas do 10 e 29 graus e também de outras áreas, em forma de galpões, áreas cobertas, áreas de clube de serviço, inclusive igrejas. E isto como resposta aquela preocupação inicial de que a Secretaria da Educação não teria condições de construir prédios para atender a essa cliente la. Então partimos para identificar a area em que vamos atuar, quais são os equipamentos disponíveis, quais são os prédios disponíveis e transformamos esses espaços disponíveis em espaços educacionais, reduzindo significativamente os custos de investimentos físicos.

2º) - Por outro lado, o projeto utiliza sobretudo quando estamos trabalhando em escolas de 1º e 2º graus, a própria estrutura administrativa da escola, ou seja, nós aproveitamos a direção da escola, a supervisão da escola, a própria merendeira e os próprios auxiliares que distribuem a merenda, sendo também mais um fator de redução do custo. Não criamos uma estrutura adicional; nós nem sequer chegamos a contratar pessoal para essas escolas que implantamos.

3º) - Uma outra característica do PROAPE diz

respeito à alta relação criança-professor, que é de 100:1, ou seja, cada professor trabalha com cerca de 100 crianças. Isto, portanto, dá possibilidade de ampliação de cobertura, sem que o Estado seja sacrificado com mais contratações.

4º) - Seria a de uma intensiva participação das mães nas atividades de atendimento às crianças. Cada professora trabalha, como eu disse, com 100 crianças, toda via, essa professora é auxiliada por cinco mães que se revêzam na escola, de tal forma que há uma integração, uma participação, há uma co-responsabilidade da comunidade nos trabalhos desenvolvidos pelas escolas do PROAPE. Além, evidentemente*, da importância que representa a própria mãe estar em contato com as crianças, conhecendo a realidade da escola, conhecendo as dificuldades da escola e dando a sua própria contribuição à escola. Achamos este aspecto fundamental, porque há uma participação, uma co-responsabilidade. Não se está fazendo assistencialismo, mas sim uma integração Governo-Comunidade, no sentido de enfrentar o desafio comum, que interessa tanto ao Governo, como às próprias mães.

5º) - Nessas escolas, nós utilizamos, com grande intensidade, material de sucata para os trabalhos e educacionais; escolhemos material na própria comunidade, trabalhamos e transformamos esse material em material educacional. Isso porque nós temos consciência das limitações financeiras da clientela e sabemos que suas famílias não teriam condições de arcar com nenhum ônus, comprando material para o processo de ensino-aprendizagem.

6º) - Poderíamos citar como característica importante da escola do PROAPE, o fato de que ela está

integrada a um programa de elaboração e distribuição de merenda escolar de alto teor nutricional. Como eu falei no início, uma das características dessa população nessas áreas pobres, é o elevado índice de desnutrição e isto atrapalha, dificulta, limita muito o desempenho e o desenvolvimento dessa criança. Então, o esforço educacional está integrado a um trabalho amplo de desenvolver os aspectos de nutrição dessa criança e para isso é que nós contamos com o apoio do INAN, quer formulando as merendas, quer repassando recursos para a Secretaria da Educação, de tal forma que a Secretaria da Educação compra alimentos e distribua às crianças.

7º) - Finalmente, uma característica importante da escola do PROAPE, é que ao final de todos os cuidados, essas intervenções, nós temos um custo de atendimento ao aluno bastante baixo, porque praticamente não fazemos um investimento adicional na contratação da professora e no seu treinamento de desafio, com alta relação de alunos por professor.

Onde estão localizadas as escolas do PROAPE? Inicialmente começamos trabalhando apenas no Recife e fomos desenvolvendo a experiência. Hoje ela já atinge vários municípios do próprio Recife; já interiorizamos até Arco Verde, Caruaru; já estamos em pleno sertão, desenvolvendo projetos com bons resultados; ao total, já temos outros 15 municípios também espalhados pelo Estado, que estão se beneficiando do projeto PROAPE desenvolvido nas suas áreas.

Um projeto importante e que se casa muito bem com a filosofia do PRODASEC urbano, é que, esse projeto permite que a sua expansão se faça rapidamente sem custos muito elevados. Para os senhores terem uma ideia, em 1977 foram atendidas pelo PROAPE cerca de 5.467 crianças; atual-

mente, em 1980, nós temos mais de 20.000, perto talvez de 22.000 crianças sendo atendidas. Portanto, no período de 3 anos, nós mais que quadruplicamos o atendimento de crianças no PROAPE. Em 1977 tínhamos apenas 1.356 mães ajudando as professoras na Secretaria da Educação, no trabalho junto aos pré-escolares; este ano, estamos com praticamente 6.000. Este aspecto me parece muito importante, a capacidade que o Projeto apresenta de se expandir e ter a sua cobertura ampliada e atingir aquele objetivo a que me referi no início passar a ser um projeto realmente significativo, de largo alcance, sem grandes custos.

Dito isso e como a Professora Madalena Rodrigues vai detalhar outros aspectos do Projeto, gostaria de terminar minha pequena participação, chamando a atenção para os seguintes aspectos. Ontem tive a oportunidade de referir aqui uma coisa que reputo de maior importância; somar os esforços, nas Secretarias da Educação, nós que trabalhamos com Educação, no sentido de abrirmos espaços políticos para o social. Nós achamos que é importante, sobretudo nessa fase de contenção de inflação, de balanço de pagamento, de endividamento,, que o social não seja esquecido, que esses problemas não sejam os únicos interlocutores, mas que o social realmente prossiga e consiga realmente sua cidadania dentro das políticas de desenvolvimento de tal forma que possamos realmente minorar a situação de pobreza, de miséria, que existe tanto nas nossas áreas metropolitanas como nas zonas rurais.

De outra parte, eu chamei atenção que dentro dessa prevalência do social, nós devemos -também destacar o papel da educação como instrumento, como vetor capaz de viabilizar esta ênfase ao social por várias razões, inclusive aquela de ser a escola o posto, a unidade do setor público mais próxima da comunidade, o ponto avançado do setor pú-

blico, na comunidade. Então a escola pode ser o vetor de transformação, de encaminhamento da transformação social dessa comunidade.

Especialmente com relação ao pré-escolar quando quase todos os Secretários que estamos aqui, o próprio Ministro Eduardo Portela, todos nós estamos preocupados com a melhoria da qualidade do ensino, preocupados em elevar a qualidade do ensino, chegou a hora também de verificar que, se quisermos levar adiante essa meta temos que começar da base do sistema, e, me parece, a base do sistema não é o 1º e o 2º graus, mas o pré-escolar. Fala-se tanto que a estrutura básica do ensino está falida, que seria o caso de nós olharmos se até essa sub-base não estaria também carecendo de um cuidado mais acentuado. A bandeira do pré-escolar está precisando de uma mão, de alguém que a erga, que realmente a transforme em realidade, que viabilize a ênfase ao pré-escolar, com recursos financeiros orçamentários definidos, de tal forma que possamos realmente conseguir o grande objetivo de melhorar o ensino do nosso País.

Quer-me parecer que o PRODASEC urbano, pelas suas características pode dar uma ajuda muito importante nessa direção. O projeto, como os senhores puderam observar, enquadra-se muito naquela filosofia do PRODASEC Urbano, na medida que traz a participação da comunidade por meio das mães e libera outras mães que não estão na escola, para trabalhar, para aumentar sua renda; aproveita o material *da* sucata disponível na comunidade, enfim o baixo custo.

A capacidade de ampliação desse programa é uma das razões que nos levam a pensar, a acreditar na viabilidade e na possibilidade de ampliar

mos, fazermos um grande projeto nacional de pré-escolar, capaz de ser, realmente, o ponto de partida para um trabalho sério de melhoria da qualidade do ensino. Muito obrigado

DRA. MARIA MADALENA RODRIGUES DOS SANTOS Senhoras e Senhores. O Senhor Secretário da Educação, já ex pôs em linhas gerais, qual seria o objetivo do PROAPE. Entre tanto, seria interessante fazermos ainda algumas colocações antes que os senhores vejam um audiovisual que produzimos. O material que está nas mãos dos senhores explica, sinteticamente, quais são as linhas gerais do projeto.

É interessante notar que, em 19 75, quando a Secretaria da Educação começava a pensar em intervenções no campo de pré-escolar, nos atendíamos apenas a 1.200 crianças. E o eterno dilema, o eterno problema que todos os educadores conhecem, da evasão e da repetência permanecia sem que os sistemas interferissem de maneira mais direta para solucioná-lo. Na realidade, a questão estava sempre colocada após a criança entrar na escola e não se verificava que determinados problemas que a criança já traria na faixa do 1º grau, não seriam solucionáveis em razão de sequelas adquiridas por uma não intervenção numa faixa anterior. Baseado nisso tudo, é que se procurou tentar interferir, principalmente com as crianças carentes que não têm os pais trabalhando com elas no currículo oculto. Uma tentativa de fazer com que essas crianças, ao chegar ao 1º grau, pudessem ter uma participação maior, pudessem se socializar muito mais, fossem capazes realmente de acompanhar o ritmo da escola de 1º grau, que nem sempre tem se reformulado para atender às necessidades numa sociedade carente.

Esta era uma colocação inicial] que gostaríamos de fazer antes de entrar na metodologia do projeto.

Diante desse grande número de crianças carentes que o Joel apresentou, e que precisariam ser atendidas no pré-escolar, montou-se esse projeto com a ajuda do INAN, recursos financeiros e também assistência técnica, em que se procurava apresentar formas diferentes de intervenção por essa razão, desenvolvemos uma metodologia, em que tentaríamos verificar ao longo dos quatro anos de execução do projeto, que respostas teríamos com o menor custo e maior número de crianças.

Então definimos três modelos que seriam modelo "A", semelhante ao SEAP de São Paulo, de onde nós tiramos a ideia básica e fizemos reformulações necessárias para adaptação à realidade pernambucana, em que as crianças seriam atendidas de segunda a sexta-feira em 3 horas diárias e, diariamente, durante 220 dias por ano, com uma professora e 5 mães. Essa era a medida que colocamos no modelo "A"; no modelo "B", seriam intervenções de segunda a sábado, mas as crianças iriam três vezes por semana e, neste caso, nós duplicaríamos o atendimento, no mesmo espaço, com a mesma professora, estaríamos atendendo semanalmente a 200 crianças em vez de 100 crianças como no modelo anterior; com o 3º modelo, que seria o modelo "C", e se caracterizaria principalmente por um período à 1ª. série apenas atendemos crianças de 6 anos (nos modelos anteriores, nós teríamos crianças de 4 a 6 anos.

A intenção era verificar, dentre esses modelos quais os que realmente teriam diferenças significativas e pudessem atender o maior número de crianças tendo qualidade idêntica.

As crianças recebem uma estimulação psicossocial, boa alimentação, que foi definida em 500 calorias diárias e toda uma parte de recreação durante as horas que ficam na escola. As mães são trabalhadas, treinadas para participarem do projeto e deverão, mensalmente, dar uma contribuição de um dia por mês (depois explicaremos as dificuldades, quais os problemas que encontramos nesse tipo de participação da mãe).

Na realidade, alguém pode perguntar. Por que razão vocês não utilizaram na ocasião, a alimentação "QUINAI"? na época em que foi feito um levantamento do atendimento "QUINAI" nós tínhamos uma média de 30 alimentações por ano; então, não poderíamos, ao mesmo tempo que estávamos programando um projeto dessa natureza, pensar em que deveríamos fazer alguma interferência no estado nutricional dessas crianças; não poderíamos contar com espaçamento de alimentação dessa natureza. É claro que hoje a "QUINAI" melhorou muito a sua forma de atendimento, mas, na ocasião, ainda tínhamos problema dessa natureza. Por outro lado, foi colocado em relação a esse tipo de merenda que se tratava de merenda típica para ser preparada nas escolas onde não havia cantinas, não havia fogões, etc, uma merenda extremamente simples, de fácil preparo e de fácil armazenamento. Também, como todo programa do INAM, haveria uma intenção de internalizar os custos do Projeto na comunidade e, o pão é feito pela padaria que é treinada para colocar soja e milho nesse pão e também fazer a entrega do leite. É interessante notar que na ocasião em que a escola fazia divulgação do PROAPE, não havia um número muito grande de crianças nessa escola; o próprio padeiro participou da divulgação com a intenção de que aumentasse a clientela e pudesse ter mais benefícios com esse aumento. Verifique que é uma participação geral da comunidade, não só no que diz respeito às mães como também de outros elementos da comunidade.

Montamos um sistema de avaliação em que procuraríamos, de um lado, analisar o programa como um todo, verificar o fluxo de administração desse programa, verificar se a estrutura da Secretaria seria capaz de operar um programa dessa natureza sem criar estruturas paralelas e também, fazer análise de custos. No que diz respeito ao desenvolvimento da criança, a avaliação vai incidir em duas coisas medidas antropométricas, em que verificamos anualmente o crescimento e o peso dessa criança, e medidas psicológicas, em que são aplicados testes duas vezes por ano, para verificarmos como essa criança entrou no início e como saiu ao final do Projeto.

Em seguida à montagem dessa avaliação, verificamos que os efeitos do Projeto não estariam somente nessa mensuração. Verificamos que o Projeto teria uma capacidade maior, ao longo dos anos e, então, ampliamos os efeitos da nossa avaliação para as 1^{as} séries, com resultados bastante satisfatórios.

A Secretaria tem toda uma estrutura operativa e ela tenta envolver seus departamentos regionais na execução e supervisão do Projeto; mas, para efeito de avaliação foram convocados o SESP, para o caso das medidas antropométricas, e, no caso dos testes psicológicos, a Universidade Católica. Achamos assim que os órgãos de estudo e de pesquisas e que deveriam se envolver com isso, deixando para a Secretaria da Educação toda a operação do programa, que já é bastante trabalhosa.

O resultado de avaliação os senhores vão receber no documento, mas seria interessante chamar atenção para a criança que veio do PROAPE, e teve aprovação em tor-

no de 80% e a que não veio do PROAPE, com apenas 40% de a provação.

Outros efeitos também são verificados no Projeto como a participação das mães. Efeitos que estão lá na casa, na família, além das medidas antropomédicas. O SESP está fazendo um estudo da comunidade para verificar cada vez mais, as causas, as variáveis que interferem no problema da evasão e da repetência. E temos verificado que nem sempre aqueles percentuais imensos de evasão que dizemos são válidos ou são realmente reais, porque na realidade muitas vezes há uma flutuação da clientela que passa de uma comunidade para outra, principalmente nas clientelas mais carentes, e o que, a princípio, parecia evasão é na realidade explicado como introdução em outro grupo de escola. Este é um dado interessante que temos verificado na avaliação.

Foi-nos encomendado que disséssemos exatamente as dificuldades que teríamos na implantação desse Projeto. Parece-me que a primeira dificuldade está exatamente na abordagem que é feita em termos de deixarmos de considerar o atendimento pré-escolar nos moldes convencionais. Foi muito difícil para a Secretaria da Educação, para os seus técnicos, aceitar o atendimento pré-escolar na forma não convencional; parece-me que este é o primeiro ponto. Nós educadores, com os nossos pruridos pedagógicos, melhor dizendo, talvez, pedagogentos, achamos que na realidade só podemos atender à pré-escola numa forma bastante tradicional, desvinculada de uma realidade. Se a criança vai para uma ANA ROSA que é uma escola nossa de atendimento ao pré-escolar e ela vem de Brasília Teimosa, quando volta a casa encontra uma realidade totalmente diferente. Então continuamos querendo dar a esta criança um choque cultural muito

grande e não urna oportunidade de que ela cresça dentro do seu elemento natural. Esta, me parece, foi uma primeiríssima dificuldade que à Secretaria enfrentou no momento de implantação do projeto.

Uma outra dificuldade é exatamente a não existência nos assentamentos sub-normais, de escolas com espaços maiores em que dispor, considerando principalmente a situação de Recife onde chove bastante, pelo menos de tio coberto. Para esse problema, a Fundação Metropolitana de Recife alocou recursos e começamos a construir galpões de multi-uso. Na realidade, eles não são apenas para o pré-escolar, não vão encarecer o pré escolar, mas vão ser vir para reuniões da comunidade, de treinamento dessa comunidade solicitadas pelos pais e familiares da criança.

outro problema a criança com 4 anos já deveria estar há 3 no projeto; quando passa apenas o primeiro ano ela poderá ficar exatamente como as outras que não foram submetidas ao Projeto, independente da idade. já no segundo ano a criança começa a ter solicitações diferentes da que passou apenas um ano. *É* necessário que nós, técnicos da Secretaria, aprimoremos nossos trabalhos em relação à parte curricular para fazer com que a professora trabalhe muito diversificadamente com essas crianças, porque elas têm necessidades diferentes.

Como se trata de um programa integrado de educação, nutrição e saúde há dificuldade de órgãos de saúde trabalharem com serviços simples de saúde. Temos que deslocar a criança para postos de saúde mais distantes, com re-comendações, etc. Numa ocasião em que tivemos que dar ins-truções quanto a aplicação de vermífugos, parecia até que

nós estávamos virando Secretaria da Saúde, quando fazíamos a definição de como deveriam ser aplicados esses vermífugos, os cuidados que a mãe deveria ter, etc.

Muitas vezes a Secretaria da Educação tem de assumir algumas atividades que seriam bem mais simples se fossem assumidas por outra Secretaria. É também um problema, uma necessidade, que aprimoremos cada vez mais os mecanismos dentro da integração intersetorial. Outra recomendação que nós faríamos, que nos parece capital, é quanto à separação do professorado, de maneira universal. Não seria somente para o pré-escolar, mas os nossos cursos de magistério dão uma polivalência e não especializam a professora, o que, muitas vezes, dificulta a sua própria ação na sala de aula. Até então não havia professorado preparado com técnicas de pré-escolar e nós precisamos constantemente estar refazendo os nossos treinamentos.

Quanto à flutuação que alguns Estados colocam, de mobilização desse professorado, nós não a temos tido muito porque no projeto foi posto também o treinamento como ação seletiva. Quer dizer, o professor, após ser treinado, é selecionado durante um ano (nós conseguimos até 1980, que o INAN pagasse o primeiro ano do Projeto e a Secretaria assumisse a contratação dos professores e partir do segundo ano) realizando um estágio. Se ele não tem uma performance muito boa durante esse ano de estágio ele não é contratado para participar ativamente do Projeto no ano subsequente, Isto nos deu uma oportunidade de poder selecionar bem, a partir do momento em que nós vemos esse professor na sala de aula em execução.

Outro problema que tivemos com relação à co-

munidade é exatamente a vinda da criança para a escola no estágio anterior ao ensino regular. As mães têm a expectativa de que a criança seja alfabetizada imediatamente e todo um trabalho de convencimento de que não se trata de alfabetização há de ser desenvolvido. Não se tratando de um projeto que, prioritariamente, ira alfabetizar e considera o pré-escola *na* sua forma mais geral, mais global, mais harmônica, temos constantemente problemas de aceitação dessa metodologia por parte das mães, porque elas não vêem um resultado rápido, específico e a curto prazo da alfabetização da criança. Entretanto, o trabalho junto *a* mãe, que procura fazer com que essa mãe venha ajudar o sistema educacional com um efeito multiplicador dentro da família, tem trazido bons resultados.

Estamos já partindo para um outro item que é exatamente o mesmo com que essas mães através das habilidades demonstradas, se transformem talvez, em monitoras das crianças que trabalhem naquela comunidade. Verificamos que quando a professora trabalha com 100 (cem) crianças há uma tendência muito grande ao cansaço, exatamente porque são crianças menores e haveria necessidade de trabalhar com alguém que na realidade falasse a linguagem da comunidade e ajudasse essa professora. Esse alguém, ponte, elemento de ligação entre a escola e a comunidade, são as mães. Com o MOBREAL trabalhamos numas 20 (vinte) escolas, experimentalmente, transformando em monitoras, as mães que tenham maior habilidade e para isso elas serão remuneradas. Nós não concordamos com a remuneração total das mães por duas razões primeiro, por uma questão filosófica que achamos que ela também deve ser agente da sua educação e deve procurar sua educação; de outro lado, por uma questão operacional, visto que nos programas não existem, nos seus orçamentos, remuneração fixa para essas mães que deles participam.

Em termos gerais é interessante notar que re-almente buscávamos, na Secretaria da Educação, mecanismos que nos fizessem ir até à comunidade ou que a comunidade v.l esse até a escola. É sempre a grande luta de tentar integrar o ensino a comunidade. Ha, nesse sentido, uma busca tremenda de integração com outros órgãos trabalhamos com a SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO que administra suas escolas e que faz parte do projeto, com Secretaria de Saúde, com Secretaria de Assuntos Sociais e Trabalho. A necessidade gerou uma forma de integração com os órgãos intersetori-ais e, por outro lado, através desse programa também conseguimos montar alguns mecanismos de ida até a comunidade ou de vinda da comunidade até à escola, sem pagamento. Contamos com o efetivo de 6 (seis) mães trabalhando no programa. Os resultados com essas crianças na escola têm sido bastante significativos.

Como linha mestra dessa expansão do projeto em termos do PRODASEC, estamos pretendendo ir buscar cada vez mais a população que não tem buscado a Secretaria, a escola, para que não tenhamos a estatística falsa, arrumadinha, de que atendemos bem às crianças de 7 a 14 anos, quando, na verdade, há uma população muito grande marginalizada que não busca escola.

No audiovisual os Senhores vão ver que não se trata apenas da nossa intervenção no Projeto PROAPE mas também no outro Centro de Brasília - Teimososa, situado numa região muito carente. Esse centro tem um papel de campo de aprendizado para nós, de como trabalhar com pré-escolar, de treinamento, cada vez mais, para o professor da pré-escola e de trabalhos comunitários porque aí também tem um posto de saúde. Entretanto, em termos de escala, o centro so

tem atendido a 240 crianças e com os seus satélites, que utilizam os mesmos serviços do centro, a um total de 700 crianças.

Existe também um outro projeto escola que foi feito a partir de reformas de escolas pequenas, quando era grande a preocupação de trazer o ensino de 1º grau, 1a. a 8a. séries, num conjunto só. Tais escolas, que; anteriormente serviam à 1a. e 2a. séries, foram colocadas apenas para o pré-escolar no atendimento de quatro turmas diárias; são escolas que não têm uma infra-estrutura muito grande em termos de custos, em termos de direção.

O grande projeto de impacto em termos de massa é o PROAPE;

COMUNICAÇÃO

*SISTEMA ESPECIAL DE PROMOÇÃO EDUCATIVA DO MENOR**Prof.a.Telma Lucia Menezes de Medeiros*

PROFA.TELMA LÚCIA MENEZES DE MEDEIROS - Vamos procurar ser breve, pelo adiantado da hora, infelizmente prejudicando parte do trabalho como iríamos apresentar anteriormente. Não vamos nos deter na parte de fundamentação teórica porque está no documento que os Senhores têm em mãos.

Projeto SEPREM é um projeto do Ministério da Educação e Cultura, originário do antigo DEF, hoje desenvolvido em dez estados brasileiros, tendo sido iniciado no Estado do Rio Grande do Norte, precisamente na Cidade de Natal e posteriormente no Estado do Paraná, É um projeto que visa a prevenir a marginalização, sobretudo esse foi o objetivo inicial do projeto. No Estado do Rio Grande do Norte tivemos uma abertura muito grande para adequar o projeto à nossa realidade. Inicialmente era previsto o funcionamento de clubes atendendo a menores de 7 a 16 anos, com atividades de arte, recreação, educação para o trabalho e CIC. A característica principal desse projeto, que o distingue dos demais da área social, é desenvolver-se em Centros Sociais Urbanos. É muito semelhante a um outro projeto que desenvolvíamos já no Rio Grande do Norte o O.P.M. (Orientação e Promoção do Menor) mas ele se caracterizou pelo CIC. O CIC era onde iria se dar toda a educação de 1º grau.

A proposta seria precisamente ensino não formal. Então começamos a tentar seguir orientações do MEC que nos enviou um documento dando algumas linhas. Fomos precisamente para -"Quintas" onde existe uma das favelas mais pobres do Brasil " a favela do Japão". Lá constatamos com os primeiros trabalhos desenvolvidos com o menor, no clube que o Ministério chamou Clu-

be de Integração – cuja proposição inicial seria trabalhar em dinâmica de grupo, onde os menores teriam suas próprias opções de escolha em qual clube ele gostaria de participar, em qual clube ele gostaria de se engajar – que o menor não tinha treino para fazer essas escolhas. Por outro lado, o seu autoconceito era por demais baixo; começamos a sentir que a parte afetiva estava profundamente prejudicada e começamos a tentar suprir um pouco essas carências afetivas. Formou-se para isso um grupo de técnicos da Secretaria e de pessoas que se foram engajando pouco a pouco, pessoas com nível de 2º grau, mas não exclusivamente que tenham educação, todas as pessoas que quisessem se engajar e tivessem disponibilidade para fazer um trabalho diferente. É, sobretudo, uma proposta aberta, uma proposta que vai se alimentando, se compondo a partir de experiências que vamos conservar no dia-a-dia. Todo o treinamento do animador, no caso o professor, dá-se no processo porque nós entendemos que para trabalhar com a comunidade o treinamento tem que inserir o animador nessa comunidade, sofrendo as influências dessa comunidade. Vamos que não poderíamos impor nossos valores a essa comunidade e partimos para tentar novas alternativas. Percebemos, de início, que esse menor despreparado não tinha condição de fazer escolhas, ele não tinha condições de se autodeterminar num clube e partimos para atividades bem diversificadas e próximas àquelas já conhecidas nas nossas escolas formais, mas dadas em caráter muito informal.

Situando um pouco a realidade do município de Natal. O número específico de famílias em estado de extrema pobreza compreende 2/3 da população sem participação no mercado organizado de trabalho; 70% percebem até três salários mínimos sendo que destes, 46% recebem menos da metade do salário e dos nossos dados do censo realizado em 1977 vimos que 46% dos menores desse estão fora da escola.

As características do nosso menor são as mesmas

de todos os menores do Brasil, oriundos de famílias bastante pobres. Estado de desnutrição, assume precocemente o trabalho, sub-empregos, biscates, apresenta um pensamento mágico, ocupa desordenadamente o seu tempo livre e se acha impossibilitado de ingressar numa escola. Em contrapartida, vamos encontrar uma escola formal, com currículo estruturado, refletindo culturas adversas às classes desassistidas, apresentando limitação de vagas muito grande, exige ou requer um fardamento, registros, livros, cadernos e lápis (é bom citar que 90% dos nossos menores inscritos não tinham registro civil de nascimento) apresenta calendário rígido, treina seu professorado na elaboração de planos e entende integração-comunidade como receber ajuda da comunidade.

O projeto SEPREM está atendendo a 600 menores, pelo que se vê que é um experimento. Tomamos como pressuposto básico para o desenvolvimento das nossas atividades que a criança culturalmente desfavorecida não é inferior à criança de classe média; eia é, sim, diferente sob vários aspectos, e a escola é responsável pela manutenção da distância cultural dos alunos que a procuram, pois não está preparada para atender ao aluno diferente. A partir desse pressuposto começamos a desenvolver atividades de arte, recreação, educação para o trabalho, alfabetização que anteriormente estava dentro do CIC. Propusemos diretamente a alfabetização, porque entendemos que as outras coisas só podem ocorrer quando o menor está alfabetizado. Não adianta você dar matemática em termos de problemas escritos quando ele não sabe ler. A matemática é dada em cima de situações circunstanciais que ocorrem no dia a dia, nas diversas atividades desenvolvidas. E a orientação educacional, que tem uma vital importância dentro desse projeto, é o setor que congrega, que canaliza todos os esforços do grupo de animadores.

Trabalhamos através de módulos e sub-projetos de treinamento e ofício, isso já como resultado deste ano. O projeto tem um ano e só agora, no final do primeiro ano de exis_

tência, começamos a elaborar módulos e sub-projetos de treinamentos resultados de um trabalho do dia-a-dia.

Com as famílias, trabalhamos em ciclo de debates sobre problemas reais, nunca chegamos para abordar um tema ou fazer palestra, mas partimos de problemas, de situações reais vividas por eles. Promovemos, com os pais, atividades do mesmo jeito que promovemos com os menores, fazendo com que os animadores se envolvam profundamente nessas atividades. Por exemplo um forró que fizemos no São João, os animadores dançavam com os pais, com as mães, e isso cria um elo muito grande, uma aproximação muito grande nossa com a comunidade.

Educação para o trabalho também é dada através de cursos de treinamentos como por exemplo de faxineira, onde participam pais e filhos, incentivo a formação de associações - sendo essa associação entendida como formação de grupos comunitários, não associações estruturadas por regimentos, etc.

Vamos tentar ligeiramente mostrar com slides um pouquinho do que realizamos lá.

Isso aqui é a nossa realidade, uma favela bastante pobre, esta senhora é avó de cerca de seis ou sete menores do projeto.

Outra situação esse já é um palacete na favela, mesmo na favela nós vemos a sensibilidade desse povo. Vocês estão vendo aí, flores na favela.

Outra situação da favela - isso aí é um casebre parcialmente destruído, porque eles estavam levando material daí para um núcleo do "PROMORAR" próximo, onde já estamos também atuando.

Isso aí é basicamente de onde se origina a prin

cipal fonte de renda das famílias. É o Rio das Quintas e parte das mães e das filhas mais velhas tiram seu sustento desse rio.

Já aqui é uma situação de aprendizagem dentro do Centro Social Urbano, os animadores, as crianças. Não temos carteiras e decidimos pela não aquisição delas porque o ambiente que dispomos era muito reduzido, e se colocássemos carteira íamo-nos privar de outras atividades, como recreação, artes. Isso foi muito positivo, porque vimos que o menor se sente mais à vontade e passa a descarregar mais a sua agressividade, fica mais espontâneo. Esse ambiente assim lembra muito a situação da casa do menor que, muitas vezes, quando muito, tem um so tamborete.

Outra situação atividades de jogos -Nós nos baseamos muito no método de Maria de Montessori o que não é sofisticação nenhuma. Maria Montessori, no século passado, desenvolveu experiências com menores, filhos de operários, apesar de que hoje muitas escolas utilizam o método nas suas fachadas para chamar atenção.

Artes, merenda, alfabetização -Trabalhamos pelo método de palavrção e silabação. Já conseguimos muitos resultados positivos menores' que passaram na escola 4 anos foram alfabetizados em 4 meses. Esse trabalho foi desenvolvido com as crianças maiores servindo de monitores para as menores (eles sabem muito mais do que nós fazer uma pipa).

Isso aí, já é um passeio num clube da nossa comunidade. Temos encontrado uma abertura muito grande por parte de todas as pessoas da comunidade que nos dão total apoio para aproveitamento dos ambientes existentes. É bom citar que, quando vamos para esses passeios, as empresas de ônibus também nos cedem os ônibus, isto, constantemente, sem problema.

Vocês estão vendo aí, neste anterior, que eles usam crachás. Não fazemos chamada e quando saímos para passear

eles usamos crachazinhos apenas por questão de controle.

Trabalho na areia—Essas são atividades não diretas. Após duas horas diárias eles têm mais uma hora para trabalharem a vontade sem interferência direta do animador.

Na parte de alfabetização fizemos o levantamento do vocabulário da comunidade e a partir desse vocabulário elaboramos fichas para então alfabetizar, sem a utilização de cartilhas. A animadora trabalha em grupos pequenos, e os módulos são aplicados nesses pequenos grupos ou individualmente, sendo que os menores que têm o nível mais adiantado colaboram com os que têm o nível mais atrasado.

A parte de merenda — vocês estão vendo essa menininha de bluzinha vermelha? ela é uma monitora, aluna do projeto, é cliente do projeto e nos ajuda no outro horário com os menores, com as crianças de idade menor. Essa menina, quando chegamos lá, estava assim, nota-se já a semi-prostituição; ela hoje é uma menor totalmente realizada, o seu autoconceito já se elevou bastante e ela se sente perfeitamente integrada dentro deste trabalho.

A preparação da merenda — os menores participam da preparação da merenda e nós utilizamos esses gêneros já para dar uma orientação em termos de como prepará-los em casa ; utilizamos também toda a parte de cantina para desenvolver sub projetos como por exemplo preparação de doces de frutas regionais e outros projetos utilizando a própria merenda escolar. Não nos baseamos só no fazer, mas todo um levantamento econômico é feito na feira qual a fruta daquela época, quanto custa, se o menor vai ter lucro na venda do doce, quanto custa o açúcar, a fruta, qual a renda, isso tudo é feito com o menor, resultando num processo de conscientização do trabalho e do seu valor e se ele terá lucro ou não,

Distribuição da merenda – vocês vêem que o ambiente é bastante reduzido. É interessante citar que nós trabalhamos três meses sem merenda; isto por não ser escola e não quisemos entrar na programação porque não era escola; tivemos muita dificuldade em conseguir a liberação da merenda, mas graças à intervenção do nosso Secretário, do nosso Governador, conseguimos a merenda. É bom citar que o nível de presença desses menores era muito elevado, mesmo sem a merenda eles compareciam constantemente, diariamente ao projeto.

Vocês vêem aí a parte de higiene. Começamos pelo banho nos bonecos, e aí está o bonequinho pretinho para derrubar logo alguns preconceitos que possam existir. A menininha tomando banho. Vejam toda a limitação que nós temos de ambiente. Utilizamos banho de cuia; afinal de contas é isto que eles têm na casa deles. Também não podíamos fazer de outra forma tal atividade porque não tínhamos o chuveiro; então fomos para o banho de cuia. Essa menina que está dando banho na menor é uma orientadora educacional, formada pela Universidade e está fazendo esta atividade porque lá nós não temos atividades específicas para ninguém, a partir do coordenador do projeto todos nós nos envolvemos em todas as atividades.

Isso aí é uma mãe, já se envolvendo no trabalho de higiene com as crianças. É interessante citar que elas mesmas ficam abismadas do tipo de sujeira que vão encontrar na cabeça dos menores, quando elas têm disponível todo o material de limpeza. Usamos material muito simples; usamos sabão de coco, porque não vamos sofisticar com shampus, com isso ou com aquilo, pois eles não vão ter acesso a esse tipo de consumo. Usamos o sabão de coco e usamos uma medicação para os bichinhos que andam aí pela cabeça de toda essa meninada. As mães mesmas ficam admiradas com a quantidade de bichinhos que elas tiram da cabeça da criança depois que colocam o remédio. Essa história do banho levantou muita polemica no projeto porque o grupo

se propunha a não impor valores seus a essa comunidade. Aqueles menores sujinhos seria um valor cultural daquele grupo? Fomos tentar ver se realmente era um valor e chegamos a conclusão de que não era um valor, eles não tomavam banho porque não tinham condições de tomar banho, não tinham água encanada, uma lata d'água custava cerca de Cr\$ 8,00 ou Cr\$ 10,00 cruzeiros, não tinham sabão, as mães muitas vezes passavam o dia toda fora de casa e os menores ficavam sujinhos. Achamos que deveríamos realmente impor esse valor, porque sobretudo os animadores estavam tendo dificuldades de manter uma aproximação mais profunda, mas espontânea com esses menores. O contato tão necessário, corpo a corpo, de abraço, de cheiro, que essas crianças são muito carentes, isto era difícil para nós, porque eles eram muito sujinhos, tinham escabiose em quantidade, e nós não seríamos hipócritas de dizer, aqui a vocês, que era bom trabalhar com aqueles menores. Inicialmente nós realmente reagimos, mas vimos que não poderíamos mudar, não iríamos ficar sujos [para trabalhar com eles; tivemos que fazê-los ficarem limpos para que nós nos aproximássemos mais deles.

A lavagem das toalhas - feita pelos próprios menores - Nós trabalhamos no chão, porque não temos outra condição, mas quando vamos para outro ambiente, se houver mesinhas, aproveitamos aquela oportunidade. Porque aproveitamos até o passeio, se vamos fazer um passeio de um dia e chegamos ao clube e nele há ambiente para fazer alfabetização nós fazemos alfabetização.

A parte dos ofícios - Sentíamos que tínhamos que dar uma resposta imediata a esse menor, porque teria que ter um meio de ajudar na complementação da renda familiar. Daí partimos para alguns projetos, sub-projetos de ofício, coisas bem simples, nada de sofisticação que vão desde alguns trabalhos manuais próprios da nossa região, até a parte de serviço como por exemplo, faxineiros.

Isso aí é a parte de croché - Questionamos que o

croché não é barato, a linha é muito cara mas o menor pode dar a mão-a-obra e pedir que a pessoa dê a linha, já temos meninas que fazem muito bem esse trabalho. Vocês percebem aí o menino fazendo tapeçaria - Tivemos uma reação inicial, mas hoje nós temos animadores que fazem tranquilamente tapeçaria e até croché.

Costura - Começamos pela costura básica, pois vimos que aquela meninada não sabia nem dar uma bainha numa saia, nem pregar um botão; então começamos por costura básica, abai-nhado, aprego de botão, de colchetes, essas coisas e a partir daí, quando é sondada a habilidade do menor para essa atividade, partimos para um projeto mais substancial em termos de ofício, em termos de trabalho.

Atendimento médico - fazemos um atendimento médico no próprio projeto com um médico que faz a parte de triagem e atendimentos mais rápidos. Por exemplo, a parte de verminose, a parte de doenças de pele que é em grande quantidade e o posto de saúde que é vizinho ao centro social, não poderia atender de imediato às nossas necessidades.

Reuniões pedagógicas - Temos constantemente, por que toda a elaboração dos planos é feita no processo.

Análise de gráficos - essas pessoas são assistentes sociais do CSU que trabalham conjuntamente conosco.

Isso aí são os animadores. Vocês estão vendo que os animadores são também jovens e fizemos questão da escolha deles sem muitos vícios do nosso sistema educacional; pegamos quase todos sem experiência de escola; isso facilitou muito, mas ainda sentimos que é necessário nós policiarmos muito por que tendemos a impor nossos valores ao grupo; com esses animadores foi bem mais fácil; inclusive a energia que essa gente tem é muito grande, o que torna mais fácil o nosso trabalho.

PROFA. TELMA LÚCIA MENEZES DE MEDEIROS - Vamos encerrar mas antes- concedo a palavra ao Secretário Luis Eduardo para dar uma pequena palavrinha a vocês.

DR, LUIS EDUARDO MEDEIROS DE OLIVEIRA - Eu não usarei mais de dois minutos apenas, dado ao adiantado da hora, Quero na verdade, cumprimentar e felicitar o nosso grupo de trabalho. Quando cheguei a Secretaria realmente senti a proposta desse projeto SEPREM e a nossa preocupação foi somente de apoiá-lo, mas um apoio não somente moral mas substancial em termos de acompanhamento, de presença. A Professora Telma Lúcia foi coordenadora do projeto hoje é coordenadora educacional; a coordenadora atual é a professora Isabel Azevedo que também esta aqui presente. Quero apenas manifestar a nossa intenção de dar apoio integral ao projeto dada a sua dimensão social e a sua resposta comunitária. Talvez a professora Telma queira dizer mais alguma coisa, para efeito de* conclusão final.

PROFA TELMA LUCIA MENEZES DE MEDEIROS - Para terminar, nada poderíamos apresentar de melhor à guisa de conclusão do que os valiosos ensinamentos da encíclica número 64 de famosa constituição pastoral que diz hoje mais do que antes atendendo-se ao aumento da população e às crescentes aspirações da humanidade procura-se, com razão, incrementar a produção de bens agrícolas, industriais e os volumes de serviços prestados. Por isso deve-se encorajar o progresso técnico, o espírito de renovação, a criação e ampliação de empresas, a adaptação dos métodos de produção, os diligentes esforços de todos para que participem dos setores produtivos, enfim todos os elementos que possam contribuir para este progresso. A finalidade fundamental dessa produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou a dominação, mas o serviço do homem e do homem completo, atendida a hierarquia de suas necessidades materiais e a das exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa de todo homem, de qualquer comunidade humana, sem distinção de raça ou região do mundo.

PAINEL

PAINEL PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS PARA AS POPULAÇÕES CARENTES DO MEIO URBANO - PRODASEC/URBANO. ROTEIRO.

1 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA

- . Localização do Programa na Secretaria.
- . Papel do Grupo Coordenador ou Consultivo Estadual - Composição do Grupo.
- . Equipe Técnica encarregada do Programa na Secretaria.
- . Articulação com os órgãos técnicos da Secretaria.
- . Estrutura administrativa a nível de cada área selecionada.

2 - SELEÇÃO DE ÁREAS

- . Critérios

3 - LINHAS DE ATUAÇÃO

- Ensino de 1º Grau e Pré-Escolar

- . Volume de recursos alocados.
- . Extensão e melhoria dos serviços existentes definição de novos conteúdos e novas formas de premiação desses serviços.
- . -Utilização sistema de compras locais de bens e serviços. Forma de operacionalização.
- . Problema e dificuldades.

- *Desenvolvimento e colocação comunitária*

- . Critérios para seleção de projetos a serem financiados
- . Sistema de acompanhamento e avaliação . Problemas e dificuldades

- *Educação - produção*

- . Concepção básica dos projetos aprovados
- . Escolas de produção
- . Instalação no mercado, de egressos de cursos de treinamento
- . Problemas e dificuldades

4 - *PROBLEMAS E DIFICULDADES. PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO*

- . Nas relações com o MEC
- . Nas relações com outros órgãos locais
- . Nas relações com outros programas da Secretaria

5 - *POSSÍVEIS VANTAGENS OPERACIONAIS DO PROGRAMA QUE DEVEM SER CONSERVADAS E REFORÇADAS.*

PAINEL SOBRE O PRODASEC/URBANO

COORDENADOR DA MESA - Paire o Painel programado, temos o prazer de convidar o Prof. Eraldo Tinoco Melo, Secretário da Educação do Estado da Bahia, o Prof. Joel de Hollanda Cordeiro, Secretário da Educação do Estado de Pernambuco, o Prof. Antonio de Albuquerque Souza Filho, Secretário da Educação do Estado do Ceará, e o Prof. Dionízio João Hage, Secretário da Educação do Estado do Pará.

Este é um momento de muita importância para todos nós, para os trabalhos deste Seminário, pela importância do que vai se discutir aqui, da experiência dos diversos Estados já engajados no Programa PRODASEC Urbano, pela diversidade de experiência e metodologia, num campo em que o formal alcança pouco na realidade. O alargamento de possibilidades a projetos e experiências educacionais num campo aberto como o das periferias urbanas, sem dúvida alguma, será da maior importância para todos nós. Após as exposições o plenário participará das discussões.

Dando então início ao Painel, *PROGRAMA DE AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E CULTURAIS PARA AS POPULAÇÕES CARENTES DO MEIO URBANO*, concedo a palavra ao Prof. Eraldo Tinoco Melo, Secretário da Educação da Bahia, já engajado no Projeto.

PROF. ERALDO TINOCO - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DA BAHIA - Inicialmente quero situar o Programa no contexto geral do plano de Educação do Estado. Nós temos, na realidade, diretrizes do Setor Educacional com base em alguns pressupostos. Queremos destacar três deles.

O primeiro pressuposto é o da valorização da unidade escolar. Estamos fazendo um esforço muito grande no sentido de convencer a unidade escolar, que na realidade é o lugar

mais importante da educação, dando-lhe o papel de destaque que merece. Um outro pressuposto básico é o da valorização do papel da comunidade. Identificamos uma série de problemas, de questões, que levaram a Secretaria a estabelecer esse ponto básico o interrelacionamento da escola com a comunidade, não apenas no aspecto de a comunidade prestar serviços e colaboração à escola mas também sob o aspecto, que é talvez o mais importante, de a comunidade usar a escola. O terceiro pressuposto é o da participação. Estamos tentando difundir esta forma de trabalhar; a participação dos planejadores, a participação dos responsáveis pela administração do sistema, dos responsáveis pela administração das unidades escolares, das coordenadorias regionais, a participação dos professores na definição dos diversos projetos e metas e ações da Secretaria, participação do aluno como principal componente do processo educacional, participação da comunidade, enfim, estamos tentando fazer uma administração participada, democrática, em que todas as opiniões e todas as críticas são levadas em consideração, são processadas e aproveitadas quando úteis.

Esse conjunto de pressupostos nos conduz a uma diretriz básica dos trabalhos da Secretaria que é a melhoria da qualidade do ensino. Este é um ponto fundamental nas nossas preocupações, naturalmente que apoiado também em outros pressupostos, como, por exemplo, a valorização do magistério, outra questão prioritária mas que não vou comentar aqui neste momento.

Muito bem, então, dentro deste contexto, nós entendemos o PRODASEC Urbano como uma possibilidade de viabilizar diretrizes em áreas específicas, com os recursos, as possibilidades do projeto, a flexibilidade do projeto, tudo isto canalizado para efetivar, de uma forma mais rápida, mais objetiva e mais imediata, ações que integram o plano geral de trabalho da Secretaria.

É claro que surge logo uma preocupação. Analisando o conceito de periferia urbana, não periferia geográfica, mas em relação aos aspectos sócio -culturais e econômicos, nós poderíamos até concluir, que, praticamente, toda a ação da Secretaria da Educação do Estado, principalmente através da oferta dos serviços educacionais, ocorre em áreas periféricas. Nós não poderíamos fazer uma distinção entre as áreas em que estamos atuando, e as do Programa. É claro que o Programa compareceu como uma possibilidade específica para uma ação maciça naquelas mesmas áreas.

Dentro desse contexto geral poderíamos mencionar de que forma o programa foi concebido na Bahia.

Inicialmente reunimos os diversos setores interessados ou que poderiam ser envolvidos num programa dessa amplitude. Nesta fase de apresentação preliminar da ideia do Programa participaram instituições como a Universidade Federal da Bahia, a Universidade de Feira de Santana, a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, a Secretaria da Saúde, a Escola Técnica Federal, enfim, várias instituições que poderiam contribuir ou somar esforços para que os objetivos do Programa pudessem ser alcançados com maior rapidez.

Exposta a ideia geral, solicitamos de cada uma dessas instituições a indicação de técnicos para detalhamento do Programa, para a concepção dos diversos projetos, detalhamento dos projetos, naturalmente visando a congregação de esforços, a convergência de esforços, porque, é claro, a atuação de cada órgão já se coloca dentro de uma determinada diretriz, e se esse trabalho não fosse feito, nós poderíamos ter ações dispersas e até conflitantes.

Então essas equipes inter-institucionais foram responsáveis pela elaboração dos projetos. Cada uma trouxe ideias iniciais, idéias prévias e até mesmo projetos prévios, mas nes

sa discussão inter-institucional uns puderam completar o que os outros pensavam, e até mesmo abrir mão de certos posicionamentos em benefício do programa como um todo.

Ficou muito claro desde o início que o projeto era um projeto educacional mas que poderia perfeitamente soma esforços e experiências e ações dos diversos setores para se atingir seus objetivos. Após a elaboração desses projetos, tivemos a composição da comissão coordenadora; esta comissão coordenadora foi na realidade o primeiro instrumento acionado e definiu-se uma estrutura gerencial para o projeto.

Todo o Programa foi dividido em quatro projetos que vamos comentar em seguida com detalhes, e a estrutura gerencial foi mais ou menos dentro da possibilidade desses projetos atuando em áreas específicas.

Temos, então, a composição do grupo estadual envolvendo diversas organizações como a Secretaria do Trabalho, Universidade, Secretaria Municipal da Educação e Cultura, Secretaria de Saúde, Escola Técnica, outros órgãos representados, temos uma Coordenação central do projeto, essa Coordenação Central dispendo de quatro especialistas de acordo com o conteúdo de atuação projeto nas áreas selecionadas, isto é, área de Alagados do Cabula, do Nordeste de Amaralina, da Caixa d'Água e Feira de Santana; temos ainda um coordenador de área, um gerente, que é responsável pela ação específica naquela área.

A concepção do Programa, a orientação técnica emana deste grupo de coordenação e as ações são executadas de acordo com as diretrizes mas acompanhadas, passo a passo, pelos responsáveis por cada área. É portanto aí, uma mistura de estrutura funcional com estrutura geográfica.

Como definimos as áreas dentro do conjunto geral/ por que nos fixamos nessas áreas?

Foi analisada uma série de componentes como população carente, possibilidade de organização destas comunidades em termos participativos comunitários, e também a infra-estrutura educacional existente. Na realidade este último critério foi o de desempate, porque em termos de carência, em termos de organização social, sociedades de bairro, etc. tínhamos muitas outras, mas conjugando isso com uma estrutura, educacional existente, nos fixamos nessas. E aí um componente importante foi a presença das escolas polivalentes. O Estado da Bahia participou daquele primeiro acordo, construiu várias escolas polivalentes (daqui a pouco eu vou contar um pouco da história dessas escolas). Também a presença de escolas de 2º grau botadas de oficinas e equipamentos para cursos técnicos, a presença do CETEBA na área do Cabula, a presença do Centro Supletivo Profissionalizante de Narandiba, também nessa área do Cabula, na área da Caixa D'Água a presença da Escola Parque, concepção de Anísio Teixeira implantada em 1946. Então, na realidade, a presença desses equipamentos nos levou a definir as áreas, além de Feira de Santana onde temos também esta infra-estrutura.

Um Programa dessa abrangência e dessa complexidade naturalmente que traz dificuldades e nos tivemos essas dificuldades e ainda estamos tendo, e teremos outras. Poderia colocar, em linhas gerais, quais as principais dessas dificuldades. Em primeiro lugar, o problema da abordagem da comunidade.

De um modo geral essas áreas mais carentes já são bombardeadas de programas e de promessas e de ações que começam e não terminam, as pessoas já são mais ou menos ressabiadas, e já não acreditam muito na possibilidade de uma outra ação; sempre olham com um pouco de desconfiança, com um pouco de descrença. A abordagem dentro da proposta que o Programa atende; se as próprias aspirações da comunidade, foi uma questão um pouco difícil.

Também dentro da concepção original do Programa

esta necessidade de envolvimento de diversas instituições, de diversos segmentos do próprio setor educacional trouxe uma dificuldade na implementação das ações, isto é, o trabalho da preparação, da venda da ideia, de envolvimento das pessoas custou um bocado de tempo e muito sacrifício e até algumas incompreensões.

Outro ponto de dificuldade é exatamente essa inter-relação com os outros órgãos. Nos falamos muito, a própria Lei 5.692 fala na intercomplementaridade, mas todos nós sabemos que na hora de colocar as cartas na mesa todo mundo tem a sua posição, o seu ponto de vista, as suas prioridades, os seus recursos. Definir uma atuação conjunta como é a proposta de bailio estabelecida pelo MEC e reforçada com esse pressuposto da participação, também nos trouxe algumas dificuldades.

E a própria dificuldade interna no âmbito da Secretaria para evitar, por exemplo, que um programa especial deixasse de lado as ações permanentes da Secretaria e também evitar que esta ação, uma vez interrompida no tempo, possa, digamos assim, trazer uma sensação de vazio naquelas comunidades assistidas.

A nossa preocupação de que essas ações venham implementar, mais rapidamente, uma série de outras previstas no plano educacional do Estado, e de ajustar toda essa engrenagem foi um pouco de dificuldade, custou também um pouco de sacrifício.

Fixamos quatro projetos dentro do Programa melhoria das condições de funcionamento das unidades escolares, atendimento a pré-escolares carentes e suas famílias, escola de produção e projeto sócio-comunitário. São os projetos, correndo aqueles quatro especialistas de assessoramento, que estão sendo desenvolvidos. Darei algumas informações a respeito deles.

O primeiro, a melhoria das condições de funcionamento das unidades escolares, porque entendemos que não seria lógico começarmos a trabalhar com as famílias, com os pais dos nossos alunos, com as pessoas da comunidade, e deixarmos o aluno regular da escola da 1a. à 8a. séries do 1º grau ou até mesmo o aluno do 2º grau sem ter uma participação efetiva no Programa. Esta concepção acompanha todos os demais projetos. O nosso raciocínio é muito simples, é claro que temos que investir no adulto, no indivíduo já engajado na força de trabalho e que precisa de uma formação adequada para que ele se posicione melhor no mercado de trabalho, no mundo da produção, etc., entre tanto se nós não investirmos também no adolescente de 1º grau, na criança, no adolescente de 2º grau, teremos a necessidade de um programa permanente de periferias urbanas.

Adotamos o raciocínio de tentar fechar um pouco as comportas que estão alimentando esse reservatório de pessoas desqualificadas, evitar que novos indivíduos cheguem a essa condição, dando o preparo e a qualificação aqueles que na idade própria não tiveram essa oportunidade.

Então, o esforço que estamos fazendo neste 19 Projeto, é para dotar as escolas daqueles instrumentais básicos fundamentais, sem nada de sofisticação, que, muitas vezes, dentro da amplitude do sistema educacional não são adequadamente oferecidas. Vai desde a parte física da escola, o equipamento, o material de apoio, enfim, a todas as condições para que a escola funcione regularmente.

A forma de implementação desse projeto está sendo da seguinte maneira. Inicialmente, usando alunos da Universidade (e aí já entra a integração) alunos da Universidade na área de arquitetura, na área de pedagogia, etc., fez-se um levantamento completo da situação das unidades escolares, estaduais, municipais e particulares existentes na área e agora estamos

dotando dessas unidades escolares das condições que elas não tinham.

As obras *do* Projeto estão sendo feitas por administração direta, porque devemos lembrar que a colocação conceitual do Programa recomenda que as próprias pessoas da comunidade possa se envolvida no processo de forma a que possam auferir imediatamente uma melhor renda, e assim serem beneficiadas pelo aspecto da injeção de recursos na comunidade. Temos uma pessoa que coordena as atividades, por exemplo, de recuperação das unidades escolares ou dos móveis escolares, ou das cantinas, etc; esta pessoa identifica, na área, profissionais qualificados ou não, e mobiliza esses profissionais no trabalho de recuperação da unidade escolar,

Os qualificados, naturalmente não precisam treinamento, mas aqueles que não o são, são treinados na oportunidade. Atuam, portanto, na recuperação da unidade, usufruem rendimentos do seu trabalho e também são treinados, melhorando assim a sua capacitação.

Na identificação desses indivíduos as próprias sociedades de bairro são envolvidas. É claro que este processo de atuação é um processo mais difícil e mais lento; claro que para a Secretaria seria muito mais vantajoso abrir uma licitação, contratar uma empreiteira e mandar fazer todas as recuperações das unidades daquela área. Entretanto, entendemos que desta forma não estaríamos assegurando aquele aspecto da filosofia do Programa que é a participação da comunidade. E notem que essa participação resulta, também, depois, de um certo comprometimento com a manutenção da unidade escolar. Não sei se é o caso dos outros Estados, mas na Bahia nós identificamos um verdadeiro processo de agressão à escola. As escolas parecem mais ou menos terra de ninguém, que são verdadeiramente arrasadas. Para que tenham uma ideia neste ano de 1980, estamos investindo mais de 200 milhões de cruzeiros somente na recuperação de unidades

escolares, algumas construídas recentemente, unidades com menos de 3 anos.

Muito bem, preocupações em relação a este Projeto. A preocupação básica é dotar as escolas de condições por um custo mais baixo; então essa forma de administrar resulta em um custo mais baixo. Uma outra preocupação é termos escolas adequadas ao meio, do ponto de vista arquitetônico; pois bem, as unidades que estamos providenciando dentro desse projeto estão dentro do padrão arquitetônico daquela área (não vamos pensar, por exemplo, em ter nos Alagados uma unidade sofisticada, em condições inteiramente diferentes da área). Outra preocupação a que estamos atendendo é o emprego de tecnologia simples, visando ao barateamento e a aproximar o padrão da unidade escolar ao padrão da área, e ainda ao treinamento de mão-de-obra, conforme já fiz referência.

O segundo Projeto é o de atendimento a pré-escolares. As suas finalidades são múltiplas. Estabelecer uma prontidão para a alfabetização. Todos nós sabemos e não é o caso repetir aqui, a dificuldade do aluno de 1ª série vindo de uma camada de baixa renda, que chega à escola e tem um verdadeiro choque cultural, e sente uma dificuldade imensa em acompanhar o curso que ali se desenvolve; esta dificuldade acompanha o indivíduo pelo resto de sua vida escolar, se não consegue entender e aprender, ele não poderá ter uma vida escolar tranquila.

Uma outra finalidade é o desenvolvimento físico e mental da criança. Claro que vindo com deficiências nutricionais, ela não pode ter um bom desempenho escolar, por isso é preocupação do Projeto propiciar também ações de alimentação e de saúde para que a criança possa, senão se recuperar totalmente, porque algumas sequelas a essa altura de idade já são irreversíveis, pelo menos melhorar um pouco e ter um pouco mais de condição para o desenvolvimento da sua vida escolar.

É também finalidade a de promover uma integração social da criança, evitando aquele choque cultural que sente quem não tem nenhuma forma de organização em seu lar, e chega de repente a escola, onde encontra um sistema organizado, a professora, a autoridade da professora, a necessidade de fit' num local por muito tempo, etc, naturalmente todas as ações aí desenvolvidas que têm aspectos de desenvolvimento psico-mo-tor, de hábitos de higiene, etc. atendem a esta finalidade; na forma de execução, estamos procurando envolver a comunidade e envolver também outras instituições.

Esse envolvimento ocorre sob várias formas, uma delas é a utilização de espaço ocioso. Outro dia eu disse isso aqui num encontro de educação pré-escolar e eu acho até que agrada um pouco, porque um jornal da cidade abriu uma manchete, um editorial muito bonito elogiando esse posicionamento, e dizendo que a pobreza não é vergonha, que ninguém deve ter vergonha de pobre, o que deve envergonhar é a falta de criatividade. Nós temos nas próprias escolas e nas comunidades de um modo geral, áreas ociosas que podem perfeitamente vir a ser utilizadas para o desenvolvimento de um trabalho dessa natureza.

é claro que eu não estou me referindo ao ensino pré-escolar do maternalzinho do maternal, do pré, do pré pré etc. Uma em com esses objetivos que mencionei, pode ser desenvolvida num pátio externo, numa sala de um clube, numa sala de reuniões de uma sociedade de bairro, de uma Igreja ou até mesmo num kiosk, na área externa da escola, num barracão. E é isso que estamos fazendo. Não estamos descobrindo a pólvora, em Pernambuco eu vi, lá num bairro que se chama Mutirão, se não me engano, Brasília Teimosa, uma coisa assim que essa experiência ocorre dentro do pátio de uma escola. Estamos aproveitando esta ideia, estamos utilizando estas áreas ociosas, e estamos a essa altura, embora o projeto tenha começado há muito pouco tempo. Em Feira de Santana, por exemplo, a semana passada, já começamos 20 novas classes de pré-escolar

dentro desse sistema, apenas em uma das áreas.

Não tenho dúvidas de que teremos, até o final do ano, um engajamento que em outras circunstâncias não poderíamos fazer; e notem que aí entra uma das preocupações com o Projeto, que é assegurar a continuidade. A Lei 5.692 fala da chamada escolar que ninguém ainda, pelo menos que eu saiba, teve coragem de fazer. Isso já será uma forma de fazer a chamada escolar; se nós conseguirmos engajar essas crianças, já damos um aquecimento para o próximo ano letivo, asseguraremos a matrícula a essas crianças que terão a sua continuidade e dentro de um processo muito mais fácil de ser acompanhado, de ser inicialmente planejado e conduzido.

Uma outra preocupação do Projeto do pré-escolar é o envolvimento das pessoas, preocupação esta que está praticamente em todos os projetos.

O envolvimento da direção das escolas, é uma questão que inclusive já está programada para a próxima semana. Muito diretor de escola se assusta, "vai aumentar meu trabalho, vai crescer o número de merenda escolar a ser oferecida, mas aquela área que vocês querem colocar um barracão, eu estava pensando em um dia fazer ali uma oficina, ou de ter ali um auditório, ou ter ali um ginásio de esporte. Todo esse tipo de reação existe, nós temos que transar essas idéias com as pessoas para que se possa ter algum êxito, envolvimento com os pais e com outras instituições. Neste Projeto do pré-escolar, por exemplo, temos um envolvimento maciço da Secretaria da Saúde, essas ações de saúde são desenvolvidas em articulação com a Secretaria da Saúde; não estamos pensando em montar nenhum gabinete médico, nenhum gabinete odontológico, nada disso; faremos isto sim, o encaminhamento das crianças para os programas normais que a Secretaria da Saúde desenvolve, ou então facilitaremos a ação, trazendo as equipes da Secretaria da Saúde para atuações preventivas de vacinação, de saúde bucal, etc, mas sempre ação coordenada,

não podemos duplicar atividades. É assim com a LBA, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, enfim, várias instituições que são envolvidas no Projeto.

O terceiro Projeto é escola de produção. Vou ter que correr um pouquinho mas quero pelo menos dizer as coisas que são importantes.

Estabelecemos duas linhas de ação para o projeto de escola de produção uma linha informal, do indivíduo que já é componente da força de trabalho, naturalmente sem uma qualificação, mas também estamos desenvolvendo uma linha na área formal. É aqui que entra a história dos polivalentes. Um programa caríssimo, financiamento internacional, oficinas belíssimas foram implantadas, professores treinados, que acompanhei na época, era assessor chefe da Secretaria. Passei 5 anos fora, quando volto, tive um verdadeiro choque nenhuma oficina funcionando adequadamente, máquinas quebradas, sem material de consumo, muitos dos professores fora já do sistema, professores dos. Que adiantou gastar-se tanto dinheiro em escola polivalente, que hoje não tem polivalência nenhuma.

Então nós estamos desenvolvendo uma linha de escola de produção formal usando a estrutura formal e aí começamos da seguinte forma. Temos uma instituição que é responsável pela preparação de docentes para as artes práticas e para disciplinas profissionalizantes do 2º grau. Esta Instituição que é o CETEBA, vai comandar esta parte do Programa.

Os professores, os futuros professores, que estão agora sendo formados no CETEBA vão ter a sua escola de produção, vão aprender fazendo alguma coisa, assimilando um pouco dessa filosofia. Os equipamentos disponíveis são ótimos, um industrial daqui da Bahia foi levado para ver essas oficinas e disse se eu tivesse isso aqui eu ficava milionário. Muito bem, nós vamos desenvolver dentro do CETEBA, com a formação dos futuros profes-

sores, uma escola de produção com uma cooperativa, para que o aluno também se beneficie da produção; estamos com dois técnicos trabalhando nisso, inclusive um técnico de desenho bolando coisas que a escola pode fabricar.

E essa cooperativa formada, produzindo, vai produzir coisas que interessam a comunidade ou através de uma instituição ou através de um serviço prestado diretamente à comunidade. Por exemplo, neste momento, a equipe que coordena o projeto está negociando com a Secretaria da Saúde, a venda de lençóis, fronhas e toalhas que vão ser produzidos na escola e vendidos para a rede hospitalar do Estado.

Mas não é só nesta linha, interessa também a produção de coisas que possam beneficiar diretamente a comunidade. Nos assistimos anteontem a experiência da Argentina, em que se fez referência à fabricação de móveis simples para serem vendidos; nós vamos fazer móveis simples, vamos ter um balcão para consertar eletrodomésticos, o aluno que vai trabalhar com *eletricidade* vai aprender a consertar resistência de ferro ou de liquidificador, etc, e é um serviço que tem uma demanda muito grande na comunidade. Como vamos produzir roupas simples para vender de uma forma barata no próprio balcão e, o que é importante, estamos falando aí em artes industriais, educação para o lar, na parte agrícola também, hortas, etc, mas o aluno de Técnicas Comerciais vai aprender a comercializar os produtos. Esse modelo é comandado pelo CETEBA. Igualzinho a ele nós vamos desenvolver também nas escolas polivalentes. Aí já é um aluno de 15, 16 anos, alunos da 7a. e 8a. séries do 1º grau, naturalmente que não vai poder fabricar uma coisa mais sofisticada, mas vai poder fabricar uma coisa simples, e vender esta coisa simples, e obter o resultado para a sua própria sustentação, para a compra dos seus livros, equipamentos, etc. Neste mesmo sistema entrará agora na 1ª etapa, a Escola Parque que tem um equipamento fabuloso que vai poder, por exemplo, produzir e vender pão mais barato à comunidade ou vendê-lo através de um Programa do Estado denomina

do Cesta do Povo, que oferece os produtos de consumo doméstico mais barato.

Notem o aspecto que eu falei da continuidade. o aluno que sai do CETEBA com essa concepção, pode trabalhar em qualquer lugar e a levar com ele, poderá movimentar dessa forma, o ensino que vai ministrar. Por ai estamos vendo que o Programa pode irradiar-se perfeitamente dentro desta ação proposta.

A linha informal segue mais ou menos a mesma concepção, será comandada pelo Centro de Estudos Supletivos Profissionalizantes que tem também oficinas muito boas, embora ainda nem todas equipadas, pois não estamos tão preocupados em equipá-las inteiramente agora. Essa parte informal começa analisando os interesses da comunidade, quais são as áreas de produção que possam interessar a comunidade. No Nordeste de Amaralina, por exemplo, o interesse despertado foi o de cabeleireiro e manicuro muito bem, vamos fazer a preparação de cabeleireiros e garanto que as senhoras e moças do Nordeste de Amaralina, daqui a pouco, vão andar mais sofisticadas, mais bonitas ainda, porque vão aprender.

Depois desses interesses identificados, vamos instituir núcleos de produção. A concepção do núcleo de produção, é uma concepção não geográfica, não espacial; poderemos ter um núcleo de produção atuando de forma disseminada. Darei um exemplo: uma comunidade que tenha interesse na área de pedreiro. Vamos formar os indivíduos com o próprio recurso do Programa, vamos dar-lhes a possibilidade de uma aplicação imediata deste conhecimento, com programa de recuperação de escolas, ou de pavimentação de ruas, ou de drenagem de esgotos, e numa segunda fase essas pessoas poderão ser organizadas em cooperativas ou em mini empresas individuais ou coletivas. Nesse ponto e nesse aspecto comparece a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, para definir a forma de organização. Já não será conosco, será com a Secretaria do Trabalho dentro do programa, porque ela partici-

pa dele e também deverá entrar nessa fase o Banco do Estado e o Banco de Desenvolvimento do Estado através de uma linha de financiamento, por exemplo, para os equipamentos básicos necessários ao exercício de uma atividade dessa natureza.

Nós temos núcleos de produção já identificado.", por exemplo, para a produção de alimentos, doces caseiros; então as pessoas daquela comunidade vão saber que para fazer uma festinha de aniversário vão ter ali a possibilidade de comprar mais barato. Vamos ter núcleos de produção de hortigranjeiros; vamos ter núcleos de produção de materiais de construção e aqui já comparece uma outra Instituição, o CEPED, que desenvolveu uma tecnologia em solo cimento; para isto, já adquirimos três equipamentos de produção de artefatos em solo cimento, tijolo, a telhas, etc. e esses equipamentos servirão para treinamento, servirão para que os indivíduos também exerçam uma atividade lucrativa. O próprio Programa poderá adquirir uma boa quantidade do material produzido para construções, para recuperação de unidades escolares; o mais importante, porém, é que a comunidade, como um todo, poderá beneficiar-se do resultado desses núcleos de produção, porque terá um material muito mais barato para fazer a sua própria casa, ou para ampliá-la ou transformá-la de sopo, de barro batido, numa casa de tijolo. Esses núcleos de produção tem a aspiração de virem a ser auto-suficientes, terem a possibilidade de auto-sustentação e aí os próprios indivíduos se encarregarão de administrá-los e de usufruir dos seus resultados.

Tivemos muito trabalho com o envolvimento dos interessados, por exemplo, os professores das escolas polivalentes; tivemos que reuni-los todos para debater a ideia, para vender a ideia, senão não adianta absolutamente nada querer fazer um programa dessa natureza. Não adianta a Secretaria recuperar o equipamento, comprar a matéria-prima se o professor chega lá e diz não, isso não me interessa; não, eu vou continuar fazendo as minhas máscaras de barro, de ornamentação, ou meus cinzeirinhos aqui, ou sei lá o

que. Então, esse envolvimento já foi feito, e hoje os professores dessas instituições já são os donos do programa, eles é que já estão planejando o que fazer, numa verdadeira tempestade de ideias, já bolando inúmeras coisas, cestas de papel para as escolas, recuperação de moveis escolares, grades para as oficinas que são normalmente assaltadas, enfim, eles próprios estão pensando, elaborando idéias e -vão desenvolvê-las.

O envolvimento das sociedades de bairro e experiências já existentes, eu acho, é um ponto muito importante. Nós não queremos descobrir a pólvora, queremos sim, aproveitar as boas ideias e executá-las; porque sabemos que de boas ideias as repartições estão cheias, queremos é aproveitar essas experiências.

As preocupações são com a continuidade do projeto, a possibilidade de perder-se esse beneficio auto adquirido.

O quarto Programa, o Socio-Comunitário, está no momento, servindo de respaldo para as demais ações pelo contacto que faz com as sociedades de bairro, com os interesses da comunidade, etc, mas também, identificando essas entidades, identificando as ações já desenvolvidas, está apoiando as ações dessas mesmas entidades. Numa fase logo em seguida promoverá também a dinamização cultural das comunidades, a partir das entidades identificadas; esse programa de dinamização cultural está perfeitamente equacionado dentro do programa geral da Secretaria.

Pontos positivos do Programa em primeiro lugar uma ação rápida; a disponibilidade de recursos para uma ação rápida (muitas vezes não tão rápida quanto querem, por exemplo, os técnicos do FNDE que desejam ver logo a conta zerada)mas tão rápida quanto uma ação segura possa representar, produzindo ate mesmo uma certa surpresa na comunidade. Entre a discussão de ideia e a sua execução, vai muito pouco tempo; para as comunidades que já vivem um pouco abandonadas isto já é um alento novo

como tem sido constatado por depoimentos da própria comunidade, surpresa com a rapidez com que as ações vêm sendo desenvolvidas.

Um outro ponto positivo é a integração tanto com os demais projetos da Secretaria, conforme eu já pude mencionar; *não* é um programa isolado como com os diversos projetos de outras instituições. Darei apenas exemplos desta integração um núcleo de produção pode treinar pedreiros e produzir materiais, o projeto de manutenção ou de melhores condições da rede pode utilizar esses pedreiros e pode comprar o material produzido neste núcleo; por sua vez o pré-escolar pode usar esse espaço construído por esses pedreiros com esse material e pode também consumir alimentos de outro núcleo de produção, como de hortigranjeiros; e, no projeto sócio comunitário, o pai dessa criança pré-escola pode estar participando de atividades culturais e se integrando na vida comunitária. - Um outro exemplo e último, o CETEBA prepara um professor, a escola polivalente utiliza esse professor, o aluno, com a orientação desse professor que já trouxe isso da sua formação pode produzir roupas nas oficinas de educação para o lar, ou lençóis, e a Secretaria ou o Posto de Saúde daquela comunidade pode adquirir e utilizar estes lençóis.

Enfim, é um processo que tenta fechar ao máximo o ciclo para que uma determinada ação possa, como se fora o eco, reproduzir benefícios e mais benefícios em relação àquela comunidade. Muito obrigado. . . .

COORDENADOR DA MESA - Agradecemos ao Prof. Eraldo Tinoco a valiosa colaboração num tema apaixonante como é este, e queremos comunicar ao plenário que o debate será após a exposição de todos os que compõem o painel. Teremos agora a palavra do Professor Joel de Hollanda Cordeiro, Secretário da Educação de Pernambuco, sobre o tema proposto.

PROF. JOEL DE HOLLANDA CORDEIRO - Prezados compa-

nheiros da mesa. Senhores e Senhoras participantes deste Seminário. Talvez coubesse, antes de entrarmos propriamente, dito na programação do PRODASEC Rural ou Urbano para o Estado de Pernambuco, estabelecer um pano de fundo para aquilo que constituiu a preocupação do Governador Marco Maciel e da sua equipe com relação ao desenvolvimento do Estado.

Uma das características mais marcantes do padrão de desenvolvimento que o nosso País vem alcançando em anos recentes talvez seja o das gritantes disparidades sociais que existem e que estão embutidas no bojo desse desenvolvimento. Comumente ouvimos falar nos vários Brasis que existem dentro desse grande País. Vemos se fazer referência à existência de suíças e de biafras, mais biafras do que suíças. Vemos referências ao Sul Maravilha e ao Nordeste seco e secante, tudo isso como conseqüência de um processo de desenvolvimento extremamente desequilibrado, um processo que até certo ponto vem fazendo com que aumentem as distâncias sociais desta nação.

Alguns dados estatísticos refletem bem isto. Para ficar somente na parte de rendas, nós poderíamos nos apoiar em dados de pesquisa por amostragem de domicílio, dados de 1977, que mostram por exemplo que 71,5% dos nordestinos ocupados em 1977 não tinham rendimento, ou o tinham inferior a um salário mínimo mensal, enquanto para São Paulo essa mesma relação era de 22,5%. Também 16% da população ocupada de São Paulo recebia, em 1977, mais de 5 salários mínimos, enquanto no Nordeste este percentual ou seja, o percentual dos operários e das pessoas ocupadas que recebem mais de 5 salários mínimos e de apenas 2,6%. E quais são as causas desses desequilíbrios, destas distorções sociais?

Evidentemente, vamos encontrar como uma causa frequentemente citada pelos estudiosos, pelos pesquisadores ao abordar as disparidades interregionais, a questão das diferentes dotações de recursos produtivos existentes nestas regiões. A constelação de fatores existentes no Nordeste, no Norte, no Cen

tro Sul, etc. condiciona um certo tipo de atividade econômica e essa atividade econômica produz determinado tipo de resultado; como esses fatores contribuem de forma desigual em relação às varias regiões do País, essa distribuição de recursos contribui para que existam desequilíbrios também em termos de produtividade, em termos de produto, em termos de renda gerada e assim por diante.

Mas me parece que existem outros fatores que também são responsáveis em grande parte por essas enormes disparidades sociais constatadas no nosso processo de desenvolvimento, Um deles parece ser o de que há sempre uma política econômica com supremacia sobre o social, ou seja, o desenvolvimento social neste País quase sempre tem sido considerado como resíduo, como algo a ser atingido depois que o econômico estiver alcançado. É aquela famosa teoria de que primeiro é preciso fazer o bolo crescer, para depois providenciar a sua distribuição; só que nem sempre quando chega a hora da distribuição o bolo existe, ele já foi distribuído antecipadamente.

Todavia, já começam a surgir, de algum tempo para cá, preocupações relacionadas com a distribuição dos resultados do esforço de desenvolvimento; com a distribuição dos resultados do progresso econômico; e o próprio II PND na época do Ministro Veloso e do Presidente Geisel já falava que se podia começar a pensar em fazer o bolo crescer, fazer o produto crescer e, simultaneamente, estabelecer mecanismos de distribuição de resultados do progresso econômico.

Ocorre que, de repente, o mundo todo foi surpreendido com o problema da crise do petróleo, e novamente todas as ações se voltam para resolver os grandes desafios econômicos que hoje todas as nações, sobretudo aquelas mais dependentes do petróleo, têm que enfrentar problema de balanço de pagamento, de endividamento, de inflação. Essa eclosão da crise energética veio aumentar aquelas preocupações dos economistas, dos estu

diosos que viram que o modelo do desenvolvimento que até- então estava- desenvolvido, era um modelo concentrado e que haveria necessidade de serem estabelecidos mecanismos de melhor distribuição dos seus resultados. Com a crise energética, começam a ^{sur-} gir consequências inevitáveis, e mais uma vez o social continua relegado ao segundo plano, para uma segunda etapa, como o corte de investimento o fato de se chamar sempre a atenção para o problema maior que agora é o balanço de pagamento, é a inflação, é o endividamento.

Estamos convencidos de que o social ainda é um menor carente, ainda não atingiu a sua maturidade, a sua independência, capaz de ser entendido como um objetivo explícito, claro, definido do desenvolvimento. E com isso o que nós observamos é que tem havido um nível, de insatisfação social e também das tensões sociais.

Todos nós que trabalhamos com o social temos enfrentado, frequentemente, grupos sociais na porta dos nossos gabinetes, na porta dos Senhores Governadores, buscando soluções para problemas sociais graves, emergentes. Ontem mesmo o jornal relata um grupo de senhoras consumidoras, donas de casa, querendo falar pessoalmente com o Presidente da República em relação ao problema de carestia.

Quer-me parecer que essa crise energética, entre outras consequências, trouxe esse problema de agravar a questão social que já vinha sendo tratada de forma secundária, sem que fosse explicitamente considerada um objetivo maior senão o único objetivo do desenvolvimento. Em função disso, quer me parecer e essa foi uma posição adotada pelo Governo de Pernambuco, que precisamos rever todo o nosso processo de desenvolvimento. Nós temos que repensar nosso processo de desenvolvimento pra fazer face ao problema social para que possamos realmente ter uma resposta para as crescentes inquietações sociais, para a crescente insatisfação social que persistem sobretudo nas áreas ca

rentes, nas áreas pobres, como o Nordeste, e, conseqüentemente também Pernambuco.

Essa postura de repensar o nosso desenvolvimento assenta em alguns pressupostos que consideramos da maior importância e que são pressupostos básicos para toda uma política de ação do governo, inclusive na área educacional.

O primeiro pressuposto básico dessa ideia de repensar, de re-analisar, de criticar o nosso modelo, o nosso processo de desenvolvimento é que o crescimento do produto, embora seja indispensável, não é condição suficiente para que atinjamos os objetivos de tornar este País, um País desenvolvido, um País próspero, um País com mais justiça social. É importante que o produto cresça, o famoso PIB, mas precisamos estar bem conscientes de que o seu crescimento puro e simples não é garantia de bem-estar social, de melhoria da qualidade de vida.

O segundo pressuposto é que o verdadeiro desenvolvimento deve implicar em melhoria, o mais rápido possível, das condições de vida da população. Isto parece ser alguma coisa de inovador, porque não vamos esperar o bolo crescer, mas vamos fazer que, na medida que o próprio crescimento esteja estimulado, já se busque estabelecer alguns mecanismos de redistribuição que beneficiem diretamente a população.

O terceiro pressuposto tenta explicitar esta colocação anterior. É que essa melhoria, os "resultados, para a população, dessa preocupação com o social estão intimamente relacionados com a elevação das oportunidades de emprego. Para nós, no Nordeste, para nós, em Pernambuco, o problema de emprego assume cada vez mais as características de um problema crítico, um desafio enorme que está na base dos desajustes, da miséria e de pobreza que existem. É preciso procurar mecanismos de elevação das oportunidades de emprego, ainda que esses em

pregos não sejam diretamente responsáveis pelo crescimento do produto. É preciso até criar subempregos, empregos não muito produtivos, mas que haja empregos, para evitar que essa população carente fique cada vez mais marginalizada no processo de desenvolvimento; não basta buscar emprego de milhares de dólares mas empregos que dêem oportunidade a uma parcela daquela população a que nos referimos, de mais de 20% da população ocupada que não auferem rendimentos. É preciso cada vez mais fazer com que pessoas auferam rendimentos no Estado.

Além desse aspecto ligado a emprego uma outra preocupação, outro fator importante para fazer com que mais pessoas se beneficiem do desenvolvimento, seria o aumento da remuneração daqueles que já estão empregados. Isto também é uma condição importante tendo em vista aquele aspecto para o qual já chamamos anteriormente-, ou seja que, no Nordeste, 71% da população ocupada recebem rendimento inferior a um salário mínimo ou não tem rendimentos. A baixa remuneração mostra como o poder aquisitivo dessas populações está reduzido e isso se transforma em fator de agravamento das dificuldades sociais dessa faixa de população.

Um outro meio para se melhorar a situação, para fazer com que o desenvolvimento atinja mais rapidamente as populações seria a oferta adequada, a custos reduzidos ou até subsidiados, de serviços básicos de educação, de medicina, de saúde, etc, de forma que a população carente, que a população mais marginalizada pudesse ter acesso a tais serviços a preço zero, ou grandemente subsidiados e deles assim, se beneficiar.

Finalmente, o fornecimento de produtos a baixo preço, de produtos de consumo popular. Seria preciso redefinir alguma coisa do perfil industrial, do perfil agrícola, de tal forma que nos pudéssemos fornecer, sobretudo alimentos, a preços mais baratos mais acessíveis, para as populações situadas em áreas de pobreza, áreas carentes.

Este seria o pano de fundo de uma política de desenvolvimento que procure eleger o social como sua grande meta. Ou seja, não basta dizer que o desenvolvimento visa o homem, mesmo porque alguém já perguntou porque não a mulher?

A política de desenvolvimento tem que ser cada vez mais explícita; precisamos dizer se vamos atender o pé, o estômago ou a mente do homem, e como vamos atender. Parece incrível, mas temos hoje o maior programa de energia alternativa do mundo, o pró-álcool com metas bem específicas de produzir álcool, ou seja de produzir alimento para o estômago do automóvel. Enquanto isso, o nosso PRONAM, o 3º PRONAM para ser apro vado teve de vencer muitas dificuldades. Existem neste País, milhares de crianças que vão falecer porque não têm uma dieta mínima de alimentação e etc. etc. ; quer dizer, para a civilização do automóvel existe um programa bem definido, bem estruturado, com recursos externos, com ações da Vale do Rio Doce sendo vendidas para financiá-lo mas os programas sociais tipo PRONAM, tipo Educação, Saúde, etc. rodam e se debatem longamente em conselhos para serem aprovados.

É preciso que haja realmente uma definição clara do social, do objetivo que é o homem, mas que homem? O homem doente, o homem sadio, o homem do futuro ou o homem de agora?

Tendo como plano de fundo essas referências objetivas, nós constatamos que no Estado de Pernambuco a educação não vinha dando nenhuma contribuição ao esforço de desenvolvimento. Era um divórcio acentuado entre a educação e o esforço de transformação social, o esforço de desenvolvimento do Estado. Constatamos que os próprios objetivos do sistema educacional estão longe de ser atendidos. Aquela ideia de propiciar a educação ao maior número possível de crianças, de interiorizar essa educação, de melhorar a qualidade da educação que se

esta prestando esta longe de ser o desejado. Então, a educação não contribui, ou contribui timidamente para o processo de desenvolvimento porque os próprios objetivos a que ela normalmente se propõe, de prestar serviços educacionais, estão deficientes, o próprio objetivo do sistema também não está sendo atendido; finalmente as pessoas, os professores, os servidores, aqueles que estão engajados no sistema educacional, também não estavam atingindo os seus próprios objetivos; há uma insatisfação completa, problema salarial, problemas de reivindicação, etc.

Essas poderiam ser, em resumo, as três grandes deficiências constatadas no sistema educacional do Estado. A terceira, ou seja, a insatisfação dos próprios servidores da Secretaria, em termos de alcançar seus objetivos como pessoa humana, deflagramos um grande programa de valorização do magistério, e já alcançamos alguns resultados significativos triplicando os salários das professoras primárias, mais que duplicando o salário do professor de nível médio, estabelecendo progressão funcional e alguns esquemas de gratificação.

Quanto ao problema dos próprios objetivos do sistema, sobretudo em termos de qualidade, criamos um grande programa de melhoria da qualidade de ensino do Estado com ações bem definidas sobre o professor e sobre o aluno carente, de tal forma a conseguir uma retomada do padrão educacional mais compatível com o desejado.

Restaria o problema da situação de divórcio entre a educação e a realidade, entre a educação e, sobretudo, o setor produtivo. Para este desafio, estamos desenvolvendo ações concentradas em ensino profissionalizante, buscando equipar e melhorar as condições de funcionamento das escolas . j das para este tipo de ensino. Como o Estado é pobre e como não recebemos muitos recursos do 29 grau para essas escolas profissionais, estamos tentando amarrar todo o trabalho com

as empresas particulares, através de programa de estágio dos estudantes da rede oficial nessas empresas; no momento, trabalhamos com mais de 70 empresas para suprir a impossibilidade de o Estado implantar boas oficinas, bons equipamentos.

Finalmente estávamos desenvolvendo um tipo de projeto chamado empresa-didática, que nada mais era do que tentar fazer com que a criança aprendesse trabalhando e ganhando alguma coisa. Este projeto também estava sendo iniciado e implantado pela Secretaria dentro desse objetivo de unir o mundo do estudar com o mundo do trabalhar sem evidentemente explorar ninguém, mas dando a oportunidade de ganho para os alunos engajados neste projeto.

Foi aí, nessa fase do nosso trabalho, que surgiu o PRODASEC Urbano que, para a alegria nossa, encampa e tem muitos pontos comuns com essa preocupação do Estado de Pernambuco de vincular, ao levar a contribuição da educação para o desenvolvimento, e de procurar não somente educar mas criar oportunidade de trabalho; mais do que criar oportunidade de trabalho engajar, na medida do possível, os egressos dos nossos cursos nos postos de trabalho surgidos.

Aderimos integralmente ao programa porque achamos que realmente a educação é por excelência instrumento de política social; se ela é separada, se se separa educação de saúde, de assistência social etc, isto é para efeitos operacionais, administrativos. A educação faz parte do social e o social é indissolúvel; achamos que a educação tem como todas as outras áreas, uma grande contribuição a dar ao problema do bem estar da população, de melhoria da qualidade de vida, enfim ao social como um todo. De outra parte aderimos a esse Programa porque estamos convencidos de que a educação pode dar uma contribuição significativa para elevar o nível geral de emprego no Estado.

Estamos convencidos de que, sobretudo por meio

de uma educação antecipativa, como estamos tentando fazer em Pernambuco, se nos anteciparmos os requisitos de mão-de-obra que os projetos em execução do Estado estão a exigir, poderemos fazer com que os benefícios indiretos e diretos desse projeto permaneçam em Pernambuco. Temos o projeto SOAP, o projeto Asa Branca, o projeto Alune, temos todo o projeto Sertanejo que, necessariamente, demandarão mão-de-obra intermediária.

Se o sistema educacional for capaz de se planejar, de se antecipar e preparar esses recursos humanos, é possível que ele venha a ser um bom fornecedor de recursos numa nos para esses projetos; assim não acontecer eles irão buscar em outros Estados, em outras regiões, a mão-de-obra de que precisam.

Por outro lado, achamos, também, acreditando na educação dessa forma concebida pelo PRODASEC Urbano, que a educação pode melhorar o próprio padrão de emprego da população atualmente ocupada, que tenha a sorte de estar ocupada. Ou seja na medida que através da educação você pode fazer com que a mão-de-obra anteriormente engajada em atividades menos produtivas, possa ser mobilizada para um setor mais produtivo, auferindo conseqüentemente mais renda e se remunerando melhor. E acreditamos ainda que a educação pode dar essa contribuição prevista no PRODASEC Urbano, porque, frequentemente, a educação é a ponta de lança, a escola é a unidade do setor público mais avançada dentro da comunidade carente.

Então ela serve, automaticamente, de ponte para todas as demais intervenções. Isto já vem sendo feito de várias formas lá no Estado, aproveitando as grandes regiões educacionais – nos temos 14 regiões educacionais – que servem de ponto de apoio inclusive do Governador. Temos 14 diretos regionais, DIRES, com uma infra-estrutura que consegue até hospedar 150 Prefeitos, como fizemos recentemente, além de receber todos os Secretários, receber o Governador, como ponta de lan

ça, como ponto de suporte para uma atuação do setor público na região.

Pois bem, por isso tudo é que nos acreditamos no PRODASEC Urbano da forma como ele está concebido, veiculando através da educação essas ações de multiplicar a importância da educação, pelo engajamento com o mercado de trabalho, pela preocupação em fazer com que o egresso das nossas escolas encontre um posto de trabalho.

E quais foram as áreas selecionadas, já agora falando sobre o nosso PRODASEC Urbano, quais foram as áreas que em Pernambuco se selecionaram para o desenvolvimento do Programa? Evidentemente, buscamos atuar naquelas áreas mais carentes, mais pobres, procurando, porém, verificar quais as áreas do Estado em que outras entidades já estavam trabalhando, de tal forma que não fôssemos desperdiçar recursos. A idéia não era ter a pretensão de começar tudo de novo, de a própria Secretaria fazer suas próprias pesquisas. Ao contrário, verificamos o que é que a Prefeitura do Recife, através da Empresa de Urbanização estava fazendo, que comunidades ela já estava trabalhando, procuramos ver, também, que a fundação da região metropolitana também estava estudando, e, a partir daí, elegemos as áreas em que iam concentrar nossos esforços.

E essas áreas estão sendo atualmente duas: a área do Coque onde vivem, ou, diria melhor, onde sobrevivem 20 mil pessoas, área paupérrima, de marginalização e de pobreza extrema, que já vinha recebendo um tratamento bastante acentuado da Prefeitura, onde nós apenas nos engajamos a esse trabalho, para ganharmos tempo; a outra área foi uma área dos Coelhos, área onde também sobrevivem 5 mil pessoas, cuja população vive a 2 palmos, a 20 cms da lama, sobre palafitas, onde até a polícia tem medo de entrar. (Imaginem o Secretário da Educação q veio de Brasília, desacostumado com esse tipo de problema, e que não teve chance sequer de ir a Ceilândia que se pode ler

brar, pelo menos em termos de violência). É uma miséria contun-
dente, de vez em quando desaparece uma criança que caiu, que
morreu na maré, a maré levou; são casas em cima da lama real-
mento;. por cima de tábuas e, de vez em quando, os margi-nais
lá se escondem. Vale a- pena, para quem quiser conhecer um
pouco da pobreza e da miséria, ir lá verificar como é que pode
uma família sobreviver em cima de palafitas, em cima de lama.

Pois bem, essas são as duas áreas; temos outras
em estudo, todas carentes, e que posteriormente poderemos assi-
nalar para vocês.

Bom, identificadas as áreas, que projetos foram
definidos para elas? Será que houve a imposição o Secretário
disse, vamos fazer este projeto ou aquele? Não, como toda a
tratégia do Governo é uma estratégia de desenvolvimento compar
ticipação, deixamos que surgissem dos órgãos envolvidos no Pro-
grama as suas ideias e sugestões de projetos, e a partir dal o
grupo consultivo, depois vou falar como ele está constituído ,
analisou cada um desses projetos, terminando por listarmos e
identificarmos 7 grandes programas de periferia urbana no Reci-
fe. São eles a) Melhoria das Condições de Funcionamento de En-
o nas Áreas Urbanas Pobres; b) Expansão do Atendimento da
População em Idade Escolar e Pré-escolar; c) Fortalecimento da
Educação Pré-Escolar em Ação Comunitária; d) Escola Comunitá-
ria. das Comunidades dos Coelho e Coque; e) Educação e Traba-
lho; f) Incentivo à Renovação de Tecnologias na Educação das
Periferias Urbanas e g) Administração de Pessoal e do
Programa.

O fato de escolhermos essas áreas significa uma
decisão política; nós optamos pelos mais carentes. Assim como
dissemos que é necessário explicitar uma politica social, aqui
nós estamos fazendo uma explicitação de um objetivo de governo
optamos pelos mais pobres. É, realmente, um compromisso muito
grande, uma dificuldade muito grande trabalhar com a pobreza .

É muito bom trabalhar com industrial, com Diretor de Banco; você só lida com gente rica. Agora, optar pela pobreza, escolher trabalhar com a miséria é, de fato, um desafio muito grande. Pois bem, essa estrutura reflete uma opção clara do governo trabalhar com a pobreza e com esses outros elementos a que me referi, por exemplo, com o engajamento de mão-de-obra local, ou seja de interiorização na comunidade dos benefícios do projeto.

Dentro do Projeto de Melhoria das Condições de Funcionamento de Ensino nas Áreas Urbanas, nós tínhamos alguns sub-projetos melhoria das instalações de unidades escolares de 19 grau, apoio ao projeto da Prefeitura e de entidades assistenciais. A nossa ideia não é pegar e construir tudo novo, tudo bonitinho, planta nova, projeto da Secretaria da Educação; não, a ideia é verificar se a comunidade já tem algumas unidades que podem ser aproveitadas, que podem ser reforçadas, e vamos em frente apoiando essas unidades. Não temos a pretensão de querer construir unidades escolares novas, querer colocar uma placa dizendo que é da Secretaria da Educação, mas sim de beneficiar, apoiar as unidades existentes. Eu acho que não devemos violentar a comunidade; se a comunidade já está trabalhando com uma escola pequena, se ela está funcionando, com pobreza, precariamente, melhor do que construir outra é ajudar esta a se desenvolver.

Não sei se esta entre nós o pessoal dos Centros Sociais Urbanos, não sei se há aqui, programa dos Centros Sociais Urbanos, mas acho que melhor fora se parte do dinheiro gasto para construir Centros Sociais Urbanos tivesse sido aplicado para fortalecer os já existentes, onde a comunidade já vai sem precisar de remuneração, etc.; em reforço à manutenção das unidades educacionais públicas e assistenciais; em incentivos ao programa de saúde escolar.

Segundo Projeto do Programa Expansão do Atendi_

mento da População em Unidade Escolar, e Pré-Escolar, com dois sub-projetos grandes – construção, ampliação e equipamentos de unidades escolares, e aproveitamento de espaço disponível na comunidade.

Aqui, apesar de ser rotina da Secretaria trabalhar com pré-escolar, esse tem o espírito do PRODASEC Urbano, porque todo nosso pré-escolar, todo o PROAP, programa do qual amanhã ao ouvir uma exposição mais detalhada, libera a mãe para que possa ajudar a família, tendo o sentido também de propiciar a elevação da renda familiar, na medida em que a mãe, deixando a sua criança na escola, fica liberada para outras atividades produtivas.

O terceiro Programa é o Fortalecimento da Educação Pré-Escolar em Ação Comunitária. Aqui, basicamente/ trabalhamos com a Prefeitura do Recife, com a FEBEM, com a Secretaria da Educação de Olinda e com a própria Secretaria da Educação de Pernambuco, Estão previstos alguns projetos dentro do terceiro Programa Montagem e Implantação de Gabinetes Odontológicos. É aquilo a que me referi antes, a unidade escolar e o equipamento público mais perto da comunidade, então é o mais apto a receber um equipamento odontológico; alguma coisa que leve mais do que educação para ela, leve também parte de saúde. Por seu turno, a instalação do sistema de creche lá com a FEBEM, órgão da Secretaria do Trabalho e Ação Social, para mães receberem crianças e receberem uma remuneração para ficar tomando conta dessas crianças, é também projeto que cria oportunidade de trabalho, gera a remuneração para essas mães substitutas, essas mães que auxiliam outras, e que transformam a sua casa em uma verdadeira creche.

Um outro projeto Fortalecer o Ensino Pré-Escolar em Olinda. A Prefeitura se descuidou por muito tempo do problema pré-escolar no município de Olinda; então, nós vamos dar uma ajuda para fortalecer esse nível de ensino, e finalmente

implementar o ensino pré-escolar na rede estadual, como um todo. Aqui a ideia é, inclusive, a produção de material didático, confecção de brinquedos, treinamento de professores, orientação a mães de pré-escolares, melhoria das instalações.

O quarto Projeto diz respeito a Experiência das Escolas Comunitárias nas Comunidades dos Coelhos e Coque. Esse é, realmente, o nosso trabalho mais difícil. Estão previstas algumas metas desenvolver um projeto de educação não formal para adultos; oferecer alimentação e lazer à criança dos núcleos de recreação durante o período de trabalho dos seus familiares. Vejam toda a preocupação de liberar a mãe para auferir renda, coisa que hoje elas não têm; elas já amanhecem o dia com o marido embriagado, você chega lá às 900 horas da manhã ele está embriagado, não tem o que dar aos filhos, não tem perspectiva; então toma cachaça para ficar a 2 m do "solo; toma cachaça e esquece que esta no chão.

Outras metas implantar em escolas-meio equipe técnica para adaptar currículos e assessorar as escolas instrumentais; envolver escolas de 2º e 3º graus em ações sócio-educacionais nas comunidades carentes; treinar elementos responsáveis pela operacionalização do processo em si da aprendizagem das escolas instrumentais; implantar escolas de 1º grau para dar suporte ao sistema educacional da comunidade; e finalmente apoiar escolas da 1a. à 4a. série existentes dentro dos assentamentos subnormais.

A Educação e Trabalho é um Programa com o qual nos voltamos também para a parte de profissionalização, para a parte de certa terminalidade do trabalho, tanto crianças de 1º grau como de 2º grau. Diz respeito, portanto, a projeto na área de formação para o trabalho. Incentiva a renovação de tecnologia na educação, busca formas novas, cursos por televisão etc, que deverão ser utilizadas para desenvolver nossa atuação nas periferias urbanas.

Esses são os 7 projetos, o outro é a administração do programa, é normal, não tem muita coisa a dizer.

Vejamos agora como é que esta cada um desses projetos, o que é que a Secretaria da Educação já fez, e em que fase está a execução deste Programa.

O primeiro é o da Melhoria das Condições de Funcionamento de Ensino em Áreas Pobres. Nós já repassamos recursos às unidades escolares da rede estadual com a finalidade de financiar serviços que a comunidade pode oferecer a escola locando isso em português claro nós transformamos os Cr\$ 8 milhões que o PRODASEC Urbano nos repassou em cheques de 30, 40, 50, 70 mil cruzeiros, e cada cheque desses foi entregue a uma diretora da escola situada na periferia urbana, que está contratando mão-de-obra da comunidade, para fazer a recuperação dessas escolas. Assim, 160 escolas estão sendo recuperadas.

Foi iniciado um trabalho de recuperação em 8 escolas do 1º grau no Recife, da rede municipal, também dentro dessa sistemática de dar o cheque à Diretora da Escola e ela, em contacto com a comunidade, contratar a mão-de-obra para a realização de serviços indispensáveis.

Mantemos entendimento com a UNE e com o NAI para viabilizar a execução de obras de fabricação de móveis de pequenas empresas dentro da ideia de apoiar a micro-empresa, de internalizar na comunidade os benefícios do programa, criando demanda para os bens produzidos pela comunidade, vale dizer, pelas pequenas empresas existentes na comunidade.

Ações 20 programa 2 - Expansão do Atendimento da População em Idade Escolar e Pré-Escolar focalização e negociação de terrenos nas áreas indicadas como carentes de unidades escolares; identificação das unidades em condição de produzir mobiliário escolar, carentes de pessoal; ampliação de uni-

dades escolares de 1º grau da rede municipal.

Em fortalecimento de ação pré-escolar em ação comunitária, fizemos treinamento de mães em educação sanitária, treinamento de professores em técnica de comunicação, montagem de projeto para acompanhamento dos resultados do treinamento, aquisição de brinquedos artesanais confeccionados por pessoal de comunidades pobres. Isto aqui é o maior estímulo para um produtor, para quem tem algum serviço, o estímulo financeiro; Nós estamos assegurando compra antecipada até de brinquedos e estamos estimulando os artesãos, o pessoal que fabrica estes brinquedos a produzir mais.

Repasse de recursos a Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Olinda para implantação de mini - escolas; efetivação de convênio entre a Secretaria da Educação e a Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios para financiar materiais de construção que a comunidade local usará na construção de fossas residenciais. Aqui eu fiz um convênio com o padre, o padre pega esse dinheiro e compra material cimento, tijolo, etc, entrega à comunidade, e esta constrói as fossas nas suas residências.

Financiamento de insumos necessários à fabricação de brinquedos pela comunidade de Caruaru sob a orientação do Centro Politécnico daquele município. Estive em Caruaru e já pude perceber o entusiasmo da comunidade que está participando deste projeto; os artesãos que estavam desempregados, que estavam passando fome, terão agora oportunidade de contribuir para o processo educacional fabricando brinquedos que irão para as escolas de pré-escolar e, ao mesmo tempo, tendo uma renda do seu trabalho.

A grande dificuldade, o nosso maior desafio de experiência comunitária é o que estamos fazendo no Coque, o que estamos fazendo nos Coelhos.

Começamos pela análise do diagnóstico da comunidade, integração com instituições que atuam na área, seleção de técnicos da comunidade para desenvolvimento de grupos comunitários, treinamento de 180 jovens em técnicas de recreação, com a ideia de que esses jovens depois receberão um salário, uma remuneração para ficar recreando filhos das pessoas que moram na comunidade enquanto as mães vão trabalhar.

grande dificuldade, é que elas não têm com quem deixar seus filhos. Então o Programa, nesse projeto, está treinando essas jovens que recebem remuneração e têm por ocupação ficar recreando crianças, liberando suas mães para o trabalho que, às vezes, produz o único dinheiro da família porque o pai não quer trabalhar, fica tomando cachaça. A mulher é quem a sustenta,.

Seleção e contratação de recreadores e auxiliares de recreação pra orientar mil crianças, enquanto seus pais estão trabalhando, identificação de grupos instrumentais de lavadeiras, faxineiras, costureiras; eletricitistas, marceneiros e sapateiros. Que significa isso? Como é que devíamos entrar na comunidade? Deveríamos entrar procurando resolver todos os seus problemas? Procurando reunir 20 mil pessoas? Evidentemente que não; seria impraticável, não seria operacional. O que nós procuramos fazer, foi agrupar pessoas com as mesmas preocupações, as lavadeiras, as costureiras, as faxineiras, com o mesmo nível de interesses, os mesmos problemas, e procurar saber, ouvir dessas categorias profissionais, quais são os seus problemas, qual é a necessidade maior. Se as lavadeiras disserem que o problema maior delas é escolas, então a Secretaria da Educação automaticamente procura atender a essa necessidade.

Mas evidentemente que vão surgir necessidades outras que a Secretaria da Educação terá que chamar uma outra Secretaria participante do projeto para resolver. Por exemplo, a construção de uma lavanderia então tem que chamar a Secretaria;

do Trabalho e Assistência Social. As costureiras podem dizer que as máquinas são insuficientes, então novamente chamamos ou-tra Secretaria para resolver o problema das costureiras.

Nos identificamos a líder, conversamos com ela e a mandamos agrupar, convocar as outras. Se cu quiser falar com as lavadeiras, falo com a líder delas e ela consegue com rapidez se comunicar com todas as outras, e assim se vai fazer com todas as outras categorias profissionais.

A ideia é, depois, evidentemente, fazer a intermediação do emprego dessas pessoas, montar um sistema também em articulação com a Secretaria do Trabalho, de engajamento das faxineiras, dos eletricitas, etc, nas oportunidades de trabalho que forem surgindo.

Esse pessoal recebera treinamento, receberá orientação e a própria comunidade vai-se organizando. O ideal é, se possível, chegar a ter um telefone disponível na comunidade de forma que pudesse haver a intermediação tal setor está precisando, tal empresa está precisando de tantos eletricitas, então esse pessoal ia ser recrutado, essa informação chegaria para esse centro de triagem e se faria, então, a ligação de mão-de-obra, com o posto de trabalho, com a oportunidade de trabalho.

Identificação de grupos instrumentais, culturais, produtivos. Dentro da comunidade existem aquelas pessoas que são lavadeiras, que são eletricitas, mas existem os artistas, existem aqueles que fazem artesanato, esses também precisam ser identificados, para que tenham um apoio do Programa. E os não produtivos, que são pessoas muito boas para a parte do folclore, para a parte de esportes; esses também precisam ser identificados para um trabalho de valorizar também a sua especialidade, a sua habilitação.

Finalmente, formação de grupos responsáveis pelos setores profissional, cultural e educacional; pessoas que consigam se articular bem com esse pessoal. O cultural com os que fazem cultura, e o educacional o pessoal que trabalha na área de educação como um todo.

Dos seis projetos, nós adiantamos bem esses quatro primeiros, os outros dois estão em análise, mesmo porque alguns dos projetos apresentados, não foram de aceitação. A sua aceitação não foi pacífica e tivemos que rediscutir algumas coisas deles.

Vejamos agora como é a estrutura administrativa do projeto, como e que esse Programa está sendo conduzido pela instituição.

Diríamos que o Programa não alterou em nada a estrutura da Secretaria da Educação que já funciona : forma Gabinete do *Secretário* Diretoria de Coordenação, Diretoria de Administração, Diretoria do Desenvolvimento e Normas, Diretoria Executiva, Diretoria de Serviços Educacionais, Diretoria de Apoio Técnico Administrativo

A Diretoria de Coordenação que tem a função de coordenar todos os grandes projetos da Secretaria, normalmente já funciona com uma unidade técnica, com equipes técnicas/grupos de trabalho que são criados tantos quantos forem necessários para os projetos ou os programas que a Secretaria venha a desenvolver. Então, nada mais foi preciso do que acrescentar um grupo de pessoas trabalhando no PRODASEC Urbano. Não mudou a estrutura, não criamos uma estrutura paralela dentro da Secretaria; todas as diretorias participam do Programa, sob a coordenação do Diretor de Coordenação, sem que se crie um novo sistema, sem que se crie uma unidade extra, uma nova estrutura para o Programa.

Concretamente, aqui está só a Diretoria de Coordenação

denação, a direção, a equipe técnica, nós já temos um Projeto de Educação Pré-Escolar coordenado na área da Diretoria de Coordenação. O Programa, portanto, está com a diretoria definida, na Diretoria de Coordenação, subordinada ao Secretário. A equipe técnica executiva do projeto é composta de um elemento da Diretoria de Serviços Educacionais, um elemento da Diretoria de Desenvolvimento e Normas, especificamente de planejamento, um elemento da Diretoria de Apoio Técnico Administrativo, um elemento da Diretoria Executiva, e um elemento da Diretoria de Administração.

Então a equipe técnica com um representante de cada uma das diretorias da Secretaria deve executar, na sua diretoria, todas as ações previstas no projeto. São elementos de ligação entre a Diretoria e a Coordenação do Programa. Além do coordenador do programa, da equipe técnica executiva do Programa, existe o chamado Grupo Consultivo, A finalidade do Grupo Consultivo é definir as diretrizes do Programa e analisar, apreciar e aprovar os projetos apresentados; integra o Grupo Executivo da Secretaria do PRODASEC Urbano de Pernambuco, a Secretaria da Educação que o coordena, a Secretariado Trabalho, a Secretaria da Habitação, a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Educação e Cultura do Município cujo Secretário está aqui presente, e por ocasião dos debates poderá esclarecer alguns pontos; o Departamento de Recursos Humanos da SUDENE, tem um representante nesse Conselho Consultivo, e temos ainda um representante da Universidade Federal de Pernambuco, um representante da Escola Técnica Federal e, finalmente, um elemento do Projeto RONDON, que trabalha na parte comunitária.

Quais as dificuldades que nós estamos encontrando para a implantação do Programa? As dificuldades que serão válidas para os Estados que ainda têm o programa e que poderão se antecipar e se preparar para enfrentá-la?

Uma primeira dificuldade seria a falta de conscientização por parte dos órgãos envolvidos com o Programa, de que ele não é a solução para os problemas dos órgãos, mas é um Programa novo para resolver problemas da comunidade. Quer dizer, o órgão que vai participar do Programa não pode pensar que ele vai resolver os seus problemas de custeio, de remuneração de pessoal, etc. é preciso se conscientizar de que nós estamos chamando para financiar ações que interessa a comunidade, e que estariam na área de atribuição do órgão. esse órgão não pode ter no programa uma fonte de financiamento para os seus problemas. Essa falta de conscientização teve que ser muito debatida, porque todo mundo queria trans-

formar o PRODASEC Urbano no FNDE: uma fonte de recursos disponível-

Nível para o Estado todo. Já pensou, a Universidade Federal, que anda com débitos enormes,, pegar dinheiro? Não sobrariam recursos para o 1º e 2º graus.

Outra dificuldade é a proibição governamental, o do Estado como do Governo Federal, de contratar pessoas. Como é que vamos ter um projeto desses que implica mil ações mil trabalhos com a comunidade, sem pegar pessoas especialistas? E como transformar a professora em uma pessoa que vai trabalhar com a comunidade? Então a dificuldade que o Programa sente muito é a de trazer o especialista, trazer uma pessoa, remunerar essa de tal forma que ela possa dar sua contribuição efetiva, a sua experiência. E aí nós já ganharíamos em operacionalidade e desempenho. O Estado tem

dificuldade de contratar, o Governo federal também, Cria-se portanto, o obstáculo.

Uma outra dificuldade muito grande é o rigor da legislação financeira orçamentária quando vamos trabalhar

com a comunidade. Por exemplo, vamos dar dinheiro para essas escolas, para essas diretoras recuperarem essas escolas, e a prestação de contas disso, e o problema da licitação? É realmente uma limitação muito grande. Muitas vezes, o operário não tem carteira de identidade, nem carteira de trabalho, ele não tem CPF; há, destarte, uma distância muito grande, entre o objetivo do Programa, de trabalhar de pé no chão, de trabalhar com o homem da comunidade, e a burocracia, a legislação que presume que todo mundo é ladrão até provar o contrário. Isto é uma dificuldade muito grande que nós temos.

Finalmente, diferenças de níveis de remuneração entre os órgãos federais, os estaduais e municipais que participam do Programa. Recebe um professor que vai coordenar um projeto uma certa gratificação normal de projeto na Secretaria da Educação. Vem uma pessoa da área federal, para também coordenar um projeto na mesma área e recebe uma gratificação 10 vezes maior que a do professor. Não corre bem a equipe em que uns ganham dez vezes mais que outros. Precisaríamos, talvez, pensar um pouco mais como uniformizar o nível de remuneração desse pessoal que está engajado no mesmo projeto, porque, cria desequilíbrio, cria até certo privilégio que não propicia um bom andamento do Programa.

Estas seriam as minhas observações; tentei não me estender muito; gostaria, porém, ao finalizar, de deixar o meu depoimento.

O Programa é válido, o Programa se enquadra dentro da preocupação do Governador e da Região, agora que é uma preocupação de toda a Região Nordeste o problema do desemprego, do subemprego, problema da miséria, problema da fome. Nós temos dito, temos visto, temos tido reunião com a comunidade, temos ouvido coisas desse tipo o problema de Pernambu

co é fome, Governador, ninguém come viaduto não. Quer dizer, a comunidade sente que se está dando muita ênfase à infra-estrutura e que se está deixando de lado a parte social, de alimentação, de saúde, etc. Em outra ocasião alguém disse Secretário é muito bom o Senhor falar nisso em atingir a barriga da gente, porque ninguém come o PIB. PIB é negócio de economista, não vamos crescer o PIB para depois melhorar a situação, então ninguém come PIB, como ninguém come viaduto.

Isto

dizer que nós temos que estar bem conscientes de que na meet] e jogando recursos para a infra-estrutura, faltam recursos para as atividades sociais fins, e hoje quando se fala, por exemplo, que não há recursos para o Nordeste, o que não há são recursos para o social. Eu acho que a coisa está errada porque recursos existem, o que há é que eles estão aplicados em outras coisas. Nós precisamos lutar, lutar para que

não fique a reboque do econômico, que o social tenha sua cidadania dentro do desenvolvimento, Vamos dar cidadania ao social, e, aqui para nós, para conseguirmos isso, acho que o caminho mais curto é via educação que é realmente o setor mais estruturado, e em todos os sentidos é o que está mais perto da comunidade. Muito obrigado.

COORDENADOR DE MESA - Agradecemos essa contribuição das mais valiosas do Professor Joel Hollanda Cordeiro, de Pernambuco, e apesar da limitação do tempo, acho impossi-

vel limitar expositores em face do interesse de todos nós, digamos assim nas exposições dos Estados que estão engajados

neste Programa.

Eu, pessoalmente, ontem, em audiência, com o Ministro da Educação, Eduardo Portela, tive ocasião com o Governador de Alagoas e Senadores de expor ao Presidente a importância que para nós têm o PRONASEC e o PRODASEC em nível rural e urbano. São programas da maior importância e, portanto, precisamos de tempo para ouvir e discutir esses assuntos.

Na continuidade com a palavra o Professor Antonio de Albuquerque Souza Filho, Secretário da Educação do Ceará.

PROFESSOR ANTONIO DE ALBUQUERQUE SOUZA FILHO - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO- DO CEARÁ - Bom, no Estado do Ceará, nós tivemos a visita do Ministério da Educação em agosto. Em janeiro, nesse final de janeiro, o enviado do Ministério nos comunicava a implementação nos próximos meses de um programa específico para o meio urbano, um programa que teria características completamente diferenciadas dos outros até então em vigor na área da educação. No primeiro momento desconfiávamos da informação, acostumados a sempre receber determinados programas bem amarrados. Um programa com a flexibilidade que se propunha, no começo inclusive de todo o grupo que participou da primeira reunião na delegacia do MEC, nos deixou, realmente em dúvida.

Somente no final de fevereiro, quando recebemos o primeiro documento e a confirmação de que no mês de março, teríamos o protocolo firmado para o início das atividades, foi que pareceu que a coisa vinha mesmo para valer. Então, começávamos a pensar em montar um programa com especificidade bem diferente dos demais.

A primeira preocupação nossa foi chamar a Assessoria de Planejamento da Secretaria da Educação, para que ela pudesse montar um programa com toda uma flexibilidade a que nós não estávamos acostumados a trabalhar. Dentro das diretrizes do MEC, nós teríamos várias instituições que pudessem ser integradas para trabalhar em conjunto, dividindo a responsabilidade da programação, e um grupo que ficasse a cargo de executar o programa propriamente dito. Tínhamos que montar um grupão e um grupinho, como nós chamávamos em nível da Secretaria; quer dizer, um grupão, grupo de assessoria, de

consultoria, como estava sendo denominada, e um grupinho, que seria o grupo da parte executiva propriamente dita. Em seguida a questão como vamos formar este grupão?

O primeiro" cuidado foi não formar um grupão muito numeroso. Em trabalho de grupo, quando você põe muita gente, há muita fala e não vai para a frente.

A segunda preocupação foi colocar nesse grupão instituições que realmente estivessem trabalhando em áreas que poderiam ser envolvidas no tipo de atividade que se propunha. Tínhamos na cidade de Fortaleza, na área Federal, a Universidade Federal do Ceará, com recursos humanos e alguns programas *em* periferias da cidade; tínhamos a escola Técnica Federal com uma série de atividades, suporte e Know how para montar um programa desses; tínhamos o Projeto Rondon que também possuía uma série de experiências; pensamos em agregar a delegacia do MEC que daria apoio na conexão da Secretaria da Educação e Ministério da Educação. Paramos aí com a listagem dos possíveis órgãos da esfera federal.

Para a esfera estadual, se fossemos colocar todas as demais Secretarias ter-se-ia um número muito grande de órgãos. Como poderíamos fazer essa vinculação através dos projetos e das atividades nas áreas, então restringimo-nos à Secretaria da Educação, e ao programa da cidade de Fortaleza chamado PROAFA. Deixávamos, pois, dois órgãos da área estadual.

Da área municipal chamamos a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal da Educação. Assim, basicamente nós amarramos os órgãos que iriam compor o Grupo Consultivo.

Como esse programa era um programa novo que iria envolver uma série de considerações, iria envolver naturalmente choques de interesses, procuramos colocar nesse grupo o maior número de técnicos da Secretaria da Educação para pudermos, de certa maneira, controlar o sistema. Então colocamos 5 elementos da Secretaria *no* grupo, alegando que a Secretaria era o órgão executivo do projeto. Participam o Secretário como Coordenador, o Diretor da Assessoria de Planejamento, e o Departamento de Ensino que, no nosso caso, é o órgão operativo onde está situado o pré-escolar, 1º grau, 2º grau, supletivo etc. e que vai executar o programa.

Nos tínhamos que montar o Programa em curto tempo e tínhamos recursos para gastar em pouco tempo. O fator tempo nos limitava, pois.

já estava mais ou menos orientado o tipo de clientela que iríamos trabalhar; a clientela estava identificada, seria a clientela carente, das populações periféricas da cidade. Numa cidade como Fortaleza que possui 216 favelas é muito fácil identificar onde estão as famílias das periferias, as misérias da cidade.

Sabendo quais as áreas mais carentes da cidade, procuramos escolher aquelas onde já se trabalha nesse tipo de promoções; principalmente órgãos do Estado e da PROAFA, órgão que faz um trabalho mais ou menos semelhante ao que vimos aqui da Ceilândia. Ele identifica as favelas, faz todo um trabalho de melhoria das favelas e todo um processo social.

Depois de identificadas essas áreas passamos a identificar as pessoas, as instituições ou associações nelas existentes para conhecer os líderes dessa comunidade, com

eles divulgar que tínhamos um programa para instalar naquela área e queríamos a sua opinião.

Depois desse levantamento rápido foram selecionadas 11 áreas nos Municípios de Fortaleza e de Limoeiro (que também teríamos de escolher uma cidade de porte médio), cidade de porte médio próxima à capital.

Passamos, em seguida, para a montagem das linhas de ação que "áreas" iríamos trabalhar nessas áreas. Ramos em 3 linhas. A linha de apoio ao ensino de 1º grau a linha chamada de desenvolvimento de ações comunitárias e linha de educação e produção. Ficamos nestas três linhas.

À linha que chamamos de apoio ao ensino de 1º grau, teria recursos destinados a construção e ampliação de unidades escolares da rede estadual, municipal e particular, a recuperação de escolas, a aquisição de equipamentos e materiais didáticos, a aparelhamento para alunos especiais, a realização de treinamentos para docentes, técnicos, pessoal de apoio administrativo que atua na rede estadual e municipal bem como mães dos alunos do pré-escolar (porque o pré-escolar entrou nessa linha), e a desenvolvimento de ações no âmbito de prevenção e assistência médico-odontológica aos estudantes. Tais medidas visam a ampliar a capacidade de matrícula, ao perfeiçoamento da qualidade de ensino, a melhoria das condições de saúde dos alunos, além de enfatizar a integração escola-comunidade, utilizando uma sistemática de ação que possibilita a participação comunitária ao conceder às escolas maior autonomia e flexibilidade no desenvolvimento de suas atividades.

O desenvolvimento de ações comunitárias, a nos

sa segunda linha de ação, visava a ações voltadas para a construção e recuperação em equipamentos de Centros Sociais Comunitários que proporcionarão atividades educacionais culturais e recreativas, cursos profissionalizantes e atendimentos médico-odontológicos para a realização de cursos de suplência, campanha de educação sanitária, ampliação de atendimento às crianças de zero a 6 anos em creches convencionais e creches lares, pesquisas que venham suprir a falta de informações sobre as características das áreas selecionadas para atuação do Programa e os aspectos sócio-econômicos e culturais de suas populações. Esse projeto não pretende adotar uma linha puramente assistencialista, mas, sobretudo, despertar, nas comunidades pobres das áreas de abrangência do Programa, uma consciência de que a superação dos problemas deve ser uma conquista e não uma dádiva.

A terceira linha de ação, educação e produção, dispunha de recursos destinados a instalação de oficinas de trabalho, criação de ambientes físicos para a produção e comercialização, implantação de sistema cooperativo de trabalho e preparação de mão-de-obra em unidades moveis, unidades escolares, centros comunitários, em oficinas, unidades de produção e de serviços. Com o desenvolvimento dessas ações, espera-se dar a população alvo a oportunidade de engajamento na força-trabalho, oportunizando, por consequência, acréscimo de renda e melhoria das condições de vida.

Tínhamos as linhas de ação. Que queríamos fazer em cada linha dessas? Divulgamos, através do rádio, através de jornal, que a Secretaria estava com um programa para as zonas carentes, que esse programa visaria a isso, aquilo ou aquilo outro e quem quisesse procurasse a Secretaria da E

ducação, no endereço tal, que ali seria oferecido roteiro, como elaborar o projeto, etc. Aflorou com isto a Secretaria uma quantidade muito grande de pessoas, de entidades, de associações, dessas áreas pré-selecionadas e várias delas elaboraram projetos.

Uma vez elaborados, entrávamos na fase de análise dos projetos.

Este foi um trabalho muito bom da equipe técnica, que teve de recusar alguns projetos, reduzir outros. Os recursos que tínhamos, eram 145 milhões e só a primeira remessa dos projetos dava para mais de 200 milhões de cruzeiros. Tivemos que reduzir uma série de coisas levando, inclusive, nessa oportunidade, à consideração do grupo maior para definir os cortes e os beneficiados.

Numa hora muito importante para o Programa, o grupo, o grupão resolveu delegar poderes ao grupo técnico aceitando plenamente a sua análise técnica. As várias instituições que dele fazem parte aceitaram plenamente os cortes nos seus recursos, começando pela própria Secretaria da Educação que tinha que dar o exemplo a Universidade Federal, a Escola Técnica Federal, todas aceitaram de bom grado que os recursos fossem reduzidos para que a coisa pudesse funcionar da melhor maneira possível.

Esses recursos eram amarrados. Achavam-se distribuídos em correntes e capital. E tínhamos 75 milhões para o apoio de 1º grau, 40 milhões para ação comunitária e 30 milhões para educação-produção. E tínhamos 65 milhões para correntes, e 80 milhões para capital. Tudo, de certa maneira, amarrado no MEC e pelo Tribunal de Contas, etc.

Sabendo o quantitativo que tínhamos, começamos a rever as diferentes propostas, reanalisá-las e reduzir os custos novamente.

Já aprovamos 28 convênios com diferentes instituições com as quais tínhamos quatro projetos na área federal Fundação Cearense de Pesquisa, da Universidade, o Projeto Rondon, o Centro de Treinamento e Desenvolvimento Econômico e a Escola Técnica Federal. Com unidades da área do Estado, havia seis projetos, com a Secretaria da Educação do Estado, Secretaria da Saúde do Estado, Secretaria de Cultura e Desporto que, no caso do Ceará, é separada, a Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará e a Fundação do Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza - PROÀFA. Em seguida, vem a área Municipal com três convênios; um com a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal da Educação e Cultura um com o Serviço Social de Fortaleza, que é um órgão da Prefeitura, e outro com a Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte. Por último, os convênios com as instituições privadas num total de 15. Em termos de distribuição de recursos e percentualmente, coube à Secretaria da Educação, 23%, primeiro lugar; em segundo lugar ficou a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza com 21% dos recursos; terceiro coube à Universidade Federal do Ceará, 9%; em quarto lugar, a Fundação do Bem-Estar do Menor com 6%; quinto lugar coube a Escola Técnica Federal. A maioria das entidades privadas fica em torno de 2%, de 1%, sendo que maior percentual coube ao SENAI.

Para vocês terem uma idéia das instituições particulares que estão trabalhando conosco, citamos SENAC, SENAI, Associação Comunitária de Limoeiro, Associação das

Irmãs Missionárias .Capuchinhas, Associação da Paróquia de São Pedro e São Paulo, Associação Cultural da Paróquia de São Raí-mundo, Centro Social Cristo Redentor, Centro Comunitário Cristo Redentor, Paróquia Nossa Senhora da Saúde, Lions Clube de Fortaleza, Rotary Clube de Alagadiços, Instituto dos Pobres da Bela Vista, Sociedade Beneficiente Cultural, Liceu de Artes e Ofício de Limoeiro , Escola Naval Rural de Limoeiro do Norte. já distri-buimos todos os recursos, para que não houvesse a confiabilida-de dos órgãos conveniados no Programa a repassar os recursos. Tínhamos recebido 30 milhões do MEC, repassamos imediatamente os 30 milhões. Porque o MEC ainda não havia repassado a segunda parcela (somente agora a estamos recebendo)e nós tínhamos recur-sos do salário-educação, cota federal, etc, juntávamos esses re-cursos, criávamos uma cota única e a repassávamos para o Progra-ma do PROAFA, de modo a criar confiabilidade no Programa. Daí para a frente nos começamos a repassar e, até hoje, já repassa-mos 4 7 milhões 325 mil cruzeiros. Quer dizer, repassamos os 35 milho s que nós recebemos de primeira parcela do PROAFA e mais 12milhões 325 mil dos recursos do salário-educação cota fede-ral. Tiramos pra lá botamos pra cá, no final das contas vai dar tudo no mesmo.

A esta altura, já começamos o programa de apoio ao 19 grau, com três atividades em execução no desenvolvimento de ações comunitárias, temos oito, na educação e produção temos quatro. Não vou falar aqui, mas cada qual tem detalhamentos e resultados alcançados. Temos 24 escolas recuperadas da rede do Estado e do Município, seguindo a mesma experiência de Pernambu-co de chamar as Diretoras e entregar-lhes o dinheiro. Foi um Deus nos acuda. Ninguém queria receber o dinheiro. Para que elas recebessem o dinheiro tivemos que fazer reuniões "olhem, vocês vão receber o dinheiro, vão fazer o que vocês quiserem" – Ah, mas isso não dá certo não". Houve umas confusoeszinhas no meio, mas vamos resolver. Outro dia demos dinheiro para reparar uma escola e a Diretora comprou uma bomba d'água; eu não sei como, mas temos que resolver o problema. Isso aí é uma questão conta

bil que depois resolveremos.

Bom, dos 2.596 treinamentos na parte de ensino de 1º grau, já temos 170 treinados; no desenvolvimento de atividade e saúde escolar, contamos 153 pessoas treinadas. A Secretaria da Saúde está treinando as professoras da rede oficial do Estado para que tenham noção da parte de saúde, inclusive vacinas para os alunos; ela fornece todo o material para essa transmissão de conhecimentos e as professoras vão ser agentes para preparar os pais dos alunos, mostrando-lhes a importância do fator saúde e da colaboração deles. Uma vez por mês, em determinado dia, um ônibus com toda uma série de equipamentos de saúde para radiografia, exames de sangue, uma série de coisas, vai às escolas que funcionam como suporte para esse tipo de atividade.

No programa de ações comunitárias já fizemos alguns trabalhos, outros estão em andamento ou sendo iniciados. A parte de educação e produção é que está avançada, correu mais. já temos 150 pessoas treinadas. Tive oportunidade de ir a uma festa na paróquia do bairro do Mucuripe, que recebeu dinheiro para o treinamento, e foi realmente uma festa muito bonita 100 soas estavam terminando o curso de manicure, corte e costura, e outros. Uma festa muito bonita, pessoas de várias idades. O mais importante é que muitas delas já estavam com emprego, ganhando, e outras estavam-se associando para formar um gabinete beleza, não sei mais o quê. Eu queria que vocês vissem a festa Foi to interessante. A importância que elas davam ao diploma. Inclusive uma professora foi receber o diploma e fez questão de ir ao lado do Secretário bater o retrato; enquanto não batia o retrato na mesa com todo mundo ela estava lá com o diploma

Amanhã, segunda-feira, nos estaremos em Fortaleza, encerrando um curso com o SENAI, de formação de panificadores . já tivemos encerrado o curso de professoras na parte também aqui no pré-escolar. Estamos treinando professoras dentro daquela filosofia de trabalhar com os recursos existentes da comunidade.

O governo nesse ponto facilitou, contratamos 50 novas professoras para o pré-escolar, que entraram com todo um treinamento novo de pré-escolar, uma nova filosofia de trabalho para um treinamento bem intensivo.

Vejamos agora, quais são os problemas e as dificuldades que temos encontrado no Programa.

Primeiro em relação ao MEC, Programa novo, isso é claro, com o qual o MEC esta quebrando toda a sua estrutura, recebíamos o primeiro documento com certos enfoques, com muita liberdade de gastar o dinheiro em que quiséssemos. Depois que nós começamos, lá vem o MEC não pode tal coisa, o Tribunal de Contas, o negócio é assim, só pode ser assim. Isto, de certa maneira dificultou o nosso trabalho, entendemos o porquê, mas foi uma dificuldade que tivemos com a amarração dos recursos financeiros que tem dificultado muito o nosso trabalho. Depois, naturalmente, como programa novo, o MEC Lera trazido equipes como o Dr. Cabral teve oportunidade de mostrar já em algum lugar, com diferentes pessoas dos setores pré-escolar, 1º grau, etc. para trabalhar conosco. No começo (agora não, a coisa está começando a ficar uniformizada) , equipes, digamos, do pré-escolar, chegavam lá queriam uma orientação completamente diferente do que dava o PRODASEC Central. Então, sentamos para conversar: o PRODASEC diz uma coisa você diz outra, quem é que tem razão? Vamos conversar direito porque não podem ficar duas conversas ao mesmo tempo. Depois, naturalmente, tudo melhorou ao nível de entrosamento com o MEC. Tivemos também alguns problemazinhos de entrosamento inicial ao nível da Secretaria, como era natural.

No que diz respeito a dificuldades com os outros órgãos que iam trabalhar no programa (não sei se os colegas tiveram) havia por parte deles uma desconfiança em relação à Secretaria da Educação. Foi um dos problemas mais sérios que tivemos. O pessoal não estava acreditando que a Secretaria pretendia trabalhar com eles, não estava acreditando que a Secretaria

desejava se entrosar com eles, repassar-lhes o dinheiro. Isto foi uma dificuldade muito grande pois muita gente só acreditou quando recebeu o dinheiro. Por isso nós fazíamos questão de na hora de assinar os convênios chamar todo mundo, mandar bater o - retrato, para depois mostrar aos outros que a coisa foi feita. Não é?

Ao nível da Secretaria da Educação também tivemos dificuldades porque ela não estava programada nem montada para esse tipo de atividade. Quer dizer, a estrutura da nossa Secretaria, como acredito ser a de todas as outras, é montada para trabalhar num sistema normal de pré-escolar, 1º grau, 2º grau, treinamento de professores, equipamento de escola, etc. Na hora de trabalhar num programa flexível ninguém acredita. Foi preciso um trabalho muito sério para convencer, mas, por outro lado, gostaria de ressaltar que o pessoal facilitou muito esse trabalho não criando dificuldades.

Procedíamos assim chamávamos a coordenação do pré-escolar e dizíamos -você vão fazer o programa do pré-escolar, façam o que nós temos de fazer dentro dessa linha, criem; chamávamos o pessoal do 1º grau no departamento de ensino e dizíamos -você vão fazer tudo que acham que deve ser feito nas periferias urbanas dentro do 1º grau, criem vocês, procurem o que a Secretaria tem que fazer; chamávamos o pessoal da Divisão de Construção de Reparos e dizíamos - você vão cuidar do programa de agilizar o processo de recuperação dentro de uma outra filosofia, a de repassar o dinheiro para as diretoras, acompanhar as diretoras; o problema é de vocês, bolem o sistema de acompanhamento, se virem para resolver o problema para mim; chamávamos o pessoal do setor administrativo e dizíamos - eu sei que vocês têm muitas tarefas com outros programas, mas quero que dêem prioridade no sistema de licitação para essas coisas aqui nossas e criem mecanismos, facilitem o mecanismo para repassarmos os recursos para os outros, principalmente para repassarmos o dinheiro para as diretoras; os problemas que vierem nós resolvemos lá

na frente, vamos repassar, vamos criar os problemas aqui logo e lá na frente nós resolvemos. Isto realmente facilitou muito a equipe executiva que só ficou cobrando, só empurrando o setor dentro da Secretaria da Educação o que fez que a coisa se agilizasse muito.

Eu diria, para concluir, com a experiência nossa na Secretaria da Educação do Ceará, que algumas coisas devem ser cuidadas pelas novas Secretarias que vão entrar nesse Programa.

Primeiro fator, é a escolha da pessoa que vai coordenar esse projeto, esse Programa. Isto é da maior importância, se você não souber escolher uma pessoa adequada, vai ter muita dificuldade. O segundo fator, é você conseguir o apoio dos setores da Secretaria para o Programa; se você não tiver o apoio dos departamentos, dos setores, sempre haverá os ciúmes institucionais, dos grupos pessoais que vão criar dificuldades na execução do Programa. Depois, é muito importante o entrosamento, a gente criar mecanismos flexíveis de entrosamento da Secretaria com os outros órgãos, o que não é muito fácil até porque não estávamos acostumados a esse tipo de atividade. Uma das coisas que facilitou muito o nosso entrosamento foram as pessoas designadas pelas instituições para o grupão, como nós chamamos para representar a delegacia do MEC foi a delegada do MEC; representando a Prefeitura Municipal de Fortaleza foi a Secretaria Municipal da Educação; representando a Universidade Federal do Ceará, foi o Pró-Reitor de Extensão; representando a Escola Técnica Federal, veio um professor encarregado do Setor Didático da Escola Técnica Federal; então nós tivemos, realmente, pessoas com capacidade de decisão nos seus órgãos e que realmente tinham poderes dos seus representados para decidir, destarte facilitando muito o nosso trabalho.

Ponto que considero essencial para o nosso trabalho foi o apoio do Senhor Governador do Estado, sem o qual não

teríamos feito nada. Tão logo se lançou o Programa, fui ao Senhor Governador do Estado, comunicar que se tratava de um programa novo, com características totalmente diferenciadas, e para o qual não tendo nenhuma experiência pois era uma experiência nova, precisava de carta branca. Ele nos deu essa carta branca que realmente facilitou muito o trabalho, não interferindo nas escolhas para as coordenações, na distribuição do dinheiro entre os órgãos. Nem houve aquele cuidado de deixar tudo no Estado, a maioria dos recursos você tem que deixar na mão do Estado; não houve esse tipo de preocupação por parte do Senhor Governador do Estado.

No que diz respeito as novas necessidades no Estado do Ceará, eu diria que nós agora estamos sentindo a necessidade de colocar no grupo maior uma pessoa ligada ao crédito, digamos uma pessoa do Banco Oficial do Estado, porque realmente na hora de financiar o equipamento para o aluno que foi treinado que era uma das ideias do PRODASEC fica difícil. O Tribunal de Contas dificulta tanto que, estamos chegando à conclusão de termos que criar uma linha especial para podermos entrar nessa área.

Outra necessidade que sentimos é a de um trabalho conjunto das Secretarias envolvidas e mais o MEC para criarmos, junto a quem de direito, maior flexibilidade na utilização dos recursos. Ainda há muita amarração em termos, de Tribunal de Contas etc. Não sei se teríamos que fazer um trabalho dessa ordem. Realmente isso dificulta muito, principalmente na hora que temos que entregar a Diretora - prestação de contas, licitação, um Deus nos acuda.

Finalmente, acho que teríamos que ver esse processo de liberação dos recursos por parte do MEC porque agora o FNDE está com uma história de que só libera recursos para os Estados, se os Estados gastarem os recursos que têm. Ora, eu não posso correr para gastar todo o meu dinheiro num salário- educa

ção cota federal para daí poder receber os recursos do PRODASEC. Ou me dão o dinheiro do PRODASEC ou vai parar tudo. Temos que mostrar que são programas diferenciados e que temos que trabalhar com recursos diferenciados. Isto é, realmente, um ponto que, no meu caso, já começa a criar um estrangulamento. Se você lança um programa novo desse e as instituições nele envolvidas estão com entusiasmo (eu queria que vocês vissem a empolgação dos órgãos envolvidos) e há um risco de os recursos não chegarem na época e não haver continuidade dos trabalhos, vamos assistir à falência total do Programa. Então, nos temos que ter estas duas certezas: a da flexibilidade da liberação dos recursos nas épocas adequadas, e a da continuidade do programa. De uma maneira geral é o que nos vamos fazer no Ceará. Muito obrigado.

COORDENADOR DA MESA - Valiosa contribuição do Ceará ao Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio urbano. Eu lembro só a vocês que a situação do Ceará é diferente porque ele entrou no programa de emergência e recebeu o salário-educação.- cota federal toda. Os outros não teriam a possibilidade de adiantar, como ele fez, os recursos.

PROF. ANTONIO ALBUQUERQUE - Você sabe como é a história do cearense ele vive assim para ver se tem chuva, se não chove ele vira a mão para pedir, não é?

COORDENADOR DA MESA - Na realidade o Programa exige uma mobilização completa interna e externa, porque internamente nos estamos acostumados aos nossos grupos, à contabilidade que reage violentamente a uma mudança de qualquer coisa assim, dentro da sistemática que as próprias instituições financeiras do MEC exigem. Temos que repreparar todo o sistema.

A desconfiança dos outros órgãos e a falta de hábito num trabalho comunitário; os nossos próprios professores estão acostumados com a nossa escola, mais ou menos fechada, uma

escola, que não tem aquela participação ativa na comunidade, nem a comunidade reflete na escola as suas aspirações e os seus anseios. Esse projeto é, na realidade, aquela violentação indispensável de que temos necessidade, é urna abertura, talvez das maiores nesse campo, pela qual estávamos há tanto tempo, esperando. Com a palavra, agora, o Prof. Dionísio João Hage. Secretário da Educação do Pará.

PROF. DIONÍSIO JOÃO HAGE - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO PARÁ -

Prezados companheiros da mesa- meus senhores e minhas senhoras. Nós vamos procurar sintetizar e conhecemos o adiantamento da hora e ainda vamos debater o que é muito importante. O PRODASEC Urbano teve no Pará uma considerável aceitação por vir de encontro as necessidades existentes, considerando sua filosofia educacional voltada para a redução da pobreza, não se preocupando com a faixa de idade, nem com mecanismos isolados, meramente formais, que dificultam o acesso ao ser carente.

Esse aspecto de abrangência, vinculador por excelência, foi sentido por ocasião da montagem dos projetos. Inicialmente separados por linha de ação permitiu verificar serem as linhas apenas conceituais, porque na prática elas estão presentes em todos os projetos com seu espírito altamente integrador.

A implantação em nosso Estado fugiu ao cronograma nacional pelo desejo de antecipação demonstrado pelo Senhor Governador que levou mais além o seu arrojo de coragem, solicitando que o Programa atendesse, de imediato, além da área metropolitana, uma cidade de médio porte que foi Santarém, considerada pela sua localização estratégica, a capital do baixo Amazonas, com uma população aproximada de 200 mil habitantes.

Delineado o trabalho, preparado o plano de aplicação, os projetos passarão à execução envoltos nas inspirações dignas daqueles que são nossos irmãos distantes do processo de

desenvolvimento e que precisam, por força, do direito, tornar-se elementos participativos de um trabalho em busca de melhores dias.

Então nos vamos procurar levar aos Senhores o que foi o PRODASEC no Pará, como ele está se desenvolvendo, inicialmente mostrando a estrutura administrativa do programa.

Na realidade vai haver muita semelhança na nossa exposição, com a do companheiro Secretário do Ceará. Coordenação Estadual do Programa, Comissão Técnica, equipes de área. Vamos encontrar a equipe 1 no bairro do Juruna, equipe 2 em Sacramento, equipe 3 em Coaraci, equipe 4 em Santarém. Depois vamos detalhar melhor.

A Coordenação Estadual, nisto nós nos diferenciamos do Ceará, ficou com o Secretário da Educação e criamos uma comissão técnica executiva constituída por um técnico do planejamento, um técnico de finanças, um técnico de desenvolvimento de comunidades, um técnico de educação de 1º e 2º graus, e um técnico de educação-produção. A equipe executiva de área constituída por um coordenador, um estagiário de assistência social, um estagiário de economia, um estagiário de pedagogia e um representante da comunidade.

Vamos procurar mostrar o Conselho Consultivo e os seus componentes, SEDUC, PRODASEC, Universidade Federal do Pará, Banco Nacional de Habitação e COHAB, Campanha Nacional de Alimentação Escolar, CETA - Centro de Ensino Técnico da Amazônia, CODEN, da área Metropolitana de Belém, Conselho Estadual de Educação, Delegacia do MEC, Escola Técnica Federal do Pará, Fundação do Bem-Estar Social, LBA, MOBREAL, Projeto RONDON, Secretaria de Cultura, Secretaria da Saúde, Secretaria de Planejamento, Secretaria Municipal da Educação. Esses são os órgãos que constituem o Conselho Consultivo.

Houve uma preocupação, e nós prestamos bem atenção ao nosso companheiro do Ceara, aquela preocupação do relacionamento dos órgãos da Secretaria com o Programa; na realidade nós não tivemos esse tipo de problema, e houve um perfeito entrosamento. Para vocês terem uma ideia, um dos nossos departamentos, o Departamento de Orientação e Controle, manteve um perfeito relacionamento com o programa como é o PRODEARTE e o Programa Mundial de Alimentação, a CORCOF - Coordenadoria dos Órgãos Regionais de Cooperação Financeira, com a preparação de recursos humanos para o desenvolvimento comunitário; a nossa Assessoria de Planejamento e Assessoria de Engenharia, com as escolas comunitárias, - a sub-secretaria, com o pró-município e escolas municipais; o Departamento de Apoio Pedagógico, com relação a legislação de ensino de 1º grau e currículo; e a Central de Implementação, implementando os projetos.

já explicamos na apresentação, a base do nosso PRODASEC foi Belém e o Município de Santarém. Observem que foram escolhidos na capital, apenas os bairros do Juruna e Sacramenta que foram aqueles que nos pareceram mais carentes e um distrito um pouco afastado de Belém que é o de Coaraci.

Critérios estabelecidos para a seleção dos bairros. Nós temos um problema muito sério que são as baixadas de Belém; então, seleção das bacias baixadas, população por bairros, dimensão da área, existência de trabalho comunitário e maior Índice de carência, foram os cinco critérios que adotamos para a escolha e relação as bairros.

Recursos por linha de ação, despesas correntes, despesas de Capital. Na primeira linha, tivemos um total de 44 milhões e 820 mil cruzeiros, na segunda 9 milhões e 380 mil cruzeiros, na terceira 5 milhões e 800 mil cruzeiros, num total de Cr\$ 60 milhões de cruzeiros. É o Estado mais pobre do PRODASEC.

Bem, na primeira linha, gostaria de chamar bem a

atenção dos senhores, houve realmente uma deliberação de não nos preocuparmos em reforçar os projetos da Secretaria, e sim de atender à filosofia do programa.

Então vocês vão ver na linha um a escola comunitária, a mobilização e implementação que nos fizemos através da Secretaria Municipal da Educação

Educação para o trabalho, através da Escola Salesiana do Trabalho. Aliás, o Padre Lourenço no primeiro dia fez uma exposição do que essa escola realmente realiza, um trabalho excelente.

O apoio a terminalidade real. Aí, sim, a Secretaria entrou junto com a Escola Técnica Federal do Pará, num projeto. Como bem disse o Secretário da Bahia, o Dr. Tinoco, realmente quando nos assumimos, eu acredito que também a maioria dos Secretários, nos nossos Centros e as nossas salas especiais, praticamente sem funcionar. Fizemos uma experiência, desde logo, criando em um bairro de Belém um Centro de Artes Práticas, e justamente aí é que vem, na linha de reforço do 1º e 2º graus, o apoio do Programa a um trabalho da Secretaria da Educação, assim mesmo juntamente com a Escola Técnica Federal do Pará.

E valorização da arte popular na educação através da Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes que, também no Pará, é desvinculada como é no Ceará.

Antes de passar a outra transparência gostaria de ler os objetivos da linha um

1. Reforço ao ensino de 1º e 2º graus em vinculação com a comunidade real. Projeto - Escola Comunitária - Objetivo operacionalizar as diretrizes gerais emanadas do programa de Ações sócio-Educativas-culturais para a população Carente,vi

sando proporcionar uma ação conjunta povo e governo a fim de reduzir as desigualdades sociais e desequilíbrios locais. Área de abrangência - Município de Belém - Distrito Belém - Zona Periférica Urbana - Bairros Juruna e Sacramenta. Órgãos envolvidos Coordenação - Prefeitura Municipal de Belem Secretaria Municipal de Belém. Execução Centro Comunitário, Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém, Legião Brasileira de Assistência, Prefeitura Municipal de Belém, Secretaria de Obra, Projeto RONDON, Coordenação Estadual do Pará - Secretaria de Planejamento.

2. Educação para o Trabalho - Objetivo capacitar o menor carente a aprender, produzir, gerenciar e usufruir o resultado do seu trabalho. Área de abrangência - atendimento de menores carentes procedentes dos bairros da Sacramenta, Pedreira, Marco (84%) e de outro de Belém, interior do Estado (no total de 16%) . Órgão envolvido:A escola Salesiana do Trabalho.

3. Apoio á terminalidade real. Objetivo promover a dinamização do Centro de Artes Práticas em articulação com a Escola Técnica Federal do Pará visando ao aproveitamento da mão-de-obra semi-profissionalizante no mercado de trabalho. Área de abrangência Distrito de Belém, Bairro do Juruna, Sacramenta e Marco. Órgãos envolvidos - Secretaria da Educação e Escola Técnica Federal do Pará.

4. Valorização da Arte Popular. Objetivo Promover a participação efetiva dos alunos, artesãos da própria comunidade nas atividades do Núcleo, concorrendo para o fortalecimento da COARTE e conseqüentemente com o Sistema Artesanal - Área de abrangência - Município de Belém, Distrito de Coaraci, Órgãos envolvidos Coordenação, Secretaria de Cultura de Esporte e Turismo, " Secretaria de Estado da Educação, SEDUC. Execução - Cooperativa de Artesanato de Coaraci, Prefeitura Municipal de Belém, Secretaria Municipal da Educação e Prefeitura Municipal de Belém, agência Distrital de Coaraci.

5. Projeto Integrado de educação e Saúde - Objetivo elevar o nível de saúde da população a ser atingida. Área de abrangência - Distrito de Belém, Município de Belém, Periferia Urbana, Bairros da Cremação, Coaraci, Juruna e Sacramenta. Órgãos envolvidos ~ Secretaria da Saúde do Pará. Execução - Campanha Nacional de Alimentação Escolar, Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Legião Brasileira de Assistência, Prefeitura Municipal da Educação, Secretaria Municipal, Prefeitura Municipal e Secretaria de Obras e Prefeitura Municipal, Secretaria de Serviços Urbanos e Universidade Federal do Pará.

Na linha dois - nos temos o desenvolvimento da comunidade, conseqüentemente, a dinamização do processo cultural de Santarém envolvendo a Secretaria de Cultura e a Prefeitura Municipal de Santarém, Desenvolvimento Urbano Integrado, o MOBRAL, Universidade Federal do Pará e dinamização do Centro Sócial.

Ur-

bano de Santarém, Fundação do Bem Estar Social do Menor. Neste caso da dinamização do processo cultural de Santarém houve como objetivo promover o desenvolvimento cultural da comunidade através da participação e valorização do próprio homem e sua cultura.

ra. Área de abrangência - Santarém. Órgãos envolvidos - Secretaria de Cultura, Execução - Prefeitura Municipal de Santarém, Associações comunitárias, campus avançados da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Social Urbano de Santarém, Escolas de 1º e 2º graus, Instituição Cultural - MOBRAL e Museu Emílio Guelde.

1. Desenvolvimento Integrado - Objetivo - O desenvolvimento de trabalho sócio-educativo na comunidade, contribuir para elevação dos padrões de vida da população através de melhores padrões de participação na vida urbana de Belém com possibilidade de reduzir pobreza melhorando níveis de renda, de emprego e de acesso aos bens e serviços de saúde, nutrição, habitação, etc. Área de abrangência Belém - zona periférica urbana - Bairro da Sacramenta - conjunto habitacional Providência. Órgãos

envolvidos - Coordenação do MOBRAL. Execução da Companhia de Desenvolvimento das Áreas Metropolitanas de Belém, Companhia de Habitação do Pará - Legião Brasileira de Assistência, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e Universidade Federal do Pará.

2. Dinamização do Centro Social Urbano do Santarém
 Objetivo intensificar o processo de desenvolvimento comunitário que propicia o crescimento dos padrões sócio-econômico culturais. Área de abrangência - Micro-Região Dois, Município de Santarém - Distrito de Santarém. Bairros - Área do Aeroporto e área de abrangência do Centro Social Urbano. Órgãos abrangidos - Coordenação da Fundação do Bem-Estar Social do Pará, o campus avançado da Universidade Federal de Santa Catarina. Execução Campanha Nacional de Alimentação, Legião Brasileira de Assistência, MOBRAL, Prefeitura Municipal de Santarém, e Universidade Federal do Pará.

Finalmente na linha três, nos vamos ter a Escola de Produção - Indústria de Massa Alimentícia e confecção de roupas, realizada pela Escola Salesiana do Trabalho - Apoio a terminalidade real - Dinamização do Centro de Artes Práticas, SEDUC e Escola Técnica Federal do Pará e Educação Profissionalizante, também realizada pela Escola Salesiana do Trabalho. Neste caso, vamos encontrar como objetivo da educação profissionalizante preparar grupos de menores para exercer atividades comunitárias e lucrativas, visando a autonomia financeira com base no crescimento para a Micro Empresa .. - Área de abrangência diferentes bairros da Cidade de Belém - órgãos envolvidos - Coordenação Escola Salesiana do Trabalho, participação do Centro de Assistência Empresarial pequena e média empresa - CEAE do Pará.

Finalmente, o apoio a terminalidade real. Sub-projeto nº 2, dinamização do Centro de Artes Práticas, o único projeto da SEDUC financiado pelo PRODASEC. Área de abrangência Juvenal - Sacramento, alunos da vizinhança e do Centro - Órgão en-

volvidos - Coordenação SEDUC, participação da Escola Técnica Federal,

Para concluir vamos fazer algumas considerações a respeito do Programa. Inicialmente e preciso que se ressalte ,como fez o Secretário do Ceará, o papel do nosso Governador, por que na realidade o Governador do Pará, a exemplo do Governador do Ceara, deu total liberdade á Secretaria da Educação para a realização; e vocês o puderam constatar pela maneira como a SEDUC quase apenas é beneficiada com um sub-projeto, o que demonstra a total liberdade de ação, objetivando, acima de tudo, cumprir a filosofia do Programa.

O PRODASEC, como dissemos no inicio, foi um Programa de aceitação ao qual os órgãos se engajaram logo de início. Tivemos a felicidade de ter excelentes representantes dos varios órgãos, procuramos divulgar o PRODASEC, utilizando a imprensa falada, escrita e televisada; distribuimos alguma coisa impressa que vocês vão receber no final da exposição, esclarecendo às comunidades sobre o que era o PRODASEC, numa linguagem bem acessível. Todos o entenderam e participaram realmente; hoje estamos com o Programa em execução com a participação de todos, de mãos dadas para o sucesso comum.

Gostaríamos ainda de dizer que o PRODASEC veio trazer, de imediato, vários benefícios à Secretaria do Estado de Educação que merece destaque nesse Seminário, quais sejam 19 -a articulação que se conseguiu entre os diferentes órgãos que compõem o Conselho Consultivo, 2º - o acoplamento de alguns projetos dentre os quais Escolas Comunitárias da Secretaria Municipal da Educação - Belém, o de Educação Saúde da Secretaria de Estado e Saúde⁷, cujas escolas comunitárias selecionadas serão o polo irradiador das ações educativas e sanitárias dentro da sua área de abrangência, o Projeto do Centro Social Urbano de Santarem, que se compõe de dois sub-projetos, (de atendimento a clientela do Centro Social Urbano e na Comunidade fora da abrangên-

cia do centro), do campus avançado da Universidade de Santa Catarina, que vai atuar na mesma comunidade, o projeto desenvolvimento cultural de Santarém, e a integração entre o projeto de terminalidade real e o da Escola Técnica Federal do Pará.

Tem sido de grande valia a ajuda que órgãos como SUDAM, Universidade Federal do Para, Secretaria de Cultura, Secretária de Planejamento, Secretaria de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém, Centro Técnico da Amazônia, LBA, MOBRAL, e ROHDON têm dado à Secretaria da Educação em todos os momentos.

A Secretaria da Educação do Pará, até aqui, não controu nenhum problema com relação á assistência técnica por parte da Comissão Nacional do PRODASEC que lhe tem dado o apoio necessário nessa fase inicial do desenvolvimento do programa . Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao gerente nacional e sua equipe. Nem com os órgãos locais que têm procurado atender a todas as solicitações; nem com relação aos programas executados pela própria Secretaria, conforme foi demonstrado em transparência anterior apresentada.

Talvez o Pará não tenha trazido os problemas os demais Secretários disseram, pelo fato de ser o último Esta do a implantar o Programa e também por ser o mais pobre, o que está lidando com menos dinheiro, o que, de certo modo, facilitou muito.

Quero me solidarizar com os demais companheiros . las colocações que fizeram porque , na realidade , elas são nuito válidas, especialmente aquela exigência de que nós temos que gastar o dinheiro, que isso realmente pode prejudicar o bom andamento do programa. Com relação ao Pará, graças a Deus, não tivemos nenhum problema. Quando Cabral fez a visita ao Governador em minha companhia, ele prometeu que o projeto seria assinado num determinado dia e o projeto foi assinado; I eu que o repasse chegaria em dia determinado e o dinheiro chegou no dia que ele

determinou. Isto facilitou muito o nosso trabalho, porque nós temos o nosso inverno, que não é "aquele" inverno, mas atrapalha as condições e atrapalharia muito o desenvolvimento do Programa.

Se o Programa continuar como na realidade está, cumprindo aquilo a que se propôs, ele tende ao sucesso; se falhar, pelo amor de Deus, vamo-nos atar com as comunidades. Muito obrigado.

COORDENADOR DA MESA - Nossos agradecimentos ao Prof. Dionízio João Hage. Apesar das limitações do tempo que já são limitações da fome do cansaço e do compromisso posterior, de claro aberto os debates.

PROF. DIONÍZIO JOÃO HAGE - No momento em que levantar para o debate, peço a cada um que decline a instituição a e pertence e o nome, porque assim todo o plenário aproveita e nós nos situaremos.

DR. JOÃO GUILHERME - SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL DE PERNAMBUCO - Eu queria apenas felicitar e parabenizar todos os Secretários que aqui expuseram o trabalho do PRODASEC, bem como o Gerente do PRODASEC Nacional, o Dr. Cabral. Realmente, fiquei empolgado e, pela reação do auditório, acredito que todos também ficaram empolgados com esse novo tempo que está sendo marcado pelo início do trabalho do PRODASEC. O Brasil já estava cansado de receber pacotes de cima para baixo, o MEC e os Secretários da Educação aqui presentes tiveram a coragem de dar o primeiro passo numa época realmente de abertura, de abrir as suas Secretarias, abrir o Ministério da Educação e Cultura, e iniciar um projeto concreto que transformasse em realidade, o que até hoje só foi discurso no Brasil. De forma que eu queria trazer a minha felicitação e dizer que estou emocionado e orgulhoso como brasileiro de ver que os Secretários da Educação e o MEC, realmente dão começo a uma nova fase nacional, em que não se planeja mais de cima para baixo, mas se vai às bases saber

as suas aspirações e levar respostas imediatas.

PROF. DIONIZIO JOÃO HAGE - Muito obrigado à contribuição do professor. Eu estendo as suas palavras a toda a equipe do Dr. Cabral onde encontramos valores que muito têm contribuído para esse processo, além do trabalho dinâmico do Dr. Cabral. Continua franqueada a palavra.

ALDO GOMES DA COSTA - SECRETARIO DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS
- A minha preocupação talvez não seja de todos, mas o meu Estado, se Deus quiser e Dr. Cabral também, vai ter uma pequena fatia no próximo; porque o Amazonas é mais pobre do que o Pará, não tem Serra Pelada; e eu espero realmente ser agraciado com esse trabalho. A minha preocupação, porém, é política. Como tem sido a interferência política ao Programa? Gostaria que o Secretário do Pará que é mais ligado ao Amazonas e o da Bahia me dessem resposta.

PROF. DIONIZIO JOÃO HAGE - Bem, prezado amigo companheiro. Na realidade não tivemos problemas políticos como enfatizamos ainda há pouco. Esclareci que o Governador nos deu ampla liberdade, nos deu carta branca, e provas disso fiz questão de repetir, mais de uma vez para vocês. Quero ainda mostrar um detalhe bem interessante que ocorreu. Na verdade, a pressão não foi bem política, foi dos outros órgãos quando, a princípio, queriam colocar representantes na Comissão Técnica; então, tivemos que fechar, mostrando que aquele era um programa sério, um programa que ia atender a uma necessidade premente porque as comunidades estavam gritando, e que nele não havia empreguismo, tanto que a nossa Comissão Técnica é constituída por funcionários da Secretaria da Educação. Fizemos a seleção dentro da Secretaria; escolhemos os que considerávamos capazes de conduzir o programa cumprindo a sua filosofia e limitamos o número de participantes. Hoje temos uma Comissão Técnica com cinco pessoas apenas, que estão ganhando pequena gratificação do FRODASEC.

Então eram essas duas colocações a primeira que não houve interferência política, graças a carta branca do Governador que tive; a segunda que se deve ser duro no início, por que para depois não haver reclamação a respeito de quanto se ganha pela colaboração. Como bem disse o Secretario do Ceará, o nosso Conselho é representado também por dirigentes de órgãos; nós estamos com o Delegado do MEC, o Diretor da Escola Técnica, o Coordenador do MOBREAL, todos participando (e não estão ganhando nada) e colaborando para a realização de um programa que vem atender realmente a necessidades da população carente.

PROF. ERALDO TINOCO - No caso da Bahia também há uma autonomia técnica da Secretaria para executar o programa não ocorreu até o momento nenhuma interferência política. é claro que poderá ocorrer interferência política, no primeiro nível na medida em que se realiza um programa comunitário que pede a florar pequenos interesses de entidades representativas dos bairros, etc, unia certa tendência para hegemonia de poder, uma de terminada área de atuação, como pode haver também uma interferência política, no sentido de pessoas que queiram se aproveitar do programa para uma promoção pessoal, etc.

Essas possibilidades entretanto não nos assustam porque isso é inerente a qualquer atividade humana; o importante é que tenhamos diretrizes muito bem estabelecidas para que esses interesses possam ser equacionados e não privilegiem este ou aquele setor, esta ou aquela entidade. Dentro desses aspectos nós não tivemos ainda qualquer tipo de interferência.

COORDENADOR DA MESA - Concedemos a palavra nesses minutos finais, ao Secretario da Educação do Ceará.

PROF. ANTONIO ALBUQUERQUE SOUZA FILHO - Nos tinha mos que, além da Capital, escolher uma cidade porte médio, para as ações do Programa. Então tivemos o cuidado de escolher uma cidade que fosse relativamente perto de Fortaleza, que facilitasse

a experiência do novo programa, permitindo á Secretaria ir verificar o seu andamento. Tínhamos duas próximas a Fortaleza . Fui ao Governador e disse Governador, aqui estão duas cidades com as características seguintes - Cidade A, características tais e quais, Cidade B, características quais e tais; eu tenho que localizar o Programa numa ou noutra, porque tem que ser uma cidade perto de Fortaleza; tecnicamente as duas preenchem as condições; se eu escolher a cidade A, vai dar confusão na B, se eu escolher a B vai dar confusão na A. E o Governador escolheu a cidade tal. Escolhida a cidade dentro da proximidade, em seguida montamos o Programa, quer dizer, o Programa é feito dentro do município com a finalidade de evitar duplicidade, o que não tem sido muito fácil não.

Nos estamos agora fazendo reuniões por áreas. Marcamos reuniões principalmente nos Centros Comunitários. Escolhemos as diferentes instituições" que trabalham naquela área. primeira reunião, cheguei lá discutia-se um programa de filtro de água. Havia dois ou três que estavam dando, cada qual um filtro; eu disse esperem aí, vamos parar porque assim vai ter que termina recebendo 3 filtros numa casa so; vamos evitar essa duplicidade - você vai dar so o filtro, você vai ensinar como usar o filtro e você vai dar outra coisa que não seja fil-tro.

Isto está funcionando e é muito boa a experiência, que da oportunidade de se conhecerem os trabalhos e, principalmente, está dando oportunidade de conhecer os técnicos que atuam nas áreas daquelas instituições. Por exemplo, no bairro da Aero lândia, em Fortaleza, fizemos a primeira reunião num Centro Co- munitário; convidamos todo o mundo e cada qual ia falando o que

fazer na Aerolândia. Ai chegamos à conclusão de que pesquisas fazer. Ver a situação sócio-econômica da população agora, depois de certo tempo fazer a mesma pesquisa para ver se houve progresso ou não, na área; isto é um tipo de pesquisa. Outro tipo de pesquisa a Secretaria está fazendo que nós temos uma coordenação

de pesquisa. A outra pesquisa quem está fazendo é a Universidade Federal do Ceará indicadores da cultura de sobrevivência; que é que realmente caracteriza a cultura e sobrevivência?

A Universidade está trabalhando em quatro áreas e, por coincidência, a PROAFA, que é um programa de favelamento, quando vai fazer esse trabalho de favelamento realiza também todo um diagnóstico sócio-econômico. Então, nessa área da Aerolândia, por exemplo, estava a PROAFA fazendo pesquisa, a Universidade fazendo pesquisa, e a Secretaria fazendo pesquisa. A eles eu disse: vocês vão chegar em uma casa os três de uma vez perguntando à mesma mulher a mesma coisa vocês devem sentar, discutir quem é que vai saber o dado tal e tal para evitar essa duplicidade. Eles resolveram então montar a experiência, em termos de entrosamento; ficou decidido que o Centro Comunitário seria a base dos programas de todas as pessoas que atuavam na área, que serviria de base para receber os treinamentos, para divulgar os cursos para local de reunião, para cadastrar as pessoas que poderiam ser envolvidas.

Estamos agindo assim em vários locais; isto é uma tentativa de evitar duplicidade, é um trabalho de integração que ninguém vai conseguir de um dia para outro. O importante é começar, depois vamos corrigir.

-COORDENADOR DA MESA - Prof. Joel para complementar a resposta solicitada.

PROF. JOEL HOLLANDA CORDEIRO - No caso de Pernambuco, a escolha de Caruarú se devia entre outros aspectos, ao fato de naquela região existir um problema de desemprego muito grande, problema de sub-emprego e baixa remuneração; ser uma capital, chamada Capital do Agreste, e também uma cidade intermediária para os fluxos que se dirigem ao Recife; e porque lá existe também um Centro Politécnico muito bom, com bons professores. Foram só aspectos técnicos, não houve nenhum envolvimento político

co, nem se chegou a ir ao Governador no caso.

COORDENADOR DA MESA - Lembro a todos os presentes o convite para o jantar as 21 hs. no Solar do Unhão. Os ônibus estarão na porta dos hotéis às 0830 horas. Agradeço a participação, peço desculpas àqueles que não puderam ser atendidos devido o adiantado da hora e declaro encerrada a reunião.

*ENCERRAMENTO E APRESENTAÇÃO
DOS RELATÓRIOS DOS GT's*

ENCERRAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO.

REITOR. LUIZ FERNANDO SEIXAS DE MACEDO COSTA - Declaro aberta a seção de encerramento deste Seminário Inter nacional. E atendendo à ordem do dia, convido o relator do 1º grupo para proceder à leitura do seu relatório.

RELATÓRIO DO 19 GRUPO

Tema Extensão e melhoria do ensino de 1º grau, inclusive pré-escolar a população carente.

. *Alimentação e saúde* - Dentre as discussões e relatos sínteses referentes ao problema de saúde e alimentação, o grupo reconhece a necessidade de atendimento á clientela de pré-escolar e 1º grau nos seguintes aspectos

No caso específico, de alimentação, destacam-se as seguintes sugestões

- a) utilização dos centros inter-escolares ou semelhantes para produção de alimentos, garantindo o fornecimento contínuo para preparação da complementação alimentar;
- b) consulta pelo programa a profissionais da área, sobre formas alternativas para a aquisição de alimentos locais, mesmo de pequenos produtores, sem ferir a legislação financeira vigente (por exemplo qual a forma que o Projeto Casulo da LBA utiliza para aquisição de gêneros alimentícios "in natura" no local ou região?) - definidos esses mecanismos adqui-

rir gêneros na localidade ou região, mesmo que isso represente, inicialmente, custo mais elevado que o gênero industrializado;

- c) preparação de cardápio de acordo com as características da região;
- d) comprometer as Prefeituras em sua efetiva participação na suplementação alimentar do educando;

mão-de-obra local para preparação das refeições com apoio financeiro de forma a garantir a variedade nos hábitos alimentares e melhor aproveitamento dos gêneros, pela família, e a geração de renda.

. Quanto à assistência *a saúde des* destacam-se

- a) a assistência a saúde deve ser exclusivamente responsabilidade do órgão específico;
- b) o professor deve ser o agente da ação preventiva, educação sanitária em articulação do setor saúde, de forma a que as atividades preventivas de saúde escolar sejam disseminadas no processo normal do desenvolvimento curricular;
- c) os programas de saúde previstos no Art. 7º da lei 569 2/71 devem ser desenvolvidos através de projetos que envolvam a comunidade;
- d) existência de um elemento na escola ou grupo de escolas, como coordenador das ações preven

tivas de saúde, no âmbito desta e da comunidade. (Cabe destacar que esse elemento,, como catalizador de ações da escola e da comunidade, deve ser adequadamente selecionado e treinado para o exercício dessa função).

O item b, aqui do documento que foi dado para análise, está sendo apresentado assim de forma globalizada, não se destacou por itens. *Características da escola.* Quanto ao curriculum sugere-se calendário e horário flexíveis. Deve-se prever a possibilidade de a escola ficar aberta o ano inteiro, manter turnos diversificados e proceda aos ajustamentos administrativos necessários a esse funcionamento nos diferentes níveis do sistema.

Flexibilidade curricular - Faz-se necessário providenciar medidas que garantam validação de novos currículos, regulamentar possíveis reduções de números de horas de aulas, em favor de outras atividades curriculares, estabelecer níveis de competência que permitam à escola, a partir das características da comunidade, a elaboração de seu próprio currículo, deixando a cargo dos órgãos centrais o estabelecimento de diretrizes e apoio técnico.

A escola poderá integrar-se à comunidade de diferentes formas de acordo com as condições locais, conforme os itens a seguir

1 - Podendo ter a coordenação do trabalho integrado junto a comunidade;

2 - Participando através da mobilização e acompanhamento da comunidade, de ação de interesse comum;

3 - Oferecendo atividades e cursos de interesse da comunidade;

4 - Cedendo suas instalações para ações de caráter sócio-educativo o culturais da comunidade;

5 Adquirindo alimentos, materiais, equipamentos e utilizando serviços do local para funcionamento da escola;

6 - Utilizando artífices locais, artesãos, sapateiros etc. como auxiliares do processo educativo, valorizando os recursos humanos da comunidade;

7 - Utilizando a comunidade como recurso do processo ensino-aprendizagem.

É evidente que esse novo enfoque social de educação exige, não só a preparação dos recursos humanos, como também uma reorganização técnico-administrativa da escola. A escola passa a ter uma função não só de ensino, mas também produtiva e de ação comunitária, o que deve ter sido objeto do trabalho do grupo 4.

Quanto ao atendimento do pré-escola- - Os componentes do grupo 1, após consideração sobre o pré-escolar, sua importância e sua função, seguido do relato síntese de experiência de todos os estados participantes do encontro e destacando o projeto Áreas Verdes da Secretaria Municipal de Belém, consideram viável a proposta do PRODASEC relativa ao espaço físico, item 1, como forma de atendimento efetivo à clientela de pré-escolar.

A forma de ampliar o atendimento ao pré-escolar, fator importante em áreas carentes, seria a utilização de áreas não só de escolas, como também, e principalmente, da comunidade praças, obras sociais, clubes, praias, creches domiciliares etc.

Este fato, provavelmente, levará à necessidade de uma integração dos vários órgãos públicos da área social, cabendo às Secretarias de Educação a orientação psico-pedagógica.

Quanto aos recursos humanos - itens 2 e 3, necessários à expansão da educação pré-escolar, o grupo admitiu, que, na conclusão das atividades, é indispensável a presença do professor, por maior que seja a relação aluno-professor. Apoio a projetos de expansão de formação de professores para pré-escolar a nível de 2º grau e a promoção de cursos de qualificação para os que não possuem a experiência nessa modalidade de ensino. A família e outros elementos da comunidade que participam das atividades auxiliares devem ser remunerados - (instrutores, monitores etc). Consideram-se elementos auxiliares, pessoas do grupo familiar e da comunidade, alunos, de 2º grau em geral. Recomenda a utilização dos professores de pré-escolar como multiplicador do processo educativo junto às famílias, aproveitando a participação das mães que auxiliam essas classes.

O atendimento ao pré-escolar, principalmente nas comunidades carentes, deve sempre envolver o trinômio educação - saúde - alimentação, através de mecanismos que garantam a efetivação da ação. Além disso, todo o grupo ressaltou a importância de uma estreita integração da educação pré-escolar com o 1º grau.

REITOR. LUIZ FERNANDO SEIXAS DE MACEDO COSTA
- Agradeço à relatora do 1º grupo e concedo a palavra ao relator do 2º grupo.

RELATÓRIO 2º GRUPO.

. Coube ao 2º grupo, discutir o tema *desenvolvimento e educação comunitária*.

Iniciou-se a discussão com a tentativa de examinar as características apontadas como essenciais aos projetos que devem ser apoiados pelo PRODASEC. Tendo sido porem lembrada a operacionalização de bens do aparelho conceitual, o grupo decidiu discutir, p mente, certos conceitos mencionados no documento; a filosofia e ideologia que servem de fundamento às afirmações feitas nos textos e mesmo a natureza e finalidade do PRODASEC.

Lembrou-se que o MEC, apresentando um programa ações sócio-educativas e culturais, fez o reconhecimento público de que educação por si só, não resolve os problemas das populações carentes. Há necessidade de um conteúdo multi-setorial para que se possa fazer a transformação e obter melhoria de qualidade de vida. O MEC, com o PRODASEC, fez uma opção política pela pobreza, definindo a população carente como clientela prioritária.

Essa opção, na hora de ser trabalhada, levanta muitas dúvidas e inquietudes. A clientela prioritária passa a ser denominada comunidade, demonstrando a preocupação geral de inserir o social no desenvolvimento, embora muitos dos participantes tenham-se declarado, não especializados em assuntos sociais.

Mas, quem é" essa comunidade? Como se chega a ela? Como se trabalha com ela? O que ela quer? Não será perigoso mexer com motivações da comunidade? A educação para essa comunidade pobre será igual a outra educação? ou algo mais?

é formal? É sistemática ou assistemática? É permanente ou com terminalidade determinada e em que prazo? Profissionalizante ou não? Que linha de trabalho se deve adotar junto a comunidade? A linha de auto-ajuda? A linha crítica, reivindicativa, com grupos de base? A linha de participação, mas sem chegar a um confronto, a um conflito de base?

Como o PRODASEC se situa frente a tantas questões ou como se deveria situar? Como era de se esperar, após muito debate, nem tudo ficou definido e nem sempre houve consenso.

Começando a resposta pela última questão colocada, entendeu-se que o PRODASEC preocupa-se com ações sócio-educativas culturais, e não apenas com educação formal. A formação profissional, não isoladamente, mas imersa numa política de emprego, inserida numa política de emprego. Enfatiza e exige ações intersetoriais e ampla integração, reconhecendo a complexidade do problema da promoção humana e sócio-econômica das populações carentes. Não tem como finalidade exclusiva a melhoria do ensino, mas sua atuação gera expectativas de que obtenha esse resultado. Deve funcionar de modo descentralizado, como tem feito até agora, mas resguardando sua função de avaliação permanente, assessoria e discussão de projetos evitando assim tornar-se apenas uma linha de crédito. O PRODASEC deverá garantir o processo da autonomia de ação forma participativa. O PRODASEC dirige-se sobretudo para a educação. Tanto que nos estados é entregue à direção da Secretaria da Educação e ao grupo consultivo local. Seus objetos porém, exigem integração com Secretarias Municipais de Educação, Secretarias Estaduais de Trabalho, de Saúde, Projeto Rondon, Centros Sociais Urbanos e outros órgãos, pois só através deles se encontram as condições necessárias para as ações específicas dos campos do desenvolvimento social.

O PRODASEC, como ficou visto, tem seu campo específico e não tomará o lugar de outros órgãos ou programas. Deverá ser um agente integrador de ações semelhantes. Resumindo as respostas dadas às outras questões temos é difícil chegar a comunidade. Desconfiam do governo, escamoteiam seus projetos, estão descrentes por causa de experiências de promessas não cumpridas. É difícil conseguir participação, dizem uns,

so há participação quando a iniciativa parte do grupo. Aí é fácil espontâneo; respondam outros. Ha vários métodos de trabalhar com a comunidade, é, no entanto, comum a opinião de que ouvir e obter participação é um caminho inevitável. A população carente tem o seu saber próprio, sua educação e sua cultura. Quem desconhecer isso corre o risco de construir ações a do real. É preciso garantir a continuidade dos programas. Sua interrupção aumenta a descrença e gera mais frustração.

Passamos a relatar agora os resultados do exame do documento.

Na parte 1 -características *de projetos que de_* vem ser *apoiados pelo PRODASEC*, identificaram-se. os itens a, c, f, como relacionados entre si, e concluiu-se que é possível o baixo custo unitário de atendimento com as sugestões seguintes

- a) solução metodológica, através de investigação participante com elementos da comunidade e soluções tecnológicas, tais como obras não sofisticadas e racionalização no uso de recursos humanos, e que o baixo custo não acarrete perda de qualidade;
- b) o atendimento deve visar populações e não áreas geográficas.

Em relação aos itens b, d e e, as sugestões foram as seguintes

- a) a concentração das ações nos problemas fundamentais dos grupos far-se-á preferencialmente através da escola;

- b) o PRODASEC apoiará os projetos que levarem a melhoria do processo educacional;
- c) os demais, poderão ser atendidos através de ações integradas com outros órgãos (Ex se num determinado estado a Secretaria de Educação e o grupo Consultivo não puderem privilegiar o problema da terra, deverá integrar-se com as prefeituras, o PROMORAR, em busca de uma solução adequada) .

Na parte 2, aspectos operacionais,- concluiu-se o seguinte ver, se a comunidade pode comunicar-se com o conselho comunitário, se houver, ou com a escola. A escola, com a respectiva Secretaria, a Secretaria Estadual, com o Grupo Consultivo Estadual e este com o PRODASEC Central, "levando em consideração as variáveis necessárias a cada estado.

É importante a discussão dos programas pelo Grupo Consultivo Estadual, formado por um representante de cada órgão já envolvido ou a ser envolvido no processo. Não se vê utilidade em criar estrutura alguma a nível de bairro se já houver em funcionamento. O ideal é aproveitar o que já existe, expandir e fortalecer. O fluxo de recursos deve passar sempre pela Secretaria Estadual da Educação.

Quanto às formas de avaliação e controle, embora não muito discutidas, houve uma contribuição importante, que a avaliação se dirija à clientela e não ao projeto. Encerramos aqui esse relatório que esperamos reflita satisfatoriamente os princípios e conclusões do grupo, e ao mesmo tempo, alguns de seus questionamentos e perplexidades.

REITOR. LUIZ FERNANDO SEIXAS DE MACEDO COSTA - Agradeço ao relator do 2º grupo e convido o relator do 3º grupo a proceder à leitura.

RELATORIO 3º GRUPO

O grupo adotou como referencial o próprio questionário apresentado pela direção do programa e tratou do tema *Escolas de Produção*.

Em Linhas gerais foram as seguintes as contribuições apresentadas pelo grupo

- a) Escola de Produção, entendida como aquela que através de um sistema de participação comunitária, passa a desenvolver num processo educativo, um conjunto de ações alternativas de produção condizente com a realidade sócio-econômica-cultural e que permita a curto prazo promover a melhoria de qualidade da vida de sua clientela. Em relação a esse tema, o grupo sugere que devam atender à clientela diferenciada de baixa renda, isto é, alunos de qualquer grau ou modalidade com atraso de escolaridade, desvinculando-os do grau a que pertencem na escola formal e também direcionado a pessoas da comunidade que não estejam frequentando escolas, como adolescentes, adultos, mediante programas relacionados com o interesse dessa clientela;
- b) ainda neste mesmo item houve indagação sobre os componentes produtivos na escola de produção de 1º grau, como identificar os bens e serviços a serem produzidos e a articulação da atividade produtiva com o currículo. A identificação de bens e serviços, concluiu-se devera ser feita mediante pesquisa participativa, no mercado da própria comunidade, nas ins_

tituições públicas e privadas que comprem serviços, no mercado externo à comunidade. Com base nesse diagnóstico pode-se dimensionar a produção e procurar negociá-la;

- c) a articulação da atividade produtiva com o currículo. Quando se tratar de atendimento à clientela de baixa renda, frequentando a escola regular, deve-se buscar uma ação integrada com o currículo, na parte de formação especial, ou como segunda alternativa, para as clientelas que já exerçam atividades produtivas fora do âmbito da escola, adotar procedimentos informais, tais como esquemas supletivos. O nível de escolaridade será definido apartir de cada realidade após levantamento das necessidades da comunidade, considerando a complexidade ou diversificação do curso. Prioridades para a cliente mais carente, levando em conta, alunos com atraso de escolaridade e alunos já engajados na força de trabalho, na condição de sub-emprego. Paralelamente, desenvolver ações com a comunidade.

É importante considerar que a fragilidade do sistema não permite a universalização da escola de produção. Ela representa uma das alternativas de ação a ser desencadeada nas escolas pluriurbanas. É relação a articulação da atividade produtiva com o currículo, chegou-se à conclusão de que ela se faça dentro da escola e no meio-ambiente em que circunda e condicione o aluno dentro do mercado identificado no diagnóstico efetivado pela comunidade. Nesse sentido urge a necessidade de a escola repensar e adaptar sua estrutura, seus conteúdos curriculares, - seu plano de curso e sua própria metodologia de avaliação de modo a alcançar um rendimento ótimo de escolariza

ção. A educação na periferia deve ser entendida como um processo de resposta as necessidades identificadas pela própria comunidade, e deve envolver ativa e conscientemente todos os seus agentes. Isso significa que não deve se exaurir na escola mas sim, integrar e fortalecer seu vínculo com a comunidade.

No *item 3º* o grupo o tratou do destino da produção. A experiência relatada no grupo demonstrou que não se criaram escolas para produzir, mas o ensino profissional que é feito com seriedade chega a produzir e esta produção não deve ficar confinada às escolas, mas deve atingir à comunidade. Portanto, dependendo da metodologia a escola chega ao produto final desejado e esse produto deve ser algo útil e perfeitamente relacionado com o diagnóstico feito. Impossível se torna definir de como a produção atitudes como de se ter a produção. O envolvimento da comunidade e das instituições públicas o básico para a colocação do produto. Aprioristicamente, qualquer alternativa para o destino da produção deve ser considerada, pois o mais importante no momento é viabilizar essa produção, qualquer que seja, desde que esta contribua para responder aos objetivos da escola que a mantém e para melhorar a formação do aluno que deve ser a mais realista possível do ponto de vista de sua utilização.

Com relação ao item 4, que trata da forma de comercialização e entidade responsável, formas múltiplas de comercialização deverão ser adotadas desde que atendam a realidade da comunidade. A proporção que a produção cresça e aumente o número de alunos envolvidos pode-se chegar até mesmo à formação de cooperativas agrupadas à escola. Entretanto aqui, considera o grupo que cabe à comunidade, dentro de um processo participativo, definir a melhor forma de colocação do produto. O distanciamento em que estamos das variadas realidades, permite considerar como válidas, todas as alternativas apresentadas no roteiro.

De referência ao destino da venda, a escola de produção necessariamente deve ter espírito de empresa. Assim sendo, deve-se oportunizar aos alunos o conhecimento do valor do dinheiro, da importância do mesmo para a manutenção da atividade produtiva mediante reposição de material de consumo, manutenção de equipamentos e participação dos alunos na renda. A participação dos alunos na renda é motivador de maior e melhor produção,

Em relação aos itens apresentados como alternativas no roteiro de trabalho, o grupo se manifestou contrário à utilização da renda para manutenção da escola pois isto é da competência do governo. Questionou-se também o financiamento da instalação do aluno no mercado de trabalho. A escola formal não dispõe de mecanismos adequados para colocar o egresso no mercado. Ela deve, como órgão nuclear das ações educativas, funcionar como agente provocador do processo. O grupo considerou inviável o sistema de tutela pela escola, quanto ao aspecto financeiro pois vai sobrecarregar uma instituição que não tem conseguido atender até hoje aos seus objetivos, com mais uma tarefa para a qual está totalmente despreparada. É notório que o sistema de ensino ainda não consegue se desencilhar de uma importantíssima tarefa que é o acompanhamento de seu egresso. Como alternativa o grupo sugeriu o engajamento do sistema de ensino com instituições que tenham comprovada experiência na área. Entretanto, a operacionalização da questão deverá ser feita mediante a articulação com instituições que militam na comunidade. As alternativas apresentadas no roteiro devem ser consideradas tendo em vista que só o processo em si poderá responder qual delas viabilizará o objetivo proposto. Não há pelo grupo inaceitação da ideia expressa no item, pois o posicionamento aqui e agora, é inviável, há necessidade de maior reflexão e amadurecimento para apresentação propostas complementares que poderão ser viabilizadas mediante técnicas de estudo.

Ainda quanto aos itens 3 e 4 sobre aproveitamento do potencial de capacitação de mão-de-obra das grandes em presas em benefício de pequenas e médias empresas, pela própria especificidade do tema foram eles acoplados e o grupo considerou que, pelo distanciamento escola-empresa, necessário se torna a efetivação de múltiplas formas alternativas de integração das empresas, associações o serviços em geral com a escolas. As soluções devem emergir das próprias periferias que enfrentam o problema. é portanto necessário grande flexibilidade nas abordagens e na adoção de novas soluções inovadoras. Por so não se deve fechar a questão em torno da escola. A mobilização das empresas é básica. Pela experiência de longos anos trabalhando para e com as empresas, SENAC e SENAI prontificam-se em prestar a assistência que seja solicitada pelo PRODASEC Nacional para viabilizar o aproveitamento da capacidade isolada das empresas no treinamento de mão-de-obra.

Conclusão pelas experiências apresentadas no Seminário, tomada era situação global a proposta do SC# é apenas uma concentração de esforços e integração de ações em torno da população carente. Uma vez que todos de modo geral, todos os programeis tem os mesmos objetivos faltando apenas uma coordenação que evite a pulverização de recursos e que a atuação de determinado órgão se faça onde esteja a descoberto a atuação de outro, não havendo contudo delimitação de área geográfica ou faixa etária, mas sim procurando dar á população periférica condições de sobrevivência digna pela solução de seus problemas nas causas e não nas consequências, como paliativo que nenhum beneficio traz a essas comunidades marginalizadas.

REITOR. LUIZ FERNANDO SEIXAS DE MACEDO COSTA -
Muito obrigado, concedo a palavra ao relator do 49 grupo.

RELATÓRIO DO 4º GRUPO

. O grupo 4, que se incumbiu do *estudo dos aspectos institucionais- administrativos e financeiros*, considerou de início como marcos referenciais das suas discussões os seguintes pontos

1 - A necessidade de explicitação quanto à filosofia, objetivos, funções e principalmente a população alvo do PRODASEC.

2 - Estudo dos aspectos gerais relativos ao programa, visando aos diferentes estágios dos Estados que o estão implementando. Estados em processo de implantação e Estados que aspiram implantá-lo.

3 - Os questionamentos surgidos a partir do documento básico e do roteiro de trabalho do grupo, dando a impressão de serem contraditórios em suas proposições teórico-práticas, quanto às alternativas de planejamento que ora parecem sugerir uma desinstitucionalização da escola para as populações carentes ora se direcionam para os níveis de ensino como tentativa conciliatória visando à tentativa dos recursos vinculados ao ensino de 1º grau.

4 - A própria finalidade dos trabalhos de grupo, ou seja, oferecer subsídios para operacionalização do programa em discussão nos próximos anos

5 - Os princípios fundamentais que deverão nortear as ações sócio-educativo-culturais nas periferias urbanas. Descentralização, participação, intersectorialidade, bem como os insumos necessários ao processo de planejamento, com ênfase na distribuição de papéis e funções institucionais. A perspectiva de articulação entre as várias ações existentes em distin-

tos órgãos em diferentes níveis, federal, estadual, local, objetivando a conjugação dos esforços e não a superposição de atribuições e funções, em relação principalmente à educação não formal, evitando-se a duplicação de meios para fins idênticos .

A partir das reflexões sobre os itens acima mencionados, o grupo centrou os debates nas possibilidades de sua atuação, isto é, propor diretrizes aplicáveis ao PRODASEC na definição de funções e papéis institucionais e na caracterização de sua população alvo. Não buscar alternativas de como fazer mas como estruturar a função planejamento, o que agregaria todos os itens abordados no roteiro de trabalho. Conhecer as experiências em processo, dentro do programa e fora dele, utilizando-se das informações disponíveis. O processo de trabalho de grupo, pela complexidade do tema que nos coube, foi ao mesmo tempo muito polemico mas também enriquecedor. O processo permitiu sugerir como produto alternativas que poderão vir a ser estratégias de operação a serem operacionalizadas pelo PRODASEC nos Estados em que será implantado, assim como para corrigir disfunções porventura existentes nas unidades federadas que já o estão vivenciando.

As recomendações encontram-se portanto assim especificadas. *Quanto ao processo de planejamento* a nível teórico, não há discussão sobre a necessidade de que todo programa social deve integrar-se com os organismos que prestam serviços principalmente nas áreas marginalizadas. Porém sendo da maior dificuldade estabelecer níveis de coordenação e levá-los à prática com base em hipóteses de trabalho, todos os programas devem funcionar, por-se em movimento, surgindo com naturalidade a coordenação. Em termos práticos, os grupos de trabalho nas Secretarias de Educação envolvidos no PRODASEC devem estar imbuídos das necessidades de integração com as demais áreas. Essa integração deve ser entendida, porém, em sentido progressivo, não se podendo imaginar que assim que o programa

seja desencadeado, a integração se faça de forma total e completa, que essa é difícil de acontecer. Por isso não é possível pretender uma completa integração *a priori*, senão ao longo do tempo e de acordo com a experiência que mostra a realidade. Como alternativa 2 para esse processo de planejamento, que as ações do PRODASEC, partam da definição de papéis das instituições responsáveis, identificando-se os níveis de coordenação e decisão. O grupo sugere um nível de coordenação geral estadual e níveis de decisão locais, a cargo, respectivamente, das Secretarias estaduais e municipais de educação articulados a órgãos como o do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-obra, o Ministério do Interior, as Superintendências Regionais o Sistema Nacional de Empregos, os Orgão de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas e da Comunidade

Nessa dimensão intersetorial e participativa teríamos o aproveitamento de estruturas programáticas ou organizacionais já existentes, a nível estadual ou local e no caso de necessidade de sua criação que se encontre a representatividade das diversas instituições que atuam naquele espaço e da comunidade alvo. Do trabalho visto sob esta ótica resultariam dentre outros, os seguintes procedimentos

a) caracterização da população alvo e consequentemente das áreas de atuação *do programa*, de acordo com indicadores de desenvolvimento sociais tais como - inserção no mercado de trabalho, perspectiva de geração de emprego, renda investimentos de infra-estrutura de urbanização, no nível formal e informal da educação alternativas de autogestão da comunidade, habitação, saúde, modelos de assentamento da população etc;

b) identificação de necessidades e dimensionamen-

to de prioridades contando com a participação

da comunidade, inclusive dos meios necessários e dos recursos e montagem de um sistema de avaliação do programa.

Em termos da organização, o consenso do grupo foi de que a organização operacional do programa a nível estadual e local deve fundamenta-se nas necessidades de cada Estado, de cada área de abrangência e nas concepções básicas do programa, enfatizando-se a necessidade do desempenho de funções de articulação externa, educação com os outros órgãos, interna e também de nível local. A coordenação do programa cabe à secretaria da Educação através do grupo constituído de representantes dos outros órgãos envolvidos.

Quanto à natureza desse grupo de coordenação, manifestaram-se duas tendências: uma de natureza deliberativa, que envolveria maior comprometimento político dos órgãos envolvidos, e outras consultiva caso em que a SEC delibera sobre os recursos e manifesta uma intenção política de integração.

Em termos operacionais, recomenda-se que o FNDE crie mecanismos de execução financeira mais flexíveis quanto aos recursos destinados ao PRODASEC, consideradas as suas particularidades. Obrigada.

REITOR - LUIZ FERNANDO SEIXAS DE MACEDO COSTA - Agradeço a relatora. Seguindo a ordem do dia, concedo a palavra ao Senhor Jorge Arrambide, representante dos conferencistas estrangeiros.

DR. JORGE ARRAMBIDE - Senhor Reitor, Senhores funcionários, Senhoras e Senhores. Encontro-me realmente emocionado pela oportunidade que se me apresenta de poder falar restere-cinto como docente da antiga cátedra de Direito Civil da velha Universidade de Córdoba. Valorizo a atitude audaz da Universi

dade da Bahia que abriu suas portas a técnicos e estudiosos dos problemas sociais, sobretudo os que focalizam os problemas das comunidades marginalizadas dentro da sociedade organizada. Serei testemunho permanente desta atitude universitária. Tivemos cinco dias de trabalho, unidos, serenos, reflexivos. Tivemos oportunidade de narrar nossa experiência e de receber experiências de nossos irmãos americanos. Emocionamo-nos com a amizade dos brasileiros e dos americanos que aqui conhecemos; com as experiências culturais que daqui levamos e com todo um aglomerado de documentação que usaremos na Argentina e em cada um dos países de onde viemos. Em algumas folgas nas horas de trabalho, tivemos a rápida oportunidade de conhecermos a cidade, e olhar o seu mar maravilhoso, os galhos de suas palmeiras, receber o impacto a Catedral Basílica, da Igreja de São Francisco, e da Baixa dos Sapateiros, conhecer o pitoresco Mercado Modelo, os cortes da cidade, a acolhida simpática do Senhor Secretário de Estado, naquele casarão antigo noite que nos transportou a séculos passados. Imaginamos portugueses e espanhóis e a nova cultura. Tudo foi muito rápido, muito vertiginoso. Tivemos aprendizagens culturais fabulosas. Tudo isso, unido à documentação citação que reunimos e que de retorno, nos propiciará o aproveitamento necessário para assimilar as experiências vividas.

Os irmãos de Costa Rica, do Panamá, Colômbia, Venezuela, do Chile pediram-me para representá-los. Minhas palavras são deles. Senhor Reitor, nesses cinco dias em sua casa, sentimo-nos como na nossa. Assim foi. Quando voltamos à cidade podemos dizer que queremos é viver num lugar como a Bahia. Agra-deço a todos os que neste conclave trabalharam para a Universidade, à Professora Margarida Batista, e aqueles que, silenciosamente, possibilitaram este encontro, encontro fecundo da irmandade americana e que assim, permitiram estarmos neste reu-nião que engrandece a cultura do Brasil e da América. A todos por tudo isso, em nome dos países que represento, Muito obrigado.

REITOR - LUIZ FERNANDO DEIXAS DE MACEDO COSTA -

Concedo a palavra ao Gerente Geral do PRODASEC Urbano Dr. Antonio Cabral.

DR. ANTONIO CABRAL DE ANDRADE - Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia, Senhor Secretário da Educação e Cultura do Estado, demais membros da mesa, minhas Senhoras e meus Senhores. As minhas palavras de hoje são basicamente para agradecer.

Agradecer a contribuição da Universidade Federal da Bahia, cedendo não só as suas instalações, mas sua capacidade técnica e organizacional para este Seminário. Agradecer, aos participantes nacionais e estrangeiros a contribuição importantíssima que deram para o desenvolvimento dos trabalhos futuros do PRODASEC.

Tínhamos medo, assumimos um risco, e um risco em certa forma calculado. Um programa novo foi lançado a uma discussão aberta numa plateia composta de elementos que já o conheciam e que eram minoria e de outros que ainda não o conheciam suficientemente. Evidentemente, por mais esclarecimentos que procurássemos dar com antecedência muitas dúvidas surgiram, muitas discussões apareceram. Assumimos esse risco e daí poderia ter havido uma condenação do programa. Mas nós confiávamos no resultado dessa avaliação, apesar do pouco tempo em que o programa está em execução. Nós confiávamos no que já se fez, confiávamos na nossa equipe, confiávamos nas equipes dos Estados que já estão trabalhando. E tivemos agradáveis surpresas. A primeira agradável surpresa esteve nos depoimentos, nas conferências e comunicações feitas pelos representantes de órgãos nacionais e estrangeiros.

Com a minha visão que sempre é otimista, vejo no fato de que muitas instituições mostraram que estão trabalhan-

do na mesma linha, um ponto positivo. Se fosse pessimista, eu daria ênfase à duplicação, ao fato de que as áreas de atuação não estão bem definidas. Mas como sou otimista, vejo nisso que todos estamos preocupados pelos temas básicos comuns. O fato de que haja duplicação não me preocupa, me preocuparia muito mais se tivesse havido um confronto de opiniões, uma oposição de ideias e uma oposição de enfoques. Vimos várias instituições, algumas federais, algumas estaduais, outras municipais e outras particulares, que às vezes não tinham comunicação entre si mais preocupadas com o mesmo tema, operando sobre linhas comuns. Isso me pareceu altamente positivo. A duplicação possível é muito fácil de ser solucionada. Simplesmente uma conversa entre as instituições, uma divisão de áreas gráficas de atuação; o desenvolvimento de projetos comum poderia perfeitamente superar possíveis duplicações.

OUTRO PONTO ALTAMENTE positivo que nos pareceu desse Seminário foi a apresentação feita pelos Senhores - Secretários de Educação no painel em que relataram a sua experiência. Talvez tivesse sido o elemento mais importante deste Seminário em termos de mostrar o que equipes estão realizando aos que ainda não conheciam o programa. Qualquer exposição teórica, não tem nem poderia ter a riqueza que os depoimentos dos Secretários, com a franqueza com que o fizeram, com a riqueza de detalhes que foram apresentados ofereceram aos participantes.

As dúvidas todas não foram solucionadas, os grupos reforçaram algumas dúvidas, apresentaram novas que não tínhamos anteriormente percebido, mas também isso é enriquecedor. Seria bastante monótono se num tão curto prazo já tivéssemos solucionado tudo. Seria até de desconfiar se num programa com essa complexidade chegássemos a um consenso, chegássemos a posições uniformes. Isso seria para mim altamente negativo. Então, a falta de consenso que houve em alguns pontos, as dúvi

das que foram levantadas, para mim também, foram elementos positivos.

Por ultimo, queria mencionar o oferecimento de colaboração, o desejo de participação e colaboração com o programa que foi manifestado por várias instituições aqui convidadas. Não quero citar uma ou outra para não cometer emissões que seriam injustas. Quero simplesmente ressaltar esse oferecimento de participação de instituições particulares, federais, estaduais, municipais, todas elas demonstrando grande interesse e fé no programa, nele acreditando. E não me pareceu que essas declarações de fé fossem simples elogios ou desejos de agradar. Pareceu-me sim desejo honesto de cooperar, interesse honesto de se atrelar a essa equipe, de participar dos trabalhos dessa equipe que esta tentando implantar o PRODASEC. Com a esperança de que os resultados deste Seminário sejam aproveitados, vamos discutir essas conclusões, vamos aproveitar, fazer debates internos sobre o que aqui foi posto, vamos estudar a documentação aqui distribuída e vamos partir para outros encontros, senão dessa magnitude, em termos de instituições e de pessoas, mas encontros similares, encontros que me parecem altamente enriquecedores e esperamos ter oportunidade de renová-los . Muito obrigado.

REITOR - LUIZ FERNANDO SEIXAS DE MACEDO COSTA - Passo a palavra ao Senhor Secretário da Educação e Cultura do Estado Professor Eraldo Tinoco.

PROFESSOR ERALDO TINOCO - Magnífico Reitor da UFBA, demais componentes da mesa, prezados colegas Secretários de Educação de outros Estados, Técnicos do MEC, Assessores de Secretarias, Professores, minhas Senhoras, meus Senhores.

A região Norte Nordeste vem sofrendo um contínuo processo de marginalização que torna mais aguda a defasagem

que nos separa das regiões mais ricas do País e requer um esforço excepcional para a solução dos principais problemas sociais que nos afligem. Não é suficiente que o nordestino um forte, como observou Euclides da Cunha. é preciso também que lhe sejam oferecidas as condições, os recursos, o apoio e o incentivo para que essa força possa ser utilizada em toda a sua plenitude e venha a ser convertida em melhores condições de vida para o nosso povo. De 1965 a 1975, o Produto Interno Bruto do Nordeste cresceu em 104%? entretanto, menos que o Produto Interno Bruto do País, como um todo, que atingiu 143%. Se em 1965 o PIB do Nordeste representava 12% do nacional em 1975 caía para menos de 10%. Os recursos provenientes dos mecanismos 34 e 18, incentivos fiscais, têm sido remanejados para apoiar outros projetos, que não beneficiam diretamente o nordeste como reflorestamento e turismo.

Em boa hora o Governador Antonio Carlos Magalhães despertou do Ministro Eduardo Portela e o levou a instituir o Programa de Desenvolvimento de Ações sócio-Educativas e Culturais no meio Urbano, o PRODASEC, que tem o objetivo de fazer com que os benefícios da Educação possam ser usufruídos, mais rapidamente, pelos indivíduos que vivem nas periferias urbanas e que esses benefícios se incorporem como valores culturais a serem repassados para as gerações futuras. É a sensibilidade e a vivência do nordestino e do de cultura que mesmo ocupando uma função de abrangência tão ampla não deixa de cumprir o seu dever com a terra que lhe viu de berço e onde vivenciou durante a sua juventude os problemas e dificuldades de milhares de brasileiros, que ainda não desfrutam como merecem das riquezas e potencialidades de suas Regiões. O Norte e o Nordeste contribuíram decisivamente para o progresso do Centro Sul com matéria prima, com braços operários e com a capacidade intelectual de muitos dos seus filhos. E agora esperam receber de volta de preferência com juros e correção monetária aquilo que ofereceram. Os governos

da revolução inspirados no exemplo do Grande Estadista Humberto de Alencar Castelo Branco muito fizeram pelo Norte e Nordeste. Ainda precisamos, porém, de muito mais, de tudo aquilo a que temos direito e que temos de reivindicar, respaldados inclusive pela representação política de que dispomos e que se constitui na maior força de apoio ao governo, possibilitando a continuidade tranquila para o desenvolvimento econômico e social e para o atingimento de uma democracia plena, aspiração de todo o povo brasileiro.

É indispensável que o PRODASEC mantenha a prioridade inicial em relação às nossas Regiões e que os homens que administram o orçamento da Educação não se deixem vencer pelos argumentos e pressões, para que se pulverizem os recursos, para que se atenda a Regiões mais ricas que já têm conseguido os melhores benefícios do setor educacional e também dos outros. Pelo que foi discutido neste Seminário verificamos que os projetos dos Estados já incluídos *no* programa estão sendo bem conduzidos dentro das linhas estabelecidas e com resultados palpáveis já apresentados. Isso nos leva a uma advertência a inclusão dos demais Estados do Norte e Nordeste não deve implicar em redução nas programações já iniciadas, nem esses novos Estados devem ser contemplados com menores recursos. Devemos sim, pensar em recursos compatíveis com a importância do programa, mesmo que a capacidade criadora do MEC tenha de descobrir novas fontes de financiamento. Não vamos recuar dos passos que já conseguimos dar á frente e sim, devemos reunir forças para novos avanços, pois somente assim conseguiremos reverter os desequilíbrios regionais. Muito se tem falado em novas fontes de financiamento para a Educação. é preciso passar-se imediatamente à *ação* para que os recursos possam se tornar disponíveis. Sabemos que o orçamento federal é destinado, na sua maior parte, ao ensino superior, sabemos também que o maior número de estabelecimentos federais de ensino superior estão *no* Centro Sul. é chegado o momento para aqueles que fo

ram beneficiados por um ensino superior gratuito devolverem à sociedade um pouco dos investimentos que os beneficiaram bem como, as empresas que utilizaram uma força de trabalho preparada com recursos da coletividade, possam repassar uma parcela, pequena que seja, dos lucros que obtiveram a partir da utilização desse potencial, especialmente as multi-nacionais que deveriam repassar a sociedade brasileira maior parte do lucro aqui obtido. Dessa forma as nossas Universidades poderiam viver com maior tranquilidade e parte dos recursos orçamentários que hoje recebem poderiam ser destinados às regiões mais carentes para reforço do ensino de 1º e 2º graus, especialmente nas áreas periférica

Todos esses aspectos Dr. Antonio Cabral, ilustre ~~Coordenador Nacional do PRODASEC~~ Senhores dirigentes e técnicos

cos do MEC são aspectos que, para a felicidade dos seus irmãos do Norte e Nordeste deveriam contribuir para as grande

decisões do Ministério, e assim, este Seminário, tão bem organizado e conduzido pelo ISP, da Universidade Federal da Bahia, se constituiria, além do êxito, pela importância dos debates como uma página importante na história da redenção econômica e do progresso social do Norte e do Nordeste brasileiro.

FEITOR - LUIZ FERNANDO SEIXAS DE MACEDO COSTA - Senhores conferencistas nacionais e estrangeiros, ilustres participantes deste encontro. Ao saudá-los na sessão de abertura, tive oportunidade de referir a satisfação com que a Universidade acolhia este Seminário Internacional. Aquela altura, porém, os motivos de satisfação decorriam apenas das expectativas, da esperança de que os trabalhos se desenvolvessem em ambiente profícuo e fossem altamente produtivos. No seu decurso entretanto, no decorrer deste Seminário as notícias que me chegaram só fizeram aumentar a alegria inicial, já agora bem melhor fundamentada, porque, eu era cientificado do alto nível dos debates. Agora, ao encerrar-se esta jornada, a satisfação

cresceu, chega aos níveis do entusiasmo. Creio que os senhores próprios, pelo fato de estarem suficientemente envolvidos com os seus trabalhos, ao longo de cinco dias de continuas tarefas, talvez não tenham feito a devida avaliação do alto grau de aproveitamento que representa este Seminário.

Ouvi com atenção e interesse os relatórios de todos os grupos e confesso que fiquei realmente surpreso com os resultados alcançados.

Obviamente, como salientou o Dr. Antonio Cabral, não há e nem deveria haver consenso, obviamente há questões que são levantadas e que ainda serão levantadas, mas, por outro lado, o que se verificou foi uma apreciação objetiva e lucida, voltada para a solução de um dos problemas fundamentais da nação e de qualquer nação em desenvolvimento que e aquele dos desníveis sócio-educacionais e econômicos.

Resaltou o representante da SUDENE relato do segundo grupo, que efetivamente se tratava de um assunto de fundamental importância, que, entretanto, vinha sendo apreciado de maneira fragmentaria, de maneira segmentar

Ressaltou, por seu turno, a relatora representante da Secretaria Geral, no 4º grupo, que, do ponto de vista teórico, não pairava nenhuma dúvida da necessidade de se procurar resolver o problema atacando-o e enfrentando-o através de numerosas e múltiplas operações para atingir as múltiplas e numerosas causas.

Essas diferenças, esses desníveis, essas desigualdades econômicas já eram conhecidas de longa data; as suas causas eram sabidamente múltiplas. No entanto, não obstante a identificação dessa multiplicidade de causas, ainda assim, elas não vinham sendo enfrentadas através dos diferentes procedimen

tos numa ação conjugada. O terceiro plano nacional de desenvolvimento foi realmente o primeiro, a primeira atuação conjunta que chamou a atenção para a necessidade de uma estratégia operacional de tal maneira que houvesse uma conjugação de esforços por parte das diferentes entidades públicas e mesmo privadas com o devido envolvimento da comunidade, no sentido de obter a solução deste problema magno para a nacionalidade.

Ocorre que este Seminário é, ao que estou informado, o primeiro esforço realmente desempenhado no sentido de apreciar objetivamente as experiências já em desenvolvimento e buscar soluções concretas para o futuro. No passado houve uma atuação isolada, não conjugada, não coordenada das diferentes instituições. Seguidamente as Secretarias de Estado não participavam com a necessária integração com as atividades universitárias e o mesmo se pode dizer dessas atividades universitárias. Por outro lado, falava-se da atividade extensionista, mas como se a Universidade buscasse uma matéria-prima pesquisa na comunidade e a comunidade se voltava para a Universidade, assim como uma mera instituição de curiosidade-

O que realmente se busca agora é o envolvimento efetivo através de um interfluxo bidirecional em que tanto a comunidade quanto as instituições de governo estejam totalmente envolvidas na busca das soluções do problema. Eu não sei qual a culpa que coube às outras instituições e não me caberia aqui acusá-las, sei entretanto a culpa que coube à Universidade. Inicialmente, já no começo desse século, foi aquilo que se convencionou chamar o arielismo. Em 1900, o ensaio, intitulado Ariel, propunha que as Universidades efetivassem apenas a educação elitista, superior, literária, filosófica. Era, por assim dizer uma revivescência daquela concepção da Universidade medieval do tempo do Cardeal Newman. Este arielismo atingiu todas as Universidades Latinas, toda a América Latina foi vítima deste mesmo sintoma. Posteriormente, começou a ser ul-

trapassado, mas aí todas as instituições vinculadas á educação, secretarias, universidades, escolas técnicas etc, padeceram de outro mal, qual seja o pedagogismo a convicção de que a educação resolveria todos os problemas econômicos e sociais.

À esta altura, não há a menor duvida, a solução desse problema tem que ser através da atuação *conjugada* precisamente por que ela apresenta etiologias, as mais variadas. Assim o definiu o segundo plano nacional de desenvolvimento, assim o entendeu o PRODASEC Urbano, e com esta ideia, com esta concepção em mente, foi desenvolvido esse Seminário, que, posso considerar como tendo alcançado pleno êxito. Eu me permitiria, pois, neste momento, felicitar todos os participantes deste Seminário pelo êxito obtido e que decorreu, em verdade, da atuação de cada um.

Ao encerrar estas palavras que representam o encerramento da sessão e o encerramento do Seminário, dese o agradecer a participação de todos, o pronunciamento generoso do Senhor Professor de Córdoba representante dos conferencistas estrangeiros, especialmente pela generosidade das suas palavras referentes ao nosso Estado e à nossa cidade. Não discordo, pelo contrário, concordo, apoio e aplaudo o seu bom gosto. Fico muito especialmente satisfeito porque por tradição, pela propria origem, há sempre um esforço, um grande empenho em acolher todos aqueles que vêm de fora. E eu lhes perguntaria se rá *que* de fato, esse esforço mereceu a devida recompensa? se rá que os senhores receberam toda a acolhida que mereciam? Se, acaso, a receberam, então retornem para retribuí-la, se não a receberam, retornem também que "vamo-nos aperfeiçoar e da próxima vez os receberemos melhor. Muito Obrigado.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)